

TATIANA MONTEIRO GOMES

**INSURGÊNCIAS E LUTAS PELA TERRA URBANA E PELA CIDADE:
AGENTES CONTRA HEGEMÔNICOS NA DISPUTA PELO DIREITO À
CIDADE EM RIBEIRÃO PRETO – SP E MARINGÁ – PR**

Presidente Prudente, SP
Dezembro, 2022

TATIANA MONTEIRO GOMES

**INSURGÊNCIAS E LUTAS PELA TERRA URBANA E PELA CIDADE:
AGENTES CONTRA HEGEMÔNICOS NA DISPUTA PELO DIREITO À
CIDADE EM RIBEIRÃO PRETO – SP E MARINGÁ – PR**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/Unesp Presidente Prudente, sob orientação do Prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo e Co-orientação de Luanda Villas Boas Vannuchi, sob financiamento da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Presidente Prudente, SP

Dezembro, 2022

G633i Gomes, Tatiana Monteiro
Insurgências e lutas pela terra urbana e pela cidade: agentes contra
hegemônicos na disputa pelo direito à cidade em Ribeirão Preto – SP e
Maringá – PR / Tatiana Monteiro Gomes. -- Presidente Prudente, 2023
217 p. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Pr. Dr. Everaldo Santos Melazzo
Coorientadora: Luanda Villas Boas Vannuchi

1. direito à cidade. 2. luta pela moradia. 3. hegemonia. 4. agentes
não hegemônicos. 5. desigualdades socioespaciais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

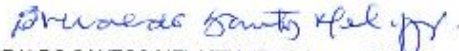
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: INSURGÊNCIAS E LUTAS PELA TERRA URBANA E PELA CIDADE:
AGENTES CONTRA HEGEMÔNICOS NA DISPUTA PELO DIREITO À
CIDADE EM RIBEIRÃO PRETO – SP E MARINGÁ – PR

AUTORA: TATIANA MONTEIRO GOMES

ORIENTADOR: EVERALDO SANTOS MELAZZO

COORIENTADORA: LUANDA VILLAS BOAS VANNUCHI

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Geografia, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. EVERALDO SANTOS MELAZZO (Participação Virtual)
Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Profa. Dra. HELENA RIZZATTI FONSECA (Participação Virtual)
Departamento de Geografia (DGE) / Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Profa. Dra. EDA MARIA GOES (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Presidente Prudente, 19 de janeiro de 2023

DEDICATÓRIA

Para minha família, pelo suporte, mesmo à distância.
Aos meus amigos, da vida, da graduação e aos que vieram como presente do universo acadêmico, pelo incentivo, força e presença nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, aos líderes e participantes dos movimentos sociais de luta pela moradia de Ribeirão Preto/SP e Maringá/PR que aceitaram participar e colaborar com a pesquisa, nos concedendo a oportunidade de realizar as entrevistas e, também, por compartilharem experiências e trajetórias de vida não só do habitar, como de estratégias de organização de luta em torno do direito à cidade.

Agradeço a toda equipe e colegas de trabalho vinculados ou que já estiveram vinculados ao GAsPERR e ao CEMESPP, pelas contribuições, conversas, grupos de estudos. As reflexões e análises compartilhadas foram fundamentais para o desenvolvimento não só da presente dissertação, como de todo processo de pesquisa, desde a graduação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelas disciplinas ofertadas e pelas orientações no processo de produção de artigos, fundamentais para ampliação das referências bibliográficas para o desenvolvimento e conclusão da pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Por isso, agradeço a mesma pelo apoio à realização da pesquisa através da concessão de bolsa no período de 01/03/2020 a 28/02/2022.

Agradeço, especialmente, ao professor e orientador Everaldo Santos Melazzo, por ter me auxiliado nas diversas fases da pesquisa, desde o primeiro contato com o universo acadêmico durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo. Foi uma experiência muito gratificante e inspiradora ser sua orientanda neste período, além de todo aprendizado e crescimento.

À Luanda Vanucchi pela disponibilidade e atenção em colaborar como co-orientadora do presente trabalho, além claro de ter acompanhado a banca do exame de qualificação. Às professoras Eda Goes e Helena Rizzatti por aceitarem compor a banca de exame de qualificação e defesa, contribuindo brilhantemente com o desenvolvimento final do trabalho, com considerações muito importantes para que fosse possível finalizá-lo da melhor forma possível.

Agradeço carinhosamente aos amigos que ganhei durante este período de dois anos como pós-graduanda, pela troca de experiências e pela oportunidade em compartilhar a

pesquisa com os mesmos. Agradeço a disponibilidade até o momento atual, de finalização da dissertação que faz parte e procura contribuir com Projeto Temático Fapesp “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos” (FragUrb), coordenado pela Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, aprovado pela Fapesp em 10/2018.

“Via como encanto uma casa nascer da própria terra, do mesmo barro em que, se lançássemos sementes, veríamos brotar o alimento. Quantas vezes havia visto aquele ritual de construir e desmanchar casas, e ainda me maravilhava ao ver se levantar as paredes que seriam nosso abrigo”

VIEIRA Jr, Itamar. Torto Arado, p. 105, 2018

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado tem como objetivo central compreender, analisar e expor diferentes processos de disputa pela terra urbana e pela moradia pela perspectiva dos agentes sociais não hegemônicos, representados pelos movimentos de luta pela moradia. Investigamos como estes movimentos buscam redefinir o acesso à moradia para além da lógica dominante do valor de troca, como uma luta pelo direito à cidade. O recorte territorial para o desenvolvimento desta pesquisa se concentra em duas cidades – Ribeirão Preto (SP) e Maringá (PR). Em Ribeirão Preto, a pesquisa irá analisar os agentes sociais não-hegemônicos representados pela ocupação Cidade Locomotiva e pela Associação de Moradores do Jardim Wilson Toni. Em Maringá, o movimento União Popular por Moradia e o Movimento pela Regularização do Conjunto de Santa Rosa, em Iguatemi, serão examinados como estudos de caso.

Palavras-chave: direito à cidade; luta pela moradia; hegemonia; agentes não hegemônicos, desigualdades socioespaciais; Ribeirão Preto-SP; Maringá-PR.

ABSTRACT

This master's research has as its central objective to understand, analyze and expose different processes of dispute for urban land and housing from the perspective of non-hegemonic social agents, represented by movements fighting for housing. We investigate how these movements seek to redefine access to housing beyond the dominant logic of exchange value, as a struggle for the right to the city. The territorial cut for the development of this research is concentrated in two cities – Ribeirão Preto (SP) and Maringá (PR). In Ribeirão Preto, the research will analyze the non-hegemonic social agents represented by the Cidade Locomotiva occupation and by the Associação de Moradores do Jardim Wilson Toni. In Maringá, the União Popular por Moradia movement and the Movimento pela Regularização do Conjunto de Santa Rosa, in Iguatemi, will be examined as case studies.

Keywords: right to the city; struggle for rousing; hegemony; non-hegemonic agentes; socio-spatial inequalities; Ribeirão Preto-SP; Maringá-PR.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Ribeirão Preto/SP – Mapa de localização do Município de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo	38
FIGURA 2 – Maringá/PR – Mapa de localização do Município de Maringá no Estado do Paraná	41
FIGURA 3 – Primeiro Plano Urbanístico de Maringá	44
FIGURA 4 – Ribeirão Preto – SP – Localização dos Assentamentos Precários, Conjuntos Habitacionais de Interesse Social e espaços residenciais fechados em Ribeirão Preto - 2018	55
FIGURA 5 – Ribeirão Preto – SP – Parcelamento, Uso e Ocupação do solo da zona Sul de Ribeirão Preto, vinculados à Lei nº 411, de maio de 1955	56
FIGURA 6 – Região Metropolitana de Maringá 2020 - RMM.....	62
FIGURA 7 – Conjunto Santa Rosa de Iguatemi de Maringá -2021	88
FIGURA 8 – Infraestrutura Urbana da Região Metropolitana de Maringá – Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), 2010	93
FIGURA 9 - Condições Habitacionais Urbanas do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), 2010	93
FIGURA 10 – Ocupações em Maringá – 1947 - 1964	98
FIGURA 11 – Ocupações em Maringá – 1973 - 1986	99
FIGURA 12 – Assentamentos precários no Município de Ribeirão Preto, segundo o PLHIS-RP de 2020	104
FIGURA 13 – Aglomerados subnormais no Municípios de Ribeirão Preto em 2020	105
FIGURA 14 – Mapa de ZEIS de Ribeirão Preto	109
FIGURA 15 – Mapa de Vazios Urbanos Maringá - 2017	112
FIGURA 16 – Localização da Escola Delfim Moreira, Conj. Atenas e Distrito de Iguatemi em relação à Cidade de Maringá - PR	115

FIGURA 17 – Foto Aérea – Cidade Locomotiva – Ribeirão Preto / SP - 2018.....	135
FIGURA 18 – Conjunto Habitacional Wilson Toni – Ribeirão Preto/SP -2078.....	136
FIGURA 19 – Localização da ocupação Cidade Locomotiva na cidade de Ribeirão Preto	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ribeirão Preto e Maringá – Perfil dos Entrevistados	27
Quadro 2 – Ribeirão Preto. Relação dos Movimentos Sociais identificados	132

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Ribeirão Preto - SP e Maringá - PR: evolução da população residente. 1980 - 2010	46
TABELA 2 – Ribeirão Preto – SP e Maringá – PR: taxa de crescimento geométrico populacional total 1980 - 2010	46
TABELA 3 – Taxa de urbanização das cidades de Ribeirão Preto – SP e Maringá – PR. 1980 a 2010	47
TABELA 4 – Ribeirão Preto – SP e Maringá – PR - Déficit Habitacional – Brasil – 2010	71
TABELA 5 – Ribeirão Preto e Maringá - Déficit Habitacional Urbano por classe de rendimento. Ribeirão Preto e Maringá. 2010.....	72
TABELA 6 – Ribeirão Preto e Maringá - Domicílios Particulares Permanentes Urbano Total, % de Domicílios Adequados, % de Domicílios Inadequados e Domicílios Vagos Urbano Total - Brasil	74
TABELA 7 - Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, população residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais e média de moradores em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais - 2010.....	83
TABELA 8 - Aglomerados Subnormais 2019: Classificação Preliminar para o enfrentamento à COVID-19	84
TABELA 9 – Ribeirão Preto – SP – Unidades Habitacionais contratadas por ano pelo PMCMV – 2009 - 2012	86
TABELA 10 - População e estimativa populacional dos municípios de Sarandi e Paiçandu, 1991 – 2000 – 2010 – 2020	88
TABELA 11 – Estimativas de domicílios precários em áreas urbanas da RMM, 2000	89
TABELA 12 – Déficit Habitacional absoluto e relativo e domicílios com inadequação por infraestrutura e por adensamento excessivo por município, 2000.....	89
TABELA 13 – Estrutura Sócio-ocupacional dos Municípios de Paiçandu e Sarandi – 1991, 2000, 2010	94

TABELA 14 – Estrutura Sócio-ocupacional dos moradores de Maringá – 1991, 2000, 2010	95
TABELA 15 – Ribeirão Preto – SP - Assentamentos precários segundo a titularidade da área - 2019	103

LISTA DE SIGLAS

ANPEGE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

BNH – BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CEMESPP – CENTRO DE ESTUDOS E MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

CMNP – COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

CMNP – COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

COHAB – COMPANHIA DE HABITAÇÃO

COHAPAR – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

COMUR – CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO

COVID-19 – CORONA VIRUS DISEASE/2019 – DOENÇA DO CORONAVÍRUS/2019

CTPN – COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

ENANPEGE – ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA

FAPESP - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

FAU/USP – FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO/UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO

FCT – FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

FNHIS – FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

FRAGURB – FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: ESCALAS, RITMOS, FORMAS E CONTEÚDOS

GASPERR – GRUPO DE PESQUISA “PRODUÇÃO DO ESPAÇO E REDEFINIÇÕES REGIONAIS”

GT – GRUPO DE TRABALHO

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA

IPPLAM – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE MARINGÁ

IPPUL – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA

PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO

PEUC – PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIO

PIBIC – PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CINETÍFICA

PLHIS – PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

PPG UNICAMP - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PRINT – PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

PUC – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PXT – PRÁXIS CONTRA-HEGEMÔNICAS EM LOS TERRITORIOS POSIBLES

RECIME – REDE DE PESQUISADORES DE CIDADES MÉDIAS

SNH – SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO

UEM – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

UMM – UNIÃO DOS MOVIMENTOS POR MORADIA

UMP – UNIÃO POR MORADIA POPULAR

UMP – UNIÃO POR MORADIA POPULAR

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

UNM – UNIÃO NACIONAL POR MORADIA

ZEIS – ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
CAPÍTULO 1 – A CIDADE COMO MERCADORIA: PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO.....	30
1.1.Maringá-PR e Ribeirão Preto-SP: gêneses e lógicas.....	35
1.2.A construção da hegemonia: a “Califórnia brasileira” e a “Cidade planejada”	47
CAPÍTULO 2 – A NEGAÇÃO DAS DESIGUALDADES E DO DIREITO À CIDADE	64
2.1. Desigualdades e diferenças: a dimensão socioespacial SP	68
2.2. A negação e o ocultamento: estratégias da cidade desigual.....	106
CAPÍTULO 3 – INSURGÊNCIAS E A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA CONTRA-HEGEMONIA - SP	121
3.1. Movimentos sociais de luta pela terra urbana em Ribeirão Preto-SP e Maringá-PR	125
3.2.Diferenças e semelhanças nos agentes, estratégias e ações.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	161
ANEXOS	178

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa a nível de mestrado faz parte da investigação mais ampla, em andamento, referente ao Projeto Temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas” (Processo FAPESP: 18/07701-8), cujo desenvolvimento e organização do grupo de pesquisadores participantes contribuíram constantemente para as análises e debates aqui propostos. O objetivo central da pesquisa, aqui apresentada, consiste em compreender, expor e analisar diferentes processos de disputa pela terra urbana e pela moradia, principalmente, pela perspectiva dos agentes sociais não hegemônicos, representados, neste trabalho, pelos movimentos sociais de luta pela moradia.

O sentido de disputas, aqui empregado, envolve um processo cuja geometria se dá de formas muito variadas entre diferentes agentes presentes na produção do espaço urbano, sejam estes de caráter público, privado ou de organizações sociais e coletivas. Tais disputas, ainda, se dão em torno do acesso e permanência à terra e moradia através de lutas variadas daqueles que denominamos como agentes sociais contra hegemônicos ou não hegemônicos, configurando e colocando em debate como o direito à cidade é apreendido por tais agentes, a partir do valor de uso e não do valor de troca.

Partindo do princípio de que não existe um padrão único de produção dos espaços nas cidades e das cidades no geral, tratamos aqui, também, de diferentes formas e conteúdos de disputas, em que um Outro sujeito, não hegemônico, busca conferir um novo sentido e conteúdo ao acesso à moradia e à cidade, a partir de uma lógica em que não há predominância apenas da habitação como mercadoria.

Harvey (1982) considera que há uma relação de gerenciamento capitalista da terra que não ocorre de maneira completa e homogênea, obedecendo uma mesma tendência. É assim possível identificar diferentes formas de uso da terra urbana, seja como bem relacionado à reprodução da vida ou como ativo financeiro, capaz de prover rendas no tempo.

As disputas ora analisadas são distintas, como será possível identificar no decorrer dos capítulos, até mesmo na dinâmica comparativa entre os recortes espaciais adotados aqui, com naturezas diferentes.

A finalidade, no âmbito dessa Introdução, é apresentar o tema e os objetivos que assumimos e buscamos desenvolver, para compreender as citadas disputas, também, a partir

dos processos do passado e do presente na construção hegemônica da cidade, ou seja, da produção capitalista do espaço, sempre norteadas pela negação do acesso a segmentos sociais de menor renda e pela reprodução ampliada das desigualdades socioespaciais, mesmo que em diferentes momentos a atuação dos agentes sociais não hegemônicos tenha se manifestado de maneiras mais ou menos intensas.

O recorte territorial assumido para o desenvolvimento desta pesquisa está pautado na identificação e análise dos agentes sociais não hegemônicos que, nas cidades de Ribeirão Preto – SP e Maringá – PR, de maneiras distintas, se estruturaram e estruturam em torno das lutas e disputas pelo acesso e consumo da terra urbana e da habitação, se organizando para a produção de novas formas de afirmação, presença e expressão material e simbólica em cada uma das cidades.

Para tratar da questão levantada e alcançar o objetivo proposto, estabelecemos um recorte empírico específico, tratando em Ribeirão Preto/SP das estratégias de ação realizadas pelo movimento da ocupação Cidade Locomotiva, assim como da organização da Associação de Moradores do Jardim Wilson Toni¹, enquanto para Maringá/PR realizaremos as análises partindo do estudo de casos do movimento União por Moradia Popular e a atuação do movimento pela Regularização do Conjunto de Santa Rosa de Iguatemi², distrito da cidade sede de Maringá-PR³. Assim, buscaremos focar o processo de apropriação dos espaços a partir de ocupações, formação de territórios e demais formas de manifestação dos movimentos, interpretando-os a partir da análise dos processos históricos gerais e particulares da produção de ambas as cidades.

A moradia tem sido um dos elementos que, concretamente, demonstra as contradições do modo de organizar a sociedade, ao longo dos processos históricos. Associando-se a

¹ Como será visto adiante, no Terceiro Capítulo, faremos a identificação de outros movimentos sociais urbanos presentes na cidade de Ribeirão Preto – SP, conforme o levantamento de pesquisa permitiu reconhecer, no entanto, não nos debruçaremos em detalhar as análises específicas de todos eles.

² Iguatemi, distrito do município de Maringá, foi criado em 28 de fevereiro de 1967, com uma população de 7.155 habitantes (IBGE, 2010). É um distrito com características de cidades médias, como trânsito movimentado, indústria e comércio aquecido (GUILLEN, 2010). Entre 2000 e 2010 a população do distrito cresceu 10%, sendo maior que 15 municípios da região. Disponível em < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/distrito-de-maringa-cresce-e-ja-e-maior-que-15-municipios-da-regiao-1mz8ozivb7unp9n4vkpz4d9vy> > Acesso em: 03.01.23

³ Também analisaremos algumas ações que foram tomadas, ao longo do tempo, através da participação do Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá, e outras ações mais pontuais de associações de moradores.

diferentes fatores ao longo do tempo, a moradia vem sendo um dos pilares para a manifestação de demandas em relação ao modo de vida e de acesso às cidades, e é neste bojo que os movimentos sociais de luta pela moradia surgem e ganham força em suas diversificadas disputas, por isso daremos maior voz a atuação destes agentes.

Optamos pelo recorte empírico em dois dos movimentos em cada uma das cidades a fim de direcionar melhor as análises, para que pudéssemos abordar características, objetivos e ações dos movimentos, dando voz aos sujeitos envolvidos nestes processos através, principalmente, de entrevistas.

A relevância da escolha das cidades para análise, Ribeirão Preto/SP e Maringá/PR, reside no fato de que, em ambas, mesmo que de maneiras diferenciadas, são presentes e fortes os processos históricos de negação e reprodução ampliada das desigualdades socioespaciais, seja através do falso discurso de uma cidade dinâmica economicamente, com oportunidades iguais para todos, como no caso da “Califórnia brasileira” em Ribeirão Preto ou através do “mito” da cidade planejada, em Maringá.

Trata-se de duas cidades que fazem parte da mesma formação socioespacial – conforme conceito debatido por Milton Santos (2000) - marcada pela marcha do café e pela expansão ferroviária, mas que ainda assim apresentam dinâmicas diferentes em relação não apenas aos processos de produção da cidade, mas também em relação à atuação dos sujeitos não hegemônicos, uma vez que apresentam simultaneidades e temporalidades diversas em relação ao momento em que se originaram e, por consequência, aos processos de produção e reprodução do espaço que se desenvolveram e desenvolvem atualmente nas cidades.

O trabalho está estruturado em três capítulos, para além desta **Introdução**, que conta ainda com a apresentação dos **Procedimentos Metodológicos**, elaborados e executados para a investigação da pesquisa.

O **Capítulo 1** apresenta as cidades, correlacionando as principais permanências e transformações atreladas aos seus respectivos processos de estruturação. Trata-se de cidades cujas implantações, ainda que em temporalidades diferentes, estiveram relacionadas à implementação da lei de terras. Ou seja, a terra tratada como mercadoria vendida para aproveitamento de uma demanda de lucros e investimentos e, dessa forma, uma mercadoria destinada a um segmento socioeconômico específico, ponto de partida para a discussão conceitual sobre a construção dos processos de hegemonia, delineada pela propriedade privada

e conformadora do acesso à moradia apenas pelas “leis do mercado” na produção da cidade e em seu planejamento.

O objetivo central do **Capítulo 2** consiste em debater as condições de negação e reprodução ampliada das desigualdades socioespaciais, a partir do prisma do direito à cidade ou, melhor, de sua negação sistemática. Estes aspectos são analisados, para Ribeirão Preto, a partir das estratégias de construção da cidade desigual no eixo norte-sul, enquanto para Maringá, buscamos compreender o processo a partir da expulsão, para as cidades vizinhas e distritos, de segmentos sociais que tiveram seu acesso (e direito) à cidade negado.

Os dados consubstanciados a partir das análises temáticas dos capítulos servem de base para entender e discutir a contraface da hegemonia construída pelo planejamento estratégico das cidades, que se revela como negação e também como a dissimulação de parte da realidade, aquela que, além de incomodar à dominação hegemônica, acaba por questionar a ordem vigente, indo contra pretensões, projetos e estratégias dos grupos hegemônicos.

No **Capítulo 3**, buscamos compreender, a partir da análise das ideias e estratégias que pautam as agendas de alguns dos movimentos sociais de luta pela terra e por moradia, como se dá a ação por parte dos sujeitos sociais não hegemônicos construindo, conforme a ideia de Holston (2013), uma “cidadania insurgente” e colocando na agenda pública conflitos e disputas a partir de identidades políticas e estratégias de atuação que estão em constante reformulação. A partir desta análise também identificamos de que maneira pode ser feita uma leitura sobre o direito à cidade levando em consideração a ação dos agentes contra hegemônicos no contexto de luta.

Procuramos, como aponta Ribeiro (2014), uma compreensão reflexiva sobre a ação dos agentes não hegemônicos a fim de que não seja imposta uma única leitura, operacional e pragmática, como verdadeira, que possa vir a impedir o reconhecimento e afirmação de sujeitos coletivos.

Por fim, nas **Considerações Finais** apresentamos algumas das ponderações construídas a partir das análises abordadas e que podem vir a ser continuamente construídas para novas pesquisas na área. Entre elas, é tratada, preliminarmente, a questão da fragmentação socioespacial não só como um fator condicionante, como também um processo produzido e potencializado pela negação e reprodução das desigualdades e violação dos direitos sociais, uma vez que a expressão no uso e consumo do espaço urbano de controles e limitações entre os

diferentes segmentos sociais, reforça, em grande medida, os processos de fragmentação socioespacial (DAL POZZO, 2013).

Assim como defende Legroux (2021), a adoção do conceito de fragmentação socioespacial se dá a partir da necessidade de uma ferramenta descritiva e analítica que explique as mudanças e reestruturações em curso no espaço urbano desde a década de 1970. O debate sobre a cidade a partir da perspectiva fragmentária seria pautado no esforço em controlar o destino urbano através de diferentes estratégias, obedecendo aos mecanismos de mercado (LEGROUX, 2021).

Entre os elementos que permeia a discussão aqui proposta, a produção e valorização capitalista dos espaços são analisadas como um plano de fundo que dá os contornos específicos para que seja possível identificar os efeitos da produção ampliada das desigualdades que são, por consequência, continuamente negadas e dissimuladas e que não se limitam, no que se refere ao tema aqui tratado, às necessidades elementares de moradia, englobando o acesso aos espaços de representação da cidade e engendrando a conformação de processos como o de fragmentação socioespacial, conforme seu aprofundamento.

PRODECIMENTOS METODOLÓGICOS

Dadas as múltiplas questões a serem apreendidas, abordadas e analisadas, foram propostos e estruturados diferentes procedimentos metodológicos. No entanto, alguns deles tiveram de ser alterados em virtude das condições da pandemia, para que pudéssemos dar andamento e continuidade à pesquisa sem grandes prejuízos. No mesmo sentido, outros foram incorporados na medida em que novas fontes de dados e oportunidades de acesso a informações foram descobertas e puderam contribuir com o objetivo da dissertação.

Seguindo, portanto, as etapas que foram propostas para os procedimentos metodológicos no período inicial da pesquisa, mas levando em consideração algumas mudanças necessárias em virtude das condições impostas, partimos inicialmente para o **Levantamento Bibliográfico** que, como decidido desde o início do projeto de pesquisa, foi realizado a partir das questões chave estabelecidas, em relação às cidades selecionadas, através de dados gerais sobre cada uma delas, como por exemplo aqueles referentes às questões habitacionais, seguido

do levantamento, identificação e análise de dados sobre os movimentos sociais de luta pela terra urbana.

Dessa forma, buscamos estruturar uma matriz teórica com os temas basilares para cada etapa da pesquisa e construção desta dissertação. Consideramos importante ressaltar que essa matriz pôde ser atualizada e redefinida, em razão das novas contribuições e enriquecimento, durante a etapa de avaliação e considerações da banca de qualificação.

Portanto, a partir dos temas principais que estruturam a pesquisa, a matriz teórica foi definida a partir de conceitos principais como a Produção do Espaço Urbano, em que buscamos entender temas como a Urbanização Brasileira, a produção e reprodução do capital no espaço, o não acesso à terra e, levando em consideração o recorte territorial adotado, o debate sobre as cidades médias brasileiras; a Hegemonia e Contra-Hegemonia, que reúne aspectos importantes como a hegemonia político-econômica, os espaços e sujeitos insurgentes, a noção de antagonismo, o valor de uso no espaço e a luta anticapitalista; o debate sobre os Movimentos Sociais de Luta pela Moradia, em que buscamos contribuir com a leitura sobre os movimentos sociais urbanos, ativismos de bairro e as ações político-estratégicas.

Também buscamos tangenciar a discussão sobre Direito à Cidade, a partir da perspectiva da violação sistemática deste direito e acesso à cidade, a Cidadania Insurgente, conceito adotado por Holston (2013) e a noção de cidadão. Com tais análises realizadas, direcionamos o debate para contribuição à noção de Fragmentação Socioespacial, a partir da ideia de antítese do direito à cidade e da produção e reprodução ampliada das desigualdades socioespaciais.

Com a finalidade de destacar os conceitos elencados como principais para a pesquisa, a partir da trajetória e dos contextos de formação das cidades escolhidas, foram pesquisadas, lidas e sistematizadas a bibliografia sobre estruturação de Maringá – PR a partir de autores como Rodrigues (2004a; 2004b; 2005), Amorim (2018), Garcia e Cordovil (2019), Töws (2015), Luz (1997), entre outros. Ao investigar sobre a trajetória e historicidade da formação de Ribeirão Preto – SP, tomamos como referência autores como Adas (2004), Barcella (2015; 2018), Dal Pozzo (2015), Pereira (2014), Rizzati (2020), Zamboni (2018) e outros.

Partindo da estruturação do aporte teórico delineado, seguiu-se com a **Compilação e Organização de dados**. Para a efetividade dos objetivos traçados se fez necessário analisar os resultados obtidos a partir da compreensão das especificidades de cada cidade em diferentes períodos históricos da análise, articuladas à fundamentação teórica em que estão baseados os

temas propostos para a pesquisa. Para tanto realizamos a busca e seleção a partir dos dados demográficos, habitacionais e de urbanização disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos anos de 2000 e 2010 além da classificação preliminar dos dados sobre Aglomerados Subnormais⁴, de 2010 e 2019, bem como a estimativa de domicílios. Também contamos com os dados referentes ao Déficit Habitacional Municipal no Brasil – Total Urbano e Por Classe de Rendimento - baseado nas informações do Censo Demográfico de 2010 para as cidades de Ribeirão Preto e Maringá, calculados de acordo com a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro (FJP). O déficit habitacional, através desta metodologia, é calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados.

O conjunto de dados habitacionais divulgados pelos planos locais de habitação de interesse social de cada uma das cidades também foram considerados a fim de que nos ajudassem a compreender as dinâmicas envolvidas na estruturação de lógicas habitacionais das duas cidades, assim como os bancos de informações tomados a partir dos dados referentes à provisão habitacional nessas duas cidades, principalmente pelo Programa Minha Casa Minha Vida e demais programas habitacionais.

A análise da provisão habitacional tomada pelo Programa Minha Casa Minha Vida é um procedimento explorado no meio científico com a finalidade de analisar a dinâmica imobiliária nas cidades com maior rigor de detalhes, no âmbito dos grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/Unesp, por autores como : Amorim (2015), Abreu (2016), Abreu (2014), Abreu e Stoian (2019), Barcella (2015; 2018), Batista (2019) ou Corrêa (2022).

Foi de grande importância para direcionamento das análises reconhecer as particularidades que são próprias de cada cidade, tanto de produção quanto de consumo de cada uma. Para tanto a pesquisa e compilação de notícias de jornais digitais⁵, especialmente sobre o

⁴ O conceito de “*aglomerados subnormais*” se trata de uma classificação elaborada pelo IBGE que se baseia, sobretudo, em função da difícil aplicabilidade de outros critérios, na não propriedade de terrenos e na ausência de saneamento básico. Adiante traremos tal definição com mais detalhes (IBGE, 1987).

⁵ Os levantamentos e pesquisas em jornais digitais e banco de fotos se baseou, entre outros, em Franco (2011), G1 Ribeirão Preto e Franca (2015), Lima (1999), Rigon (2017), Regional Maringá (2011), Vieira (2017), A Cidade ON (2018), O Calçadão (2016), Barbosa, Funck e Ungaretti (2020).

histórico de atuação dos movimentos sociais mais diretamente envolvidos na luta pela habitação nas cidades, foi importante por permitir, inclusive, a identificação de agentes e sujeitos para a realização das entrevistas.

Também analisamos os **Planos e Políticas de Habitação**, mais especificamente os Planos Diretores e os Planos Locais de Habitação de Interesse Social - PLHIS, de cada um dos municípios, fundamentados a partir das determinações dispostas na Constituição Federal, Constituições Estaduais, na Lei Federal nº 10257/2001 – Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), e demais legislações correlatas.

No caso de Maringá, o Plano Diretor foi instituído pela primeira vez em 1967, pela Lei nº 569/67 e revisado conforme Lei Complementar nº 632/2008 (MARINGÁ, 2008). Atualmente, encontra-se em revisão pela Prefeitura Municipal, através do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá – IPPLAM em colaboração com a Câmara Municipal, sociedade e grupos de acompanhamento, conforme exigências do Estatuto da Cidade (MARINGÁ, 2021). O Plano vigente, por sua vez, determina a elaboração e revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social e, dessa forma, foi elaborado um diagnóstico e estudo habitacional sobre o município, de acordo com o contrato nº 053/2010, entre a Prefeitura e a empresa RZS – Consultoria e Planejamento Ltda., para elaboração do PLHIS – Maringá, que ainda não chegou a ser aprovado, regulamentado e implementado como lei (MARINGÁ, 2010).

Já em Ribeirão Preto, o Plano Diretor, outrora implementado pela Lei Complementar nº 501 de 1995, revisado e modificado pela Lei nº 1.573 de 13 de novembro de 2003 é implementado atualmente por uma nova revisão, regulamentada pela Lei Complementar nº 2.866 de 2018 (RIBEIRÃO PRETO, 2018). Em atendimento às determinações previstas pela Lei Complementar que regulamenta o Plano Diretor, o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto – PLHIS/RP, é implementado atualmente pela revisão prevista em Lei Complementar, nº 3.052, de 30 de dezembro de 2020 (RIBEIRÃO PRETO, 2020).

De grande relevância para os processos a serem analisados, em Ribeirão Preto, também daremos destaque a lei complementar nº 2.773 de 2016, promulgada durante a gestão da então prefeita Dárcy Vera (2009-2012), cuja finalidade era coordenar ações para evitar ou minimizar as “invasões” em áreas públicas no município e ainda, de remover núcleos formados principalmente na região do aeroporto (RIBEIRÃO PRETO, PL 268/16, p. 14)

Sendo assim, os resultados foram analisados a partir da elaboração de sínteses, disponibilizadas para a pesquisa mais ampla à qual este trabalho está vinculado e materializados através de mapas, gráficos e tabelas, produzindo-se a estrutura necessária para entender a dinâmica presente nos recortes de estudo, o que contribui para a compreensão dos processos que, de fato, estão ocorrendo, já que a produção do espaço urbano está em constante modificação por diferentes agentes.

Ao contrário do que foi planejado desde o início da estruturação do projeto de pesquisa, em que seriam realizadas visitas de campo, as substituímos pelas **Entrevistas via Plataforma Online** para que pudéssemos fazer uma leitura mais próxima possível dos sujeitos de estudo, e também como sugestão da banca do exame de qualificação. Levando em consideração o tempo hábil para finalização da dissertação e defesa do trabalho, optamos por não realizar novos trabalhos de campo, inclusive pela possibilidade de melhor direcionar as análises sugeridas pela própria banca do exame.

Entendemos que seria essencial, para o objeto de pesquisa, compreender a construção da ação dos sujeitos sociais não hegemônicos sob investigação para que pudéssemos nos aproximar mais das realidades estudadas, já que as idas a campo (cidades) não puderam acontecer. Assim, a realização das entrevistas foi fundamental para o direcionamento de questões sobre a luta pela terra urbana no contexto da lógica da produção territorial de cada cidade, permitindo uma reflexão sobre a nossa relação com o objeto de estudo e, principalmente, com os agentes sociais não hegemônicos em disputa pela terra urbana e pela habitação

Foram realizadas entrevistas (Anexos 01 e 02 e roteiro completo no Anexo 03) com lideranças e demais integrantes dos movimentos, via plataforma online e com autorização para gravação e uso do conteúdo para pesquisa⁶, a fim de analisar a organização interna do movimento, tanto no que concerne aos aspectos mais gerais e a longo prazo, quanto às ações cotidianas, conquistas materiais e de outras naturezas.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e também utilizadas outras conduzidas por demais pesquisadores que compõem o Projeto Temático ao qual a presente pesquisa se

⁶ A realização de entrevistas foi aprovada em Comitê de Ética, CAAE – Plataforma Brasil sob o número 63123020.7.0000.5402, em razão do vínculo da presente pesquisa ao citado Projeto Temático.

vincula, sendo o conteúdo concedido pelos entrevistados para fins acadêmicos. As transcrições de recortes das entrevistas apresentadas nesta dissertação tiveram, quando necessário, alguns ajustes de linguagem para torná-las mais formais e de fácil compreensão.

Entre 2019 e 2022 foram realizadas 5 entrevistas (Quadro 1), das quais três entrevistados são de Maringá e sete são de Ribeirão Preto⁷.

Quadro 1 - Ribeirão Preto e Maringá - Perfil dos Entrevistados.

ENTREVISTADO	CIDADE	IDADE	FUNÇÃO	DATA	ENTREVISTADORES
Celso Márcio Lorin	Maringá		Diretor de Habitação de Maringá	15/09/21	Eda Góes, Everaldo Melazzo e Natália Sá Britto
José Marcos dos Santos Marçal	Maringá	48 anos	Líder do Movimento em Defesa da Regularização do Conjunto Santa Rosa de Iguatemi	13/06/22	Natália Sá Britto e Luanda Vannuchi
Maria das Graças Xavier	Maringá	54 anos	Coordenadora Nacional do Movimento União por Moradia Popular e representante do Estado do Paraná	10/08/20	Tatiana Monteiro Gomes
Osmar Oliveira	Ribeirão Preto	47 anos	Vice-presidente do movimento Cidade Locomotiva	03/08/21	Márcio Catelan e Késia Anastácio (03/08/21) e Tatiana Monteiro (10/09/20)
Juscilene Alves Sena	Ribeirão Preto	34 anos	Presidente do movimento Cidade Locomotiva	10/09/20	Tatiana Monteiro Gomes

⁷ O número distinto de entrevistados entre as duas cidades se explica pela realização da primeira entrevista, concedida para a entrevistadora Tatiana Monteiro Gomes, ter contado com a participação de vários integrantes do movimento Cidade Locomotiva de Ribeirão Preto, a pedido dos mesmos. Posteriormente foi realizada uma nova entrevista com um dos líderes do Movimento, Osmar Oliveira, concedida separadamente aos entrevistadores Márcio Catelan e Késia Anastácio.

Platinir Nunes	Ribeirão Preto	42 anos	Fundador e Articulador do movimento Cidade Locomotiva e articulador do União Nacional por Moradia em Ribeirão Preto	10/09/20	Tatiana Monteiro Gomes
Mauro de Castro Freitas	Ribeirão Preto	73 anos	Arquiteto e Diretor do movimento Cidade Locomotiva	10/09/20	Tatiana Monteiro Gomes
Simone Pereira	Ribeirão Preto		Moradora da ocupação Cidade Locomotiva e líder do movimento	10/09/20	Tatiana Monteiro Gomes
Leandro Pereira	Ribeirão Preto		Morador da ocupação e participante do movimento Cidade Locomotiva	10/09/20	Tatiana Monteiro Gomes
Wagner Melini	Ribeirão Preto	46 anos	Líder da Associação de Moradores do Conjunto Wilson Toni	20/10/20	Natália Sá Britto e Késia Anastácio

Tais entrevistas possibilitaram uma reflexão metodológica importante e de grande relevância para a interpretação do objeto, além da construção de análises que não estariam dadas de forma imediata e direta, tendo sido, portanto, uma construção contínua e participativa, e não apenas uma confirmação de teorias.

Inicialmente foram identificados os movimentos atuantes nas cidades de estudo, para realização das entrevistas, através de revisão bibliográfica, em livros, periódicos diversos, planos (Planos Diretores e Planos Habitacionais de Interesse Social) e mapas locais e alguns estudos e relatórios técnicos, bem como através de jornais locais. Além dessas fontes, pesquisamos também em vídeos sobre os movimentos Cidade Locomotiva e a Associação de Moradores do Conjunto Wilson Toni de Ribeirão Preto e o União por Moradia Popular e o Movimento em Defesa da Regularização do Conjunto Santa Rosa de Iguatemi, publicações em páginas de redes sociais, além de páginas de fóruns de discussão organizadas por integrantes dos movimentos. Assim, as entrevistas, entendidas aqui como processo de interação social,

foram orientadas e estruturadas assimilando informações que pudessem elucidar questões importantes, através de roteiros padronizadas (COLOGNESE e MÉLO, 1998), nos quais a formulação e a sequência das perguntas foram previamente determinadas de uma maneira que permitissem a comparação de respostas, com perguntas fechadas ou abertas e/ou semiabertas.

Os esforços para chegar a generalizações foram estruturados a fim de se consubstanciar em procedimentos que permitiram a compreensão de particularidades das cidades médias⁸ em análise e as singularidades de cada uma delas, levando em consideração os relatos dos entrevistados.

A partir dessas considerações, buscamos compreender as práticas relatadas pelos entrevistados a partir de chaves analíticas que direcionassem as observações. Dessa forma, traçamos diretrizes de pesquisa que partiam, principalmente, da forma de organização da luta, incluindo suas origens, historicidades, interpretação interna de luta, escalas e trajetória ao longo do tempo; os instrumentos e táticas que consubstanciaram as estratégias de luta, com a finalidade de serem reconhecidos, ou seja, como se articulam, se interpretam e como foram ganhando espaço ao longo do tempo e, levando em consideração nossa escolha pelo direito à cidade como perspectiva analítica, buscamos depreender se e como tal conceito aparece e é interpretado na prática e fala destes sujeitos.

A escolha por determinar as chaves analíticas, para além do direcionamento da pesquisa e interpretação das entrevistas, também se deu para que fosse possível extrair, a partir da comparação, as semelhanças e diferenças principais entre atuação dos movimentos e sujeitos não hegemônicos, com o cuidado de não estabelecer um modelo ideal de atuação e enxergando os potenciais particulares de cada um deles.

⁸ Ainda que não existam critérios consensuais e plenamente estabelecidos para uma conceituação sobre cidades médias, tomamos aqui a discussão acumulada no âmbito da Rede de pesquisadores sobre Cidades Médias (Recime). Conforme apontado por Spósito (2007), a problematização do conceito de cidades médias deve considerar a importância de seus papéis regionais ou de intermediação na rede urbana, considerando, portanto, as relações em múltiplas escalas, que têm influência na conformação de um sistema urbano. Spósito (2007), neste sentido, aponta a importância, ao analisar as cidades médias, da articulação entre dois conjuntos de dinâmicas e processos distintos, mas complementares: a reestruturação da cidade e a reestruturação urbana. No entanto, no presente de trabalho, por realizarmos uma análise no que diz respeito ao espaço na escala intraurbana, buscaremos dar um destaque apenas aos processos inerentes à reestruturação das cidades.

CAPÍTULO 1 – A CIDADE MERCADORIA: PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

Nesse capítulo cotejamos, a partir do nosso recorte empírico, as principais transformações e permanências que alicerçaram os processos de estruturação das cidades analisadas e de suas respectivas lógicas habitacionais, construídas ao longo do tempo. Trata-se de definir e analisar o que há de processo geral, condicionado por escalas geográficas mais amplas e o que há de particular e específico em cada realidade histórica e espacial, condicionado pelas escalas locais.

Buscamos compreender as cidades de Ribeirão Preto – SP e Maringá – PR, uma vez que foi possível, através da estratégia teórico-metodológica traçada, estabelecer as correlações necessárias para análise das relações sociais que se dão através das lógicas de produção do espaço ao longo do tempo e de maneiras distintas para que, então, pudessemos traçar considerações sobre como os espaços do recorte empírico analisado foram construídos obedecendo aos preceitos capitalistas que segregaram, social, econômica e espacialmente, os diferentes segmentos da população.

Para tanto, as análises apresentadas neste primeiro capítulo, a fim de estabelecer um primeiro plano de estudo sobre as cidades, perpassam por algumas das estratégias utilizadas pelas elites para garantia e construção de uma hegemonia sobre os processos de produção do espaço, entre elas, as do planejamento urbano (estratégico) e a dissimulação (e reprodução ampliada) das desigualdades socioespaciais. A partir de Pirez (2016) que defende que “La adecuación del suelo es el resultado de procesos productivos particulares cuyos productos son los componentes de la urbanización” (PIREZ, 2016, p. 133), adotamos, aqui, a ideia de “lógicas habitacionais” como um eixo analítico capaz de abarcar a multiplicidade de processos a partir dos quais se deu a produção habitacional nas cidades a serem analisadas, através dos diferentes momentos em que se desenvolveram.

A análise crítica dos processos que levam em consideração a problemática habitacional, inevitavelmente recai sobre a questão da terra, uma vez que a instituição da propriedade privada capitalista e a criação do mercado de terras inauguram um processo que cada vez mais retira

possibilidades de um acesso democrático e amplo a este bem, que se torna mercadoria e não *locus* da reprodução social.

Portanto, entre as permanências identificadas, ainda que conformadas por modelos historicamente diferentes entre as cidades analisadas, a propriedade privada da terra tem mantido seu papel de forma significativa na orientação das lógicas de produção do espaço. A propriedade da terra, entretanto, não se apresenta apenas como instituição jurídica, através da qual o domínio sobre uma parcela de terra é garantido. Vai além, sendo designativa de prestígio, carregando o signo de segurança para o senso comum e de poderes de dimensão política, social e econômica⁹.

Com a ênfase dada à propriedade privada da terra com a Lei de Terras, de setembro de 1850, a mesma passou a se firmar como um elemento dominante e estrutural da sociedade brasileira. No entanto, levando em consideração o âmbito das temporalidades igualmente diversas em que se inseriram as fundações das cidades analisadas neste trabalho, a venda da terra rural e urbana se deu a partir de 1856 para Ribeirão Preto, um período logo após a promulgação da referida lei e apenas a partir de 1947 para Maringá, que já é fundada assumindo ritmos e formas de um empreendimento empresarial desde sua constituição.

Para além da propriedade da terra como um dos fundamentos e pilares históricos para conformação de novas dinâmicas de produção do espaço, a iminência e a abolição da escravidão, acompanhada do aumento da oferta e compra da força de trabalho livre, como por exemplo de imigrantes, também se tornou um marco no desenvolvimento capitalista, como tentativa de reter os libertos nas terras, impedindo que se dispersassem pelo território e que tivessem acesso mesmo que à pequena propriedade.

O acesso à propriedade privada após a criação da lei de terras foi uma prática garantida apenas às elites, separando a maior parte da população de trabalhadores, aos quais se somavam os escravizados libertos. E, neste sentido, Holston (2013) demonstra como as políticas de acesso à terra foram fundamentais para garantir minimamente que segmentos socioeconômicos de menor renda da população ocupassem áreas desvalorizadas da cidade.

⁹ Informação verbal fornecida por Maria Encarnação Beltrão Spósito em aula da disciplina Urbanização e Produção do Espaço, em 21 de maio de 2020

O assentamento das periferias urbanas perpetua a grande agência histórica da ocupação de terras no Brasil: é a ilegalidade que a torna possível. A própria ilegalidade dos lotes residenciais nas periferias torna a terra acessível aos que não podem pagar os altos preços de compra ou de aluguel de residências legais (Holston, 2013, p. 270)

Tanto a propriedade privada da terra quanto a abolição da escravidão tornaram-se, assim, considerações históricas importantes na compreensão não só do passado ou da transição para o capitalismo, como da própria estrutura contraditória da sociedade brasileira atual e, conseqüentemente, das respectivas realidades analisadas.

Dessa forma, o papel funcional da terra no Brasil passou a ser planejado para atender um sistema privilegiado de propriedade, afirmando o poder econômico de grupos específicos e hegemônicos. As cidades brasileiras passaram a ser inseridas, assim, em um contexto de impossibilidade de acesso ao mercado formal de terra e moradia para boa parte da população, sem meios e condições para tal, já que a habitação se tornou uma “estratégia econômica, ideológica e política” (MIOTO, 2016), que potencializou o crédito e a ação de grandes empresas do mercado privado.

Sendo assim, as desigualdades, uma vez que foram aprofundadas e alargadas no decorrer dos anos e, portanto, produzindo hierarquizações e estigmatizações, vieram revelando diferenças de consumo e de acesso à cidade, já que uma parcela da população, de fato, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, no plano econômico, político e social (SPOSITO, 2011).

A desigualdade socioespacial é, portanto, produto de um processo e ao mesmo tempo uma forte condicionante que marca traços dominantes da estruturação da realidade social brasileira, potencializada pela trajetória escravista e pelos mecanismos de posse da terra, regulamentados por lei.

A base é a ideia de que seria possível a justiça ou a busca da igualdade ou, ainda, a participação de todos na sociedade de consumo. Nesses termos, as diferenças se transmutam em desigualdades, enquanto as desigualdades, assim observadas, revelam diferenças de poder, de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço (SPOSITO, 2011, p. 129)

Para atender o debate proposto, a partir da formação histórica das cidades analisadas, tratamos dos dados disponíveis em planos locais como os planos diretores e de habitação de interesse social, recortados a partir das duas últimas décadas e à luz dos processos analisados, visando compreender o sentido da política habitacional articulada ao mercado, produto, em última instância, de uma combinação de fatores, ordens, condicionantes e pressões de diferentes grupos sociais. Assim, procuramos avançar na análise dos seguintes processos, dinâmicas e problemáticas:

- Políticas voltadas para habitação de interesse social
- Síntese histórica das políticas habitacionais
- Ausências, conflitos e controvérsias no planejamento urbano local: planos diretores e planos locais de habitação de interesse social.

Ainda que haja um recorte empírico na análise desenvolvida por Flávio Villaça sobre o planejamento urbano no Brasil – na qual o autor delimitou-se a analisar as realidades metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo – partilhamos da mesma ideia defendida pelo autor de que a maneira como se estruturam a produção e reprodução do planejamento urbano no Brasil, nos planos diretores e demais regulamentos urbanísticos, é de extrema relevância para compreender a ordenação urbana nas cidades. Villaça (2004) também aponta que

As constantes mudanças de nome, de metodologia de elaboração e de conteúdo dos planos ao longo de sua história, foram estratégias das quais as classes dominantes lançaram mão para renovar a ideologia dominante e com isso contrabalançar a tendência de enfraquecimento de sua hegemonia, contribuindo assim para sua manutenção no poder e para o exercício da dominação” (VILLAÇA, 2004, P. 181)

Ao planejar uma cidade também se está projetando um ideal de cidade. Este modelo, segundo Vainer (2014), opera através de lógicas que enxergam a cidade na presente quadra histórica como uma mercadoria a ser vendida no mercado competitivo de localizações, como uma empresa em competição e confronto com outras cidades e como uma pátria que pressupõe que conflitos e lutas internas sejam uma ameaça às estratégias previstas. Ao tratar o planejamento como uma “utopia experimental” (VAINER, 2014), o autor entende que a cidade assim concebida é pensada e fundada sem conflitos que ameacem a ordem capitalista, o que ele chama de “utopia da cidade harmoniosa” (VAINER, 2014, p. 6).

Souza e Rodrigues (2004) destacam, para o período dos anos de 1980 a 1990, as novas práticas de planejamento que ficaram conhecidas como “planejamento mercadófilo”. Trata-se de um planejamento, como discutem os autores, que tinha a finalidade de garantir o atendimento às necessidades econômicas e espaciais do sistema capitalista, ou seja, defendendo os interesses do setor privado e das classes hegemônicas, em detrimento dos menos favorecidos e até mesmo, contraditoriamente, do Estado.

Nossa concepção sobre os grupos dominantes ou hegemônicos parte de um patamar já construído em muitas reflexões realizadas acerca das instituições relacionadas ao setor imobiliário e ao papel do Estado, como abordado por Fix (2011), Royer (2014) e Rolnik (2019), sobre as operações financeiras, a partir de Melazzo (2013; 2019) e Sanfelici (2015), e ainda sobre os “bancos de terras”, como debatido por Fix e Paulani (2019), trabalhos estes que contribuem para a compreensão sobre o processo de construção social da imagem¹⁰ hegemônica nas cidades.

Ao investigarmos a trajetória de formação das cidades de Ribeirão Preto e Maringá, cotejamos as implicações tanto de rupturas quanto das permanências, percebendo as semelhanças e diferenças entre as mesmas. Por essa razão adotamos uma perspectiva metodológica que contemplasse, no tempo e no espaço, a estruturação do espaço urbano, uma vez que são relevantes as distinções históricas entre elas.

Tais distinções históricas, atreladas às políticas urbanas e ações locais, apontam para o desenvolvimento de diferentes lógicas habitacionais e espaciais, que decorrem da atuação dos agentes sociais.

Buscamos apresentar tais análises comparativas e traremos à baila algumas notas que permitam a compreensão sobre as cidades e suas particularidades, no primeiro item do capítulo, para que, em seguida, possamos debatê-las e problematizá-las a partir da perspectiva da

¹⁰ A referência que fazemos à construção de uma “imagem” hegemônica da cidade, representativa de uma parte da realidade e de um grupo específico da cidade, operacionaliza-se através de intervenções urbanas realizadas a partir da ação e comunicação simbólicas. Essa ferramenta, por sua vez, expressa a articulação dos elos entre meios técnicos de comunicação, esfera cultural e aparelhos de poder e que partem de interesses específicos (RIBEIRO, 2014). A finalidade de construção desse tipo de imagem, como aponta Ribeiro (2014), seria a atração de circuitos de investimento, atingindo faixas de renda correspondentes ao topo do mercado e camadas médias. Podem ser considerados imagens e imaginários urbanos produzidos para se tornarem dominantes, principalmente na conquista do consenso e na atração de novos e maiores investimentos.

construção hegemônica, em suas respectivas diacronias e processos de heranças históricas locais e regionais, no subitem seguinte.

1.1. Maringá - PR e Ribeirão Preto - SP: uma síntese sobre suas gêneses e lógicas de produção

Buscamos, ao longo do capítulo, contextualizar gêneses e lógicas de formação das cidades à luz de processos analisados, como a mercantilização da terra e a expansão das lógicas capitalistas de produção do espaço, que se direcionaram para a construção de uma imagem hegemônica para as cidades, fator este que teve influência constante e direta sobre a estruturação de suas respectivas políticas e lógicas habitacionais. No entanto, não temos a pretensão, aqui, em avançar na descrição minuciosa sobre a historicidade de origem e fundação de Ribeirão Preto e Maringá, uma vez que outros autores se dedicaram a tal¹¹.

Tanto Ribeirão Preto quanto Maringá são cidades cuja evolução urbana esteve diretamente associada aos desdobramentos da consolidação da formação socioespacial do complexo cafeeiro que se estendeu por todo estado de São Paulo e ao norte do Paraná, sendo este um elemento determinante para a estruturação de dinâmicas que passaram a integrar tais territórios à economia capitalista.

Não se tratava de cidades que eram fundadas, apenas, para dar apoio à ocupação rural, mas núcleos urbanos que apoiavam a expansão ferroviária, em que se localizava a rede bancária em constituição, em que se apoiava a eletrificação que se implantava, em que o comércio atacadista e varejista ampliava o vigor, tendo em vista uma estrutura fundiária que era constituída por grandes, mas também por médias e pequenas propriedades. (SPOSITO, 2004, p. 174).

No entanto, a conformação deste elemento histórico se deu de formas diferentes, desde o início, para as duas cidades, reverberando na (re)definição de ações e estratégias de produção

¹¹ A historicidade de formação da cidade de Ribeirão Preto é tratada com maior rigor de detalhes por autores como Silva (2008), Garcia (2013), Zamboni (2018), Faria (2003), Abreu (2015), Barcella (2018), Rizzatti (2020) e outros. Enquanto a análise sobre estruturação histórica de Maringá parte de um referencial teórico pautado em autores como Garcia (2019), Franco (2011), Rigon (2017), Carvalho (2000), Tows (2012), Beloto (2004), Cordovil (2010), Rodrigues (2004) e outros, em suas respectivas e variadas óticas de análise.

e dominação do espaço que, se de um lado reproduzem os elementos gerais e que passam a ser comuns a todas as cidades, por outro vão ganhando particularidades.

Dessa maneira, levamos em consideração as particularidades de dinâmicas históricas de cada uma das cidades e da formação socioespacial a qual pertencem, para que pudessemos analisar, no amplo processo de reprodução das relações capitalistas, um cenário de constantes mudanças dos conteúdos econômicos, sociais e políticos, que se combinam e se relacionam continuamente com a morfologia e processos de produção dos espaços destas cidades.

Com conteúdos distintos no que se refere aos ritmos e às formas da urbanização, Ribeirão Preto e Maringá tiveram, na economia cafeeira, o momento que originou a acumulação do capital, alcançando ao longo do tempo outras formas e frentes de realização mercantis e capitalistas, principalmente, na produção do ambiente construído.

É a partir deste conjunto de dinâmicas que buscamos compreender as cidades de Ribeirão Preto – SP e Maringá – PR, uma vez que foi possível, através desta estratégia teórico-metodológica, estabelecer as correlações necessárias para análise das relações sociais que se dão através das lógicas de produção do espaço.

Como comentado na introdução do capítulo, o papel histórico da articulação entre a abolição da escravidão e o processo de implementação e regulamentação, pela lei de terras de 1850, da propriedade privada da terra, contextualiza os processos que marcam a urbanização brasileira¹², sendo elementos constitutivos na formação de várias cidades do país, entre elas, Maringá e Ribeirão Preto.

Enquanto a fundação de Ribeirão Preto, que se deu oficialmente em 1856, inserindo-se no início da segunda fase da marcha do café pelo Estado de São Paulo, quase concomitante à

¹² A urbanização brasileira é tomada, neste trabalho, como um processo que teve início há algumas décadas, tornando-se mais marcante a partir da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente a segunda metade do século XX e as duas décadas iniciais do século XXI e, portanto, pode ser considerada, tomando como recorte este conjunto de décadas, como uma Urbanização Contemporânea. As dinâmicas estudadas não se deram compassadamente em todo o mundo, ou seja, não se desenvolveram da mesma forma e simultaneamente. A difusão de elementos da urbanização, como o aumento do número e tamanho das cidades ou crescimento dos papéis urbanos na divisão territorial do trabalho, são questões importantes para compreensão da urbanização brasileira. Sendo importante, no entanto, não construir o pensamento fazendo oposição entre campo e cidade, e sim colocando foco nas relações entre ambos, nas articulações e, para tanto, é preciso observar como se estabelece a divisão territorial do trabalho (informação verbal fornecida por Maria Encarnação Beltrão Spósito em aula da disciplina Urbanização e Produção do Espaço, em 12 de maio de 2020).

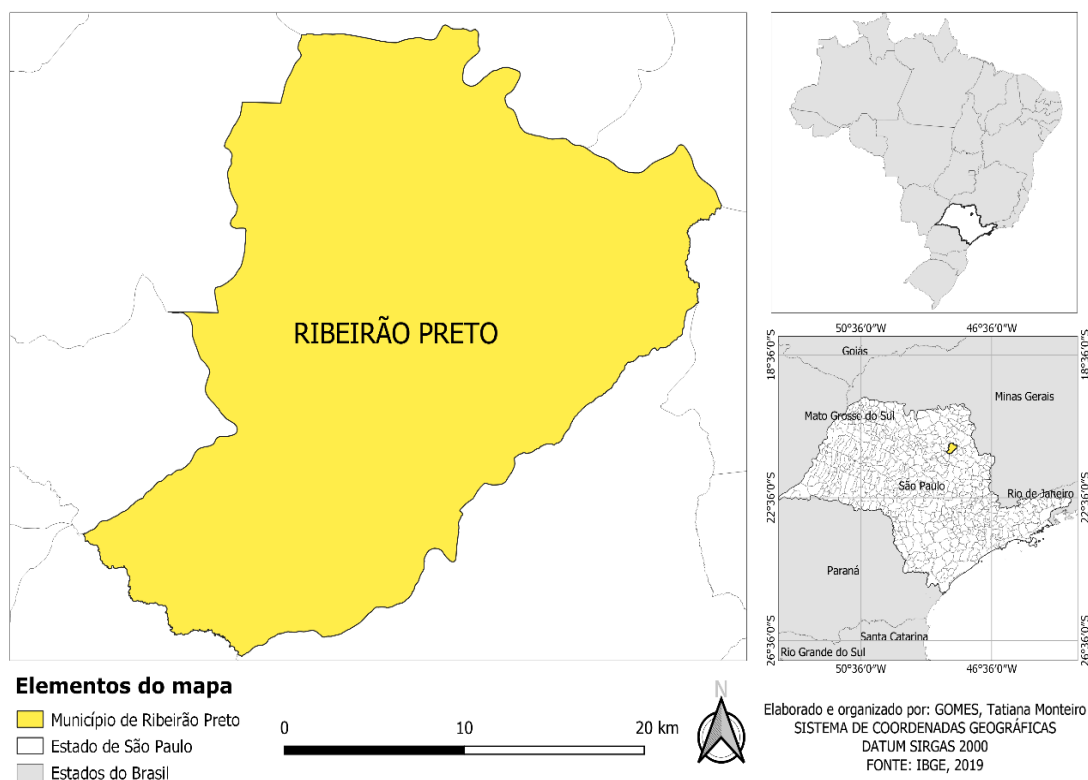
instituição da propriedade privada da terra reconhecida por lei e, portanto, carregando mais fortemente os resquícios de um Brasil rural e escravista, Maringá foi fundada em 1947, assumindo os ritmos e formas já de um “empreendimento empresarial” em sua constituição inicial, uma vez que já era intenso o processo de urbanização no mundo pós segunda guerra. No entanto, com quase cem anos de diferença entre suas fundações e de maneiras diferentes, a lógica habitacional de ambas esteve intimamente ligada à relevância da propriedade fundiária no processo histórico de mercantilização da terra no Brasil (GARCIA, 2013).

O momento histórico no qual está inserida a fundação de Ribeirão Preto implica em particularidades significativas no que se refere à evolução desta cidade, já que em suas lógicas de constituição estão as marcas da contraposição entre sua importância como principal via de acesso às minas de ouro no Estado de Goiás e a acentuação da dinâmica econômica capitalista, direcionada pelas atividades da economia cafeeira (ABREU, 2016).

O município de Ribeirão Preto está situado na porção nordeste do Estado de São Paulo (Figura 1)¹³ e seu núcleo urbano original começou a se formar a partir de 1856, se expandindo territorialmente em diferentes ritmos e direções ao longo do tempo.

¹³ O mapa da Figura 1 apresenta a localização do município de Ribeirão Preto, que conta com um território de 651 km² (IBGE, 2020), onde residem, aproximadamente, 720.116 habitantes (IBGE, 2021).

Figura 1 – Ribeirão Preto/SP - Mapa de localização do Município de Ribeirão Preto.



Fonte: IBGE, 2019 – Elaborado pela autora (2020).

No decorrer do tempo a cidade foi se tornando núcleo do processo de aglomeração urbana e concentração de atividades industriais e de diversos fluxos econômicos (DAL POZZO, 2015).

Durante as décadas de 1940 e 1950 houve uma redefinição das estruturas espaciais da cidade, reforçada durante as décadas de 1960 e 1980. Neste último período conferiu-se maior importância às dinâmicas de expansão territorial de Ribeirão Preto e aos produtos e agentes imobiliários que passam a nela atuar (ABREU, 2016; BARCELLA, 2018).

Particularmente, durante as décadas de 70 e 80 e concomitante ao avanço dos indicadores demográficos, como será visto adiante, começa também a ampliação e acentuação das periferias ocupadas por extratos socioeconômicos de baixa renda, bem como da precariedade habitacional, ocupações de terrenos públicos e privados e da informalidade na produção e acesso à habitação, como discutiremos no Capítulo 2.

Assim, Ribeirão Preto começou a apresentar um padrão de evolução territorial que se acentuou a partir de 1970, marcado pela ocupação incipiente do setor sul, enquanto os setores norte e oeste são tomados pelas habitações de interesse social vinculadas às ações da Companhia de Habitação de Ribeirão Preto (COHAB-RP) e do Banco Nacional de Habitação (BNH) assim como da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) (ABREU, 2016; DAL POZZO, 2015).

A partir desta lógica, já na década de 1980, a zona norte da cidade teve uma ocupação acentuada e significativa por conjuntos habitacionais de interesse social, realizados pela Companhia de Habitação de Ribeirão Preto – COHAB-RP (ZAMBONI, 2018). Enquanto isso, a zona sul passa a constituir-se por novas formas de habitat¹⁴ urbano representadas pelos espaços residenciais fechados¹⁵ direcionados às camadas de maior poder aquisitivo da cidade.

O falso discurso da propalada “Califórnia Brasileira”, elaborado para representar a cidade na segunda metade do século XX (GOMES, 2013) e que se traduziu predominantemente pelas crescentes oportunidades de empregos e melhorias das condições de vida para segmentos socioeconômicos específicos, contribuiu com um saldo expressivamente positivo de seus processos migratórios (DAL POZZO, 2015).

Após o período áureo do café, a cidade de Ribeirão Preto foi se tornando polo comercial da região, principalmente no contexto do crescimento da monocultura da cana de açúcar. Nos anos de 1990, o discurso propagado pelos meios de comunicação que relacionava Ribeirão Preto à imagem da “Califórnia Brasileira” deu-se, majoritariamente, pelo fato da cidade ser pretensamente constituída por pessoas de alto poder aquisitivo e que podiam ser representadas

¹⁴ Habitat urbano não é entendido aqui apenas como a casa/moradia, tendo relação direta entre a casa em si e o próprio conjunto da cidade e das condições da vida urbana.

¹⁵ A expressão “espaços residenciais fechados” é utilizada a partir do referencial teórico pautado nos estudos elaborados por Sposito e Góes (2013) que definem como “[...]” todos os tipos de empreendimentos residenciais horizontais murados e controlados por sistemas de segurança [...], ainda que haja diferenças nos termos da legislação vigente, entre as formas de fechamento e controle observadas nesses espaços, bem como suas condições jurídicas de propriedade [...]”. A dinâmica, especificamente no caso de Ribeirão Preto, é apresentada com mais detalhes na tese de Dal Pozzo (2015), denominada “Fragmentação Socioespacial em cidades médias paulistas: os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente”, ou ainda, articulada às dinâmicas e estratégias dos agentes imobiliários, como apontado na dissertação de Barcella (2018), “A dinâmica dos agentes imobiliários e suas estratégias fundiárias em cidades médias: da reprodução do capital à reprodução das desigualdades socioespaciais”.

pelas figuras dos grandes empresários e usineiros da região. Ou seja, a propagação de uma imagem que reflete a realidade de uma minoria (DAL POZZO, 2015).

No entanto, como apontaremos nos capítulos seguintes, a desigualdade crescente na produção da cidade, englobando a luta pela moradia, ocupações de terra e outras manifestações de agentes sociais não hegemônicos, permitem observar a desconstrução dessa imagem elaborada através do “mito” da “Califórnia Brasileira”.

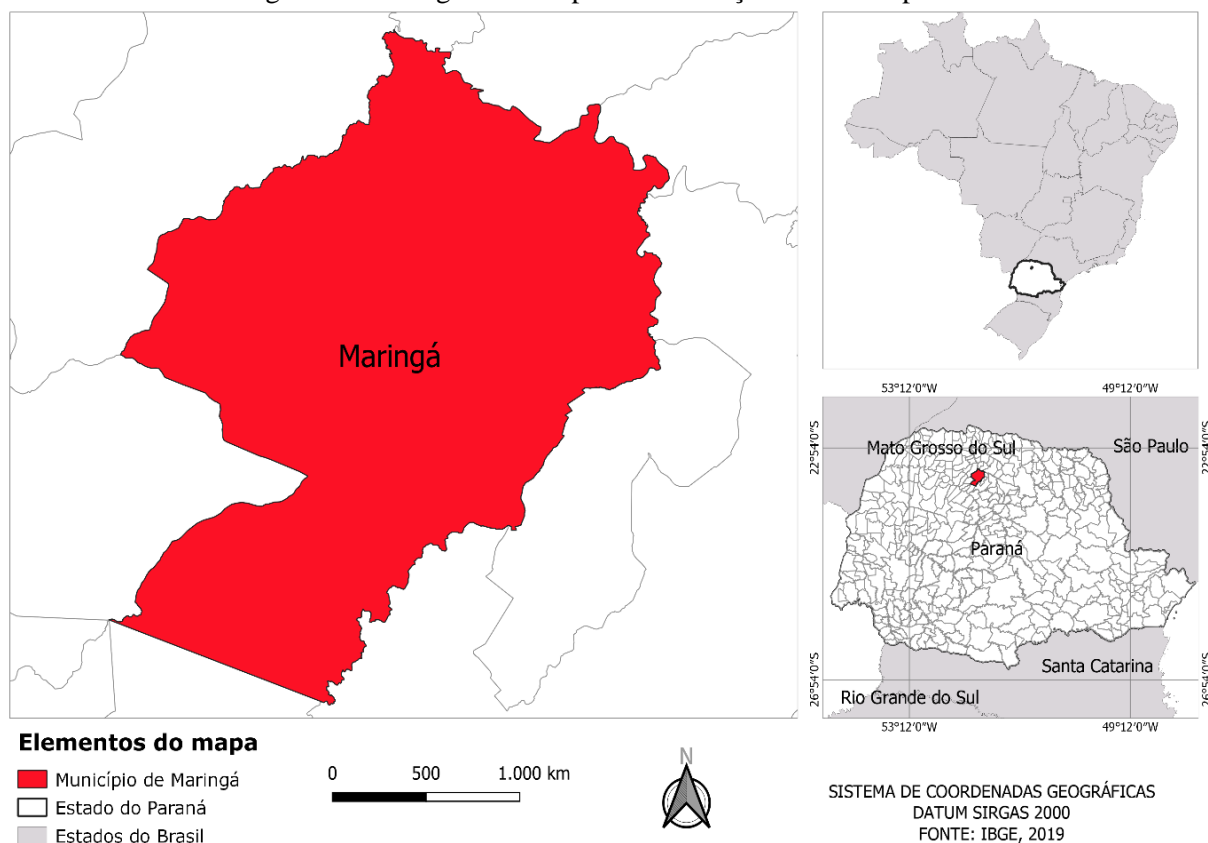
Diferente de Ribeirão Preto, a cidade de Maringá é fundada já sob o signo da terra como mercadoria, assumindo as condições do empreendimento empresarial a partir do qual foi pensada, orientada através da cidade como suporte às bases técnicas e econômicas do café e de mercantilização de terras, pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)¹⁶.

A “aura” de uma cidade planejada (RODRIGUES, 2004; GARCIA, 2018; TOWS, 2012) ou cidade plantada (REGO, 2009), desde sua origem, permitiu a Maringá um papel de importância em relação a seu caráter urbanístico que se articulou através de uma esteira ideológica, vendida na imagem e gestão de uma cidade considerada diferenciada. Essa estratégia gerou a construção de uma imagem e imaginário do espetáculo, do diferente, do distinto, que facilitava para que as gestões, em determinados momentos, articulassem e operacionalizassem suas ideias. Esse ideário traz, como enfatiza Rodrigues (2004) os pressupostos de ordem e controle, no entanto, como buscaremos demonstrar nas análises, trata-se de uma dissimulação da realidade de desigualdades socioespaciais que se expressam na cidade e, portanto, compreendemos essa imagem construída para a cidade como uma narrativa utópica ou, como abordado por Cordovil e Garcia (2015), através do “mito da cidade planejada”.

¹⁶ A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi a empresa responsável pela exploração de terras ao norte do Paraná, movida através da iniciativa e capital ingleses e pautada em um emblemático discurso, cujo “carro forte” seria o “progresso”. A atividade da Companhia seria delineada a partir de cidades projetadas cronologicamente sob a estrutura de núcleos urbanos secundários, no sentido Leste-Oeste, correspondente ao sentido de implantação dos loteamentos e da expansão da economia cafeeira. Seria, como define Muller (2001) “um capítulo da vida paulista, mas em território paranaense” (2001, p. 89)

Seguindo a forma empresarial e capitalista de produção do espaço, a cidade de Maringá foi concebida para desempenhar a função de capital regional, pelo seu posicionamento estratégico (Figura 2)¹⁷, no centro geométrico das terras que estavam sob o empreendimento da Companhia, assim como Cianorte e Umuarama (CARVALHO, 2000).

Figura 2 - Maringá/PR - Mapa de localização do Município.



Fonte: IBGE, 2019 – Elaborado pela autora (2020).

¹⁷ O mapa da Figura 2 apresenta a situação geográfica da cidade de Maringá, que está situada a noroeste do Estado do Paraná, com uma área territorial de 487,012 km² (IBGE, 2020) e uma população estimada de 436.472 pessoas (IBGE, 2021).

O seu povoamento se iniciou por volta de 1938, mas as primeiras edificações urbanas surgiram na localidade por volta da década de 40. A cidade foi oficialmente fundada em 10 de maio de 1947 e elevada a Município em novembro de 1951, através da Lei nº 790.

Segundo Gimenez (2007), o norte do Paraná representava, para a atuação da Companhia, uma “terra de oportunidades” que, por um conjunto de fatores estratégicos de colonização privada, fez parte da estruturação de uma rede de cidades de crescente desenvolvimento econômico, dinamismo regional e de grande rentabilidade, garantida inicialmente pelo método de parcelamento e venda dos lotes,

Para tanto, a Companhia desenvolveu seus negócios a partir de capital britânico, que conforme descrito por Rego (2009), tratava-se de um conjunto de investimentos moldados sob a imagem de um desenvolvimento transformador que se anunciava no norte do Paraná, trazendo consigo a ideia de modernidade, que pretensamente atingiria a todos.

Aproveitando, dentre outros fatores, da vantajosa posição geográfica de Maringá, como nó de um eixo de comunicações, os agentes sociais e econômicos foram rapidamente atraídos a direcionar investimentos, principalmente aos negócios fundiários e imobiliários, já previamente definidos desde a idealização da fundação da cidade.

Conforme contextualizado e explicitado por diversos autores como Garcia (2019), Franco (2011), Rigon (2017), Carvalho (2000), Tows (2012), Beloto (2004), Cordovil (2010) e outros, em suas respectivas e variadas óticas de análise, o processo que deu origem à cidade de Maringá, articulado inicialmente pela CTNP e, posteriormente, em 1944, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) – quando a CTNP foi vendida a um grupo de capitalistas paulistas - manteve a mesma orientação da colonização inglesa baseada no loteamento de terras, construção de estradas e fundação de núcleos urbanos, que se constituiu como um conjunto de estratégias, crucial para a elaboração de um discurso em torno da cultura do planejamento técnico e de parâmetros urbanísticos, constantemente reordenados de acordo com conveniências, ritmos e sentidos apontados pelo mercado que, como apresentaremos no tópico seguinte, representaram a construção e manutenção de uma imagem hegemônica e dominante para a cidade.

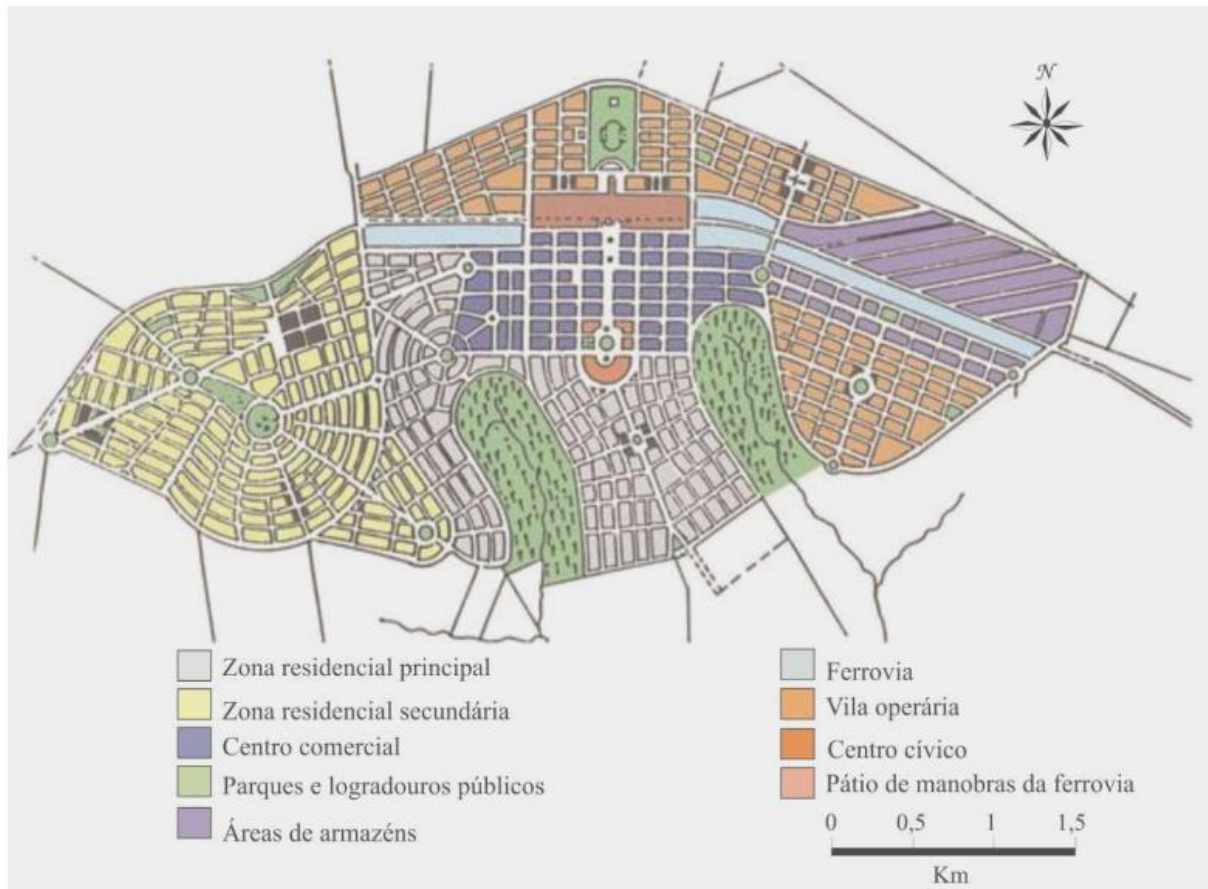
Sob a perspectiva inicial de compor as margens da ferrovia que ligaria o norte do Paraná ao estado de São Paulo para escoamento da produção do café e para garantia de que os

produtores estivessem próximos aos núcleos habitacionais, foram planejados e implantados diferentes centros urbanos, com distância aproximada de 15 km para aqueles de menor porte e de 100 km para os maiores. As cidades de Maringá e Londrina, por exemplo, integraram este último quadro estratégico de distanciamento entre os núcleos urbanos, como uma forma de hierarquizar a rede urbana, principalmente com a implantação das primeiras cidades. (CARVALHO, 2000).

A cidade de Maringá tem sido objeto de estudos importantes sobre o seu processo de urbanização, conforme destacamos alguns autores nos parágrafos anteriores. Além de ter sido fundada por uma iniciativa de colonização privada e estruturada como um grande empreendimento econômico, a sua relevância para as pesquisas também se dá em razão de seu projeto inicial (Figura 3), baseado no ideário de cidade jardim (REGO, 2009) desenhado pelo engenheiro urbanista Jorge de Macedo Vieira¹⁸. Sendo, então, ainda mais explorada pelo marketing urbano, e como aponta Tows (2012), provocando uma curiosidade em desvendar a teia invisível de como seu espaço tem sido produzido, a partir de suas características peculiares, como o traçado urbano diferenciado, seu desenvolvimento vertical, status econômico, índices de desenvolvimento, inexistência de favelas, verde urbano, etc.

¹⁸ Jorge de Macedo Vieira, profissional engenheiro de grande influência nos princípios intrínsecos ao plano de Maringá, teve grande atuação elaborando bairros jardins, estâncias balneárias e planos de cidades novas (CORDOVIL, 2010)

Figura 3 - Primeiro Plano Urbanístico de Maringá.



Fonte: TOWS (2012).

Tomando-se o recorte temporal a partir do qual os dois citados núcleos urbanos foram fundados, a cidade de Maringá pode ser considerada como uma das expressões da denominada nova urbanização brasileira, que se constituiu a partir dos anos de 1930/1940, caracterizada pela urbanização menos seletiva em relação à implantação das cidades, que eram localizadas primordialmente na faixa costeira, com poucos núcleos urbanos no interior do país e também marcada pela maior articulação entre as cidades (AMORIM, 2015).

Assim, conforme aponta Moura (2004), a cidade de Maringá, articulada principalmente a três municípios vizinhos num conjunto de centralidades expressivas, acaba “compondo um extenso eixo concentrador de atividades e de população urbana” (MOURA, 2004, p. 42).

A partir de tal proximidade com municípios vizinhos, desenvolvida ao longo do eixo rodoviário, em direção à cidade de Sarandi¹⁹ predomina uma ocupação popular, operária, que se constituiu perifericamente em relação a Maringá. Já na direção Oeste, ocorre uma ocupação com uma menor densidade residencial e das áreas industriais ao longo dos eixos rodoviários que condicionaram a expansão urbana, com predominância dos bairros populares, enquanto no sentido sudoeste, a conurbação com a cidade de Paiçandu²⁰ é menos intensa do que aquela observada com Sarandi. No entanto, apesar dessa distinção, tanto Sarandi quanto Paiçandu, são alvos dos empreendedores imobiliários de Maringá, desempenhando o papel de “cidades dormitório”, para a população trabalhadora flutuante da cidade de Maringá (AMORIM, 2015).

O conjunto de sínteses apresentadas até o momento indica algumas das tendências associadas às formas e aos processos que conduziram à estruturação urbana e das cidades de Ribeirão Preto e Maringá, entendidas, aqui, como cidades médias.

Buscando indicar algumas das tendências associadas às formas e processos que conduziram à estruturação urbana e das cidades analisadas, na sequência, a Tabela 1 apresenta a evolução demográfica dos municípios de Ribeirão Preto e Maringá, no período de 1980 a 2010²¹, a partir dos dados dos censos demográficos desenvolvidos pelo IBGE.

Tabela 1 - Ribeirão Preto - SP e Maringá - PR: Evolução da população residente. 1980 – 2010.

Ano	Ribeirão Preto - SP	Maringá - PR

¹⁹ O município de Sarandi possui área territorial de 103,501km², com uma população estimada de 98.888 habitantes (IBGE, 2021). Localiza-se no Norte do estado do Paraná. Localizado à 7,6 km de Maringá.

²⁰ Paiçandu é um município com área territorial de 171,379km² e população estimada de 42.251 habitantes (IBGE, 2021). Localizado à 13,8 km de Maringá.

²¹ A periodicidade da pesquisa, pelo IBGE, é decenal, excetuando-se os anos de 1910 e 1930, em que o levantamento foi suspenso, o ano de 1990, quando a operação foi adiada para 1991 e o ano de 2020. A próxima coleta do Censo Demográfico será realizada entre os meses de agosto a outubro de 2022 (IBGE, 2022). No entanto, existem projeções populacionais realizadas em períodos intercensitários, de fundamental importância para o cálculo de indicadores sociodemográficos, fornecendo subsídios para a implementação de políticas públicas e avaliação de programas.

	População Urbana	População Rural	População Total	População Urbana	População Rural	População Total
1980	306.837	10.081	316.918	160.645	7.549	168.194
1991	424.311	9.831	434.142	233.732	6.198	239.930
2000	502.002	2.160	504.162	283.792	4.673	288.465
2010	602.061	1.713	603.774	350.653	6.424	357.077

Fonte: IBGE Cidades, 2021. Elaborado pela autora (2021).

Tabela 2 - Ribeirão Preto - SP e Maringá - PR: taxa de crescimento geométrico populacional total 1980 – 2010.

	Ribeirão Preto - SP	Maringá - PR
Ano	TOTAL	TOTAL
1980-1991	3,01%	3,29%
1991-2000	2,11%	2,08%
2000-2010	1,84%	2,15%

Fonte: IBGE Cidades, 2021. Elaborado pela autora (2021).

Entre essas duas cidades médias, ainda que menos populosa, Maringá, desde 1980, a cidade apresentou um maior ritmo de crescimento geométrico da população residente entre os anos de 1980-1991, em que Maringá teve uma taxa de crescimento de 3,29% enquanto Ribeirão Preto 3,01% e, entre 2000-10, em que Ribeirão Preto teve 1,84% e Maringá 2,15%, como pode ser extraído da Tabela 2. Apenas entre 1991-2000 a taxa de crescimento geométrico de Maringá foi menor que Ribeirão Preto, 2,08% e 2,11% respectivamente. No entanto, não se trata de uma diferença significativa, quando comparada aos demais períodos de tempo.

Neste sentido, é relevante também analisar a evolução do indicador da taxa de urbanização dos respectivos municípios nas últimas décadas, mantendo-se com percentuais crescentes até os dias atuais como, complementarmente, indicam os dados da Tabela 3.

Tabela 3 – Taxa de urbanização das cidades de Ribeirão Preto - SP e Maringá – PR. 1980 a 2010.

	1980	1991	2000	2010
Estado de São Paulo	88,64	92,72	93,41	95,94
Ribeirão Preto – SP	96,81	97,74	99,57	99,72
Estado do Paraná	58,62	73,36	81,40	85,33
Maringá – PR	95,51	97,41	98,38	98,20

Fonte: Fundação SEADE e IPARDES. Elaborado pela autora (2022).

A taxa de urbanização consiste na razão entre o número de habitantes que residem nas áreas urbanas e o número total de residentes no município e, como é possível observar, é significativa nas duas cidades, que desde 1980 apresentam taxas maiores em comparação aos Estados aos quais pertencem.

Podemos depreender, com o conjunto de elementos apresentados sobre a formação das cidades e os dados apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3, um movimento permanente de transformação espacial associado tanto às dinâmicas econômicas quanto demográficas, o que convém chamar atenção, como buscamos demonstrar nos tópicos seguintes, para a produção cada vez mais seletiva e diferenciada dos espaços de moradia destas cidades, tratados mais adiante, à luz dos processos que conformaram suas políticas habitacionais, assim como os elementos que foram impactados pelas mesmas.

Portanto, seguiremos abordando e problematizando as gêneses e lógicas destes recortes empíricos a partir dos processos de construção da hegemonia que, por sua vez, contribuíram para a paulatina produção de processos de desigualdades socioespaciais.

1.2. A construção da hegemonia: a “Califórnia brasileira” e a “Cidade planejada”

Os desdobramentos decorrentes do conjunto de elementos apresentados no tópico anterior consubstanciaram determinações diversas que, quando articuladas às dinâmicas de

produção do ambiente construído, refletem, entre outras transformações, em formas de dominação e apropriação do espaço urbano.

As cidades objetos de nossa pesquisa apresentam distinções no que se refere à estrutura urbana, às práticas e ações predominantes na produção do espaço urbano e às morfologias²² de seus espaços. No debate aqui proposto, pretendemos chamar atenção para a produção cada vez mais seletiva e diferenciada dos espaços de moradia destas cidades, uma vez que a compreensão sobre como se produz e consome o conjunto de bens imobiliários, em particular a moradia, em um contexto de uma sociedade capitalista dependente e em cada contexto histórico particular, é de extrema relevância para entendermos as lógicas que se delinearam em cada uma das cidades.

Dessa forma, o desenvolvimento da reflexão conceitual sobre a construção da hegemonia implica em adentrar em um aporte de ferramentas de interpretação sobre a realidade contemporânea das cidades e explorar o universo de contradições que se articularam historicamente até nosso tempo e permanecem em constante articulação.

Neste sentido, nos propomos aqui a uma reflexão crítica sobre os processos de construção de tal hegemonia em cada uma das cidades, levando em consideração o conjunto de dinâmicas e lógicas apresentadas no tópico anterior, através das quais as cidades em análise foram fundadas e estruturadas e que partem, para Ribeirão Preto, dos elementos que constituíram a atração de investimentos e formação cada vez mais significativa da cidade atrelada aos interesses privados e de agentes imobiliários, enquanto, para Maringá, a compreensão é pautada a partir do planejamento estratégico que dissimula informações e uma parte da realidade da cidade²³. Ambas, portanto, se estruturam a partir da construção de uma imagem hegemônica da cidade que se deu, no entanto, através de determinações diferentes.

²² Ao tratarmos sobre morfologias damos destaque às formas espaciais produzidas como características do tecido urbano, carregadas de símbolos e representações, podendo ter uma intencionalidade prévia ou a posteriori. Cada forma espacial tem conteúdos, significados e funções e que, com a complexidade da sociedade e de seus processos, também vão se tornando mais complexas (informação verbal fornecida por Arthur Magon Whitacker em aula da disciplina Urbanização e Produção do Espaço, em 25 de junho de 2020). Levando em consideração as categorias analíticas de Milton Santos – estrutura, processo, função e forma – que permitem entender o que é o espaço, compreendemos que as formas sociais podem ser pensadas a partir de suas funções, assim como existem funções que decorrem da relação dialética entre ambas. As formas espaciais ocorrem em qualquer escala, a estrutura produz formas espaciais com funções. Conhecer esses mecanismos nos ajudam a entender a produção da cidade.

²³ Cabe ressaltar que não se trata de um debate que anule determinadas dinâmicas para uma ou outra cidade, e sim que leva em consideração aquelas de maior relevância para as temáticas analisadas neste trabalho.

Tratamos aqui das lógicas de produção da cidade de Ribeirão Preto através da ideia de sua estruturação a partir do eixo norte-sul, elemento importante para entender a construção da hegemonia na cidade, que Faria (2003), ao tratar dos processos e dinâmicas envolvidos na formação da cidade, denomina figurativamente, de “duas cidades” que, sob a perspectiva das dinâmicas urbanas, sociais, econômicas e políticas, se relacionam continuamente.

Enquanto, para Maringá, a análise será tomada a partir da perspectiva do projeto elaborado para a cidade que, como afirma Negri (1998), estruturou no espaço da cidade zonas funcionais que eram definidas e articuladas entre si, a fim de garantir uma relativa e constante “harmonia” para a cidade, para atrair investimentos cada vez mais lucrativos.

Tomamos, como ponto de partida para a análise o conceito de hegemonia como abordado, inicialmente, por Gramsci (2012), que a ele se refere como condição de dominação pelo sistema capitalista para se afirmar no campo político, ideológico e cultural, através, como citamos no parágrafo anterior, de instrumentos de coerção ou, como nas palavras de Gramsci (2012, p. 42), realizando “[...] combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais” .

Lefebvre (2001) ao tratar do conceito de dominação remete ao sentido de propriedade, ou seja, de um domínio. E, neste sentido, a ideia de hegemonia, contém a dominação a partir da noção de propriedade, e em certos contextos, os instrumentos de coerção são utilizados na própria manutenção da hegemonia. De acordo com Lefebvre (2006, p. 34) “[...] a prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando.”

Segundo a concepção gramsciana, as relações sociais de hegemonia no âmbito da dominação pelo sistema capitalista podem demonstrar “[...] quais são os pontos de menor resistência, nos quais a força de vontade pode ser aplicada de modo mais frutífero” (GRAMSCI, 2012, p. 46), traduzida, também nas palavras do autor, como “[...] hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2012, p. 248).

Na visão de Gramsci (2012), a hegemonia compreende o conjunto de forças que se articulam constantemente com a estrutura do sistema na sua regulação e construção das condições objetivas para a sua reprodução, “[...] criando, assim, a hegemonia de um grupo social dominante sobre outros grupos subordinados” (GRAMSCI, 1980, p. 58).

Historicamente, a hegemonia afirma-se na capacidade de articular interesses e criar condições de poder em múltiplas escalas, mantendo (ou desestabilizando) as condições de

equilíbrio do sistema capitalista.

Ao tratar da hegemonia a partir dos poderes de dominação, Gramsci aponta que há uma assimilação dos intelectuais tradicionais, que representam a estrutura econômica. Ou seja, através de uma liderança intelectual, ideológica e moral, há a formação de uma vontade coletiva, que unifica o bloco histórico (GRAMSCI, 1978).

No entanto, também é preciso considerar o debate proposto, nas últimas décadas, por autores como Laclau e Chantal Mouffe (2004), através de uma nova abordagem do conceito de hegemonia que amplia a noção gramsciana. Trata-se de autores pós-marxistas, já que elaboram uma releitura da tradição marxista e questionam a adequação das respectivas categorias à sociedade contemporânea, como novos pontos de partida para a análise social (LACLAU e MOUFFE, 2004, p. 10).

Como apontam Laclau e Mouffe (2004), a concepção de hegemonia de Gramsci representou um verdadeiro divisor de águas no pensamento marxista, na medida em que afirma a necessidade de uma liderança intelectual e moral que permita aos grupos sociais se unirem aos interesses de outros grupos. Neste sentido, os autores trazem a noção de antagonismo, como um papel central na nova abordagem sobre o conceito de hegemonia proposta. A relação antagonista teria uma função de impossibilitar a constituição de identidades plenas, já que constitui os limites de toda objetividade, do social e a impossibilidade de se constituir plenamente (LACLAU E MOUFFE, 2004).

Dessa forma, a importância do antagonismo se deve ao fato de que impossibilita uma reconciliação final, a ideia de uma esfera pública e política sem exclusões, já que o conflito e a divisão se fazem necessários para a formação de uma política democrática e plural (LACLAU E MOUFFE, 2004). Os autores ressaltam ainda que essa articulação deve se desenvolver através de um enfrentamento com práticas antagonistas e da instabilidade das fronteiras que as separam, ou seja:

(...) os meios de representação só podem consistir em uma particularidade cujo corpo se divide, dado que, sem cessar de ser particular, ela transforma seu corpo na representação de uma universalidade que o transcende - a da cadeia equivalencial. Esta relação, pela qual uma certa particularidade assume a representação de uma universalidade inteiramente incomensurável com a particularidade em questão, é o que chamamos uma relação hegemônica (LACLAU E MOUFFE, 2004, p. 13).

Por exemplo, em Maringá, como previamente destacado no primeiro item do capítulo, a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, elaborou um projeto inicial para a cidade com espaços residenciais diferenciados que deveriam ser ocupados por classes específicas: no centro da cidade e proximidades localizaram-se áreas residenciais destinadas aos segmentos de alta renda, a oeste as populares e a leste, próximo à zona industrial, a área residencial operária (CORDOVIL, 2010).

Segundo Töws (2012), Jorge de Macedo Vieira adotou para o planejamento inicial da cidade uma inspiração a partir do padrão idealizado por Ebenezer Howard para as cidades-jardim, que colaborou para que Maringá despontasse como um exemplo urbanístico vinculado ao ideário deste modelo que, assim como defende Szemrecsanyi (2000), reforçava uma estruturação “discriminatória e não socializante”. Para esta autora o conjunto de cidades que compunha a rede estruturada pela Companhia obedecia fundamentalmente a uma lógica imobiliária, a valores monetários da terra e a investimentos direcionados para torná-la mercadoria. As zonas implantadas para o planejamento elaborado por Jorge de Macedo eram hierarquizadas e separadas conforme seus usos, “o caráter desigual e excludente que marcou os seus projetos é evidente na segmentação das classes no espaço” (CORDOVIL, 2010, p.116)

Este processo de planejamento e implantação da cidade de Maringá ocorreu a partir da ideia de uma estrutura urbana ordenada em funções residenciais, comerciais, industriais etc., mantida por um processo de controle através de ferramentas como os Planos Diretores e que, de certa forma, contribuem até os dias atuais para a manutenção hegemônica deste tipo de imagem estrategicamente planejada para a cidade.

Podemos relacionar essa ideia de “harmonia” no projeto elaborado para Maringá, ao que Vainer (2014) chama de “utopia da cidade harmoniosa”, como destacamos anteriormente. O planejamento e projeto de uma cidade que segue o ideal de “harmonia”, consiste em uma utopia que funda a cidade sem conflito – ou sem conflito que ameace a ordem capitalista. Tais utopias, como ressalta Vainer (2014), sempre surgem a partir de uma crítica – e negação – às desigualdades, em que se idealiza uma homogeneidade dos indivíduos e, assim, todo conflito social deve ser banido, já que a desigualdade e toda sua expressão são também banidos.

Em Maringá, desde sua origem, as dinâmicas de estruturação da cidade serviram de suporte para um planejamento urbano estratégico para reprodução do capital e garantia de

“harmonia”. Já em Ribeirão Preto, entre as décadas de 1970 e 1980, mais de cem anos depois de sua fundação, começou a se delinear um padrão de evolução territorial, que se acentuou durante a década de 90, expressando uma ocupação incipiente do setor sul, nas proximidades do anel viário e limite no perímetro urbano, enquanto os setores norte e oeste foram ocupados pelas habitações de interesse social vinculadas às ações da COHAB-RP e do Banco Nacional de Habitação - BNH (ABREU, 2016)

Assim como indica Figueira (2013), Ribeirão Preto passou por uma ampla tendência de transformação em relação aos processos consolidados em sua estruturação inicial, mais precisamente na primeira metade da década de 1980 (ABREU, 2016), como aqueles de verticalização e localização residencial. Com essa mudança das lógicas de localização habitacional, os processos de verticalização e localização residencial das camadas sociais de maiores rendimentos se deram, principalmente, relacionados aos bairros Higienópolis e Jardim Sumaré (ABREU, 2016).

Autores como Dal Pozzo (2015), Zamboni (2018), Abreu (2014; 2016; 2019), Barcella (2015; 2017), Melazzo e Abreu (2019); Gomes (2013) e outros, tratam de maneira mais minuciosa sobre as especificidades de lógicas econômicas na estruturação do espaço em Ribeirão Preto, principalmente a partir da perspectiva hegemônica da cidade, e demonstram como, a partir destas condições, a cidade foi estruturada através de dinâmicas de segregação socioespacial²⁴ ou ainda, processos de autosegregação, através dos espaços residenciais fechados – tal como definidos por Sposito e Goes (2013).

Os autores citados demonstraram que desde a fundação de Ribeirão Preto, os grupos hegemônicos se inseriram como agentes ativos no contexto histórico-geográfico de produção dos espaços na cidade, que se distanciaram daqueles ocupados por grupos de trabalhadores (SILVA, 2008). É nessa conjuntura histórica que a produção do espaço urbano de Ribeirão Preto se caracterizaria, assim como Maringá, pela segregação e auto-segregação de espaços

²⁴ Não nos aprofundaremos, especificamente, na descrição minuciosa sobre o conceito de segregação socioespacial. No entanto, já que nosso debate tangencia em muitos pontos os aspectos de definição de tal conceito, à título de elucidação, a segregação socioespacial, enquanto conceito, permite-nos relacionar, mais especificamente, uma única parcela da cidade com o seu conjunto (SPOSITO, 2013). Como defendido por Dal Pozzo (2015), o conceito de segregação socioespacial não é estático e, portanto, não deve se restringir aos moldes de sua origem. Seu poder explicativo está relacionado com cada realidade específica e, portanto, está articulado a revisões e reformulações baseadas em distintas correntes do pensamento e/ou posicionamentos políticos.

residenciais dos diferentes grupos sociais. Neste debate destacam-se, entre outras particularidades do processo de expansão de Ribeirão Preto, as estratégias desenvolvidas por agentes imobiliários locais para a consolidação deste setor como eixo principal da expansão imobiliária da cidade. Neste âmbito se inserem os interesses de quatro grupos imobiliários principais: Habiarte Barc, Copema, Stéfani Nogueira e Conspace, que originou a criação do Grupo de Desenvolvimento Urbano – GDU²⁵ Incorporação e Construção (GOMES, 2013).

Silva (2008) analisa a estruturação da cidade de Ribeirão Preto a partir do que chamou de “cidade visível”, consolidada pelas políticas higienistas, características do século XX, e “cidade invisível” ou o “outro lado” (no caso, da ferrovia), onde estaria localizada a população de menor renda e para onde eram transferidos os equipamentos “indesejáveis” da cidade, como vilas operárias, matadouro, cemitério, hospitais, orfanatos etc.

Garmany e Richmond (2020) tratam de tal política urbanista sanitaria a partir da ideia de higienização, fazendo um resgate histórico da palavra, para explicar os conflitos urbanos no Brasil atualmente. Os autores debatem a estratégia de manter a cidade sob condições específicas – e muitas vezes interessantes ao mercado -, por gestores “iluminados”, para mantê-la saudável na medida em que a [...] Higienização é, antes de tudo, restaurar o que é percebido como uma ordem urbana adequada por meio da mudança populacional e da paisagem” (GARMANY & RICHMOND, 2020, p. 129. Tradução nossa).

Os higienistas brasileiros, como discorrem Garmany e Richmond (2020) eram mais preocupados em defender a população urbana contra elementos que os ameaçavam, como a pobreza, a informalidade e os espaços que esses grupos ocupavam nas cidades.

Aquele tipo de política urbanista sanitaria foi pautada pelos chamados “Códigos de Posturas”, e teve como finalidade afastar, de uma parcela da população, os focos de contaminação como hospitais, fábricas, matadouros, mas que também garantia ao mercado a proteção contra o que poderia ser considerado indesejável, à dinâmica de investimentos e

²⁵ O Grupo de Desenvolvimento Urbano de Ribeirão Preto (GDU-RP) é uma empresa de consultoria de planejamento urbano, criada com a finalidade de oferecer serviços especializados em planejamento urbano para o poder público municipal, a partir dos anos 90. Tem relação direta com empresas imobiliárias locais, cujo fundador também é diretor de uma das maiores incorporadoras da cidade, a Habiarte Barc. Na segunda metade da década de 1990 o grupo foi responsável pela intervenção e expansão do tecido urbano ao sul do quadrilátero central de Ribeirão Preto. Tratava-se, portanto, de um processo de expansão do tecido urbano articulado ao vetor de valorização (seletiva) imobiliária (BARCELLA, 2018).

lucros, o que incluía pessoas e a manutenção elitista da cidade, ou seja, uma forma de garantia hegemônica.

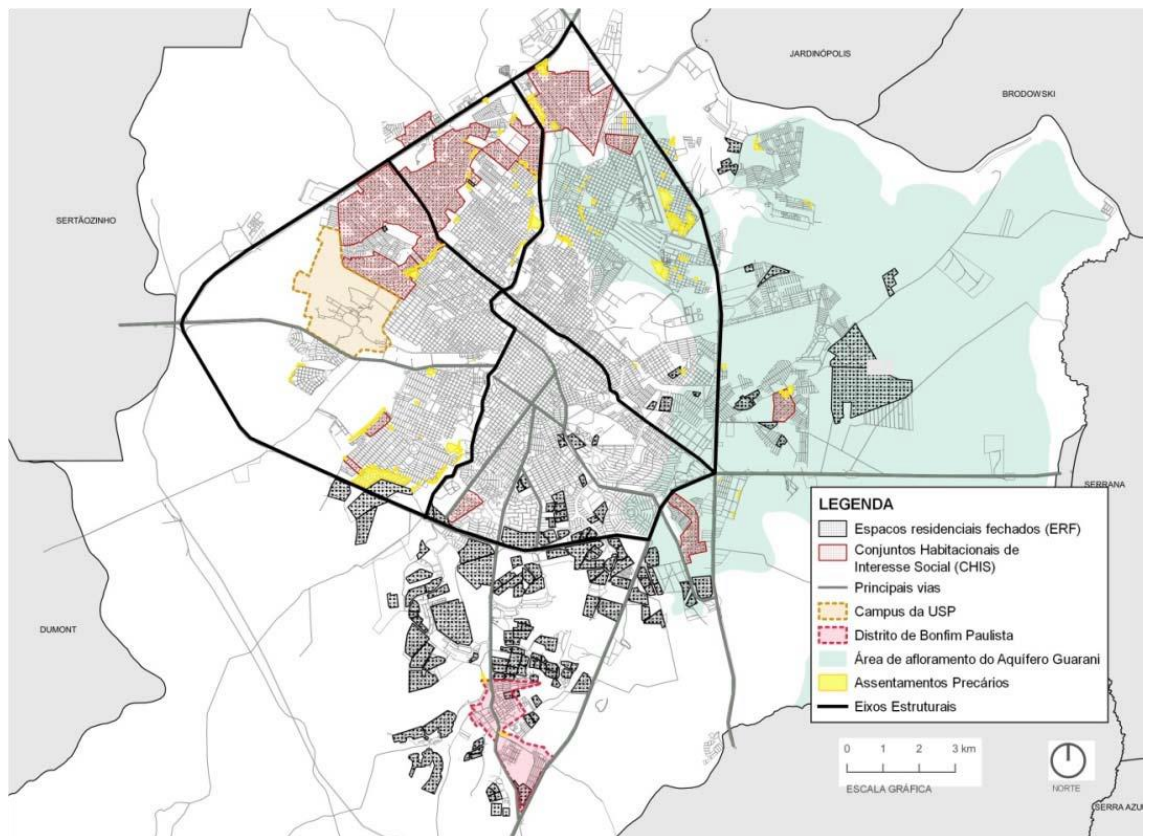
Ao analisar o período mais recente de expansão urbana em Ribeirão Preto, a partir da década 1980, Barcella (2018) identifica seus vetores de expansão territorial, dando destaque para aqueles relacionados diretamente com os agentes imobiliários, dominantes no eixo de crescimento sul, enquanto o eixo norte deu lugar para o espaço formado pela população de menor renda (SILVA, 2008).

Com esse tipo de estratégia, o desenvolvimento seletivo dos bairros em Ribeirão Preto dava indícios da divisão social do espaço²⁶: a elite econômica se concentrava no centro, chamado pelo senso comum de “Cidade” e começava a se expandir no sentido sul, formado principalmente pelo bairro Higienópolis, enquanto as classes de mais baixas rendas da população encontravam terras a preço acessível apenas na área do Núcleo Colonial Antônio Prado, ao norte da cidade.

²⁶ A noção de divisão social é tomada aqui, a partir da perspectiva do espaço e, portanto, definida por uma desigual condição de acesso aos diferentes serviços urbanos e a formação de setores da cidade com formas de ocupação e usos do solo que sugerem a prevalência, por décadas, de um modelo seletivo e excludente (SPOSITO e GOES, 2013)

Até 1990 os conjuntos habitacionais foram implantados no setor norte e, em menor medida, no setor sudoeste. E, a partir de 2000, a tendência de concentração no setor norte foi ainda mais reforçada (DAL POZZO, 2015). Figueira (2013) também destaca as novas formas de habitat produzidas no espaço da cidade de Ribeirão Preto, como os condomínios fechados e edifícios de alto padrão, como pode ser apreendida através da Figura 4.

Figura 4 – Ribeirão Preto – SP - Localização dos Assentamentos Precários, Conjuntos Habitacionais de Interesse Social e espaços residenciais fechados.

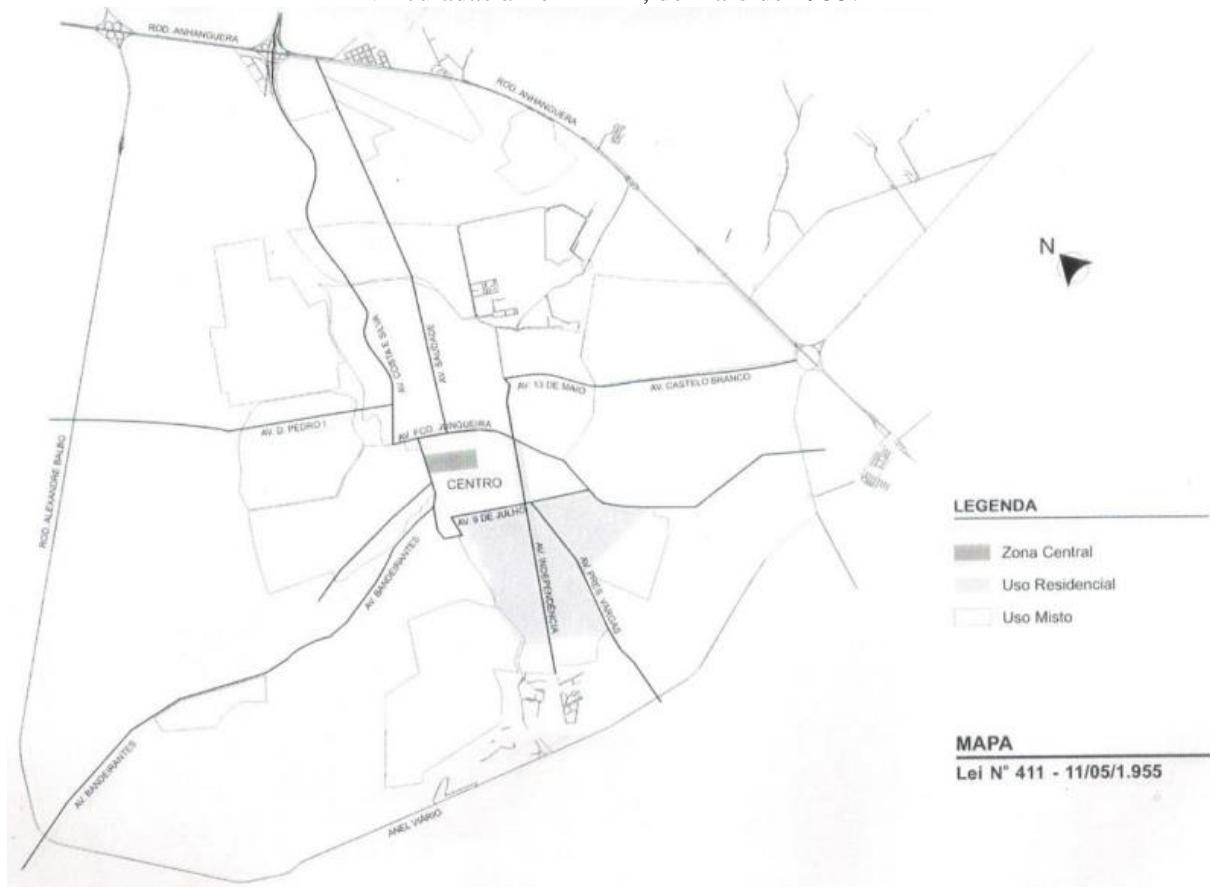


Fonte: Zamboni (2018).

Abreu (2016), neste sentido, destaca que a produção e ocupação do setor sul e sudeste ofereceu facilidades urbanísticas em Ribeirão Preto que acentuaram os processos de apropriação ou dominação privada da cidade. Foram leis que promoveram uma garantia de um relativo controle sobre o adensamento urbano na zona sul, principalmente.

A primeira lei que regulamentou a ocupação e o uso do solo na zona sul de Ribeirão Preto, a lei nº 411 de 1955, por exemplo, determinava que o uso residencial estaria estritamente restrito aos loteamentos que estavam localizados nas proximidades das avenidas nove de julho, ao sul da cidade (FIGUEIRA, 2013), como mostra a Figura 5.

Figura 5 – Ribeirão Preto – SP - Parcelamento, Uso e Ocupação do solo da zona Sul de Ribeirão Preto, vinculadas à Lei nº 411, de maio de 1955.



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Lei nº 411, de 11 de maio de 1955, *apud* Figueira (2013).

Tânia Figueira (2013) desenvolveu uma descrição minuciosa, de grande importância, sobre os instrumentos e manobras de controle da zona sul de Ribeirão Preto, coniventes com uma ocupação segregacionista e voltadas ao uso e ocupação de segmentos socioeconômicos de renda elevada, em que a implantação dos espaços residenciais fechados se tornou apenas mais uma das dimensões mercadológicas que intensificou esse tipo de produção do espaço na cidade.

Em Maringá, por outro lado e conforme destacou Rodrigues (2004), os espaços residenciais fechados também se apresentaram como uma das novas frentes do mercado imobiliário para a população, no entanto não na mesma intensidade ou com a mesma lógica de localização observada em Ribeirão Preto.

Foram aprovados 54 novos loteamentos habitacionais para a cidade de Maringá, na década de 1980 (TÖWS, 2012). A partir da década de 2000 deu-se início a uma série de aprovações de espaços residenciais fechados, conformando processos de autosegregação (SPOSITO E GÓES, 2013).

Seguindo a interpretação das autoras (SPOSITO e GÓES, 2013), trata-se da produção espacial a partir da reprodução ampliada das desigualdades socioespaciais, já que esses espaços configuram uma pseudo-solução. Podem ser considerados como um enfrentamento de problemas sociais como a violência e insegurança para a classe média, ou parte dela, ainda que bastante ilusório. No entanto, no âmbito coletivo, verifica-se uma parte relacionada mais ao problema do que à solução, quando se observa a intensificação das desigualdades.

Diferente de Ribeirão Preto, em Maringá, este tipo de habitat se localizou preponderantemente em espaços intermediários, e não predominantemente nas áreas periféricas, como em muitas cidades brasileiras. Ou seja, as classes hegemônicas ainda estão, em grande parte, nas áreas centrais ou próximas ao centro – enquanto as classes populares, de baixa renda, estão na periferia do município sede ou nas franjas do entorno de Maringá, como abordaremos com maiores detalhes no Capítulo 2.

Ainda que o modelo implementado para a estruturação de Maringá tenha sido utilizado, de forma estratégica, como um marketing, na verdade, acabou sendo produzida uma cidade funcional, moldada e alterada para atender aos agentes econômicos. Segundo Töws (2012), a produção e ocupação espacial de Maringá, com o decorrer dos anos, foram marcadas pela aprovação de bairros não alinhados ao ideário do plano inicial ou da proposta de cidade

planejada, como era divulgada desde a colonização pela CTNP. De acordo com Meneguetti (2001), as aprovações de novas áreas para a cidade não seguiam qualquer interação com a mesma, o que colaborou para processos de segregação socioespacial, principalmente em relação à acessibilidade e à infraestrutura urbana.

A ideia de planejamento estratégico, baseado no *city marketing* passou a ser adotado em muitas cidades da América-latina através da formulação de planos estratégicos, desde a década de 1990. No entanto, como afirma Silva (2012), muitas destas cidades se desenvolveram a partir de uma espécie de “planejamento estratégico sem plano” ou ainda, do “empreendedorismo periférico”²⁷, como é possível relacionar ao caso de Maringá.

Em meados da década de 1990, no Brasil, alguns gestores das cidades contratavam empresas especializadas em consultoria para realizar tais planos. Eram planos, como afirma Silva (2012), importados de modelos internacionais, desenvolvidos para conduzir as cidades ao pódio restrito das cidades globais, seguindo o modelo mais vendido do continente: Planejamento Estratégico, “à la Barcelona” (MARICATO, 2001).

Estes planos, nos moldes em que foram estruturados, não cumpriam o papel em expressar a participação efetiva da população, mas antes construía anseios que atendiam aos interesses mercadológicos, valendo-se, entre outros métodos, do marketing urbano. Este tipo de estratégia atendeu à construção da imagem atraente da cidade, partindo da ideologia da cidade planejada como saída para garantia do valor de troca.

Assim, o empreendedorismo urbano como um discurso ideológico foi “vendido” como a panaceia de problemas sociais e econômicos da cidade, mas poucos ou nulos eram os compromissos com a mudança das condições sociais de segmentos sociais marginalizados e de menor renda já que, muitas vezes, grande parte das obras se concentrava em áreas já favorecidas ou enobrecidas da cidade, ignorando áreas que precisavam de investimentos e cuidados maiores.

²⁷ Silva (2012) utiliza o termo “empreendedorismo periférico” para descrever uma espécie de planejamento, denominada por ele de “planejamento estratégico sem plano”, no qual buscam construir atributos que qualifiquem sua inserção no contexto competitivo internacional ou regional, baseado em outros centros urbanos, mesmo que não haja um planejamento adequado. Esse termo leva em consideração uma hierarquia entre a cidade, ou seja, uma escala de “importância” das mesmas.

O que foi possível observar, portanto, foi a conformação gradativa da cidade a partir de distinções, denunciando o mito da cidade planejada que, ao longo do tempo e das transformações, se desalinhou da proposta do planejamento inicial, mas que continuou marcada por extrema seletividade espacial sobre aqueles que a ela têm acesso e aqueles que não têm.

Neste contexto mais geral, ainda é possível afirmar também que o planejamento urbano se tornou um importante instrumento de dominação ideológica, contribuindo para ocultar e dissimular parte da cidade real através, entre outros aspectos, da ineficácia em identificar a raiz dos diversos “problemas urbanos”, com dados e análises superficiais e de proposições de intervenções direcionadas à acumulação do capital. Portanto, tendo sido usado ao longo do tempo como uma das ferramentas estratégicas das forças atuantes no mercado, o planejamento serviu, conseqüentemente, como uma das garantias de atuação de um mercado imobiliário cada vez mais dominante e especulativo, alicerçado sobre as bases hegemônicas de dominação do espaço (VILLAÇA, 2004).

A primeira regulamentação para o controle urbanístico de Maringá foi aprovada em 1959. Tratava-se do Código de Posturas e Obras, Lei nº 34/59, a primeira lei que realmente visava a estruturação espacial de Maringá. Entre outras funcionalidades o Código regulamentava parâmetros para o parcelamento do solo, especificações de áreas de doação para implantação de equipamentos comunitários, assim como diversos aspectos que determinaram o crescimento da cidade (CORDOVIL, 2007).

Entretanto, como ressaltou Töws (2012), este Código regulamentava a expansão urbana ao mesmo passo que ignorava os loteamentos fora do perímetro do projeto elaborado pela CTNP e não distinguia construções e loteamentos de interesse social dos demais, já que os mesmos parâmetros eram aplicados para todos os casos. A ampliação das bases territoriais da cidade, seja através de sua base fundiária ou da reprodução territorial ampliada, constituiu-se conforme o que é apontado por Sposito (1991) como um dos elementos que configuraram as formas de apropriação capitalista do espaço através, principalmente, da monopolização de determinadas parcelas do espaço urbano por agentes econômicos dominantes.

Rolnik (2018) explica que foi a partir de 1970 que a ideia de que os preços do solo urbano e dos imóveis não dependem somente da relação entre oferta e demanda, assim como também está implícito um limite artificial de oferta, que é estabelecido, como cita a autora, pela legislação urbanística. Ou seja, os altos padrões e parâmetros urbanísticos provocam, por sua

vez, a elevação dos preços da terra, o que dificulta ou impossibilita um mercado de terra fora dos padrões definidos pelas autoridades municipais.

(...) completamente construída sob a lógica econômica e adaptada aos ritmos e estratégias do mercado, especialmente os dos incorporadores e promotores de investimentos imobiliários para os setores de maior renda, a legislação urbana serve basicamente para definir e lhes reservar as melhores áreas, impedindo sua “invasão” pelos pobres. Sua maior função – ainda mais eficaz graças à presença de mercados informais da terra – é a construção de barreiras invisíveis para conter a penetração de territórios populares nas áreas de melhor localização, garantindo sua destinação para os produtos imobiliários dos grupos de mais alta renda na cidade. (ROLNIK, 2018, p. 186).

Ou seja, a partir de tantas discrepâncias em relação ao projeto inicial, usado como propaganda para venda dos primeiros lotes na cidade, houve uma forte descaracterização no processo de expansão da cidade, isolando de forma significativa algumas áreas do conceito de “cidade planejada” (TÖWS, 2012) veiculado para caracterizar Maringá.

Em 1979, houve a elaboração de um novo plano elaborado para resgatar o aspecto e conteúdo de cidade planejada, segundo Töws (2012). Tratava-se do Plano de Diretrizes Viárias de 1979, um planejamento de longo prazo, que carregava a intenção de corrigir problemas ocasionados pela aprovação dos loteamentos até aquele momento e que estavam desalinhados com a proposta do plano inicial para Maringá. Todavia, Töws (2012) ressalta que o referido plano continuou reafirmando processos de fragmentação em suas palavras, levando em consideração que colocava em questão uma nova prática realizada em diferentes escalas: os financiamentos habitacionais federais.

O urbanismo, a cidade planejada em zonas diferenciadas, pressupõe uma hierarquia, uma classificação de classes que, ao ocupar seus “espaços” recortados e previamente selecionados (pelo planejador - Estado), culminarão na fragmentação do espaço, que, socialmente, caracterizarão a segregação (TÖWS, 2012, p. 74).

Beloto (2004), em relação a este contexto, defende que o plano representava a possibilidade de implantação destes loteamentos de interesse social em áreas distantes do núcleo urbano consolidado, a partir da compra de glebas mais baratas.

Como é possível observar até este momento da discussão, a produção do espaço da cidade de Maringá constituiu-se, desde sua formação inicial, a partir da (re)produção de processos de desigualdade e diferenciações socioespaciais, marcadas principalmente pela atuação de agentes do mercado fundiário e imobiliário. Este mercado, ao fazer distinções para zonas da cidade a serem comercializadas, conforme especificidades socioeconômicas, corroborou para que, a longo prazo, consolidasse-se uma ocupação também seletiva e desigual.

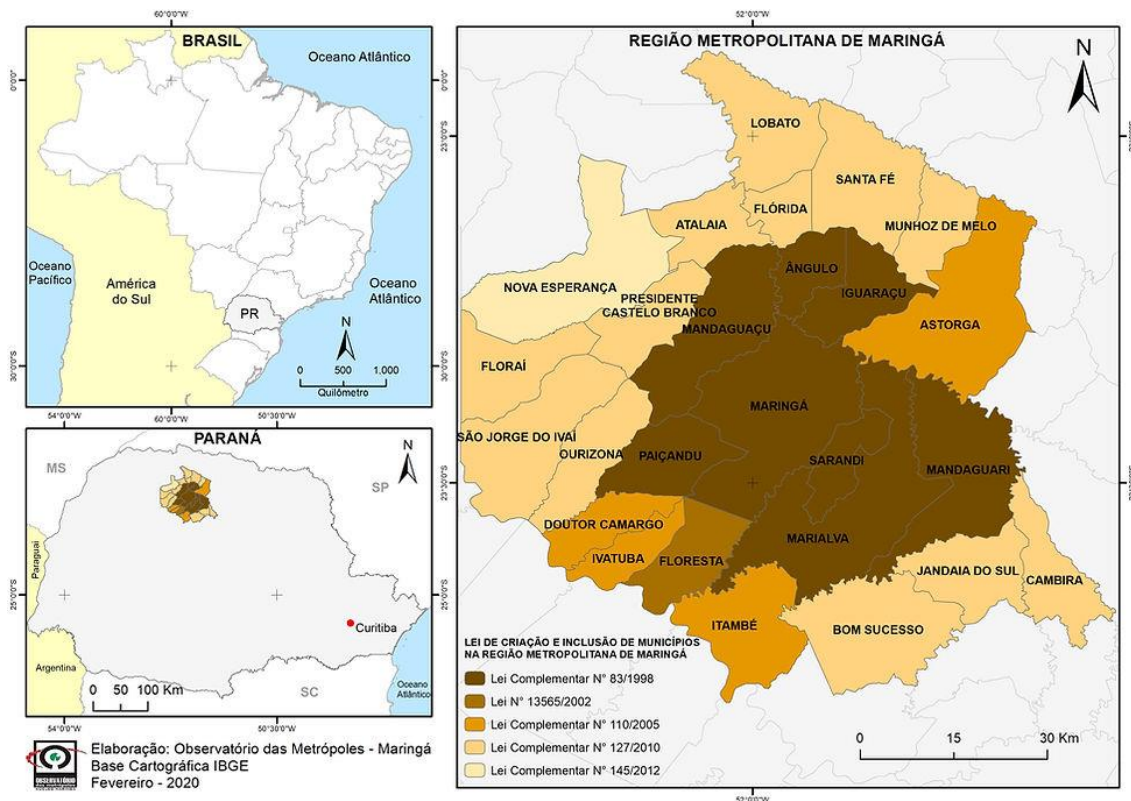
A ocupação urbana extravasou o âmbito municipal em direção aos municípios que compõem a denominada região metropolitana de Maringá (RMM)²⁸, Figura 6, como Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu, Iguaraçu, Ângulo e Floresta. No entanto, apenas dois destes municípios apresentam maior integração com a cidade polo: Sarandi e Paiçandu. Em ambos acabou por se manifestar o fenômeno de operacionalização da segregação de segmentos de menor renda da população²⁹, permitindo ao município sede preservar

²⁸ A Região Metropolitana de Maringá (RMM) foi institucionalizada pela Lei Complementar Estadual 83/1981, sendo formada pelos seguintes municípios: Maringá, Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu, Iguaraçu, Ângulo, Floresta, Doutor Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Cambira, Jandaia do Sul, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Florai, Munhoz de Mello, Atalaia, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Nova Esperança, totalizando 26 municípios, (IBGE, 2013). No entanto, como demonstraremos, apenas dois municípios apresentam maior grau de integração com a cidade pólo: Paiçandu e Sarandi e, portanto, refletem as maiores contradições presentes na RMM.

²⁹ A questão da transferência para cidades vizinhas, pertencentes a Região Metropolitana, será abordada com mais profundidade, inclusive com um referencial empírico e teórico, no Capítulo 2, em que será analisada a forma de negação das desigualdades.

características urbanísticas privilegiadas de um projeto inicial, que asseguraram a imagem hegemônica de uma cidade sem problemas.

Figura 6 - Região Metropolitana de Maringá 2020 – RMM.



Fonte: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Região Metropolitana de Maringá (2020).

Este conjunto de dinâmicas tratadas até o momento caracteriza uma constituição emblemática na evolução histórica das cidades de Ribeirão Preto e Maringá, que assumem uma complexificação gradual na estrutura urbana e a tendência crescente à negação das desigualdades socioespaciais e direitos sociais, uma vez que a acentuação dos processos de segregação atenua as possibilidades de convivência entre as diferenças (SPOSITO, 2004).

Mesmo que a partir de determinações diferentes, para Maringá através da tentativa de manutenção das propostas do plano inicial e para Ribeirão Preto a partir de transformações na estrutura econômica e espacial pelos agentes imobiliários, os processos de estruturação pensados e executados nas cidades seguiu um ideário voltado para valorização do capital, que consolida e naturaliza, no senso comum do cidadão, a totalidade da distinção entre as camadas

sociais, assim como comporta as estratégias que as conformam sob o signo da cidade-mercadoria

Muitos são os elementos e condicionantes a se pensar sobre estruturação de políticas de habitação e desenvolvimento urbano que são, por sua vez, centrais ao tema do acesso à moradia.

Neste contexto, partimos da consideração de que, no Brasil, a propriedade privada da terra continua a se situar no centro do conflito social, alimentando e aprofundando desigualdades, como apontado por Maricato (2014), que coloca a terra como nó central na questão das desigualdades no país.

CAPÍTULO 2 – A NEGAÇÃO DAS DESIGUALDADES E DO DIREITO À CIDADE

Como citado no Capítulo 1, a desigualdade socioespacial³⁰ pode ser considerada como um traço dominante e histórico na estruturação da realidade brasileira, tendo sido potencializada pela trajetória escravista e pelos mecanismos de propriedade da terra, regulamentados por lei. Considerando que o sistema capitalista³¹ e os decorrentes discursos e ações econômicos elaborados em razão da divisão social do trabalho imperantes são responsáveis por transformar a moradia em mercadoria e pela violação irrestrita do acesso à cidade de forma democrática, o espaço vivido³² passa a ser marcado por enormes desigualdades e injustiças, constituindo-se em um espaço sem cidadãos.

Frente ao quadro de profunda precariedade domiciliar e déficit habitacional construídos historicamente no processo de estruturação das cidades brasileiras, o presente capítulo tem como objetivo problematizar alguns dados e questões habitacionais que orientaram não só a produção e o acesso à habitação nas cidades analisadas, como também os problemas que estimularam a reprodução e negação das desigualdades socioespaciais. A partir destas análises buscaremos interpretar as condições do direito à cidade enquanto horizonte social dessa população segregada.

Compreender as relações e dinâmicas de produção do espaço é fundamental para o debate sobre as condições de realização de direitos sociais em geral, como o direito à moradia, e do direito à cidade em particular. Santos (1987) defende, partindo das condições e formulações sobre as diferentes formas de garantia de reprodução do capital no espaço, que uma das

³⁰ A adjetivação como socioespacial se dá em razão de uma dinâmica que se estabelece dialeticamente: não há mudança no espaço sem mudança na sociedade, fazendo com que, simultaneamente, a diferenciação social e espacial sejam expressão e determinação uma da outra, sob o modo de produção capitalista. (NAVEZ-BOUCHANINE, 2001)

³¹ As cidades, antes do capitalismo já apresentavam elevados níveis de mercantilização, no entanto as marcas deste sistema nos espaços urbanos foram se tornando cada vez mais visíveis, por ser um modo de organização da vida social que se apropriou das cidades, transformando-se em mais uma das suas formas de existência (NATAL E STOTZ, 2015)

³² Esta concepção parte da tríade lefebvriana para as dimensões do espaço: concebido, percebido e vivido. A dimensão do espaço vivido ou espaço de representação, por sua vez, está ligada ao âmbito da vida social. Nas palavras de Lefebvre (1986, p. 98, tradução nossa): “Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido por meio das imagens e dos símbolos que o acompanham é, pois, o espaço dos moradores, dos “usantes”, mas também de certos artistas e talvez daqueles novelistas e filósofos que descrevem e só aspiram a descrever”.

consequências diretas deste processo se trata do desrespeito e anulação de direitos políticos e individuais.

Assim, tão relevante como evidenciar os processos de produção do espaço e, por consequência, produção (e negação) das desigualdades socioespaciais, é adentrar, em primeira instância, nos mecanismos e ações de agentes e sujeitos sociais na manipulação e dissimulação dessas desigualdades.

Trata-se de reconhecer, a partir de determinações locais e conformações socioespaciais específicas, quais os desdobramentos de execução de uma política habitacional atrelada aos interesses de mercado que, no entanto, foi concebida pela justificativa de enfrentamento ao déficit habitacional e redução das desigualdades na escala intraurbana.

Essa é a ideia principal em relação, entre outras estratégias, aos programas de construção de conjuntos habitacionais, usados como uma forma de supostamente solucionar o problema, quando, na prática, acabam alargando as desigualdades socioespaciais e, por consequência, a segregação socioespacial.

Sobre essa problemática, Bolaffi (1982) escreve que os investimentos habitacionais foram destinados a interesses diferentes à habitação popular e que, por sua vez, intensificaram programas de desenvolvimento urbano, saneamento, transporte e outros atinentes às ações de grandes empresas nacionais, alimentando a acumulação e a concentração de renda e financiando um “falso problema”³³, ao agravar problemas urbanos.

Neste sentido, é vasta a bibliografia que reconhece, tanto para a cidade de Ribeirão Preto quanto para a cidade de Maringá, a constituição de uma estrutura espacial marcada pelo afastamento de diferentes formas de ocupação e uso do solo e, portanto, definida por uma desigual condição de acesso aos diferentes serviços urbanos, o que sugere a prevalência do modelo seletivo e segregador de planejamento das cidades, como observado através das análises do capítulo anterior.

³³ Bolaffi (1982) usa essa categoria de análise ao tratar sobre a questão dos problemas reais transformados em “falsos problemas”, cuja “solução” é pensada para assegurar a manutenção das estruturas de poder e de produção mercantil. Dessa forma, elaboram-se problemas que não se pretende, não se espera e não seria possível de resolver, para legitimar o poder e justificar medidas destinadas a satisfazer outros propósitos. Se trata, portanto, de outra estratégia de construção e manutenção da hegemonia.

Apesar de constituir-se como um dos mais importantes centros econômicos do Estado de São Paulo, Ribeirão Preto apresenta, como outras cidades médias, problemas relativos à forma como se deu o seu processo de urbanização: expansão territorial acelerada acompanhada de uma seletiva localização das áreas pobres e periféricas, assentamentos precários³⁴ e aumento do déficit habitacional, o que indica que a expansão da área urbana não atendeu às necessidades sociais de moradia e sim a investimentos de capital em empreendimentos e especulação imobiliária.

Dal Pozzo (2015) ressalta, neste sentido, a contribuição do falso discurso da “Califórnia brasileira”, que se traduziu pelas crescentes oportunidades de emprego e melhorias das condições de vida que Ribeirão Preto poderia oferecer, e que, no entanto, “negavam” as problemáticas que se apresentavam para uma parcela significativa da população da cidade.

No entanto, antes deste movimento de divulgação de Ribeirão Preto como a “Califórnia brasileira” pelas mídias de jornal e televisão, a comparação surgiu através de uma reportagem de autoria do jornalista Ricardo Kotscho sobre a economia de Ribeirão Preto, que inicialmente se referia a cidade como “Califórnia Paulista”, em matéria publicada em março de 1987 (SANTOS, 2022).

Assim como Ribeirão Preto, a cidade de Maringá foi caracterizada por um slogan informal que representava a suposição de bons índices de desenvolvimento, tendo sido apresentada nas mídias como a “Dallas brasileira” (LIMA, 1999, p. 128).

A escolha pelo estudo da cidade de Maringá levou em consideração a pretensão em avaliar em que medida as especificidades dos processos locais destacaram-se na configuração da cidade, uma vez que o projeto urbanístico original que Maringá mantém ao longo dos anos através de ferramentas do planejamento urbano guarda características bastante distintas da maioria dos espaços urbanos.

A partir dos aspectos históricos dos respectivos processos de produção das cidades apresentados no primeiro capítulo, neste capítulo buscaremos debater a questão da negação do

³⁴ Como categoria de análise e com abrangência nacional, “assentamentos precários” correspondem ao “conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda” (DENALDI, 2013). E engloba, por sua vez, tipologias de assentamentos como: cortiços, favelas, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público, etc. Nas palavras de Buonfiglio (2018, p. 7), essa precariedade “é, pois, o retrato do Brasil urbano”.

acesso à cidade como um direito que deveria ser garantido e, conseqüentemente, da invisibilidade das desigualdades socioespaciais. Para tanto, apresentamos, nos dois subcapítulos, dados habitacionais importantes para a formulação e avaliação de diretrizes da política habitacional, como o Déficit Habitacional Municipal, baseado nas informações elaboradas e divulgadas de acordo com a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro (FJP), problematizados com a quantidade de domicílios vagos³⁵, informação também publicada pelo FJP, assim como os dados sobre “*aglomerados subnormais*”³⁶ levantados pelo IBGE e divulgados, também, em planos e estudos locais de habitação de interesse social.

Correlacionamos, também, com os dados sobre a provisão habitacional em cada uma das cidades, especialmente de unidade oferecidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Este recorte dos dados sobre a produção habitacional de interesse social foi tomado para demonstrar como se desencadeou, de formas diferenciadas nas duas cidades, essa lógica para os segmentos socioeconômicos de menor renda, e que corroborou para o agravamento da segregação socioespacial. A partir destes dados, buscamos debater a importância do papel da produção habitacional de interesse social frente ao amplo quadro de necessidades e demandas produzidas historicamente nestas cidades no âmbito da habitação.

Com exceção dos levantamentos decenais conduzidos pelo Censo do IBGE, iniciativas que buscam levantar informações são pouco frequentes, o que acaba levando à ausência de informações qualificadas. A próxima seção explora os efeitos dessa face da invisibilização de dados e informações em curso nas cidades analisadas, e considerando uma maior precisão de dados para análises, levamos em consideração os levantamentos realizados a partir de 2010.

³⁵ Os *imóveis vagos* são considerados como aqueles em condições de serem ocupados, em construção ou reforma, e em ruínas (FJP, 2013). Há uma dificuldade em obter maiores informações sobre esses imóveis, o que impossibilita uma caracterização mais precisa sobre as condições em que se encontram.

³⁶ O conceito de “*aglomerados subnormais*” é uma classificação elaborada pelo IBGE que se baseia, sobretudo, em função da difícil aplicabilidade de outros critérios, na não propriedade de terrenos e na ausência de saneamento básico. Embora o levantamento inicial do IBGE sobre este dado específico seja de 1953, o termo só passou a ser adotado em 1987. Para o Censo de 2010 o mapeamento dos aglomerados subnormais foi aprimorado, incorporando informações da ficha de Levantamento de Informações Territoriais (LIT), onde se registram as características espaciais desses assentamentos. Atualmente *aglomerado subnormal* é definido pelo IBGE como um conjunto constituído por, no mínimo, 51 unidades habitacionais, com ausência de título de propriedade e com pelo menos uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (coleta de lixo, redes de esgoto, água e energia elétrica e iluminação pública).

2.1. Desigualdades e diferenças: a dimensão socioespacial

Como foi possível observar a partir do debate desenvolvido até o momento, os processos atuais de produção do espaço expressam, cada qual a sua maneira, uma tendência de ampliação das desigualdades, tanto em função da especialização dos espaços, como em decorrência da segregação socioespacial.

A própria urbanização pode ser considerada como um vetor da diferenciação, já que no modo capitalista de produção, o espaço urbano se constitui como um lócus privilegiado da organização de uma divisão do trabalho que não é mais apenas de cada uma das cidades, mas também no âmbito das redes urbanas.

As principais mudanças ocorridas nas cidades brasileiras, portanto, nunca romperam, efetivamente, com as heranças arcaicas produzidas, entre outros fatores, pela propriedade privada da terra e pelas relações de poder baseados no mando que decorre do patrimônio.

Ao considerarmos, como explicitado no capítulo anterior, a construção constante de uma hegemonia, levamos em conta as forças daqueles que a produzem e dela se beneficiam sobre os outros que a ela são submetidos e, portanto, como resultado da atuação de uma combinação dessas forças, tem-se como fato predominante a segregação socioespacial e, por consequência, podemos observar o gradiente de diferenças sociais e que se materializam espacialmente.

A desigualdade socioespacial é, portanto, expressão do processo de urbanização capitalista, sendo produto da reprodução ampliada do capital, que se perpetua também a partir da permanência e do aprofundamento da desigualdade socioespacial (SPOSITO, 2007)

Estamos tratando, portanto, de processos de produção e apropriação que trazem tanto a dimensão da dominação quanto da desigualdade para o primeiro plano. Há, pois, um conjunto de determinações que desenham a desigualdade para além da possibilidade de escolha dos sujeitos sociais dominados pelos processos e agentes hegemônicos.

Neste âmbito, a luta pelos direitos sociais no geral e pelo direito à moradia e à cidade em particular mostra as dificuldades da maioria, sendo contraponto à condição constante e invisibilizada dos aspectos que dão contorno à desigualdade. É, portanto, um desafio ir além das aparências para compreender e analisar a complexidade da desigualdade e, para tanto, buscamos analisar alguns dados habitacionais e o conjunto de suas variáveis, importantes para

traçar um possível pano de fundo para compreensão do que consideramos a invisibilidade e negação das desigualdades.

Desde 1995 a Fundação João Pinheiro desenvolveu vários estudos sobre as necessidades habitacionais no Brasil a partir de dados de pesquisas nacionais divulgadas pelo IBGE³⁷. No entanto, apenas em 2010 a abrangência alcançou o nível dos municípios.

Portanto, para precisão de análise e detalhes, os dados referentes ao levantamento de 2010 têm maior relevância para nosso tema de pesquisa, principalmente por englobar a totalidade de municípios e, sendo o mais recente, é usado como referência principal em nossas análises.

Trata-se de um mensurador que começou a ser elaborado pela Fundação João Pinheiro para o Governo Federal em meados da década de 1990 e utilizado ainda hoje, no entanto, com algumas alterações. Esse indicador foi desenvolvido com a finalidade de orientar as definições da política nacional de habitação em contexto de reestruturação institucional do setor e representava a necessidade de construção de novas unidades habitacionais para a resolução de problemas sociais acumulados no tempo.

É uma metodologia que começou a ser adotada oficialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso – 1995 a 2003 – até os dias de hoje, passando por algumas adaptações e modificações (BUONFIGLIO, 2018).

Ao tratar sobre a definição do conceito de *déficit habitacional* no Brasil, Russo (2017) aponta a existência de disputas travadas tanto no campo das pesquisas estatísticas quanto no da política habitacional e verificou o quanto essa construção conceitual esteve condicionada às características e limitações de dados estatísticos, de abrangência nacional e às disputas políticas e sociais presentes no campo político da habitação, pela definição das prioridades de alocação de investimento.

³⁷ Foram realizados estudos em 1990 e 1999, a partir da fonte de dados do PNAD, com nível de abrangência das Unidades da Federação, algumas Regiões Metropolitanas e Brasil; em 2000 foi realizado o Censo Demográfico para Municípios selecionados, microrregiões, algumas regiões metropolitanas, unidades da federação e Brasil; e em 2004, 2005, 2006 e 2007, novamente a partir da base de dados do PNAD, para Algumas Regiões Metropolitanas, Unidades da Federação e Brasil (FJP, 1995, 2004, 2006 e 2007)

No período contemporâneo, deparamo-nos com o pragmatismo e saber técnico que buscam enxergar os problemas – no nosso caso de estudo, das desigualdades socioespaciais – dimensionando, diagnosticando e, assim, quantificando. Esse saber técnico resulta na aplicação de números que chegam a uma estimativa do problema habitacional no presente, e até no futuro, através das projeções. Nas palavras de Buonfiglio (2018), “surge o déficit habitacional brasileiro passível de ser lido, interpretado e manipulável como um dado específico para todo o território nacional” (BUONFIGLIO, 2018, p. 6). O cálculo do déficit habitacional municipal no Brasil em 2010³⁸ acabou por englobar a totalidade dos municípios brasileiros, tendo sido divulgados somente no ano de 2014, apresentando as informações sobre as principais necessidades habitacionais no país, que foram calculadas de acordo com a metodologia desenvolvida pela FJP, em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação (SNH) vinculada ao Ministério das cidades.

Na Tabela 4 são apresentados os dados referentes ao Déficit Habitacional Municipal no Brasil baseado nas informações do Censo Demográfico de 2010, para as cidades de Ribeirão Preto e Maringá. O déficit habitacional, através desta metodologia, é calculado como a soma de quatro componentes: *domicílios precários*³⁹, *coabitação familiar*⁴⁰, *ônus excessivo com aluguel urbano*⁴¹ e *adensamento excessivo de domicílios alugados*⁴².

³⁸ Como citado anteriormente, usaremos, para as análises, apenas dos dados referentes ao levantamento de 2010, pela maior precisão. No entanto, cabe-nos ressaltar que o cálculo das estimativas do déficit habitacional no ano de 2000, foi identificado através dos componentes *coabitação familiar*, *domicílios improvisados* e *ônus excessivo com aluguel*.

³⁹ Conceito a partir do qual são contabilizados os domicílios rústicos, aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, e domicílios improvisados, aqueles construídos sem fins residenciais, mas que servem como moradia, como barracas, viadutos, prédios em construção, etc.

⁴⁰ Soma de famílias conviventes secundárias (que têm intenção de constituir domicílios exclusivos) e das que vivem em domicílios localizados em cômodos (com exceção daqueles cedidos por empregador)

⁴¹ Representa o número de famílias urbanas com rendimento de até 3 salários mínimos e que despendem mais de 30% da renda com aluguel.

⁴² Situação em que o domicílio apresenta um número médio de moradores que ultrapassa três por dormitório e é alugado, em que o total de dormitórios é contabilizado pelo total de cômodos e que têm o caráter de dormitório para os moradores.

Tabela 4 – Ribeirão Preto – SP e Maringá - PR - Déficit Habitacional– Brasil – 2010.

Unidade Territorial	Domicílios Precários Urbano Total		Coabitação Familiar Urbano Total		Ônus Excessivo com aluguel Total		Adensamento Excessivo de Domicílios Alugados Urbano Total		Déficit Habitacional Urbano Total	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Maringá	285	0,24	3115	2,71	6.716	5,74	399	0,47	10.514	9,16
Ribeirão Preto	1.517	0,78	8.793	4,5	9.363	4,8	2.005	1,03	21.679	11,12

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIRETI).

Os dados apresentados na Tabela 4 chamam a atenção não só para a distribuição desigual dos diferentes componentes entre as duas cidades, como também para a relevância dos componentes de coabitação familiar e ônus excessivo.

É importante ressaltar, que o Déficit Habitacional é entendido aqui como uma noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação, incluindo o índice de moradias em condições precárias de habitação ou cuja estrutura física precisa ser reposta pelo desgaste.

Como é possível observar, o ônus excessivo com aluguel aparece com grande peso relativo no déficit habitacional para as duas cidades, o que reforça o argumento que, em ambas as cidades, existe um peso significativo dos altos preços de lotes e moradias desde o início de suas formações. Este fator, por sua vez, pode vir a colaborar, para uma diferenciação socioespacial da localização residencial ao direcionar a seletividade do uso do solo urbano conforme as condições socioeconômicas da população.

Assim, para analisar a questão, torna-se importante considerar outras variáveis que vão além da falta de domicílios (FJP, 2000, s/p). Ao analisarmos, como na Tabela 5, abaixo, as faixas de renda que compõe o déficit, é possível qualificar a concentração do déficit habitacional, nas duas cidades, concentrado nas faixas de renda entre 0 a 3 salários mínimos, o

que reforça a análise sobre a Tabela 4, anterior, que mostra a relevância, para as duas cidades, do componente do ônus excessivo com aluguel, correspondente a famílias que precisam comprometer mais de 30% do rendimento de 0 a 3 salários com aluguel.

Tabela 5 – Ribeirão Preto e Maringá - Déficit Habitacional Urbano por classe de rendimento. 2010.

Cidades	Déficit Habitacional por classe de rendimento				
	Sem rendimento	De 0 a 3 salários mínimos	De 3 a 6 salários mínimos	De 6 a 10 salários mínimos	10 ou mais salários mínimos
Ribeirão Preto	389	11.856	3.163	4.190	2.079
Maringá	124	7.378	1.022	1.471	590

Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil. 2010.

Buscamos dimensionar tais componentes do déficit habitacional como uma forma de compreender os impactos da produção habitacional, principalmente de interesse social, e que dê atenção aos grupos sem rendimento e com renda de 0 a 3 salários mínimos. No entanto, neste conjunto de grupos classificados pela classe de rendimento, destacam-se as principais demandas, para ambas as cidades, centralizadas entre os grupos com rendimentos de zero a três salários mínimos.

Também, como parte do processo que entendemos aqui como uma disputa pelo acesso e pelo direito à cidade, podem ser considerados os diferentes programas de construção de conjuntos habitacionais de interesse social, como aqueles financiados pela Companhia de Desenvolvimento e Urbano (CDHU) em Ribeirão Preto, Companhias de Habitação Popular (COHABs) ou ainda pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em ambas as cidades. No entanto, trata-se também de processos que tomam as particularidades dos momentos históricos e lógicas habitacionais nas quais estão inseridos.

No Relatório para desenvolvimento do PLHIS-MG (Maringá, 2010), estão identificados programas habitacionais financiados ou executados diretamente pela Prefeitura Municipal, entes federativos ou agências bilaterais. Até 2000 constavam 91 conjuntos habitacionais – 97 em 2010 – e que foram implantados, em sua maioria, a partir de 1980, concentrando-se entre os anos de 1985 e 1995. Já Ribeirão Preto, conforme destaca a COHAB-RP em relação de

conjuntos habitacionais em ordem cronológica (COHAB-RP, 2017)⁴³, até 2000 foram construídos 197 conjuntos habitacionais na cidade, com destaque para o abrupto crescimento a partir da década de 1980. Como consta no site, com última atualização em 2017, foram construídos até outubro de 2016 mais 65 conjuntos, também pelos diferentes entes e programas habitacionais.

Segundo levantamento realizado por Sposito (1991) sobre Ribeirão Preto, até a década de 1980 houve uma grande disponibilidade de lotes para o mercado habitacional. Segundo a autora, este processo pode ser compreendido como uma resposta ao crescimento econômico que a cidade vivia naqueles anos.

De forma geral, em Ribeirão Preto também se reflete a tendência geral das cidades maiores, pois que as décadas de 50 e 60 foram marcadas pelos loteamentos das periferias urbanas, venda de lotes a prazo e auto-construção de moradias. Nos anos 80 os níveis de achatamento salarial já não permitem às frações sociais de baixo poder aquisitivo arcar com os custos da compra de terrenos. O acesso à casa própria passa a ser possível somente através dos financiamentos de 20 anos (as vezes mais longos do que a duração das casas) (SPOSITO, 1991, p.295).

No entanto, a expansão do tecido urbano articulado à construção de moradias de interesse social se deu de maneira descontínua, em direção ao norte e noroeste da cidade, onde foram instalados a maioria dos empreendimentos.

Outro fator importante, que se destaca a cada nova atualização sobre o déficit habitacional, conforme apurado pelo IBGE, é o grande montante de domicílios vagos. Há uma aparente contradição entre o déficit de moradias lado a lado a um enorme número de imóveis vagos, como mostram os dados da Tabela 6.

⁴³ Fonte disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/cohab/relacao-dos-conjuntos-em-ordem-cronologica> Acesso em: 02 de setembro de 2022.

Tabela 6 – Ribeirão Preto e Maringá -Domicílios Particulares Permanentes Urbano Total, % de Domicílios Adequados, % de Domicílios Inadequados e Domicílios Vagos Urbano Total– Brasil – 2010.

		Maringá	Ribeirão Preto
Domicílios Particulares Permanentes Urbano Total		114.782	194.887
% de domicílios adequados		78,8%	86,59%
% de domicílios inadequados		0,7%	0,02%
Domicílios Vagos Urbano Total	Total	9.560	15.855
	Relativo	8,33%	13,81%

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP, 2010).

Em relação à Maringá, dos 114.782 domicílios particulares permanentes, referentes aos dados de 2010, 8,33% correspondia à domicílios vagos urbanos. Enquanto para Ribeirão Preto este índice é mais significativo: os domicílios vagos representavam, em 2010, 13,81% do total. Essa relação pode apontar indícios de estratégias econômicas no município, como uma forma de especulação imobiliária em relação aos domicílios que estão vagos, e que podem desempenhar algum papel de interesse econômico para os agentes hegemônicos.

Indo além da análise no que se refere à produção habitacional e adentrando especificamente na produção voltada aos segmentos de mais baixa renda, também foi possível observar, como destacaremos adiante nas análises, nas duas cidades, formas de ocupação, geralmente periféricas, que tendem a não atender às exigências da legislação urbana, com condições precárias de circulação e acesso aos espaços. Estes aspectos são agravados, ainda, pela presença de inadequação domiciliar, com ausência de equipamentos básicos de infraestrutura, serviços e elevado adensamento ocupacional.

A presença nas duas cidades de um índice não desprezível de inadequação⁴⁴ de domicílios (0,7% e 0,02% de domicílios de inadequados respectivamente em Maringá e Ribeirão Preto), principalmente em Maringá, em relação ao total de domicílios permanentes, chama atenção para as heranças de precariedade do processo de produção habitacional para famílias de menor renda na cidade.

A Fundação João Pinheiro denomina como déficit por inadequação de domicílio as unidades habitacionais que não precisariam de uma reposição, e sim de melhorias na condição da casa ou da infraestrutura urbana (FJP, 2010).

Assim, a inadequação domiciliar está associada à ausência de algum tipo de infraestrutura – abastecimento de água, sistema de esgoto sanitário, iluminação elétrica ou destino de lixo – e o adensamento excessivo.

A partir do segundo governo Lula, de 2007 a 2011, foi fortalecido o papel do setor privado da habitação que, através de medidas que serviam de garantia para maior segurança aos investidores e consumidores, ampliou a oferta habitacional para famílias de média e baixa renda, a partir da criação do Programa Minha Casa Minha Vida⁴⁵.

Assim como argumentou Melazzo (2013; 2015) dentre vários outros autores, a expansão dos negócios imobiliários, a partir do citado período, colaborou para o adensamento e ampliação de investimento de empresas de construção e incorporação imobiliária, dando abertura a novas possibilidades de acesso à habitação a distintos segmentos de renda via mercado.

Um nível importante de análise, no que se refere a nosso tema de pesquisa, está relacionado às diferentes faixas de renda que foram contempladas pelo programa. Os recursos foram subdivididos em níveis de renda, denominadas faixas, que reuniam basicamente os

⁴⁴ Tal como definido pelo Censo de 2010 do IBGE os domicílios adequados são aqueles com rede geral de abastecimento de água, com rede geral de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo por serviço de limpeza e até 2 moradores por dormitório, enquanto os domicílios inadequados são aqueles com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fosse rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lado ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório (Censo IBGE, 2010)

⁴⁵ A partir das mudanças de ordem política, em 2020 o PMCMV foi extinto e substituído, em outros termos e conteúdo, pelo “Programa Casa Verde e Amarela” que, entre outros fatores, restringiu a possibilidade de incorporar os segmentos de renda inclusos no Faixa 1 ao mercado formal de habitação (MELAZZO, SÁ BRITTO, SILVA, BARCELLA, 2021).

seguintes valores, que foram se alterando ao longo da vigência do programa: de zero a três salários mínimos, na Faixa 1, de mais de três a seis salários, na Faixa 2 e de seis a dez salários mínimos, na Faixa 3. E, cabe aqui destacar novamente, como foi possível observar nas tabelas anteriores (Tabela 5 e 6), o maior déficit habitacional, em ambas as cidades, estavam centralizados nos grupos diretamente relacionados à Faixa 1.

Analisando-se os dados referentes aos empreendimentos construídos através do PMCMV na cidade de Ribeirão Preto e Maringá, observamos que, para Ribeirão Preto, tomando como recorte a produção habitacional de 2010 a 2019, foram entregues 30.552 unidades pelo Programa Minha Casa Minha Vida, em que 1.880 pertenciam ao Faixa 1 - contratadas apenas pelo Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, 2.890 ao Faixa 1,5⁴⁶, 17.704 ao Faixa 2 e 8.078 unidades do Faixa 3⁴⁷ (RIBEIRÃO PRETO, 2020).

Na cidade de Maringá, os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida estiveram aquém da demanda habitacional, como já citamos no capítulo anterior, e acabaram sendo operacionalizados, em sua maioria, para os distritos e municípios vizinhos (MARINGÁ, 2010), como será visto adiante. Das 5.833 unidades habitacionais entregues, no período de 2009 a 2019, pelo Programa Minha Casa Minha Vida, foram contabilizadas 1.128 unidades do Faixa 1 (Modalidade FAR Empresas), 7.020 do Faixa 2 e 982 do Faixa 3 (MARINGÁ, 2019).

Em números absolutos, Ribeirão Preto apresenta maiores números de provisão habitacional, no entanto, alisando os percentuais é possível observar, por exemplo, uma produção, de 2010 a 2019 de 19% de unidade habitacionais do Faixa 1 em Maringá enquanto em Ribeirão Preto essa mesma produção, relativa ao total, foi de 6,15%.

Fleury (2016) investigou, em seu trabalho, a produção imobiliária entre 2000 e 2013 no aglomerado de Maringá, Sarandi e Paiçandu, e observou os novos arranjos imobiliários que se

⁴⁶ O segmento de Faixa 1,5 foi incluído na terceira fase do PMCMV, a partir de 2016, quando as demais faixas também foram ampliadas, passando a ser: Faixa 1 até R\$ 1.800,00, Faixa 1,5 até R\$ 2.600,00, Faixa 2 até R\$ 4.000,00 e Faixa 3 até R\$ 9.000,00.

⁴⁷ Além do PMCMV, a COHAB-RP e o CDHU também foram responsáveis pela produção de unidades em conjuntos habitacionais, centralizando a produção nas Faixas 1 e 2 apenas, no período analisado (2010 a 2019). no total, somada a produção do PMCMV à da COHAB-RP e à da CDHU, foram produzidas 33.836 unidades habitacionais em Ribeirão Preto até 2019.

configuraram nestes territórios, impulsionados, principalmente, pelo PMCMV e demais empreendimentos voltados para provisão habitacional de interesse social.

Até 2013, conforme também apontado por Gonçalves e Fleury (2020), em trabalho destinado a discutir os efeitos do PMCMV na cidade de Sarandi e analisar os efeitos socioterritoriais dos empreendimentos voltados a Faixa 1, a produção do PMCMV, especialmente voltada à Faixa 1, foi de 436 unidades.

Fleury (2020) aponta para o significativo aumento, até 2009, de área residencial construída de 215% para Sarandi e 844% para Paiçandu. Segundo a autora, grande parte deste aumento se deu em razão da atuação do PMCMV, expandindo a mancha urbana destas cidades.

A produção de habitação de interesse social pelo PMCMV se iniciou, em Sarandi, no ano de 2010, através de dois empreendimentos voltados para a faixa de 3 a 6 s.m. Enquanto em Paiçandu, em que o último empreendimento habitacional havia sido aprovado em 1998, foi entregue, em 2013, o condomínio residencial Golden Ville, da construtora Cantareira de Maringá, que se enquadrava na Faixa 2 e 3 do PMCMV, ofertando 192 unidades habitacionais (FLEURY, 2015).

Em Paiçandu, a área residencial construída até 2013 alcançou números significativos, saindo de 22.183,56m² em 2001, para 187.418,57m² em 2013, que representaram aumento de 844%, sendo que nos anos de 2010 e 2011, por exemplo, houve aprovação de 5 loteamentos residenciais (FLEURY, 2015).

Conforme defende Fleury (2015) em suas análises, houve um crescimento imobiliário mais intenso em Paiçandu, quando comparado ao de Sarandi, em razão de uma maior conurbação e envolvimento entre os atores imobiliários de Paiçandu e Maringá.

Em Ribeirão Preto, se tomarmos como ponto de partida os dados sobre o déficit habitacional por classe de rendimento, apresentados na Tabela 5, o número de empreendimentos do Faixa 1 representam cerca de 21% do déficit computado entre as famílias sem rendimento e com rendimento de 0 a 3 salários, enquanto em Maringá, estes empreendimentos representam apenas 15% do déficit correspondente.

Este montante, quando relacionado ao total de domicílios particulares permanentes, apresentados na Tabela 6, representa um crescimento de aproximadamente 16% e 13%

respectivamente para Maringá e Ribeirão Preto, o que nos demonstra o impacto e a importância da produção habitacional por meio do PMCMV nestas cidades.

Já a associação entre o número de unidades produzidas e os indicadores que representam as demandas habitacionais revela ainda mais contradições relacionadas as escolhas assumidas para o enfrentamento do déficit habitacional. Como citamos no início do capítulo, este tipo de contradição é entendida por Bolaffi (1982), como um “falso problema”, ou seja, problemas reais são transformados em situações cuja “solução” é estrategicamente pensada de uma forma que possa garantir o funcionamento das estruturas de poder e acumulação de capital, legitimando o poder e a hegemonia dos grupos econômicos.

Quando analisamos, por exemplo, a relação entre o total de domicílios vagos, apresentados na Tabela 6 e o total de unidades entregues, o número de unidades entregues é superior para ambas as cidades. Em Ribeirão Preto as unidades entregues pelo MCMV representam cerca de 175% dos domicílios vagos enquanto em Maringá os dados representam cerca de 105% destes domicílios.

Em outros trabalhos que tratam sobre o tema do PMCMV em específico, nas duas cidades (ABREU, 2014; AMORIM, 2015) foram destacados, com maior riqueza de detalhes, o papel desta produção na dinamização do setor imobiliário local, através da inserção, no mercado, de novos agentes imobiliários, ampliando as diversas formas de concorrência, cooperação e integração entre agentes locais e agentes que atuam em escala nacional, partindo da acumulação de capital como finalidade.

Para o presente trabalho, nos preocupamos com o âmbito do programa como parte de um processo permanente de disputa pelo acesso e pelo direito à cidade, e que faz emergir questionamentos associados às contradições entre o avanço das condições oferecidas para o acesso à moradia por um lado e uma estrutura espacial que mantém o quadro de precarização das condições de moradia nas cidades analisadas, por outro.

Não vamos dar total atenção aos pormenores da análise de tais dados, como o fizeram outros autores, como Amorim (2015), Abreu (2016), Abreu e Stoian (2019), Barcella (2018), Batista (2019) ou Corrêa (2022). No entanto, pudemos observar, através das pesquisas e entrevistas, que as condições de moradia oferecidas pelo programa e o atendimento das demandas necessárias não foram suficientes. Dessa forma, seguimos os autores citados quando

sugerem que o conjunto de unidades contratadas e entregues para as diferentes faixas de renda (de forma não igualmente distribuída) associaram-se, ao longo do tempo, às necessidades dos grupos de construção civil e incorporação imobiliária em relação ao acúmulo de capital e expansão financeira. É possível reconhecer a existência de um movimento de ampliação do mercado privado da habitação que desloca para empresas de construção e incorporação um papel de relevância na condução da provisão habitacional nestas cidades.

Algumas das informações colhidas durante as entrevistas, sobretudo sobre Maringá, apontam no sentido de aspectos qualitativos que são pertinentes, principalmente, à atuação das construtoras, loteadoras e incorporadoras e ao protagonismo de tais agentes sobre a terra para os negócios imobiliários. Em entrevista realizada em 15 de setembro de 2021, Márcio Lorin⁴⁸, diretor da pasta de habitação na Prefeitura Municipal de Maringá desde 2018, afirmou que “como a produção dessas unidades é limitada por conta da fonte de recurso do município não ser a altura para a gente suprir uma demanda substancial, nós começamos olhar para a cidade e falar: temos que chamar outros atores para participar disso”. O diretor de habitação entrevistado ainda informou que, embora o foco da produção habitacional seja a população com rendimento até 6 salários mínimos, para priorizar a lacuna principal que é até 3 salários, acabaram deixando “por conta do empreendedor”.

Segundo Silva (2002, p.119), a influência de construtoras/incorporadoras se fez presente, em Maringá, até mesmo na definição da localização e do tamanho dos empreendimentos tendo, assim, um importante papel no desenvolvimento da provisão habitacional, na composição do conjunto de empresas locais e na estruturação do espaço urbano maringaense.

Outra entrevista, a partir da qual coletamos informações correlatas à lógica de estruturação do espaço maringaense, no entanto, na perspectiva de quem consome a habitação, foi realizada junto ao líder do Movimento em Defesa da Regularização do Conjunto Santa Rosa

⁴⁸ Entrevista gentilmente concedida pelo senhor Márcio Lorin, no dia 15 de setembro de 2021, online, via plataforma Google Meet, para os entrevistadores Everaldo Santos Melazzo, Eda Góes e Natália Sá Britto. A entrevista foi realizada no âmbito do projeto temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FragUrb – processo Fapesp n. 18/07701-8)” e em razão de nosso vínculo, participação e colaboração tivemos acesso a algumas das entrevistas realizadas, que interessam ao tema tratado neste trabalho.

de Iguatemi, José Marcos dos Santos Marçal⁴⁹. José Marcos e Maria Alice Marçal moram no Conjunto (Figura 7) e há mais de 20 anos convivem com os problemas da falta de infraestrutura do loteamento e, por isso, se organizaram junto a outros moradores com ações de cobrança pelas responsabilidades do proprietário, Arlindo Teixeira⁵⁰, e da Prefeitura de Maringá, sobre as irregularidades do bairro (HOJE MAIS, MARINGÁ, 2021).

Sem infraestrutura lá, não tem asfalto, falta muita coisa lá, não tem galerias fluviais, então a gente foi atrás pra ver isso aí. E como a gente viu que tinha um problema na justiça, uma ação civil pública pelo Ministério Público, a partir de 2014, então a gente começou a buscar quais seriam as causas da irregularidade do Jardim Santa Rosa de Iguatemi, onde a gente estava morando [...] E o local lá tá muito ruim porque as ruas têm muita enxurrada, e erosão assim é muito inclinado. E nem a prefeitura pode entrar pra fazer manutenção porque é um lote particular, e nem o Arlindo Teixeira faz manutenção, que é o loteador. (JOSÉ MARCOS MARÇAL, 2022)

⁴⁹ Entrevista gentilmente concedida pelo senhor José Marcos dos Santos Marçal, com participação de sua esposa Maria Alice Marçal, ambos líderes do Movimento em Defesa da Regularização do Conjunto Santa Rosa de Iguatemi, no dia 13 de junho de 2022, nas dependências do Galeria Shopping CIC HM, em Maringá, para as entrevistadoras Natália Sá Britto e Luanda Vannuchi. A entrevista foi realizada no âmbito do projeto temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FragUrb – processo Fapesp n. 18/07701-8)” e em razão de nosso vínculo, participação e colaboração tivemos acesso a algumas das entrevistas realizadas, que interessam ao tema tratado neste trabalho.

⁵⁰ Arlindo Teixeira é advogado e foi o primeiro maringaense a se eleger vereador, em 1976, pela Arena. O ex-vereador recebeu do Instituto Ambiental do Paraná a licença de instalação para loteamento residencial a ser implantado nos lotes determinados da Gleba Patrimônio Iguatemi, em Maringá (RIGON, 2017).

Figura 7 - Conjunto Santa Rosa de Iguatemi de Maringá – 2021.



Fonte: CBN MARINGÁ (2021).

Em entrevista para a CBN MARINGÁ (2021), o loteador, Arlindo Teixeira, alegou que quando o loteamento foi lançado, a Prefeitura exigia rede de água, energia e cascalho, e assim que foi realizado o serviço, a área foi liberada e que a manutenção, segundo ele, caberia à administração do local (CNB MARINGÁ, 2021).

Assim como argumentam Maricato (2013) e Sposito (2013), a disputa pelo acesso e pelo direito à cidade, presentes no caso destacado, tomam as particularidades dos momentos e aspectos históricos e fazem emergir a contradição entre o avanço ou retrocesso das condições econômicas e espaciais de diferentes segmentos sociais. Dessa forma, como foi possível observar, nem toda melhoria das condições de vida são alcançadas e acessíveis igualmente a todos os segmentos de renda, já que a mesma lógica que promove a melhoria vem acompanhada, atualmente, da precarização de suas condições espaciais no interior das cidades brasileiras.

Assim, o espaço permite compreender a expressão das contradições impostas pelo modo capitalista de produção, já que contraditória e constantemente assegura a busca imperativa da sobrevivência do capital.

A análise quantitativa, a partir dos dados demonstrados, como uma parte que constitui um conjunto maior de fatores a serem interpretados sobre a realidade enfrentada,, permite

depreender que permanecem, nas cidades analisadas, profundas desigualdades, que podem ser observadas na produção de seus espaços. No mesmo sentido, a luta pela terra e pela moradia permanece e sua identificação também é relevante para a adequada avaliação a respeito das condições concretas sobre a produção do espaço urbano no Brasil atual. Mais além, passa, cada vez mais, a ser condicionada e mediada por estratégias e ações de agentes diversos que tratam a terra, a moradia e a própria cidade como ativos de valor capazes de conferir acesso a ganhos econômicos coadunados com o ambiente rentista atual do capitalismo (HARVEY, 1982; SANFELICI e HALBERT, 2016).

No mesmo sentido, as ocupações, ou os denominados aglomerados subnormais conforme definição do IBGE (1987), são parte inerente deste processo de urbanização segregadora. Este tipo de apropriação do espaço começou a compor a paisagem urbana no final do século XIX, e foi consolidando sua presença e se constituindo enquanto uma das expressões mais significativas das desigualdades estruturais que marcam o crescimento das cidades.

Refletem, entre outros fatores, um padrão histórico de desenvolvimento que desde o início do século XX manteve uma associação perversa entre crescimento econômico e altos níveis de desigualdades socioespacial, mantendo parcelas significativas da população abaixo das linhas de pobreza e com acesso limitado aos serviços públicos e aos direitos constitucionais básicos, como o direito à moradia (CARDOSO, 2007).

Sem atender às demandas sociais, a provisão habitacional pública disputa o protagonismo da produção de interesse social com o processo de favelização no atendimento às famílias de baixa renda, ampliando-se o número de áreas de ocupação, agravando-se, ainda, a precariedade habitacional e, por consequência, acirrando as desigualdades socioespaciais

Maricato (1999) demonstra que, a partir de 1980, os registros passam a indicar um crescimento no número de ocupações de terra urbana pelo território brasileiro devido, principalmente, à política de expansão da organização do Movimento Sem-Terra que, após sua criação em 1984, incentivou uma série de ocupações com demandas específicas e que legitimam a luta pelo direito à moradia, reconhecido constitucionalmente a partir da Emenda Constitucional 26 do ano 2000.

A formação de ocupações, organizadas por movimentos ou ativismos sociais⁵¹, promovem uma inflexão no território a partir da criação de um conflito de terra onde não existia, para solicitação de desapropriações que legitimem o direito à cidade e à moradia, através da resistência que se manifesta, no caso da luta pela terra urbana, pelo “ocupar” (SIGAUD, 2004).

Contudo, ainda que as ocupações representem a legitimidade do direito à cidade como uma ferramenta de luta, também tornam explícito um processo de violação do mesmo como direito fundamental social básico da população pelos diferentes processos de reprodução do capital sobre o espaço, como debateremos na próxima seção.

As Tabelas 7 e 8 mostram, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 e os dados obtidos pela mesma instituição em 2019 (IBGE, 2010; 2019) os setores censitários de aglomerados subnormais para as cidades de Ribeirão Preto e Maringá.

Os dados da Tabela 8 representam do mapeamento preliminar do Aglomerados Subnormais, realizado pelo IBGE, como preparação para o Censo Demográfico a ser realizado em 2020, ainda em processo de desenvolvimento em 2022, não só por uma questão orçamentária como também por limitações políticas estratégicas.

Tabela 7 - Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, população residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais e média de moradores em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais – 2010.

Municípios	População total no Município	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	Domicílios ocupados em áreas classificadas como aglomerados subnormais
Maringá	357.117	954	0
Ribeirão Preto	604.682	14.117	3.715 ⁵²

Fonte: IBGE, 2010.

⁵¹ Debateremos com mais detalhes sobre a atuação dos movimentos sociais de luta pela moradia a partir do Capítulo 3, ao tratarmos sobre a construção de uma cidadania insurgente.

⁵² O PLHIS-RP de 2010, baseando-se nas informações da Fundação João Pinheiro/IBGE, apontou a existência de 43 assentamentos precários, com cerca de 5,6 mil domicílios. Para a atualização do Plano para 2019, verificou-se a existência de 87 assentamentos precários, onde residem cerca de 9,7 mil famílias.

Tabela 8 - Aglomerados Subnormais 2019: Classificação Preliminar para o enfrentamento à COVID-19.

Municípios	População total no Município	Número de domicílios ocupados no município	Domicílios ocupados em áreas classificadas como aglomerados subnormais
Maringá	423.666	140.052	0
Ribeirão Preto	703.293	272.188	7.621

Fonte: IBGE, 2019.

Enquanto em Maringá, tanto no Censo de 2010 quanto para as estimativas do estudo preliminar de 2019, não são identificados núcleos classificados como aglomerados subnormais, observa-se o aumento expressivo do número de domicílios em aglomerados subnormais no período de 2010 a 2019 em Ribeirão Preto. Há indícios, segundo o PLHIS-RP (RIBEIRÃO PRETO, 2020) de que esse aumento esteja relacionado com fatores como a subestimação de dados que retratem o fenômeno pelo PLHIS-RP de 2010, ocupações de terra com deslocamento de população de outros municípios e regiões para Ribeirão Preto e aumento do preço da terra no período.

Rizzatti (2020), em sua tese, ao contribuir com a compreensão sobre a urbanização corporativa e interseccionalizada a partir de processos de periferização na cidade de Ribeirão Preto, subdivide a análise em três períodos principais (de 1880 a 1949, de 1950 a 1959, de 1970 a 1980 e um quarto e último período que vai de 1990 até o momento atual), levando em consideração as diferentes formas-conteúdo dos processos sob análise.

A autora levanta algumas de suas hipóteses que justificaram a formação de ocupações de terra na cidade de Ribeirão Preto. Entre os diferentes elementos apontados por Rizzatti (2020) está, como gênese do processo de segregação socioespacial (1880-1949) o planejamento urbano higienista, enquanto no período posterior (1950-1969) começam a surgir as primeiras ocupações e favelas, a partir, entre outros fatores, da modernização seletiva do espaço urbano através de uma urbanização corporativa.

Já no terceiro período de recorte, 1970 a 1980, Rizzatti (2020) aponta a influência da criação da COHAB, para articulação e implantação da política habitacional do Banco Nacional

de Habitação (BNH). Neste período há destaque também para a implantação, em Ribeirão Preto, do Programa Nacional do Álcool – Proalcool. que, criado em 1975, incentivou o desenvolvimento do etanol e foi o principal fator de atração da mão-de-obra, principalmente não qualificada, e que constituíram os conjuntos habitacionais e dezessete novos núcleos de ocupações durante este período.

No quarto e último período, de 1990 até o momento atual, a autora também ressalta o descompasso entre o crescimento contínuo de assentamentos precários e a insuficiência de políticas habitacionais, que dificultam o enfrentamento da realidade, uma vez que, como aponta Rizzatti (2020), não existe, no município de Ribeirão Preto, uma secretaria de habitação municipal que permita a elaboração de políticas mais apropriadas, desenvolvidas por um corpo técnico especializado nas necessidades específicas.

Também no último período, mais especificamente na década de 2010, ocorreu, como aponta Rizzatti (2020) uma política de desfavelamento da gestão de Dárcy Vera (DEM – 2009 – 2012), que estabeleceu a criminalização das ocupações na cidade – Lei Complementar nº 2.773, de 03 de junho de 2016, com a finalidade de “coordenar as ações preventivas, repressivas e de revitalização destinadas a evitar ou minimizar as invasões de áreas públicas no município de Ribeirão Preto” (RIBEIRÃO PRETO, PL 268/16, p. 4) - e na remoção dos núcleos, principalmente na região do aeroporto. No total, foram removidos 16 núcleos, sendo que oito deles se reconstituíram novamente em locais geralmente próximos ao de origem. Na ocasião, foram enviadas para conjuntos habitacionais 4,8 mil famílias e foi realizado o recadastramento das famílias na fila de espera pela casa própria na COHAB-RP.

Rizzatti (2020), em suas análises sobre a periferização de Ribeirão Preto, a partir do recorte temporal da década de 90, reforça o papel significativo do PMCMV, implementado concomitantemente às violentas remoções citadas, a partir de 2009. Assim, as reintegrações teriam acontecido sob a justificativa da criação da implantação da nova política habitacional na cidade, o PMCMV.

Por isso, buscamos sintetizar os dados referentes à produção habitacional pelo PMCMV no período referente à gestão da então prefeita Darcy Vera (Tabela 9), para mostrar o crescimento abrupto de unidades contratadas principalmente entre 2009 e 2010, quando o programa de desfavelização foi então implementado.

Tabela 9 – Ribeirão Preto – SP – Unidades Habitacionais contratadas por ano pelo PMCMV – 2009 – 2012.

Ano	Faixa 1	Faixa 1,5	Faixa 2	Faixa 3	Total
2009	704	0	447	373	1.524
2010	760	0	1.998	1.488	4.246
2011	0	0	1.076	1.098	2.174
2012	192	0	2.615	1.266	4.073

Fonte: RIBEIRÃO PRETO (2019).

Rizzati (2020) aponta que entre os anos de 2009 e 2010, a COHAB-RP entregou cerca de 1.045 unidades habitacionais. Ou seja, considerando o mesmo recorte temporal (2009-2010), a produção habitacional pelo PMCMV representou cerca de 84,66% do total de unidades entregues.

A questão levantada aqui, portanto, se trata de enfatizar a possível relação entre o processo de desfavelização implementado em Ribeirão Preto na gestão da prefeita Darcy Vera, a partir de 2009, com a implantação do PMCMV.

O contexto da produção imobiliária em questão, nos marcos do PMCMV, traz questões importantes a serem refletidas sobre a falta de alternativas fora do mercado e de instituições capitalistas da propriedade privada da terra. É possível desenvolver esse questionamento uma vez que o programa, de ideário “progressista” como é o MCMV, fora capturado e enviesado por uma macroconjuntura econômica e política (MARICATO, 2011).

Este processo foi comentado em entrevista realizada com Wagner Melini⁵³, presidente da associação de bairros do Conjunto Habitacional Wilson Toni, o primeiro conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida da cidade de Ribeirão Preto, formado a partir do citado processo de desfavelamento, pela então prefeita Darcy Vera, com moradores anteriormente ocupando as favelas Mangueiras, do Brejo e Sambra. Wagner relata que no ano de 2013, junto a outros moradores, formaram uma associação para “começar a brigar pelos

⁵³ Entrevista gentilmente concedida pelo senhor Wagner Melini, no dia 20 de outubro de 2020, online, via plataforma Google Meet, para as entrevistadoras Natália Britto e Késia Anastácio. A entrevista foi realizada no âmbito do projeto temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FragUrb – processo Fapesp n. 18/07701-8)” e em razão de nosso vínculo, participação e colaboração tivemos acesso a algumas das entrevistas realizadas, que interessam ao tema tratado neste trabalho.

nossos direitos, por transporte, por saúde, a escola, e graças a Deus deu certo, nós estamos aí já tem sete anos”. O mesmo entrevistado prossegue, relatando a origem dos moradores do empreendimento Wilson Toni:

(...) fizeram esse trabalho aqui durante 6 meses, porque aqui, 50% é de desfavelamento e os outros 50% foi sorteio da COHAB aqui, então a [...] a pessoa que vivia na favela, na comunidade, estava vindo para um lugar que já teria que começar a pagar água, a pagar luz, a pagar condomínio... Tem pessoas que até hoje não sabem o porquê tem que pagar o condomínio, não sabem para que paga o condomínio. Então foi feito um trabalho durante seis meses com o pessoal da Caixa, e depois também nunca mais voltaram (Wagner Melini, 46 anos, 2020).

Como veremos adiante, esta questão foi importante para análise de dois dos recortes que tomamos, primeiro para a citada luta no Conjunto Habitacional Wilson Toni e, em seguida, o papel de uma inflexão para a formação da comunidade Cidade Locomotiva, a qual será debatida no próximo capítulo, sobre os movimentos sociais.

Na atualização do PLHIS em 2019, verificou-se a existência de 87 assentamentos precários, onde residem cerca de 9,7 mil famílias (RIBEIRÃO PRETO, 2019). Portanto, é possível observar, também acompanhando os dados das Tabelas 7 e 8, o aumento expressivo do número de domicílios em assentamentos precários no período de 2010 a 2019.

Já em relação a Maringá, é possível observar a ausência total do número de domicílios em áreas classificadas como aglomerados subnormais no município entre os anos de 2010 a 2019⁵⁴.

Assim como afirma Negri (1998), o projeto de estruturação da produção da cidade elaborado para Maringá, com evidentes conteúdos ideológicos, estruturou o espaço da cidade em zonas funcionais.

Sendo assim, como citado no primeiro capítulo, houve um direcionamento seletivo do uso residencial do solo urbano em Maringá que, em razão da variedade de tamanhos e preços dos lotes desde o início conduziu a uma diferenciação socioespacial tanto para a localização

⁵⁴ Mesmo as projeções elaboradas pela Fundação João Pinheiro para os anos de 2017 e 2021 expressam a erradicação de características do adensamento urbano em aglomerados subnormais (FJP, 2017; 2021)

residencial quanto de equipamentos coletivos, o que acabou conduzindo a algumas especificidades locais que se destacam nessa configuração da cidade, “destituída” de problemáticas habitacionais, mas que operacionalizou o afastamento de segmentos socioeconômicos de menor renda para municípios vizinhos, como Sarandi e Paçandu .

Como demonstrado na Tabela 4, o déficit habitacional de Maringá é relativamente pequeno, porém em um contexto de seu papel como cidade média em articulação com outras cidades menores, em rede, os índices se tornam representativos (MARINGA, 2008).

Os dados apresentados na Tabela 10 representam a evolução populacional das cidades de Sarandi e Paçandu ao longo dos anos de 1991 a 2020, em comparação com Maringá.

Tabela 10 - População e estimativa populacional dos municípios de Sarandi e Paçandu, 1991 - 2000 - 2010 – 2020.

Municípios	População				Percentual da Variação Populacional nas décadas
	1991	2000	2010	2020	1991-2020
Maringá	240.292	288.653	357.077	434.696	79%
Sarandi	47.981	71.422	82.847	97.803	103,8%
Paçandu	22.197	30.764	35.936	41.773	88,2%

Fonte: IBGE - Estimativa Populacional, 2020; Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2020.

Ao analisar o período apresentado na Tabela 10, o município de Maringá foi o que apresentou o maior crescimento em relação ao número absoluto de habitantes, no entanto, ao avaliarmos o percentual em todo o período, de 1991 a 2000, é possível observar que os municípios de Sarandi e Paçandu tiveram os maiores incrementos demográficos, com 103,8% e 88,2%, enquanto Maringá apresentou um aumento populacional de 79%.

Se comparados com os dados sobre a evolução populacional de Maringá, pode-se perceber que nos dois outros municípios houve um crescimento populacional foi superior, mas na cidade de Sarandi o aumento foi mais significativo. No entanto, é importante ressaltar, como identificado pelo Observatório das Metrópoles (2020) não se tratar de um ritmo acompanhado da provisão de equipamentos sociais necessários a boas condições de vida, gerando constantes conflitos e contradições sociais que assolam a sociedade

As Tabelas 11 e 12 mostram, respectivamente, as estimativas de domicílios precários em áreas urbanas e o déficit habitacional absoluto e relativo e domicílios com inadequação por infraestrutura e adensamento excessivo nos municípios de Paiçandu, Sarandi e Maringá, no ano de 2000. São dados relativamente desatualizados, mas que podem dar mais indícios do contexto das desigualdades que se expressam no âmbito do espaço urbano das três cidades, uma vez que são realidades dissimuladas pelo poder público de Maringá.

Tabela 11 - Estimativas de domicílios precários em áreas urbanas da RMM, 2000.

Município	Domicílios em setores subnormais	Domicílios em setores precários	Estimativa de domicílios em assentamentos precários	Total de domicílios em todos os tipos de setores	% de domicílios em Assentamentos Precários
Paiçandu	0	126	126	8.247	1,53
Sarandi	0	0	0	19.513	0
Maringá	0	788	788	82.889	0,95

Fonte: IBGE - CEM/CEBRAP, 2000, IPARDES.

Tabela 12 – Déficit Habitacional absoluto e relativo e domicílios com inadequação por infraestrutura e por adensamento excessivo por município, 2000.

Município	Total Déficit		Inadequação por infraestrutura ⁵⁵		Inadequação por adensamento
	Absoluto	%	Carentes	Deficientes	
Paiçandu	401	4,68	435	6.280	409
Sarandi	1.250	6,24	536	16.917	976
Maringá	5.081	6,03	1.492	32.379	2.247

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (Microdados), Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação - PLANHAB, 2000, IPARDES.

Em estudo elaborado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), em 2000, as cidades de Paiçandu e Sarandi apresentavam populações com menor renda *per capita* da Região Metropolitana – com R\$ 182,23 e R\$ 187,13 – enquanto Maringá apresentava R\$ 465,37. No

⁵⁵ O conceito de inadequação de moradias representa questões referentes à qualidade de vida dos moradores sem, no entanto, relacionar-se com o dimensionamento do estoque de habitações e sim às especificidades internas do mesmo. Os domicílios carentes de infraestrutura são os que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fosse séptica e coleta de lixo (IBGE, 2010).

mesmo ano, em pesquisa desenvolvida pelo IPARDES (2000), as mesmas cidades apresentaram os maiores índices de desigualdade de renda da região, com 0,70 e 0,72 respectivamente, que quando comparados aos índices de apropriação de renda pelos estratos de população mais ricos, também apresentam os menores níveis (PNUD, 2000).⁵⁶

A análise das desigualdades sociais no espaço pleno de interações várias entre estes municípios se dá através do cotejar de um conjunto de indicadores, como estes apresentados. Dessa forma, levantamos como hipótese que grande parte da população de Maringá que não teve sua demanda por moradia atendida acabou compondo o déficit de Paiçandu e Sarandi. Tal hipótese é reforçada através de notícias de jornais e até pelos gestores públicos maringaenses, como explicita o pronunciamento do ex-prefeito da cidade, Said Felício Ferreira⁵⁷, se referindo ao município de Sarandi, em entrevista para Rodrigues (2002):

(...) Sarandi, uma cidade dormitório, lá eles não obedecem a projeções. O plano urbanístico de Sarandi é um desastre. Eu percorri na última campanha, Sarandi, e lá não se vê praça, não se vê nada; [...] os 35% que normalmente se deixa para o poder público lá não se respeitou nada. É um bairro desorganizado de Maringá, o Sarandi (...) (FERREIRA, 2002)

Em depoimento para a pesquisa de mestrado de Silva (2015)⁵⁸, o “Entrevistado 1” também deixou explícito o quanto é intensa e normalizada a “expulsão” de moradores de Maringá ao retratar a intensificação da produção de loteamentos no município na década de 70, relacionando-o a dois acontecimentos na época: a conduta política do prefeito João Paulino⁵⁹ em dificultar a criação de lotes populares em Maringá, o que impulsionou a migração da

⁵⁶ Essas correlações estão descritas com maior riqueza de detalhes no estudo elaborado por Rodrigues (2005).

⁵⁷ Said Felício Ferreira, médico, foi prefeito no mandato de 1983 a 1988 e depois, de 1993 a 1996.

⁵⁸ SILVA, André Almeida da. Segregação social e preconceito: a sociabilidade e o cotidiano dos moradores do município de Sarandi-PR. 2015. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Sob orientação de Ana Lucia Rodrigues. A entrevista foi concedida em abril de 2014 ao autor, e está descrita de forma anônima no trabalho. O entrevistado tinha, na época, 60 anos, empresário e filho de um dos primeiros moradores de Sarandi. Por isso, será identificado neste trabalho como “entrevistado 1”.

⁵⁹ João Paulino Vieira Filho, advogado, promotor público e pecuarista, exerceu seu mandato de prefeito em Maringá entre 1977 e 1982. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 1946.

população para Sarandi à procura de moradia com preços mais acessíveis e o desenvolvimento da cidade de forma desordenada, sendo alvo de preconceito e estigmas.

O “Entrevistado 1” menciona, ainda segundo Silva (2015), que havia uma desconfiança constante do empresariado maringense acerca dos residentes de Sarandi. Outra entrevistada por Silva (2015), aposentada, natural de Minas Gerais, mencionou que morava de aluguel na Vila Operária em Maringá e há mais de 22 anos se mudou para Sarandi em busca de casa própria, que não conseguia obter, ressaltando a falta de infraestrutura na cidade na época em que nela passou a residir.

Assim como Sarandi, a cidade de Paiçandu também sofreu os reflexos do processo de periferização, entendida aqui no seu sentido interurbano, da pobreza por parte das políticas realizadas em Maringá, apresentando um crescimento urbano desordenado e precário. Vários loteamentos em Paiçandu foram realizados por empresas de Maringá⁶⁰ que viram, assim como em Sarandi, um ótimo mercado de terras.

Logo, podemos depreender que para os dois municípios, os efeitos da segregação socioespacial engendrados no processo de produção do espaço urbano de Maringá impactaram diretamente na constituição de suas espacialidades através de problemas urbanísticos, sociais e econômicos.

Em um perfil elaborado para a Região Metropolitana de Maringá, pelo Observatório das Metrôpoles, a partir do recorte temporal das décadas de 1991 a 2000 e 2000 a 2010, foram identificados e analisados os padrões de organização social do território dos municípios vizinhos. Nele, foram apresentados dados que representam o perfil socioeconômico dos municípios a partir do índice de bem-estar Urbano (IBEU), cujo objetivo é mostrar que as condições que geram bem-estar não dependem da ação dos indivíduos e, especialmente, demonstrar como se apresenta o bem-estar urbano na RMM e entre seus municípios (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2020).

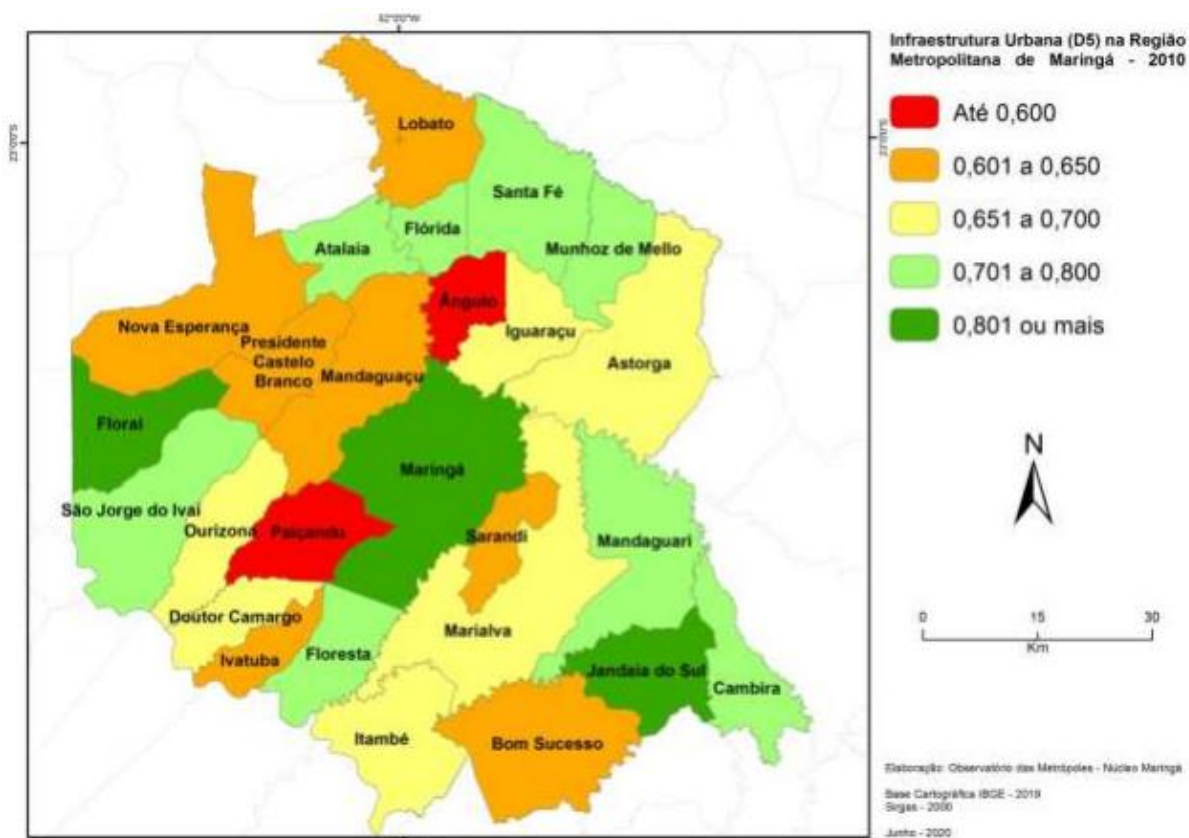
Consideramos importante apresentar os mapas (Figura 8 e 9) que retratam, respectivamente, a dimensão de infraestrutura urbana, tomada a partir de condições como

⁶⁰ Entre tais empresas responsáveis pelo loteamento no município podemos destacar: POZZA Empreendimentos Imobiliários Ltda, Construtora VICKI Ltda e GEMAR Comércio Imobiliário (VALOTTA, 2013).

iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros - que, em conjunto, expressam a melhor qualidade de vida das pessoas - e as condições habitacionais na RMM, que compreende os indicadores de aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro e material das paredes dos domicílios.

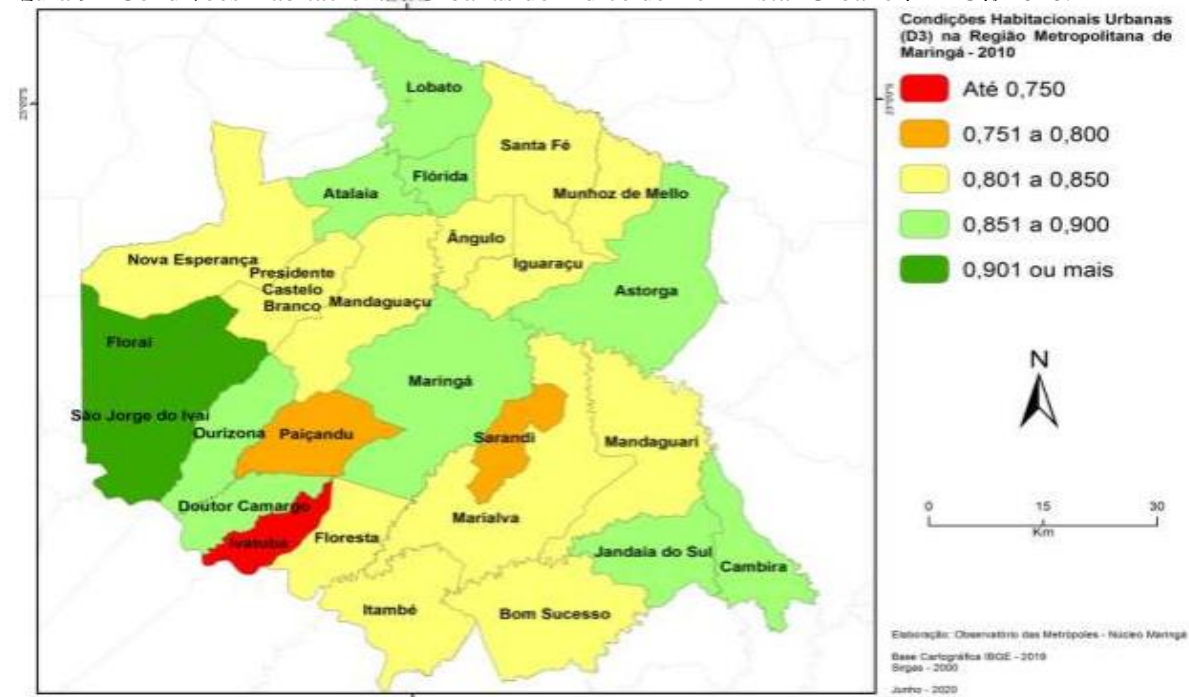
No mapa da Figura 8, é possível perceber que a cidade de Maringá – juntamente com Jandaia do Sul e Floráí – está entre as mais bem avaliadas em relação às infraestruturas, enquanto Ângulo e Paiçandu registram os menores valores e Sarandi está também entre os valores abaixo da média.

Figura 8 - Infraestrutura Urbana da Região Metropolitana de Maringá - Índice de Bem-Estar Urbano.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2010.

Figura 9 - Condições Habitacionais Urbanas do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), 2010.



Fonte: Observatório das Metrópoles - Ribeiro e Ribeiro, 2013.

Para compreender, de forma complementar, o perfil social de Sarandi e Paçandu, é possível, ainda, considerar as categorias sócio-ocupacionais⁶¹, indicador adotado pelo Observatório das Metrópoles sobre os modos como a desigualdade se expressa nestes territórios, tanto como um reflexo da estrutura produtiva social quanto como produto do território desigual a partir do qual se constituiu.

Para tanto, o Observatório das Metrópoles, em estudo sobre as realidades dos municípios vizinhos à Maringá, traçou o perfil social a partir da estrutura sócio-ocupacional apresentada nas duas últimas décadas, como é possível observar na Tabela 13.

Tabela 13 - Estrutura Sócio-ocupacional dos Municípios de Paçandu e Sarandi – 1991, 2000, 2010.

Categorias socio-ocupacionais	Paçandu						Sarandi					
	1991		2000		2010		1991		2000		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
População Total	22.197	-	30.764	-	35.936	-	47.981	-	71.422	-	82.847	-
Dirigentes	18	0,2	47	0,4	136	0,8	84	0,4	163	0,6	205	0,5
Profissionais de nível superior	76	0,9	197	1,6	549	3,0	98	0,5	285	1,0	1.061	2,8
Pequenos empregadores	77	0,9	187	1,5	107	0,6	441	2,3	347	1,2	155	0,4
Ocupações médias	1.009	11,5	1.531	12,4	3.623	20,0	2.484	12,7	3.990	13,6	6.403	16,8
Trabalhadores do terciário especializado	868	9,9	2.316	18,8	2.598	14,3	2.745	14,0	5.205	17,7	5.919	15,5
Trabalhadores do secundário	3.474	39,6	4.525	36,6	6.903	38,1	7.748	36,5	11.455	39,1	16.125	42,3

⁶¹ As Categorias Sócio-Ocupacionais – CATs, desenvolvidas pelo Observatório das Metrópoles, constituída pela análise social do território utiliza a categoria ocupação (ocupação principal do indivíduo) cruzando-a com outras variáveis (renda, escolaridade, situação na ocupação, setor de atividade econômica e setor institucional) para definir uma estratificação social conforme 24 categorias ocupacionais, agrupadas em 8 grandes grupos : dirigentes, profissionais de nível superior, pequenos empregadores, ocupações médias, trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não especializado e trabalhadores (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2020)

Trabalhadores do terciário não-especializado	1.958	22,3	2.652	21,5	3.415	18,9	4.762	24,3	6.622	22,6	7.437	19,5
Trabalhadores agrícolas	1.293	14,7	896	7,3	783	4,3	1.233	6,3	1.258	4,3	786	2,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

Como é possível observar a partir dos dados, as classes dominantes praticamente não residem nesses municípios, já que o número de profissionais de nível superior é baixo e a população pertencente aos dirigentes quase não consta nos censos. A distribuição das categorias sócio-ocupacionais nos dois municípios se mantém relativamente concentrada nos trabalhadores da indústria, seguida dos trabalhadores do terciário não especializado. Assim, a predominância das atividades do setor secundário nos municípios de Paiçandu e Sarandi refletem a estrutura ocupacional e a economia regional atrelada ao terciário e secundário.

Tanto Sarandi como Paiçandu receberam boa parte da população que saiu da cidade de Maringá, já que, pela baixa qualidade ou inexistência de serviços públicos, os imóveis eram mais baratos que os de Maringá. Portanto, “Sarandi e Paiçandu foram os espaços que abrigaram os ‘apartados’ da paisagem maringaense, preservando a ‘vocação’ da cidade-polo para uma ocupa o residencial por classes de rendas mais altas” (RODRIGUES, 2004, p. 150).

Quando comparados os dados sobre a estrutura sócio-ocupacional dos moradores de Sarandi e Paiçandu com os relacionados à Maringá, explicitados na Tabela 14, é significativa a diferença do número de categorias dirigentes, já que em Maringá, no ano de 2010, essa categoria representava 2,7% da popula o total, apresentando uma tendência de crescimento ao longo dos anos.

Tabela 14 - Estrutura Sócio-ocupacional dos moradores de Maringá - 1991, 2000, 2010.

Categorias socio-ocupacionais	Maringá					
	Ano					
	1991		2000		2010	
	N	%	N	%	N	%
Popula�o Total	240.292	-	288.653	-	357.077	-
Dirigentes	182.546	2,4	3.683	2,8	5.114	2,7

Profissionais de nível superior	5.692	5,4	9.517	7,2	22.417	12,0
Pequenos empregadores	6.565	6,2	5.717	4,3	6.189	3,3
Ocupações médias	29.319	27,6	35.561	26,8	55.070	29,5
Trabalhadores do terciário especializado	16.941	16,0	24.706	18,6	30.020	16,1
Trabalhadores do secundário	24.377	23,0	30.209	22,8	41.409	22,2
Trabalhadores do terciário não-especializado	17.398	16,4	20.041	15,1	23.715	12,7
Trabalhadores agrícolas	3.310	3,1	3.238	2,4	2.684	1,4

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

Para Rodrigues (2004), uma das maneiras da ocupação urbana de Maringá extravasar os limites municipais se deu através da operacionalização do arranjo espacial que expulsou a população de menor poder aquisitivo para outros municípios, garantindo que Maringá preservasse características privilegiadas, que a configuraram no discurso oficial como uma cidade sem problemas sociais. Buscamos, através da análise dos dados apresentados, trazer alguns indícios que nos permitam depreender essa realidade dissimulada pela gestão pública de Maringá.

Mendes (1992) retrata que com a expansão territorial urbana de Maringá e o desalinhamento em relação ao projeto inicial, a sincronização com problemas da urbanização brasileira, como o aumento da pobreza e a produção de uma periferia, foram se tornando crescentes na lógica territorial da cidade.

A partir da década de 1950, inúmeras ocupações em terrenos públicos se formaram em Maringá, como foi o caso da Vila Esperança, a Colônia Portuguesa, a Vila Nova, a travessa Liberdade, principalmente na área central, como ressalta Rodrigues (2004). A maioria delas concentrava nordestinos e boias-frias da região e até 1950 não houve qualquer iniciativa por parte da Prefeitura Municipal em regularizar essas áreas, assim como inseri-las à cidade.

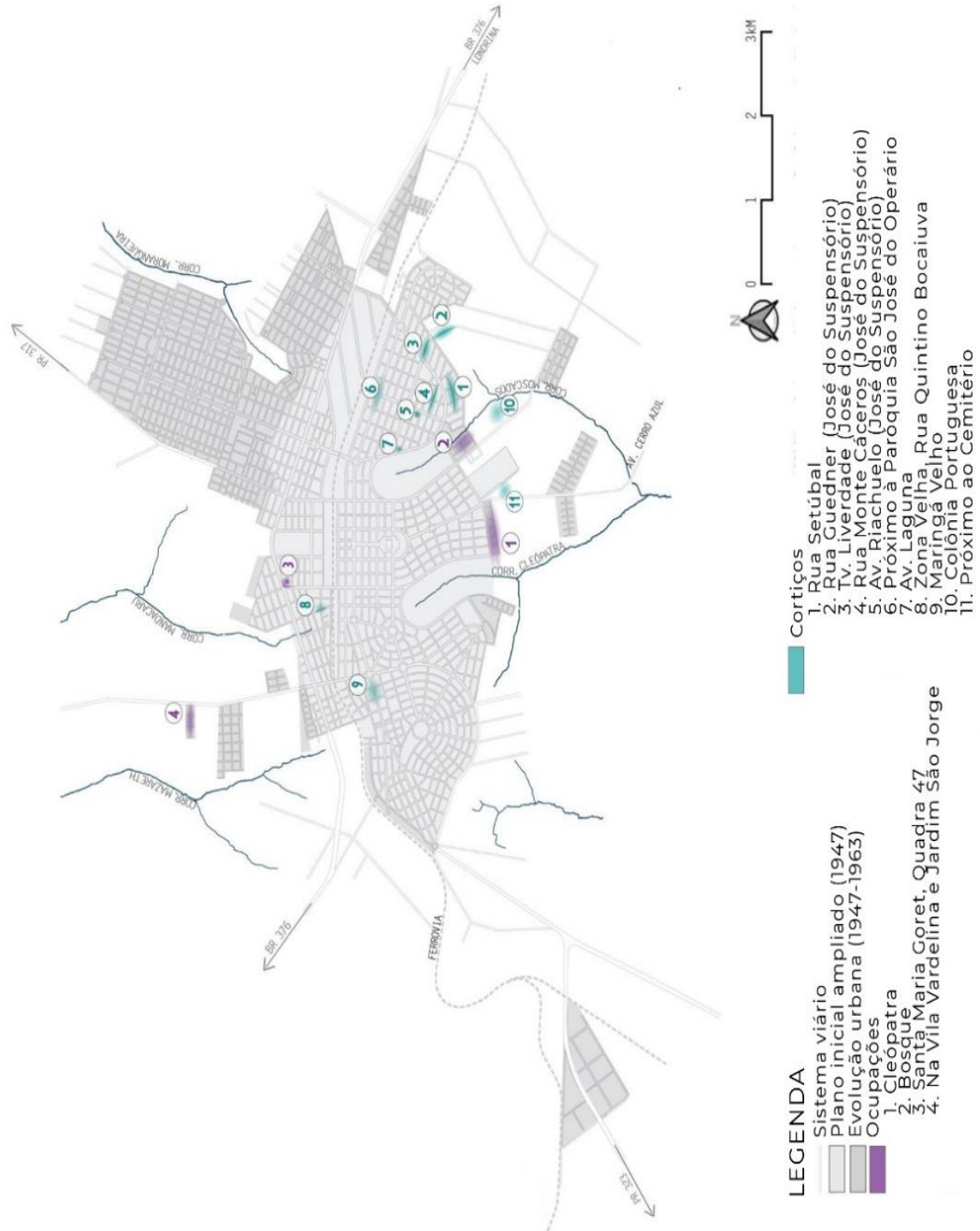
Os mapas das Figuras 10 e 11 mostram as ocupações que surgem entre o recorte temporal de 1947 a 1964 e 1973 a 1986, e foram elaborados a partir de uma análise das intervenções estatais sobre a questão habitacional na cidade de Maringá realizada por Garcia

(2018). A autora optou por um recorte temporal específico (1947-1986)⁶², que se inicia em 1947 por compreender que as práticas desenvolvidas desde a concepção do primeiro plano influenciaram na problemática da produção de habitação popular em Maringá e se estendendo até 1986, uma vez que é o ano em que se extingue o Banco Nacional de Habitação (BNH), desestruturando uma política habitacional nacional e centralizada. Ou seja, seu recorte incluiu a gênese, consolidação e expansão da malha urbana e que se relacionam com os aspectos e particularidades da realidade atual da habitação no território urbano de Maringá.

Por anos as ocupações permaneceram em Maringá, como mostra o mapa da Figura 11- cujo recorte temporal está tomado de 1973 a 1986 - sem qualquer preocupação do Poder Público com as condições precárias e insalubres da população. No entanto, estes territórios passaram a representar entraves para o desenvolvimento da cidade. As ocupações, segundo Garcia (2019), eram enxergadas como um atraso para a modernidade e empecilho para a expansão territorial proposta pelo plano. E dessa forma o Poder Público passou a ser constantemente pressionado a erradicar tais ocupações.

⁶² O levantamento da pesquisa citado (GARCIA, 2018) se estabelece a partir dos recortes de 1947 a 1964, 1964 a 1973 e 1973 a 1986. No entanto, optamos por trazer apenas os mapas dos recortes de 1947-1964 e 1973-1986, já que são os que representam as ocupações que ocorreram na cidade nestes períodos e são interessantes para a análise do presente trabalho.

Figura 10 - Ocupações em Maringá - 1947 - 1964.



Fonte: GARCIA (2018).

Figura 11 - Ocupações em Maringá - 1973 - 1986.



Fonte: GARCIA (2018).

A permanência das antigas áreas de ocupações e cortiços, assim como o surgimento de outras, evidenciam a tentativa de uma população sem acesso ao mercado formal de terras em inserir-se no espaço urbano de Maringá.

A partir da segunda gestão de João Paulino Vieira Filho, em 1977, houve um processo de reforço nas ações de descontinuidade de programas habitacionais, como o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados – PROFILURB⁶³, e de desfavelamento em alguns bairros considerados precários, como o Santa Felicidade.

O PROFILURB foi implementado com a finalidade inicial de fornecer lotes urbanizados para autogestão. No entanto, algumas das iniciativas do programa acabaram se direcionando para a remoção de favelas já existentes (GARCIA, 2018). Em 11 de dezembro de 1975, através da lei nº 1.111, foi autorizado, por meio de convênio com o BNH, obras do PROFILURB para “erradicação e contenção do favelamento, sendo o município o mutuário final”

Através do PROFILURB, foi implementado o núcleo habitacional Santa Felicidade, subsidiando 288 unidades habitacionais, tendo sido oficialmente inaugurado em 1977, com moradores que chegavam a partir dos processos de desfavelamento na cidade.

Em entrevista para o historiador João Laércio L. Leal, para o projeto Memória da Prefeitura de Maringá, em 1993, o prefeito João Paulino retrata o referido processo de desfavelamento:

Desfiz pagando, acertando, fretando mudanças a lugares que algumas pessoas tinham que ir e a favela foi eliminada sem trauma. Sem trauma porque eu e a dona Nadir do Desenvolvimento Social, que lá atendia, nós fizemos o ajuste por todas as pessoas e todo mundo saiu satisfeito sem problema (VIEIRA FILHO, 1996, p. 11 e 12).

Como aponta Garcia (2018), em 1978 as favelas na proximidade do Cemitério Municipal tinham sido desfeitas, sendo que vários de seus moradores foram “transferidos” para Sarandi e Paiçandu:

Apenas um núcleo de oito ranchos improvisados com tábuas velhas e folhas de zinco, permanece, cujos moradores estão em piores condições daqueles que

⁶³ Programa Habitacional desenvolvido pelo BNH para financiar lotes urbanizados dotados de infraestrutura básica para famílias de até três salários (MARICATO, 1987)

se transferiram para o PROFILURB, Núcleo Papa João XXIII, Sarandi, Marialva, Mandaguaçu, Paiçandu e outras paragens. Ainda no tangente aos favelados que continuam na ‘Quebrada’, a Fundação de Desenvolvimento Social informou que o impasse será resolvido no mais tardar até o final do mês, acabando de vez com a favela de Maringá (O DIÁRIO, 5 de abril de 1978, p. 1).

A perspectiva retratada pelo próprio gestor da época ressalta a tentativa de construção de uma imagem para a cidade que dissimulou e escondeu os problemas urbanos e sociais, como buscamos descrever no Primeiro Capítulo. Tratava-se de um problema frequente à época para a realidade de outras cidades brasileiras, mas o que tornou incomum o caso de Maringá foram as estratégias de reversão e impedimento da reincidência dessas ocupações.

Moradores das diversas ocupações que se formaram na cidade foram transferidos para núcleos populares, como o bairro Santa Felicidade e ainda para os municípios vizinhos, como Sarandi e Paiçandu, conforme destacamos anteriormente. Tais iniciativas, como ressalta Rodrigues (2004), foram financiadas com recursos federais, conformando-se em um processo de garantia do planejamento idealizado para a cidade.

No período referente à década de 1970 um novo processo conformou o crescimento das cidades vizinhas, que passaram a abrigar “bolsões de pobreza” (RODRIGUES, 2004a) vindos de Maringá. Rodrigues (2004a; 2004b) analisou como essas cidades acabaram abrigando a população mais pobre expulsa da cidade pelo através de políticas de desfavelamento, com a finalidade de deslocar os segmentos populacionais de baixo poder aquisitivo do contexto urbano de Maringá.

Portanto, durante muitos momentos da trajetória de estruturação da cidade, os municípios vizinhos tiveram papel significativo para essa parte da população, uma vez que apresentavam condições mais acessíveis em relação à moradia, com uma legislação flexível, onde os terrenos eram mais baratos e menores e com condições precárias de infraestrutura.

Segundo o Observatório das Metrôpoles, as cidades de Sarandi e Paiçandu apresentam um perfil relativamente diferente das cidades brasileiras, mas com peculiaridades que caracterizam a segregação socioespacial no âmbito local e na região metropolitana de Maringá. A expressão dos assentamentos, por exemplo, revela-se nos bairros periféricos, com falta de infraestrutura urbana e pela presença, ainda que pequena, de ocupações na malha urbana,

caracterizadas como assentamentos informais (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2008).

Em relação à cidade de Ribeirão Preto, é possível identificar dinâmicas também expressivas que se vincularam a processos de produção e reprodução de formas precárias e subnormais de ocupação do solo em certas áreas. Essas dinâmicas, por sua vez, refletem a ação de grupos que participam precariamente da vida econômica, social e urbana e encontraram força e mecanismos de organização coletiva para reivindicar melhorias em suas formas de vida – seja através da associação de moradores ou outras maneiras de organização (ROSA, 2018), o que demonstra a possibilidade de formação de ações reivindicatórias que surgem em decorrência de necessidades comuns.

Adas (2004) atribui o crescimento do número de ocupações em Ribeirão Preto ao aumento significativo dos preços médios de aluguéis, como foi possível observar na Tabela 4, em que o ônus excessivo com aluguéis aparece como componente mais significativo para o déficit habitacional na cidade. O mesmo autor ressalta, sobretudo, o crescimento do poder de organização e de visibilidade das ocupações e movimentos de luta pela moradia. Por exemplo, no levantamento realizado para o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS-RP), de 2010, o número de assentamentos precários era de 43, subindo para 87 em 2019, como mostra a Tabela 11 (RIBEIRÃO PRETO, 2019).

Com o levantamento dos 87 assentamentos, conforme a atualização do PLHIS-RP de 2020, verificou-se que parte das ocupações se distribuíam majoritariamente nas áreas norte e oeste, ocupando predominantemente áreas públicas de loteamentos mais antigos, que não haviam sido regularizadas e em Áreas de Preservação Permanente (APP), como mostra a Tabela 15.

Tabela 15 – Ribeirão Preto – SP - Assentamentos precários segundo a titularidade da área – 2019.

Titularidade da Área	Total de Assentamentos Precários	%	Total de Domicílios	%
Pública	73	84%	7.871	81%
Particular	6	7%	277	3%
Mista (pública + particular)	8	9%	1.586	16%
TOTAL	87	100%	9.734	100%

Fonte: RIBEIRÃO PRETO (2020).

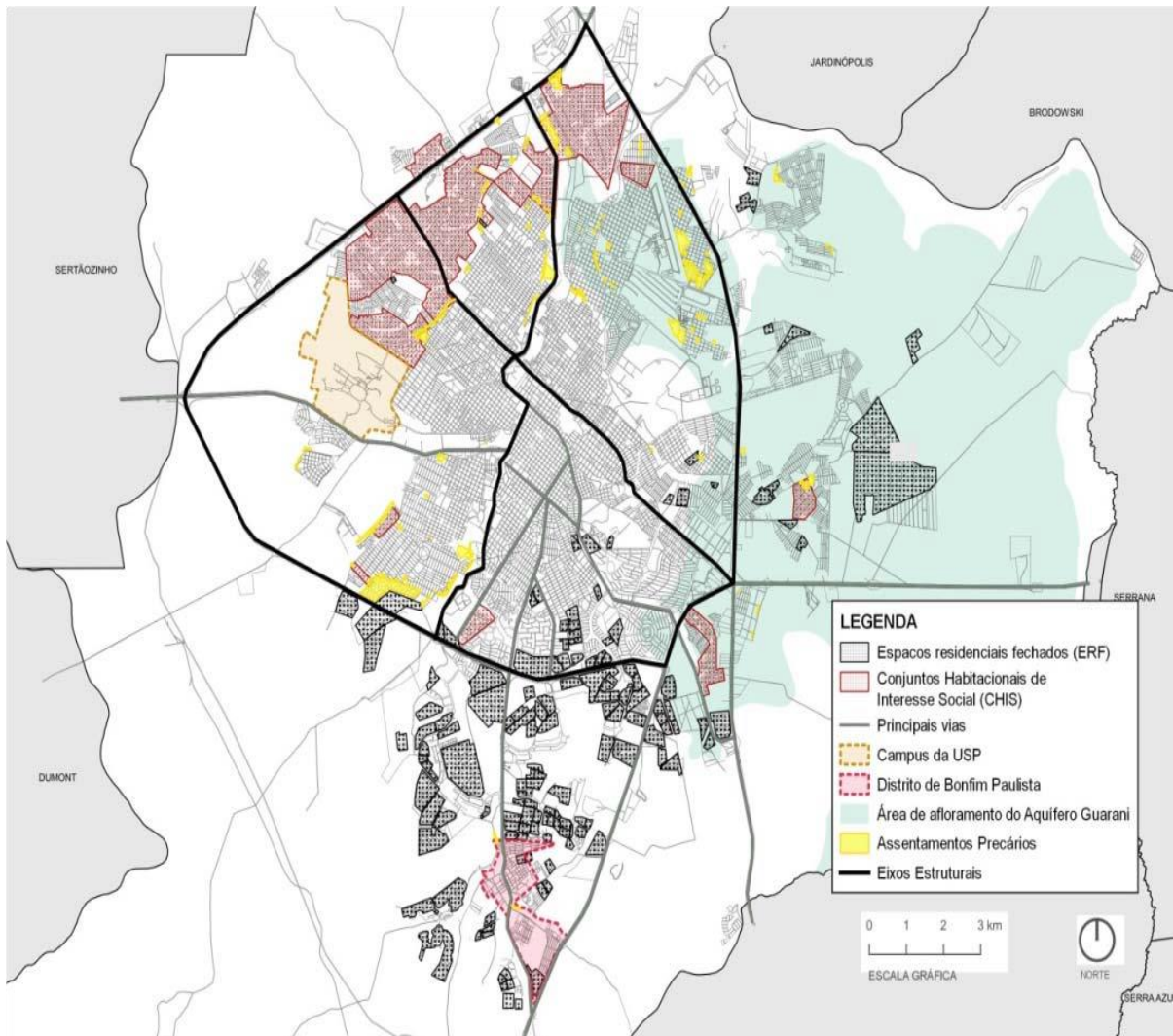
No entanto, também se formaram nas proximidades de três grandes equipamentos urbanos: no entorno imediato do Aeroporto Leite Lopes, nas proximidades do Jóquei Clube e no entorno imediato do Parque Permanente de Exposições de Ribeirão Preto.

Na porção Sul, caracterizada pela presença expressiva de espaços residenciais fechados, existe apenas o Assentamento Faiane, que foi urbanizado através de um empreendimento residencial da empresa Alphaville, mas não teve a regularização fundiária concluída (RIBEIRÃO PRETO, 2019).

No mapa da Figura 12 estão os 87 assentamentos precários conforme levantamento realizado para o PLHIS-RP (RIBEIRÃO PRETO, 2020), enquanto a Figura 13 apresenta a distribuição espacial dos “aglomerados subnormais” no município de Ribeirão Preto⁶⁴

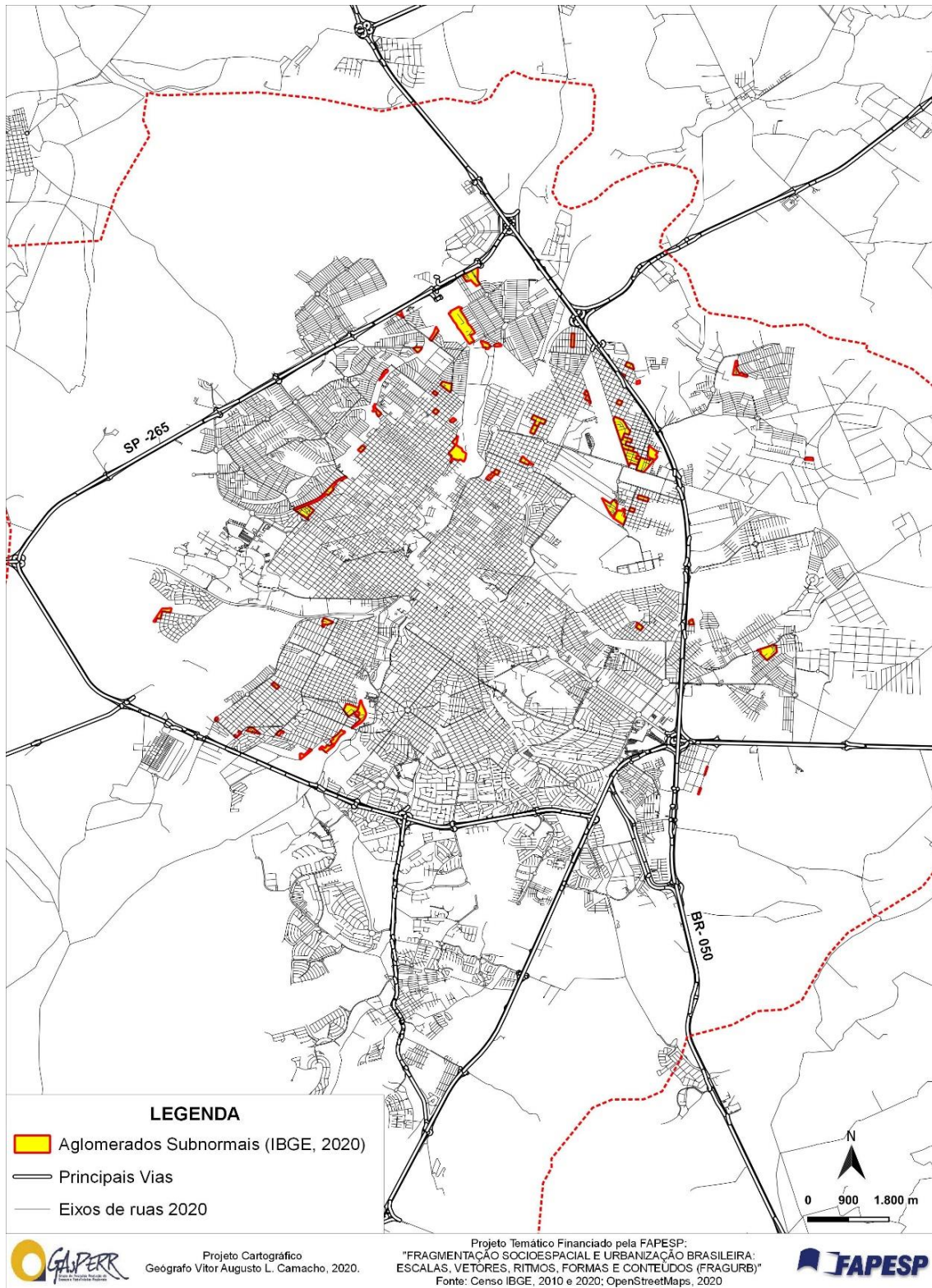
⁶⁴ O mapa foi elaborado a partir dos dados de aglomerados subnormais do IBGE, segundo levantamento de 2019, para o Projeto Temático “Fragmentação Socioespacial e Urbanização Brasileira”

Figura 12 – Assentamentos Precários no Município de Ribeirão Preto, segundo o PLHIS-RP de 2020.



Fonte: RIBEIRÃO PRETO (2020).

Figura 13 - Aglomerados subnormais no Município de Ribeirão Preto em 2020.



É possível observar, através dos dois mapas, que ambos retratam uma lógica territorial dos referidos “assentamentos precários” (RIBEIRÃO PRETO, 2020) ou “aglomerados subnormais” (IBGE, 2020) cuja localização direciona-se, predominantemente, nos limites máximos da malha urbana de Ribeirão Preto, refletindo uma tendência a expansão em direção a essas áreas principalmente pela disponibilidade de terrenos vazios, muitas vezes terrenos do Poder Público.

Dessa forma, a partir do que foi analisado, é possível identificar, para Maringá e Ribeirão Preto, uma violação dos direitos à cidade e à moradia, que deveriam pressupor ferramentas básicas de luta pela legitimidade e resistência dos sujeitos sociais envolvidos, como abordaremos no subcapítulo a seguir.

2.2 A negação e o ocultamento: estratégias da cidade desigual

A proximidade com os segmentos socioeconômicos de baixa renda sempre incomodou aqueles com maior poder aquisitivo, que desejavam explorar a força de trabalho do proletariado mantendo-os à distância, carregando em si o anseio da legitimação das elites e ocultação da luta de classes. Trata-se de um complexo aparato simbólico, de reconhecimento de privilégios como legítimos e meritórios de construção de uma hegemonia (PARRA, 2017) que, de acordo com o que argumentamos, é também produzido na dimensão espacial.

Esta invisibilidade se expressa continuamente através da impossibilidade de um dos lados conflitantes fazer política, participar de forma equilibrada do mercado formal de terras ou ainda fazer-se constantemente visível na cena pública, colocando suas demandas em pauta e em prática, como uma expressão da incompletude do processo democrático, já que a participação dessa população é referenciada apenas por alguma capacidade de consumo e não pela noção de sujeitos de direitos sociais. Em suma, a privatização do espaço ocorre concomitante à privação de alguns setores populares das decisões sobre a apropriação e produção do espaço e, conseqüentemente, articulada à negação de direitos sociais básicos, como o direito à cidade e à moradia.

A invisibilidade dos segmentos de menor renda é um dos principais reflexos de nossa estrutura social e, por sua vez, se atualiza com repressão e práticas seculares que se fortaleceram

ao longo do tempo, decorrendo justamente da construção de um consenso sobre qual seria o modelo de cidade legítimo para as classes mais abastadas.

A parcela da população que participa precariamente da vida urbana não está munida de meios para ter direito de acesso aos lugares. Levando em consideração a renda monetária como requisito básico para o acesso ao mercado formal, a economia capitalista atua na contramão de garantir renda mínima a todos (SINGER, 1980). Dessa forma, lugares onde a supremacia da apropriação capitalista ainda não é atuante, as propriedades públicas e privadas vazias por fins especulativos, tornam-se alternativas de moradia (SINGER, 1980).

Portanto, historicamente, como destacamos no capítulo anterior, a população de mais baixa renda passou a ocupar porções do território preteridas pelo mercado formal e, também, pelo poder público, para melhorias urbanas e habitacionais. Essa população passou a se instalar como pôde e com recursos próprios, muitas vezes em áreas inadequadas ou irregulares para moradia, a fim de solucionar problemas e suprir necessidades básicas.

Tais alternativas de ocupação acontecem geralmente em terrenos frágeis ou não passíveis de urbanização ou regularização, localizados nas periferias desprovidas de infraestrutura que pudessem caracterizar certa urbanidade (ROLNIK, 2017).

A partir de 1980, conforme ressalta Bochicchio (2008), mudanças estruturais impactaram a forma como o direito à cidade poderia ser reivindicado, por conta, entre outros aspectos, de aprofundamento de crises econômicas (e como não poderia deixar de ser, também sociais) e pela politização de setores da sociedade. Sendo assim, as mobilizações ganharam um aparato de caráter legal-institucional, articulando-se em torno da reforma urbana e de diversos fóruns cujos temas passaram a abordar questões como a reforma agrária, a apropriação do solo urbano e o direito à cidade como bandeira de luta.

Não foi, portanto, por falta de lei que parte da população foi socialmente segregada e que seus direitos não foram reconhecidos. Inúmeras foram as conquistas legais para a questão habitacional nos últimos 30 anos, por mais que algumas delas tenham sido objeto de retrocessos recentemente: a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a Lei 10.257/01 que promulgou o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), a Medida Provisória 2.220/01 que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, o Ministério das Cidades a partir de 2003, o Programa Nacional de Regularização Fundiária em 2003, o Conselho Nacional das Cidades

em 2004, a Lei Federal 11.445/07 sobre o Saneamento Básico, a Lei Federal 11.107 de 2005 que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos, a Lei Federal 11.124/05 dispondo sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS – em 2006, a Campanha Nacional do Plano Diretor participativo e o Programa de Aceleração do Crescimento da Habitação e do Saneamento (PAC) a partir de 2007, entre outras.

No entanto, devemos ressaltar, a partir dos argumentos históricos que trouxemos no primeiro capítulo, que a permanência de mentalidade possessórias a partir da propriedade privada se faz sentir, principalmente, na elaboração ou na ineficiência de execução de leis e planos como estes citados.

Os legisladores brasileiros acabam fazendo com que permaneçam práticas proprietárias incrustadas na trajetória histórica nacional. E como defende Pedroza (2016), “pode-se considerar que a persistência de formas de propriedade [partida] pelas classes dominantes são consentidas, protegidas e até incentivadas pela legislação e pelos costumes” (PEDROZA, 2016, p. 18).

Entre os instrumentos e conceitos estabelecidos pelas medidas citadas anteriormente, a incorporação prática da função social da propriedade e de uma noção operativa do direito à cidade, se tornaram objetos de maior reconhecimento a partir da promulgação pelo Estatuto da Cidade, facilitando sua divulgação através de uma série de instrumentos jurídicos e urbanísticos voltados para I) o uso e a ocupação do solo; II) a regularização de posses urbanas de áreas ocupadas para fins de habitação e III) instituição de formas de controle e participação direta do cidadão na elaboração dos planos diretores como instrumentos diretos de regulamentação da maneira sobre como a função social da terra será cumprida em cada cidade e, sendo assim, devendo conter, em especial, instrumentos pertinentes à delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - além do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsório (PEUC) e IPTU Progressivo (Imposto Predial e Territorial Urbano).

As ZEIS deveriam ser um dos instrumentos mais utilizados nos planos diretores em geral. No entanto, como afirmam Cardoso e Silveira (2011), poucos são os planos diretores que abordam de forma específica a localização das ZEIS, indicando apenas que a maioria se refere

a áreas ocupadas por assentamentos precários, assim como são poucos que se tornam autoaplicáveis às determinações relativas às ZEIS.

As ZEIS surgiram a partir de 1980, como resultado da luta dos moradores em ocupações pela não remoção, melhoria das condições urbanísticas e regularização fundiária, buscando incluir no zoneamento das cidades uma categoria que permitisse o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio para os assentamentos precários (BRASIL, 2002). Este padrão urbanístico pode compreender tanto a requalificação de ocupações quanto a flexibilização de regras edilícias e urbanísticas, para conferir legalidade aos assentamentos existentes.

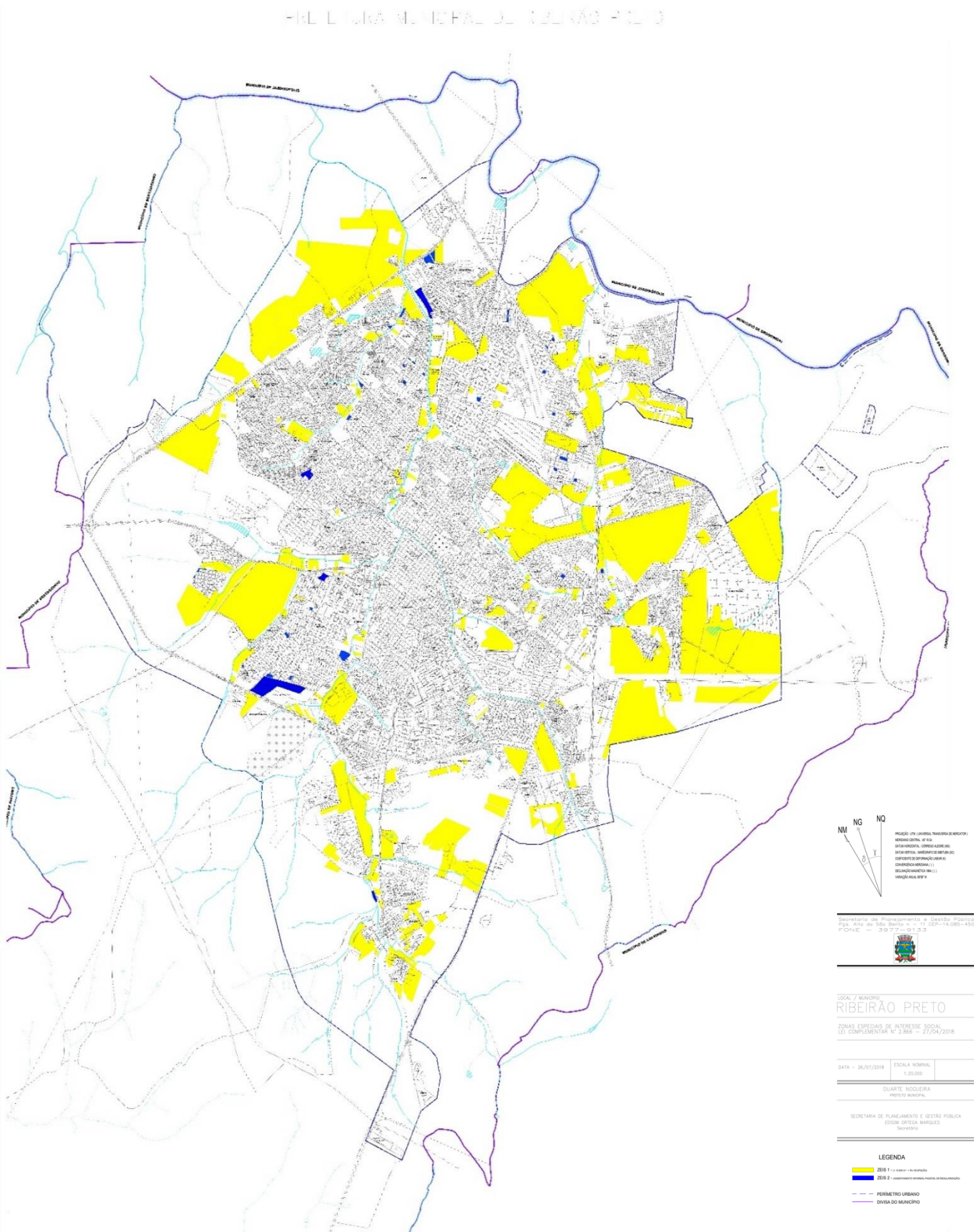
Sendo assim, a instituição das ZEIS deveria expressar uma intenção de regularização fundiária de partes da cidade que, para ser efetiva, precisa constantemente de ações jurídicas do poder público articuladas à gestão ou investimentos diretos para implementação de infraestrutura e serviços previamente inexistentes ou precários.

Em relação à requalificação ou legalização de assentamentos e/ou ocupações, existe a necessidade de elaboração prévia de um diagnóstico e de estratégias alternativas para promover a urbanização e integração do assentamento, desde que estas estratégias estejam articuladas a elaboração de um plano, representado localmente pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

A cidade de Ribeirão Preto conta com o Plano Local de Habitação de Interesse Social regulamentado conforme a Lei complementar nº 3052, de 30 de dezembro de 2020, de acordo com revisão realizada em atendimento ao artigo 177, inciso I, da Lei Complementar nº 2.866/2018, referente ao Plano Diretor.

O município também conta com a Lei Complementar, nº 2.927/2018, que regulamenta normas edilícias para Habitação de Interesse Social, aprovada pouco tempo depois do Plano Diretor e com o objetivo de fomentar a produção habitacional, estimulando a iniciativa privada a produzir habitações de interesse social dentro e fora de ZEIS, assim como incentivando a diversificação de faixas de renda e de usos do solo nas ZEIS (Figura 14).

Figura 14 - Mapa de ZEIS de Ribeirão Preto – SP.



Fonte: RIBEIRÃO PRETO (2020).

Conforme destacado no PLHIS-RP (RIBEIRÃO PRETO, 2020), as diretrizes para a Política Municipal de Habitação, tratadas no artigo 128 do Plano Diretor e instrumentos balizadores da atualização do PLHIS definem, entre outros aspectos, a promoção do adequado aproveitamento dos vazios urbanos – ou terrenos e edificações subutilizadas – priorizando sua utilização para fins habitacionais, a partir dos instrumentos do Estatuto da Cidade (2011) quando necessário.

Por seu lado, Maringá conta apenas com um diagnóstico habitacional, de acordo com o contrato nº 053/2010, entre a Prefeitura e a empresa privada de consultoria e planejamento RZS Consultoria e Planejamento Ltda., de Julho de 2010, que visava a elaboração do PLHIS-Maringá, mas que não chegou a ser aprovado, regulamentado e implementado como lei até o presente momento.

Em entrevista já citada com Márcio Lorin, diretor de Habitação da Secretaria de Urbanismo e Habitação da Prefeitura Municipal de Maringá foram apontadas por ele algumas de suas participações políticas junto ao Conselho Municipal de Habitação e à Universidade Estadual de Maringá, principalmente na ocasião dos debates sobre a revisão do Plano Diretor (Lei Complementar nº 632/2008), em revisão desde 2018. O entrevistado demonstrou, entre outros pontos, a necessidade de inclusão da produção de habitação de interesse social na cidade, quadro bastante defasado como mostram os dados sobre a questão

[...] então nós pensamos em como desenvolver, como pensar uma política que promovesse a produção de habitação e, claro, como consequência a inclusão de parcelas da população que não podiam ocupar o espaço da cidade por conta dessa barreira de valor, ainda mais Maringá que é emblemática na questão do valor da terra (LORIN, 2021).

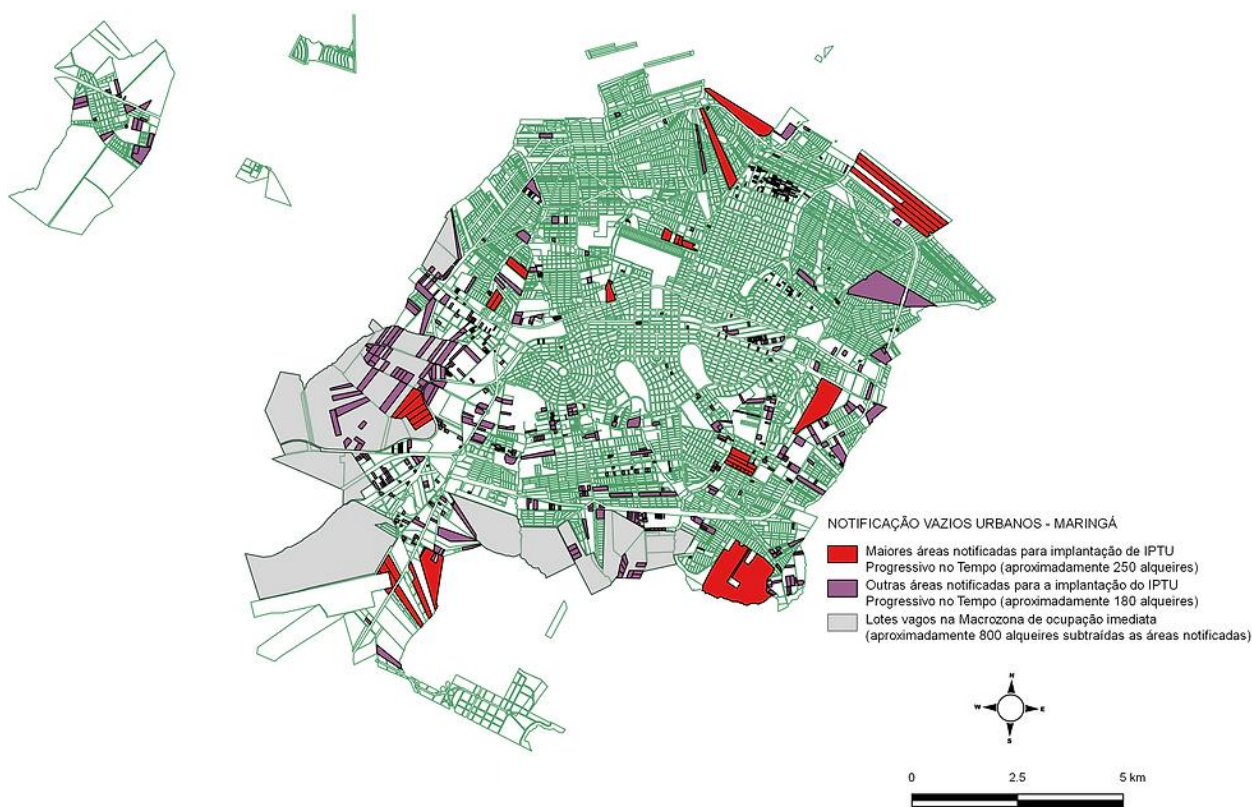
Sobre os vazios urbanos (Figura 15), em Maringá, Márcio Lorin⁶⁵, ainda explicou que o município conservava uma dinâmica que produzia e mantinha alguns vazios urbanos, por

⁶⁵ Márcio Lorin, Diretor de Habitação da Secretaria de Urbanismo e Habitação de Maringá – PR, foi entrevistado por Eda Góes, Everaldo Melazzo e Natália Sá Britto, no dia 15 de setembro de 2021, via Plataforma Google Meet, com gravação e transcrição da entrevista.

questões de legislação, segundo ele, mas que há uma pretensão em dar maior atenção para estes vazios, aumentando o potencial destas áreas para produção habitacional.

[...] a gente tinha uma dinâmica que produzia e que mantinha alguns vazios urbanos, tinha alguns empecilhos, questões de legislação, então a gente foi fazendo pequenos ajustes e pensamos que a gente podia fazer uma espécie de ZEIS [...] se a gente olhar para esses vazios, fizer um chamamento público e dizer que a gente aumenta o potencial dessas áreas que estão lá só servindo à especulação imobiliária, que é um problema a questão dos vazios urbanos e que a gente pode aumentar o potencial disso se as pessoas produzirem alguma coisa que a gente queira. (LORIN, 2021)

Figura 15 - Mapa de Vazios Urbanos Maringá – 2017.



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá/Ministério da Justiça/IPEA. Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá (2017).

No diagnóstico elaborado para o Plano Habitacional de Interesse Social de Maringá (MARINGÁ, 2008), podem ser encontrados relatos colhidos de atores sociais atuantes na área da habitação a respeito da questão habitacional em Maringá. Por exemplo, Jurandir Guatassara Boeira⁶⁶ e Ana Lucia Rodrigues⁶⁷ concordam sobre a necessidade de delimitação de ZEIS no município, inexistente no Plano Diretor ou no PLHIS, planos desatualizados e defasados, o que, como aponta Boeira, causa relativa “pulverização da produção habitacional no município”.

São inegáveis as conquistas, sobretudo jurídicas, que, durante o processo de construção da política urbana em torno do direito à cidade, foram alcançadas no Brasil, como citado nos parágrafos anteriores. No entanto, nas práticas locais, os objetivos de tais instrumentos são perseguidos de maneira diferente do proposto, não apenas pelas limitações que apresentam, mas também a partir das ferramentas que os implementam, e em grande medida também pela contínua articulação de tais planos aos interesses de mercado em múltiplas escalas.

O direito à cidade não se trata, portanto, de um direito assegurado pela estrutura institucional e legislativa do Estado já que, para assimilar um contexto jurídico ao conceito de Direito à Cidade, deve-se levar em consideração a compreensão de seu verdadeiro sentido. Segundo Lefebvre (2001, p. 118) o direito à cidade:

Não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que o ‘urbano’, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um

⁶⁶ Jurandir Guatassara Boeira é arquiteto e urbanista, possui especialização em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade de Dortmund (Alemanha – 1984), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2000) e doutorado em Urbanismo pela FAU/USP (2005), atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Londrina, teve experiência como secretário de Planejamento Urbano em Maringá (2008), participou do Programa Nacional de Habitação e do Conselho Municipal, já participou do Plano Nacional de Habitação. Foi Diretor Presidente do IPPUL - instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (2001), Secretário Coordenador de Políticas Urbanas e Meio Ambiente e Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação do Município de Maringá (2005-2010), Superintendente de Urbanismo da Companhia de Habitação do Estado do Paraná - COHAPAR (2011-2015).

⁶⁷ Ana Lúcia Rodrigues é graduanda em Ciências Sociais e pós doutora em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP (2008), doutora em Ciências Sociais e Sociologia (2004) e mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (1994), docente na Universidade Estadual de Maringá (UEM) desde 1988, atua no Observatório das Metrôpoles no Núcleo de Pesquisa vinculado ao Centro de Ciências Humanas da UEM, fez parte da Associação dos Docentes da UEM, no Conselho de Planejamento e Gestão Territorial, no Fórum Maringaense pelo Direito à Cidade e coordenou a elaboração do PLHIS de Campo Mourão e Marialva.

tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. (LEFEBVRE, 2001, p. 118)

Dessa maneira, o conceito do direito à cidade tornou-se referência importante para problematização da Política Urbana, como plataforma de reivindicação e resistência através da ação dos movimentos e agentes sociais coletivos, assim como é abordado por Harvey (2014), que ressaltou o ressurgimento da ideia do direito à cidade atrelada ao poder e importância dos movimentos em torno das lutas coordenadas sob perspectiva da vida urbana cotidiana.

No entanto, torna-se importante ressaltar que o direito à cidade, como pauta de reivindicação, adquire uma conotação geral, já que a principal demanda observada na atuação de movimentos sociais de luta pela terra manifesta-se através do direito à moradia, que debateremos com mais detalhes no Capítulo 3. Porém, o depoimento de Platinir Nunes, um dos líderes do movimento Cidade Locomotiva de Ribeirão Preto, demonstra este sentido.

Como a comunidade é um bem social, a gente reivindica dentro da comunidade, na situação civil da comunidade, luz, água, saúde, mas nossa principal luta mesmo é pela moradia. É a primeira porta de entrada dos direitos né? Sem a moradia você não consegue. Se não tiver onde morar você não consegue ir atrás do alimento [...] a maioria aqui são pagadores de impostos, mas mesmo assim a gente não tem esse direito à cidade. (Platinir Nunes, 42 anos, 2020)

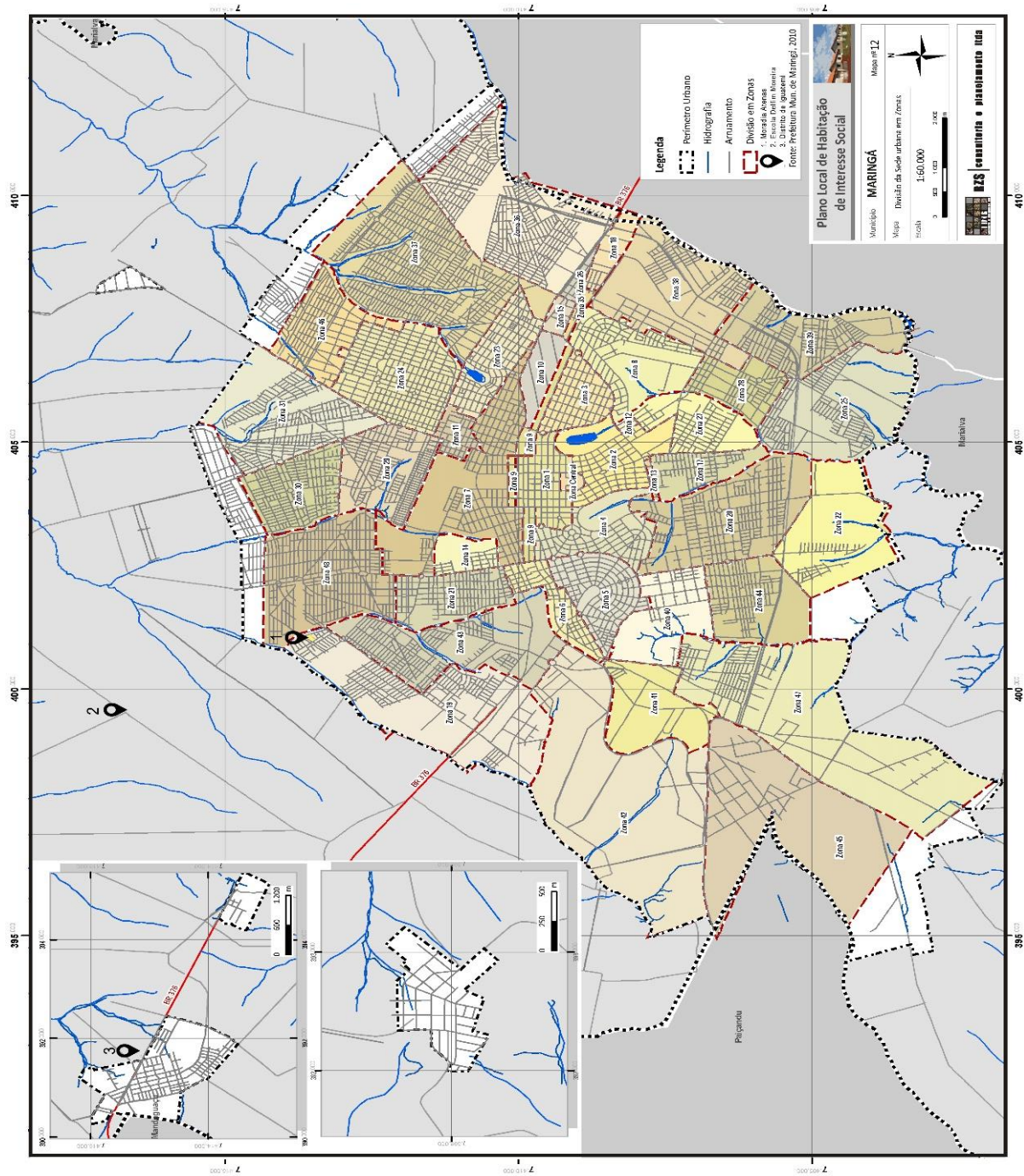
Em Maringá, à medida em que, ao longo do tempo, os agentes hegemônicos atuantes foram eficazes na evitação e na manipulação de contradições socioespaciais no território da cidade, pode-se inferir que o processo de segregação socioespacial se manteve presente e foi se aprofundando neste espaço, conformando as estratégias de negação do direito à cidade e à moradia a uma parcela da população.

Uma das evidências empíricas mais atuais que reforça essa afirmação se deu no início de 2012, quando mais de 20 famílias ocuparam as 18 moradias que pertenciam ao Conjunto Atenas, um núcleo habitacional localizado próximo ao contorno norte, em Maringá, cuja construção das casas foi interrompida em 2006, permanecendo desabitadas até a referida ocupação (OBSERTAVÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Mesmo com a ordem de despejo, algumas famílias permaneceram para garantia de uma casa própria que fosse financiada pelo Governo Federal. As famílias foram então realocadas

para a Escola Municipal Rural Delfim Moreira (Figura 16), desativada na época. Apenas em 2017 a Prefeitura de Maringá, através da Secretaria de Assistência Social, entregou, via aluguel social, as casas definitivas para as famílias, a maioria localizada no distrito de Iguatemi, também distante da cidade sede (RIGON, 2017).

Figura 16 - Localização da Escola Delfim Moreira, Conj. Atenas e Distrito de Iguatemi em relação à cidade de Maringá – PR.



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá – 2021 – Adaptado pela autora (2022).

Segundo os relatos de moradores do local para os representantes do Observatório das Metrópoles que realizaram os relatórios da ocupação em questão, a Prefeitura Municipal de Maringá se isentou, durante todo o processo, da responsabilidade pela situação do local e dos ocupantes, alegando, através de documentos, que foram as famílias que se colocaram naquela situação e que, por isso, deveriam achar alternativas para sair dela, eximindo-se, assim, do papel em oferecer serviços e meios para que os direitos básicos daquelas pessoas fossem acessados e dificultando ainda mais seu acesso à cidade (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

A partir de entrevista concedida pela coordenadora nacional do movimento União por Moradia Popular, representante do estado do Paraná e atuante em Maringá, Maria das Graças Xavier⁶⁸, o descaso com a questão habitacional em Maringá foi reforçado, sendo um signo marcante de diferentes gestões, conforme relatou a entrevistada em relação ao caso citado, quando, na ocasião, procuraram pelo então prefeito, buscando uma solução para a construção de moradia para as famílias que ocupavam o local:

Na ocasião a gente foi procurar eles, era a gestão dos Barros⁶⁹ ainda, a gente foi procurar eles e o secretário disse pra nós assim: “Mas por que vocês querem fazer construção aqui? Porque aqui não tem famílias carentes, não tem pobre aqui” (Maria das Graças Xavier, 54 anos, 2020).

No que se refere às ocupações irregulares do ponto de vista legal, a cidade de Maringá teve seu número reduzido, principalmente nas décadas de 70 e 80, através de um conjunto de medidas realizadas pela Prefeitura, medidas essas que tinham como finalidade afastar as aglomerações populares de baixa renda das áreas centrais e pericentrais, como destacamos no capítulo anterior. Assim, as famílias foram transferidas para a periferia do município sede e para as periferias dos municípios do entorno, como é o caso do Núcleo Habitacional Santa

⁶⁸ Essa entrevista nos foi gentilmente concedida por Maria das Graças Xavier, no dia 10 de agosto de 2020 por meio digital, via plataforma Zoom.

⁶⁹ Silvio Barros é engenheiro civil, político e radialista brasileiro, filiado ao Progressistas (PP) e comentarista da CBN Maringá, sua gestão como prefeito de Maringá aconteceu entre 2005 e 2013.

Felicidade, que recebeu moradores de 14 pequenas ocupações de Maringá, transferidos pela Prefeitura Municipal (MARINGÁ, 2008).

No município de Mandaguaçu⁷⁰, por exemplo, em uma população de 8 mil habitantes, 5 mil seriam resultantes de transferências de realocações antigas de Maringá, nas referidas décadas de 1970 e 1980, na gestão de João Paulino e Said Ferreira (MARINGÁ, 2008).

Santos (1987) defende, partindo das condições e formulações sobre a garantia de reprodução do capital no espaço, que umas das consequências diretas deste processo reflete o desrespeito e anulação de direitos sociais. Segundo o autor, esta seria uma condição central para que fosse possível manter como pobres e expropriados milhões de brasileiros. Assim, a violação de direitos sociais da população, segundo Santos (1987), representa uma forma de vida não cidadã, uma cidadania mutilada.

É neste sentido e como resultado da dinâmica do capital no espaço que James Holston (2009) ressaltou que há um relevante alcance da urbanização e da globalização em âmbito mundial, especialmente após a década de 70. Porém, os efeitos desses processos, combinados às particularidades locais, geraram condições semelhantes em muitas cidades brasileiras: periferias urbanas com uma população pobre e explorada, em condições precárias de moradia.

É possível perceber, portanto, que o processo de estruturação da cidade como uma síntese de diferentes determinações, com lógicas econômicas e socioespaciais historicamente construídas é, nos casos em destaque e na maioria das cidades brasileiras, marcado por processos de violação do direito à cidade e à moradia para sujeitos sociais não hegemônicos, resultando em desigualdades socioespaciais evidenciadas nas cidades sob o signo da segregação⁷¹.

O direito à cidade constitui-se, majoritariamente, portanto, a partir de uma combinação entre as forças políticas atuantes e a hegemonia de uma classe econômica, aqui representada, principalmente, pelo setor imobiliário e fundiário, o direito à cidade, enquanto perspectiva de luta, é negado, uma vez que acabam inviabilizando-o a partir da mercantilização de direitos

⁷⁰ Mandaguaçu é um dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Maringá, possui com área territorial de 294,019² e população estimada de 19.781 habitantes (IBGE, 2021). Localizado à 20,9 km de Maringá.

⁷¹ Como referenciamos anteriormente tratam-se de conceitos utilizados neste trabalho a fim de analisar as desigualdades socioespaciais em questão, no entanto, não nos aprofundaremos, especificamente, na descrição minuciosa de cada um deles.

sociais fundamentais dos cidadãos, como o direito à moradia, direitos esses exclusivos daqueles que possuem condições de comprar seu direito de uso e fruição ou o direito de se apropriar das rendas derivadas da propriedade.

Bitoun (2010) destaca, em suas análises, o descompasso entre as inovações jurídicas geradas através da experiência histórica vivida pela luta por permanência nas cidades brasileiras e a qualidade das intervenções urbanísticas, no campo de técnicas construtivas, constatando que houve um significativo avanço político-jurídico mas que, em contrapartida, não foi acompanhado pelas práticas propriamente urbanísticas para promoção de qualificação do “habitat” (BITOUN, 2010) de assentamentos e ocupações.

Dessa forma, o planejamento e regulação urbanística, não tendo comprometimento com a realidade concreta (a partir da negação das desigualdades), mas apenas com uma parte da cidade, reafirma e reproduz as desigualdades e privilégios.

Os planos seguem interesses tradicionais da política local e grupos hegemônicos ligados ao governo. As leis são, portanto, aplicadas de acordo com as circunstâncias e desvinculadas da gestão urbana.

Entendemos, neste sentido, que o desafio de gestores locais, através de planos e políticas habitacionais, seja de inverter a lógica de invisibilidade e invisibilização desses territórios por meio de sua inserção positiva em planos, orçamentos e políticas públicas efetivas.

Podemos observar, portanto, que a redução das desigualdades e a promoção dos direitos sociais podem ser reconhecidas constitucionalmente. No entanto, tornam-se condições preteridas dentro da agenda governamental, fortemente atrelada aos interesses de mercado, e suas consequências são negativamente perceptíveis, conforme Harvey (2014, p. 62) descreve: “[...] cada vez mais o direito à cidade vem caindo nas mãos de interesses privados ou quase privados”.

Entendemos, portanto, que parte da superação das desigualdades socioterritoriais por meio das práticas autogestionárias, assim como a partir da inclusão em planos que direcionem esforços e que esses fatores estariam condicionados, entre outros, à superação da propriedade privada do solo urbano. E, neste sentido, como levantado a partir da discussão neste tópico, ao debater sobre o Direito à Cidade, Harvey (2014) atribui parte da importância do uso deste

conceito, também, à ação dos movimentos sociais em torno das lutas sobre a configuração das características da vida urbana, como abordaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – INSURGÊNCIAS E A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE UMA CONTRA HEGEMONIA

Como levantado no final do capítulo anterior, ao discutir sobre o Direito à Cidade, Harvey (2014) atribui importância ao uso deste conceito à ação dos movimentos sociais urbanos em torno das lutas sobre a configuração das características da vida urbana.

Para este capítulo, partimos, portanto, da interpretação sobre a construção dos movimentos sociais, suas estratégias e ações, cuja produção e reprodução pelos agentes não hegemônicos se faz de maneira contínua e permanente (RIBEIRO, 2014), e que se encontram em um contexto de exploração e segregação socioespacial, mas possuem um papel importante enquanto sujeitos ativos capazes de disputar o sentido da ação na produção do espaço e fazer resistência aos diversos mecanismos de controle social, como, por exemplo, o planejamento técnico.

Torna-se importante, neste sentido, valorizar a ação sem isolá-la dentro dela mesma, já que nem todas as forças sociais podem ter condições de gerar transformações criadoras. E, muitas vezes, essa ação se dá mais como uma reestruturação de agendas de atuação.

No entanto, como adotado nos capítulos anteriores, o direito à cidade é tomado aqui enquanto conceito capaz de nortear a compreensão sobre os movimentos sociais de luta pela moradia. Não se trata, portanto, de um direito civil ou social a ser discutido com base na lei, mas de um horizonte de interpretação, a partir do qual traremos leituras sobre os movimentos analisados.

Os movimentos sociais de luta pela moradia representam, neste trabalho, o conjunto de agentes sociais considerados não hegemônicos. Cabe ressaltar que tomamos como ponto de partida para a análise a ideia de hegemonia como abordada, inicialmente, por Gramsci (2012), que a define como condição de dominação pelo sistema capitalista para que este, como força econômica, possa se afirmar também no campo político, ideológico e cultural.

A condição de dominação é tratada por Lefebvre (2001) no sentido de propriedade, ou seja, de um domínio. Neste sentido, a noção de hegemonia, a partir do consentimento de poder a alguns grupos, contém a ideia de dominação no sentido de que em certos contextos os instrumentos de coerção são utilizados na própria manutenção da hegemonia e, ainda, de que aqueles que não consentiram, partindo do princípio de que não há consentimento absoluto, são

dominados.

No entanto, a partir da perspectiva que adotamos para as análises neste trabalho, tão importante quanto a compreensão da noção de hegemonia, também tem grande relevância, como foi apresentado no primeiro capítulo, entendermos a contra-hegemonia enquanto função antagônica, como abordado por Laclau e Mouffe (2004).

Antônio Gramsci não desenvolve o conceito de contra-hegemonia, por entender a hegemonia como uma condição estável e em disputa e transformações constantes. O conceito de contra-hegemonia será, portanto, pautado pela concepção de Williams (2004), que o utiliza para a definição de movimentos contrários à ordem hegemônica.

A hegemonia capitalista se constroi sem diálogos ou combinações, como constatado por Topalov (1997), que a reconhece como “imposições simbólicas” (TOPALOV, 1997, p. 22). Seus efeitos para a expressão das desigualdades socioespaciais não se limitam às necessidades elementares de moradia, por exemplo, englobando também o acesso aos espaços da cidade e engendrando a confirmação do uso e apropriação ao diferentes processos, conforme seu aprofundamento. Trata-se, como debatido no tópico anterior, da violação irrestrita aos direitos básicos garantidos por lei e da negação do direito ao acesso a cidade enquanto perspectiva e horizonte de um futuro social mais justo.

Williams (2004) defende que existe uma disputa por essa hegemonia e que esta, por sua vez, se desenvolve através de processos mutáveis: uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e devem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), a hegemonia não existe apenas passivamente como forma de dominação e,

Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada, isto é, atualizada historicamente através de novos mecanismos, e novas estratégias. Também sofre uma resistência continuada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. (WILLIAMS, 2004, p. 134).

O mesmo autor indica que os processos de disputa de hegemonia por projetos de sociedade e de cidade se dão através de um dinamismo constante, sendo, portanto, tensos e

mutáveis nas estratégias e táticas de ação ou formas de resistência. Trata-se de processos interligados e suscetíveis a avanços e recuos conjunturais, com influência permanente nos campos da política e da cultura.

Como destaca Williams (2004), a ordem hegemônica sofre constantes resistências e é desafiada por pressões internas e externas, contendo, portanto, em seu interior, as tensões contra-hegemônicas.

Buscamos retomar o debate sobre o conceito de hegemonia e contra-hegemonia, uma vez que tal discussão é capaz de abarcar as tensões e insurgências que analisaremos a partir dos movimentos sociais de luta pela moradia. Tais movimentos considerados a partir de uma constante construção de ações e insurgências que poderão vir continuamente a serem tendências divergentes à segregação socioespacial que decorrem, entre outros fatores, do fato de que a cidadania esteve até hoje limitada ao exercício de direitos vinculados à propriedade privada do solo.

Neste ponto, nossa perspectiva de análise se alinha àquela elaborada por Holston (2013), que defende que a isenção à cidadania se materializa em desigualdades socioespaciais e em uma segregação socioespacial, gerando um outro tipo de cidadania, chamada pelo autor de “cidadania insurgente”. Para ele, ao contrário de produzir não-cidadãos, as exclusões e até o processo de segregação criaram um campo fértil para a construção de uma cidadania própria e de outra ordem. Trata-se, portanto, da discussão da cidadania a partir da perspectiva daqueles que não a possuem, que atuam através da resistência a um projeto de cidade que separa uma parcela da população.

(...) como os moradores passaram décadas transformando barracos em casas de alvenaria mobiliadas, decoradas e bem acabadas, essa autoconstrução se tornou um domínio de elaboração simbólica. Ela expressa narrativas coletivas e igualitárias do estabelecimento das periferias e narrativas individuais de realizações. Dessa forma, a autoconstrução transformou as periferias em espaço de futuros alternativos, produzidos nas experiências de se tornar proprietários, de organizar movimentos sociais, de participar de mercados consumidores e de fazer julgamentos estéticos sobre as transformações das casas (HOLSTON, 2013; p. 29).

Holston (2013) coloca os processos de construção da moradia irregular ou ilegal e os conflitos de terra como “contexto e substância de uma nova cidadania urbana” (HOLSTON,

2013, p. 28). Segundo o autor, a autoconstrução seria, neste caso, uma alternativa de solução e fator que possibilita o acesso à moradia, ao passo que impulsiona “a segregação urbana” (HOLSTON, 2013), uma vez que tira das mãos do Estado a responsabilidade de prover moradia digna para a população pobre.

Na prática, a maior parte da população encontra-se condenada a lutar por melhores condições de vida e até pela própria sobrevivência, à margem da atuação do poder público ou de forma submissa a práticas que podemos chamar de clientelistas ou oligárquicas, uma vez que o Estado está resguardado aos interesses dominantes.

Portanto, seja através de uma resistência coletiva organizada, como os movimentos de luta pela moradia e outras organizações coletivas, seja a partir de iniciativas individuais, essa parcela da sociedade, excluída da cidadania, encontra outras formas de utilizar os espaços disponíveis, garantindo de certa forma o seu direito à habitação e, mais que isso, reconstruindo sua cidadania e suas relações socioespaciais. No entanto, se trata de uma alternativa que se dá em condições precárias e de fortalecimento das desigualdades.

As interpretações são elaboradas a partir das questões teóricas da hegemonia, contra-hegemonia ou não hegemonia dos sujeitos sociais. São exploradas, portanto, semelhanças e diferenças nas ações de tais grupos em ambas as cidades sob análise, principalmente as de resistência, em suas particularidades e também como fenômeno global, buscando compreender como podem ser agentes na construção coletiva de outra forma de cidadania, como propõe Holston (2013), ao trazer à baila a discussão sobre a “cidadania insurgente”.

Para tanto, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito das questões que nortearam as análises, na literatura específica, dela extraíndo dados e informações sobre a produção de hegemonias e contra-hegemonias, desigualdades socioespaciais e a atuação dos agentes sociais não hegemônicos nos movimentos de luta pela moradia.

Para compreender os sujeitos em análise – considerados dentro da problemática da moradia – buscou-se por informações sobre os movimentos em atuação nas cidades em análise, através de periódicos locais, conversas informais com integrantes de movimentos⁷² e entrevistas

⁷² As conversas informais com integrantes dos movimentos foram as comunicações via aplicativo de mensagens e e-mail, que intermediaram as entrevistas formais.

com lideranças via plataforma online, em virtude das condições de distanciamento social impostas pela pandemia de COVID-19.

A identificação dos movimentos também se deu através da pesquisa em planos habitacionais locais, periódicos locais e em sítios eletrônicos da Prefeitura de cada uma das cidades que, por vezes de maneira negativa, identificam a presença e atuação dos movimentos de luta pela moradia.

A análise foi baseada, portanto, no material obtido e, principalmente, através das entrevistas, além da utilização das outras fontes citadas, consideradas importantes. Cabe ressaltar que a pesquisa não foi realizada com uma proposta pronta e fechada, mas com critérios iniciais e centrais de observação.

3.1. Movimentos sociais de luta pela terra urbana

Como foi possível observar com a discussão elaborada até aqui, a partir das instâncias municipal, estadual e, em alguns pontos, da União, o Estado, através de dinâmicas diversas de planejamento, conduz ações coerentes e articuladas ao modo capitalista de produção, que trata a terra como mercadoria e, portanto, voltada aos interesses e benefícios da classe dominante e hegemônica o que, no entanto, não ocorre sem tensões, ações recalcitrantes e contra movimentos.

É, portanto, fundamental levar em consideração os grupos e mobilizações sociais que, movidos pela perspectiva da luta pela moradia, entram em ação a partir da falta ou limitação de políticas habitacionais ou pela impossibilidade de acesso ao mercado formal de moradias, uma vez que, como citamos no capítulo anterior, estes agentes tem seus direitos sociais negados e invisibilizados⁷³.

Muitas são as teorias que debatem sobre os movimentos sociais, com concepções diversas. Não há, portanto, uma ideia única do que seria um movimento social, assim como não

⁷³ Ainda que seja possível destacar participações pontuais dos movimentos sociais de luta em Conferências importantes para a escala local, como a representatividade na revisão do atual Plano Diretor do Município de Maringá, para debate de ações previstas (MARINGÁ, 2018) ou ainda pela presença de membros do movimento Cidade Locomotiva em Conselhos Municipais de Urbanismo e Habitação, como destacamos anteriormente, tratamos, aqui, da invisibilização destes sujeitos a partir da perspectiva da efetividade dos direitos sociais em geral e do direito à cidade em particular.

há um só tipo de movimento social. Portanto, sem pretensão de elaborar uma vasta discussão, buscamos estabelecer um diálogo com alguns autores que analisam e teorizam sobre a ideia e concepção de movimento social, a partir de questões que mais se aproximam daquelas que tratamos neste trabalho, principalmente sobre a luta pela moradia popular.

A abordagem clássica dos movimentos sociais foi sendo elaborada e ganhou maior destaque a partir da Escola de Chicago, do período de 1920 a 1960, produzindo uma sociologia norte-americana que tinha um caráter sociopsicológico (BOCHICCHIO, 2008). Para Robert Erza Park, um dos expoentes da Escola de Chicago

(...) a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (PARK, 1976, p. 26).

Durante muito tempo, o debate sobre a atuação dos movimentos sociais avançou e foi o foco principal para sociólogos urbanos, sendo que as principais produções se originaram a partir das duas escolas que coordenaram a produção do conhecimento sociológico sobre o tema: a norte-americana e a europeia, tendo como referências bibliográficas principais autores como Manuel Castells, Donald Pierson, Alberto Mellucci, Jean Lojkine, Jordi Borja (GOHN, 1991).

No entanto, a dificuldade em atrelar o debate ao âmbito espacial enquanto elemento condicionante da atuação de tais movimentos e o não reconhecimento do espaço como um dos objetivos dessa atuação, tornou limitada e complexa a tentativa de se criar uma teoria que explicasse as práticas desses atores em todas suas vertentes (CORRÊA, 2011; SOUZA, 2007).

No Brasil, autores como José Borzacchiello da Silva, Marcelo Lopes de Souza, Ana Clara Torres Ribeiro, Lúcio Kowarick, Lygia Sigaud, Bernardo Mançano Fernandes e outros, têm trabalhado com a temática ao analisar os movimentos populares de bairro, movimentos dos sem-teto, etc., enquanto atores sociais.

Como defende Fernandes (2000), em um ensaio teórico sobre os movimentos sociais a partir dos processos geográficos da espacialização e da territorialização⁷⁴, a formação dos movimentos sociais no Brasil ocorreu através de um processo de gestação no decorrer dos anos 70.

A partir de 1964, com a ditadura militar, a mobilização de agentes sociais em torno de grandes reformas foi propositadamente atravancada e substituída por um planejamento urbano centralizador e tecnocrático. Levando em consideração que as possibilidades de diálogo, naquele período, eram quase inexistentes, os movimentos sociais estabeleceram-se, portanto, a partir de um perfil reativo, reivindicativo, em frequente relação de confronto com o Estado, ocupando, dessa forma, condições precárias nos canais participativos conquistados (CARVALHO, 1998).

A pressão vivenciada pelos países da América Latina, a partir do ano de 1970, em razão do autoritarismo militar despertou na sociedade o anseio por autonomia e inclusão social, o que corroborou para o surgimento de movimentos institucionalizados. Na década de 1980, as inquietações sociais continuaram, então em resposta ao avanço de políticas neoliberais e do impacto da globalização, despertando o interesse pela conquista de direitos sociais.

Gohn (1991) destaca em seus estudos o grande número de movimentos populares que surgem ou ressurgem a partir de 1970 no Brasil, tendo sido responsáveis por transformações sociais substanciais. Tratava-se de lutas isoladas e com demandas específicas, como reivindicação por energia elétrica, abastecimento de água, transportes etc., mas que foram se aglutinando e passaram a contar com o apoio de diferentes setores, para atuarem contra o regime militar (GOHN, 1991).

Em relação às lutas especificamente voltadas às condições próprias da produção da cidade, a primeira vitória chegou somente em 1979, com a Lei de Regulamentação do Parcelamento do Solo que criminalizava o loteador irregular. Em seguida viria a organização do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, em 1980, que articulou movimentos sociais de luta pela moradia, cujos princípios congregavam o “Direito à Cidade e à Cidadania” (acesso

⁷⁴ Bernardo Mançano Fernandes começou seus estudos sobre o Movimento Sem Terra (MST) em 1986, observando o desenvolvimento das lutas dos movimentos, participando de reuniões nas comunidades, acampamentos, assentamentos, sindicatos, partidos, escolas. Participou constantemente do processo de espacialização da luta, em razão de seu interesse em entendê-los e pela sua participação como membro da diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), apoiando a luta, em movimento, pela reforma agrária.

aos equipamentos e serviços urbanos), a “Gestão Democrática da Cidade” (planejamento, produção e gestão das cidades englobando a participação popular) e a “Função Social da Propriedade” (uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço urbano).

A partir de 1980 os movimentos sociais passam a ser reconhecidos como novos movimentos sociais e, concomitantemente, no Brasil, os movimentos de luta por moradia começam a ser mais atuantes e ganhar maior destaque, tornando públicos os debates sobre a luta de classes nas cidades brasileiras e apresentando propostas de como essas cidades poderiam e deveriam ser.

Tais movimentos, ao longo dos anos, passaram por diferentes fases – ascensão, crise e reformulações – em relação ao modo de organização, atuação, reivindicação e proposições, sendo

Questionadores da alienação, da opressão, do autoritarismo, os novos movimentos sociais suscitam, sob vários ângulos e abordagens a surpresa de muitos pesquisadores - que se interrogam sobre o significado, as origens e os objetivos dessa experiência de base, de autogestão e desalienação. (SCHERER-WARREN E KRISCHKE, 1987; p. 8-9)

Como apresentamos no subcapítulo 2.2., sobre a construção de contra-hegemonias, Antonio Gramsci (2012) traz importantes contribuições para a reflexão sobre as ações coletivas, influenciando autores posteriores a ele. Ao tratar a questão da hegemonia, o autor aponta a influência exercida sobre as ações populares por grupos hegemônicos e vice-versa mas, mesmo com a forte influência hegemônica, Gramsci (2012) destaca que há possibilidades de criação de uma hegemonia popular, que Williams (2004) chama de “hegemonia alternativa”, bastante próxima à ideia de “cidadania insurgente”, proposta por Holston (2013).

Existe a possibilidade, segundo a visão destes autores, de que movimentos sociais possam se voltar contra o modo de vida hegemônico (contra-hegemonia), propondo outras formas de organização, assim como podem fazer reivindicações dentro das instituições existentes.

Ana Maria Doimo (1995) trata dos movimentos de luta pela moradia, no Brasil, como movimentos reivindicativos, com forte presença da Igreja Católica e de ONGs, uma vez que possuem conjuntos regulares de ações e fluxos reivindicativos contínuos, com senso de

pertencimento a um mesmo espaço, através de relações e signos de linguagem, códigos de identificação, crenças religiosas e outros (DOIMO, 1995).

Os movimentos de luta pela moradia surgem abarcando diferentes tipos de movimentos sociais e sendo considerados, segundo defende Boichichio (2008), como os mais organizados em questão de atuação, reivindicações e propostas. Segundo destaca Carvalho (1998), temos a articulação destas mobilizações em federações municipais, estaduais e nacionais, representadas, por exemplo, por entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores.

Conforme ressalta Boichichio (2008), mudanças estruturais no espaço urbano, ao longo dos anos, também impactaram os movimentos populares, por conta, entre outros aspectos de crise, de um aprofundamento nas desigualdades sociais que vinham se processando e pela politização de setores da sociedade. As mobilizações ganharam um caráter legal-institucional, articulando-se em torno da reforma urbana e de diversos fóruns cujos temas passaram a abordar questões como saúde, educação, solo urbano, reforma agrária, entre outros.

Neste sentido, como citado anteriormente, a presença dos movimentos populares nas discussões e no processo de promulgação da Constituição de 1988 foi significativa. Neste período, segundo Gohn (1991), os movimentos passaram a debater e elaborar subsídios para que seus direitos e deveres estivessem presentes em leis, de maneira que pudessem interferir diretamente na sociedade política e nos mecanismos de funcionamento da sociedade (GOHN, 1991, p. 11).

Ainda nos anos de 1980, as ocupações coletivas em áreas urbanas começam a crescer progressivamente, impulsionando a constituição e a consolidação de movimentos de luta pela moradia, que giravam em torno da noção dos direitos (BOCHICCHIO, 2008), como foi o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), oficialmente criado em julho de 1990 durante o I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, com a representação de 13 estados da federação. O objetivo central do MNLM foi pautado na “luta em prol da solidariedade no espaço urbano, na reforma urbana, em conjunto com o MST pois, além da terra, se luta pela casa, infraestrutura e demais necessidades da população” (BOCHICCHIO, 2008, p. 71).

Outra organização de ações coletivas é a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), criada em janeiro de 1982, para defender o direito à cidade através da

luta pela moradia digna, saúde, transporte, educação, meio ambiente, trabalho, igualdade étnica e de gênero (SOUZA e ALVES, 2017).

No entanto, ainda que possamos atribuir grande importância e relevância aos ganhos atribuídos às lutas dos movimentos sociais urbanos ao longo dos anos, o ideário de urbanismo e, por consequência, do planejamento urbano, não atribuem o mesmo valor a estas conquistas no campo da formação de políticas urbanas (BITOUN, 2010).

Bitoun (2010) destaca, em suas análises, o descompasso entre as inovações jurídicas geradas através da experiência histórica vivida pela luta por permanência nas cidades brasileiras e a qualidade das intervenções urbanísticas, no campo de técnicas construtivas, constatando que houve um significativo avanço político-jurídico mas que, em contrapartida, não foi acompanhado pelas práticas propriamente urbanísticas para promoção de qualificação do “habitat” (BITOUN, 2010) de assentamentos e ocupações.

A abertura para participação social por parte do Estado brasileiro é historicamente muito restrita e, geralmente, vinculada aos grupos mais privilegiados (e hegemônicos), o que gera uma série de “crises de legitimidade” para adequação da máquina estatal às demandas sociais. Carvalho (2008), neste sentido, destaca a burocratização dos referidos canais participativos que refletem governos e Estado despreparados para a transparência e parceria com a sociedade. E, conseqüentemente, mais adequados a relações estabelecidas com grandes agentes hegemônicos da economia capitalista, do que com as pequenas e informais organizações populares.

Souza (2006) acredita que, a partir da década de 90, com a relativa articulação dos movimentos com o Estado e em canais participativos, houve uma crise de atuação das associações, especialmente em escala micro local, em razão de uma “domesticação” de muitas organizações e ativismos.

Entendemos que o autor faz, portanto, uma crítica à articulação destas organizações com o Estado – ainda que tenha acontecido, historicamente, de uma maneira restrita. No entanto, tal crítica nos provoca a reflexão sobre a necessidade da representatividade e participação destes ativismos em diferentes frações do Estado, já que mesmo que os movimentos tenham se desenvolvido de forma relativamente fragmentada, há uma considerável identidade em comum ou objetivos próximos. E a partir do momento em que uma atuação vai ganhando visibilidade, as atuações em escala micro ganham espaço também, se tornando uma luta que cresce a partir do bairro, alimentando os movimentos sociais em escala macro.

Asensi (2011) defende a ideia de que é necessário reduzir a passividade e a apatia política da sociedade, que, segundo o autor, são marcas historicamente construídas, para inaugurar uma nova perspectiva de cidadania ativa. Para o autor “deve-se fazer com que os direitos sejam efetivamente exercidos, lutados e implementados” (ASENSI, 2011, p. 48).

Tal passividade pode ser relacionada ao que Marcelo Lopes de Souza (2007) chama de “visão de sobrevoo”, ou seja, uma perspectiva própria do Estado e que tem sido cultivada até mesmo pela Geografia para analisar sociedades e espaços quase sempre “do alto”, “de longe”. Ainda que, por um lado, essa visão distanciada possibilite uma análise do conjunto e que permita trabalhar com as escalas de estratégias, por outro, ao ser um olhar adotado com exclusividade, acaba reforçando as estruturas de supervalorização das estruturas do capital e do Estado, em detrimento da ação, dos agentes, da política e dos movimentos sociais (SOUZA, 2007).

A luta por moradia como pauta e demanda de um movimento confere e carrega questões fundamentais, muitas vezes aliadas a outras as quais são associadas, também de grande importância social e coletiva. No entanto, como debatemos no capítulo anterior, a moradia como demanda e bandeira de luta não confere, diretamente, o direito à cidade, ainda que seja porta de entrada de reivindicações coletivas.

Segundo Fernandes (2000), o objetivo de um movimento social de luta pela terra, muitas vezes, é alcançado através da ocupação de terra e esta luta, por sua vez, se define como um processo socioespacial e político, entendido como uma forma de luta popular de resistência, já que se desenvolve através de processos de espacialização e territorialização.

A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. (FERNANDES, 2000; p. 62)

Na cidade de Ribeirão Preto, por exemplo, é possível identificar dinâmicas que se vincularam a processos de produção e reprodução de formas precárias e subnormais de ocupação do solo em certas áreas, como citado no Capítulo 2. Essas dinâmicas, por sua vez, refletem a ação de grupos que participam precariamente da vida econômica, social e urbana e

encontraram força e mecanismos de organização coletiva para reivindicar melhorias em suas formas de vida – seja através da associação de moradores ou outras maneiras de organização (ROSA, 2018), o que demonstra a possibilidade de formação de ações reivindicatórias que surgem em decorrência de necessidades comuns.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto – PLHIS-RP (RIBEIRÃO PRETO, 2020) identifica como atuantes na cidade alguns movimentos importantes na luta pela moradia, como o Movimento Livre, o Movimento de Moradia do Simione, Movimento do Jardim Aeroporto e o Movimento da Ocupação Cidade Locomotiva. Conforme elencamos no Quadro 2, também foram identificados outros movimentos através de pesquisas documentais.⁷⁵

Quadro 2 – Ribeirão Preto. Relação dos Movimentos Sociais identificados.

Movimentos	Ano	Forma de atuação
Movimento de União dos Sem-Teto	1996-atual	Movimento social urbano, atuando no processo de ocupação e negociação junto ao Poder Público.
União dos Movimentos de Moradia	1987-atual	Articulação e mobilização de movimentos de moradia, luta pelo direito à moradia, reforma urbana e autogestão.
Comissão dos Moradores da Favela do Jardim Aeroporto	2004-atual	Organização não-governamental de luta pela moradia com estatuto social definindo obrigações dos associados e coordenação.
Cidade Locomotiva	2015-atual	Ocupação urbana localizada em terreno da Secretária do Patrimônio da União. Nasceu a partir da mobilização de pessoas e famílias através da luta pela moradia.
Movimento Livre Nova Ribeirão (MLNR)	2004-atual	Constituiu-se juridicamente e tornou-se entidade habilitada para gerir projetos habitacionais.
Associação de Moradores do Jardim José Wilson Toni	2013-atual	O empreendimento Wilson Toni foi o primeiro empreendimento Minha Casa Minha Vida do Brasil, sendo composto por sete condomínios. Atua como empresa, em defesa de Direitos Sociais, reivindicando melhorias para o conjunto.

Fonte: PLHIS - RP (2020); RIGON (2005); A CIDADE ON (2016); G1 Ribeirão Preto e Franca (2013) - Elaborado pela autora (2022).

⁷⁵ Neste trabalho optamos por dar maior ênfase para os movimentos sociais de luta pela terra urbana, no entanto, cabe ressaltar a atuação do Movimento Sem-terra, desde 1984, através de ocupações de terras rurais, acampamentos permanentes, marchas por rodovias e demais manifestações (PLHIS, 2020).

No entanto, a mesma articulação de movimentos na luta pela terra e pela moradia não é percebida na cidade de Maringá – PR, até porque não existem ocupações de terrenos urbanos na cidade (GARCIA, 2019; FRANCO, 2011) e os casos que já aconteceram foram rapidamente reprimidos pelo Poder Público, o que nos levou, inicialmente, a investigar o porquê desse tipo de dinâmica na cidade, principalmente levando em consideração a política urbana adotada pelo município que carrega uma imagem de cidade modelo.

Através de pesquisas documentais e conversas informais identificamos o ativismo de dois movimentos de relevância na cidade e que, no entanto, atuam com demandas distintas, sendo eles: o Movimento União por Moradia Popular, de abrangência nacional, e Movimento pela Regularização Fundiária do Santa Rosa e pelos direitos de Iguatemi e São Domingos, com atuação em escala local.

Como representante do Movimento União por Moradia Popular, em Maringá, a coordenadora Maria das Graças Xavier nos concedeu uma entrevista em 10 de agosto de 2020⁷⁶, via plataforma online, explicando a ação do movimento na escala municipal de Maringá – PR. Enquanto os líderes José Marcos e Maria Alice Marçal do Movimento pela Regularização Fundiária do Santa Rosa de Iguatemi e do Movimento pelos Direitos de Iguatemi e São Domingos, em entrevista concedida em 13 de junho de 2022⁷⁷, contaram como surgiu e se desenvolveu a construção da ação para o movimento que fundaram e no qual estão inseridos até os dias de hoje e que se assemelha às demandas e reivindicações encontradas na atuação da Associação de Moradores do Jardim José Wilson Toni, de Ribeirão Preto, destacado na tabela anterior.

⁷⁶ Entrevista gentilmente concedida pela coordenadora nacional do movimento e representante do Estado do Paraná, Maria das Graças Xavier, à entrevistadora Tatiana Monteiro Gomes, via plataforma online, no dia 10 de agosto de 2020.

⁷⁷ Entrevista gentilmente concedida pelo senhor José Marcos dos Santos Marçal, com participação de sua esposa Maria Alice Marçal, ambos líderes do Movimento em Defesa da Regularização do Conjunto Santa Rosa de Iguatemi, no dia 13 de junho de 2022, nas dependências do Galeria Shopping CIC HM, em Maringá, para as entrevistadoras Natália Sá Britto e Luanda Vannuchi. A entrevista foi realizada no âmbito do projeto temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FragUrb – processo Fapesp n. 18/07701-8)” e em razão de nosso vínculo, participação e colaboração tivemos acesso a algumas das entrevistas realizadas, que interessam ao tema tratado neste trabalho.

A análise a partir da perspectiva da atuação dos movimentos sociais de luta pela terra em Maringá reforçou, como destacamos no capítulo inicial, a estrutura imposta através da operacionalização da pobreza, principalmente, para as cidades vizinhas e distritos, elaborada para o planejamento e gestão da cidade, desde sua origem, como será possível observar com a atuação do Movimento pela regularização do conjunto de Santa Rosa de Iguatemi, distrito da cidade sede de Maringá-PR.

Encontramos, portanto, ações que à primeira vista podem ser consideradas pontuais e isoladas, muitas vezes sem grande articulação por parte de movimentos sociais, que serão descritas na seção seguinte, assim como aquelas referentes aos movimentos analisados em Ribeirão Preto que, diferente de Maringá, apresentam uma organização coletiva mais consolidada e abrangente.

No entanto, entendemos que, independentemente da forma de organização, a leitura de resistências às desigualdades, como dos casos que abordaremos a seguir, permite o mapeamento analítico de práticas diárias e das táticas de sobrevivência que têm permitido a afirmação de identidades sociais constantemente ocultadas pelos projetos políticos atuais, assim como possibilita a análise de negação dos direitos sociais e a invisibilidade de agentes sociais não-hegemônicos.

3.2. Diferenças e semelhanças nos agentes, estratégias e ações

Assim como há diversidade na definição do conceito de movimentos sociais, as concepções de luta também se apresentam de formas diferenciadas nas diversas localidades, com posturas ofensivas e defensivas em suas práxis, havendo diferenças também entre os espaços e ações dos movimentos.

Fernandes (2000) desenvolve um debate sobre os movimentos sociais a partir do âmbito das lutas rurais e do campo, mas que em relação à forma de organização coletiva interessa ao debate aqui proposto, uma vez que os define a partir de dois tipos: os movimentos isolados e os territorializados. Os territorializados são definidos pelo autor como

[...] construídos por diferentes categorias e suas estruturas podem ter duas formas; movimento social ou movimento sindical. Esses movimentos recebem apoios de diferentes instituições em conjunto ou em separado. As formas de apoio são política e econômica e acontecem por meio de articulações e/ou alianças. O movimento social pode receber apoio e/ou estar vinculado a alguma pastoral da Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra ou Pastoral Rural). Da mesma forma, pode receber apoio de centrais sindicais, partidos e organizações não governamentais. Essas são as instituições que têm apoiado a luta pela terra, principalmente as ocupações. O movimento sindical, igualmente, pode receber apoio dessas instituições através de articulações e/ou alianças." (FERNANDES, 2000; p. 68)

Já os isolados são entendidos por Fernandes (2000) como uma organização social que se realiza em uma base territorial determinada, com um território de atuação específico e inerente às circunstâncias do movimento. A partir da reprodução de suas ações, constroem sua territorialidade, podendo superar essa condição e tornar-se um movimento territorializado, para além de sua base de origem (FERNANDES, 2000).

Esta definição se torna importante no debate aqui proposto, uma vez que perpassa pelas características observadas nas formas dos movimentos sociais e da atuação dos sujeitos sociais envolvidos na luta pela moradia a partir do recorte empírico estabelecido para nosso estudo.

Entre os movimentos atuantes em Ribeirão Preto, apresentados no Quadro 10, no subcapítulo anterior, estabelecemos, como recorte empírico – a fim de direcionar as análises propostas – o estudo sobre o Movimento da ocupação Cidade Locomotiva (Figura 17), do qual entrevistamos algumas lideranças⁷⁸. E, pela perspectiva daqueles que conquistaram o direito à moradia, também analisamos a atuação da Associação de Moradores do Conjunto José Wilson Toni (Figura 18), um conjunto que surgiu a partir do processo de desfavelamento em Ribeirão

⁷⁸ Entrevista realizada em setembro de 2020 com os membros do movimento Cidade Locomotiva, de Ribeirão Preto – SP, Juscelene Alves Sena (presidente do movimento), Platinir Nunes (fundador e articulador do movimento Cidade Locomotiva e articulador do União Nacional por Moradia em Ribeirão Preto – SP, conselheiro municipal de habitação), Mauro de Castro Freitas (arquiteto, diretor do movimento Cidade Locomotiva), Simone Pereira (moradora da ocupação Cidade Locomotiva desde 2015, recém participante da liderança do movimento), Leandro Pereira (participante do movimento Cidade Locomotiva) e Osmar Oliveira (morador desde dezembro de 2019 e coordenador do movimento). Em 03 de agosto de 2021 Osmar Oliveira, então vice-presidente do Cidade Locomotiva, gentilmente cedeu uma entrevista, via plataforma Google Meet, para os entrevistadores Márcio Catelan e Késia Anastácio. A entrevista foi realizada no âmbito do projeto temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasiliense: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FragUrb – processo Fapesp n. 18/07701-8” e em razão de nosso vínculo, participação e colaboração tivemos acesso a algumas das entrevistas realizadas, que interessam ao tema tratado neste trabalho.

Preto, na gestão da então prefeita Darcy Véra (2009 – 2012), como destacamos no capítulo anterior.

Figura 17 - Foto Aérea - Cidade Locomotiva – Ribeirão Preto / SP – 2018.



Fonte: BARBOSA, FUNCK e UNGARETTI (2020).

Figura 18 – Conjunto Habitacional Wilson Toni – Ribeirão Preto / SP – 2018.



Fonte: G1 Ribeirão Preto e Franca (2018) – Foto: Antônio Luiz/EPTV.

O Movimento Cidade Locomotiva trata-se de um movimento social que se iniciou em 2015, filiado à União dos Movimentos de Moradia (UMM)⁷⁹, a partir de mobilização de famílias na luta pela moradia, que ocuparam um terreno na zona norte de Ribeirão Preto (em laranja no mapa da Figura 19), Patrimônio da União, e que seguem na luta até o período atual (BARBOSA, FUNCK e UNGARETTI, 2020). Segundo informações apresentadas pelo PLHIS-RP (RIBEIRÃO PRETO, 2020), a ocupação contava com aproximadamente 348 domicílios, no ano de 2019 e está localizada no bairro do Jardim Jôquei Clube, em Área de Preservação Permanente (APP). trata-se de uma área de propriedade pública, sem nenhuma intervenção ou obra de infraestrutura realizada ou prevista.

A atuação dos membros do movimento, conforme relatado durante as duas entrevistas, se iniciou em 2015, através do Movimento Cidade dos Trabalhadores (em roxo no mapa da

⁷⁹ O União dos Movimentos de Moradia foi fundado em 1987 com o objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão. Trata-se de uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos. Sua forma de organização tem uma forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base, de onde se originam grande parte de suas lideranças. O trabalho se dá através de grupos de base local, que se articulam regionalmente ou em nível municipal e se fazem representar nas instâncias estadual e nacional do movimento (UNMP-SP, 2022).

Figura 19), com uma ocupação na zona leste da cidade, no bairro Ribeirão Verde, onde se concentraram mais de mil famílias durante sete meses. Tratava-se de um terreno particular, abandonado há mais de 20 anos, loteado pelos integrantes do movimento conforme um padrão de até 15 metros quadrados para cada família (G1 RIBEIRÃO PRETO E FRANCA, 2015).

Figura 19 - Localização das ocupações Cidade Locomotiva e Cidade dos Trabalhadores na cidade de Ribeirão Preto frente aos Aglomerados



Fonte: Censo IBGE, 2010 e 2020 – Adaptado pela

A Ocupação Cidade Locomotiva, conforme a classificação realizada a partir da atualização do PLHIS-RP de 2020 para tipologias de assentamentos⁸⁰, encontra-se inserida no conjunto de “Tipologia 4”, classificado como “assentamentos precários, irregulares e não consolidáveis, cuja solução é a remoção total dos domicílios e o reassentamento externo” (RIBEIRÃO PRETO, 2020, p. 36).

Na entrevista realizada com algumas das lideranças do Movimento, foi relatado que a formação da ocupação, por ter se dado em filiação à UMM, possibilitou que as famílias se organizassem, realizando capacitações das lideranças e da comunidade

A gente conseguiu organizar, fazer as capacitações das lideranças e a comunidade começou a angariar os projetos, e a gente chegou no patamar que a gente chegou hoje. Tivemos que fazer algumas manifestações, na cidade, a moradia não tinha respeito ou moral, onde a gente chegava não era recebido, a gente teve que angariar cadeiras no conselho, cadeiras na cidade, no município, de grande importância para que a gente tivesse voz na cidade pela moradia. Hoje nós temos dois conselheiros do COMUR [Conselho Municipal de Urbanismo] dentro da Locomotiva, dois conselheiros da Habitação e dois delegados da defensoria pública, um pela habitação e um pela [questão] racial. (Platinir Nunes, 42 anos, 2020)

A ocupação da terra pode ser entendida como um processo que se dá tanto nas esferas social e espacial quanto política, sendo uma forma de luta popular e de resistência. E na espacialização da luta pela terra, as ações de socialização política, como destacado no depoimento de Nunes (2020) sobre a atuação do movimento Cidade Locomotiva, podem acontecer em momentos distintos, com maior ou menor frequência, de acordo com a conjuntura política e negociações.

⁸⁰ Para elaboração do PLHIS-RP em 2020 o mapeamento de assentamentos precários demonstrou a existência de características similares entre os mesmos e, portanto, para elucidar as intervenções demandadas, optou-se por classificar os assentamentos a partir de tipologias. Foram estabelecidas quatro tipologias: Tipologia 1 (T1): assentamentos urbanizados, consolidados e irregulares, que demandam regularização fundiária; Tipologia 2 (T2): assentamentos precários, irregulares e consolidáveis, que demandam obras de infraestrutura, podendo necessitar de alguma remoção (com reassentamento de 15% dos domicílios); Tipologia 3 (T3): assentamentos precários, irregulares e consolidáveis, com elevado índice de precariedade, para os quais se prevê elevado percentual de remoção ou substituição de tecido (com 35% de reassentamentos dos domicílios) e Tipologia 4 (T4): assentamentos precários, irregulares e não consolidáveis, cuja solução é a remoção total dos domicílios e o reassentamento externo (RIBEIRÃO PRETO, 2020, p. 35).

Para a construção deste tipo de trabalho de base, como defende Fernandes (2000), são importantes duas dimensões: o espaço comunicativo, para definição de metas e demandas, e o espaço interativo, pela troca de experiências, conscientização da condição, construção da identidade. E, não menos importante, o papel da liderança, para encorajar e defender a ocupação, apresentando ideias e referências que permitam a superação de dúvidas, função esta que resulta de conhecimentos de experiências, trocas e reflexão sobre elas, como elucidada a fala de Freitas (2020):

[...] a UMM ela traça diretrizes para que as comunidades possam se organizar minimamente. Então, que tipo de organização? Primeiro, por exemplo uma ocupação desordenada, sem liderança, ela é uma ocupação que não consegue avançar muito pelo direito à moradia [...] Ano passado mesmo nós tivemos um curso de regularização fundiária, e nós convidamos as lideranças para participarem, então elas começam a entender que a luta tem que ser organizada, tem que ser um coletivo. A estratégia primeira é a organização, em torno de um coletivo, não de uma liderança individual, ou de dois líderes que se acham donos da comunidade. A luta é de constituir coletivo, e através das discussões em grupos são feitas deliberações, e as pessoas vão recebendo tarefas, responsabilidades, e vão assumindo, vamos dizer, as suas posições dentro da luta. (Mauro Freitas, 73 anos, 2020)

Líderes e membros de movimentos, como é o caso do Cidade Locomotiva, são pessoas que vivem uma vida precária e lutam por espaços na cidade e por outra forma de cidadania, que não seja aquela já proposta, oficial e formal. Em relação à forma de organização do movimento, foi estabelecida uma associação, chamada Associação de Moradia Cidade Locomotiva (AMCL), em 2017, registrada como Pessoa Jurídica, que atua com o cadastro dos moradores e tem um grupo de pessoas especializadas que os acompanham (advogados, arquitetos, engenheiros), com o objetivo de alcançar a regularização, através de um trabalho articulado e direcionado (OLIVEIRA, 2021).

O depoimento de Osmar Oliveira (2020), também membro do movimento Cidade Locomotiva, reforça tal perspectiva, bem como a disputa permanente para que sejam conferidos novos significados sociais à luta pela terra e pela moradia ao afirmar que

O movimento vem, e juntamente com a associação, vem no sentido de dar orientação, formar orientação e buscar os meios através da lei. Porque nós não estamos aqui de maneira ilegal, isso é importante que seja colocado pra sociedade civil organizada, porque tem que mudar o ponto de vista. Nós não estamos aqui de maneira ilegal, nós estamos de maneira irregular. E existem

meios que a própria lei determina que capacita o município a legalizar e regulamentar com consciência disso, e através da união pela comunidade ir atrás desses direitos e dessas formas de adquirir a moradia digna, legalizada, dentro da condição de cada um. (Osmar Oliveira, 47 anos, 2020)

Para articulação interna do movimento os membros se organizam em uma coordenação geral, em que Platinir Nunes (2020) atua como presidente, juntamente com Juscilene Alves (2020) e Osmar Oliveira (2020; 2021) como vice-presidentes, além de coordenadores de secretários, vice coordenador de secretário, coordenador de finanças e um conselho fiscal, que trata das questões de documentos e demais trabalhos, conforme explicou em entrevista o próprio Osmar Oliveira.

Como destacamos anteriormente sobre a importância de articulação do movimento com outras demandas e questões que também permitem a inserção dos membros e moradores à vida na cidade, Juscilene Alves além de atuar como liderança do movimento Cidade Locomotiva, também é conselheira municipal de moradia e delegada pela diversidade racial pela defensoria pública, através da qual já esteve em congressos e palestras para falar um pouco sobre sua atuação na área.

Na área de moradia, principalmente, em outros movimentos tipo saúde, educação, aí a “Ju”[Juscilene Alves] pode até colocar, porque ela tem participado de ONGs e até convidada para dar palestras em faculdades, sobre a atuação nessa área, então a gente procura sempre ser uma relação com outros movimentos justamente pra fortalecer a luta pela moradia. Porque a moradia é um conceito amplo, né? Você envolve saúde, educação, que é um problema da escolaridade das crianças que moram na comunidade, às vezes por falta de um endereço eles não conseguem matrícula numa escola próxima, tem que dar endereço falso de algum parente pra poder se deslocar pra uma escola, às vezes tem que pegar até dois ônibus pra chegar até essa escola. (Mauro Freitas, 73 anos, 2020)

Como citado durante uma das entrevistas por Osmar Oliveira (2021), existe, por parte da União Nacional por Moradia Popular, movimento ao qual o Cidade Locomotiva está associado, um trabalho de pesquisa e levantamento de áreas passíveis de ocupação. Para o caso da ocupação Cidade Locomotiva estruturou-se uma ocupação da área referente à malha ferroviária de Ribeirão Preto, sob concessão da empresa Ferrovia Paulista S/A (FEPASA), sem uso há mais de 30 anos, pela justificativa de que por se tratar de uma grande extensão de área desativada teria, por questões jurídicas, facilitada a negociação com o governo federal.

Sobre esse tipo de atuação, Holston (2013), em uma análise a partir do recorte metropolitano de São Paulo, coloca os processos de construção da moradia irregular ou ilegal e os conflitos de terra como “contexto e substância de uma nova cidadania urbana” (HOLSTON, 2013, p. 28).

Em poucas décadas, as classes trabalhadoras urbanas construíram uma força cívica capaz de bater forte naquele Brasil ainda dominante em que a norma histórica da cidadania promove exclusão, desigualdade, ilegalidade, violência e a lógica social do privilégio e da deferência como bases do pertencimento à nação. O desenvolvimento das periferias urbanas autoconstruídas resultou, assim, num confronto entre duas cidadanias, uma insurgente e outra entrincheirada (HOLSTON, 2013, p. 28)

Portanto, seja através de uma resistência coletiva organizada, como os movimentos de luta pela moradia e outras organizações coletivas, seja a partir de iniciativas individuais e, em muitos casos pela combinação de ambos, essa parcela da sociedade, impedida da possibilidade de ter direito ao acesso à cidade, encontra e produz outras formas de utilizar os espaços vagos, abandonados, não utilizados e sem interesse para o poder público ou para o mercado imobiliário, garantindo de certa forma o seu direito de habitação e sua inserção urbana e, mais que isso, reconstruindo sua cidadania e suas relações socioespaciais.

Atualmente o movimento Cidade Locomotiva conta com dois conselheiros no Conselho Municipal de Urbanismo – COMUR, dois conselheiros no Conselho Municipal de Habitação e dois delegados na defensoria pública, pela habitação e pela questão racial. O Conselho Municipal de Habitação consiste em um instrumento de consolidação da gestão democrática da política habitacional e está composto por 22 membros, dentre os quais 11 seriam representados pelos membros da sociedade civil, através de movimentos de moradia, associações de bairro e demais segmentos (RIBEIRÃO PRETO, 2019).

Hoje nós temos dois conselheiros do COMUR dentro da Locomotiva, dois conselheiros da Habitação e dois delegados da defensoria pública, um pela habitação e um pela [questão] racial. Então isso durante os 5 pra 6 anos que a gente tá aqui, essa foi nossa luta. Tivemos que ir algumas vezes em Brasília, porque nossa terra é federal. A gente tem descontentamento de reintegração de posse, a gente não tá em nenhuma situação de regularização, mesmo a gente tendo todas essas cadeiras e essa luta. (Platinir Nunes, 42 anos, 2020)

Em relação às necessidades de infraestrutura, Osmar Oliveira (2021) relatou que se trata de uma situação bastante precária. Parte dos moradores ocupa os vagões de trem, e em relação às condições urbanísticas, tiveram de se responsabilizar por todas as intervenções necessárias para preparo do local para moradia:

(...) quando a gente chegou aqui não dava pra ver os vagões de trem, por causa do mato, o mato era mais alto que o vagão de trem (...). Então a gente teve que derrubar todo mato, fazer as ruas, depois... Eu sou encanador, sou eletricitista... A gente também fez esse trabalho de encanamento, nossa água é toda encanada, tem pouquíssimos vazamentos aparentes, tem até uma extração razoável. A energia, a gente juntou, a gente faz vaquinha com o pessoal pra comprar os fios, a gente faz vaquinha quando não tem caixa na associação, a gente faz coleta com o pessoal pra comprar os postes, e aí apresenta nota e tudo mais. Compra poste, compra fio, paga os eletricitistas que tiver que vir, o pessoal também faz mutirão. Também tivemos que fazer uma terraplanagem grande, usamos bastante entulho pra dar uma nivelada mais ou menos no terreno, é uma área de alagamento aqui onde a gente tá, alaga muito quando chove, então a gente teve que mudar um pouco a estrutura do terreno. Então teve todo esse trabalho, foi bastante difícil. Então a gente fez um trabalho nesse sentido pra poder facilitar, porque a coisa já não é fácil, então a gente tenta manter de uma maneira que dê pra gente ter pelo menos uma acessibilidade. A acessibilidade aqui é muito boa. (Osmar Oliveira, 47 anos, 2021)

É possível perceber, portanto, que o Movimento não apenas reivindica a casa, como também outras melhorias materiais. Assim como também traz uma demanda de transformações em diferentes dimensões, a partir de um conjunto que possibilita o direito à cidade na prática, uma vez que ultrapassaram, mas não abandonaram o movimento de base em si, e se articularam espacial e socialmente. As ações deste movimento se dão, portanto, principalmente, através de argumentos que se utilizam da legislação e de mecanismos de participação em conselhos, conferências, entre outros, como destaca Mauro Freitas (2020).

Então eu acho o movimento de moradia nesses 5 anos teve um avanço grande em termos de ação ordenada e estratégica, não só de ocupação de cadeiras, como o Platimir fala, como ocupações de funções em conselho de moradia, conselho municipal de urbanismo, na defensoria pública, participando de discussões a nível nacional, estadual, então isso vem fortalecendo o movimento de moradia. É uma luta em termos de estratégia de organização, esse é o ponto principal. (Mauro Freitas, 73 anos, 2020)

Como comentamos anteriormente, o movimento organizou-se a partir de uma prévia determinação da área que seria então ocupada, em que o ponto de partida se deu em resposta às remoções realizadas pelo programa de desfavelamento aprovado pela prefeita Darcy Véra (RIZZATTI, 2020). A estratégia foi tomada em razão da violência com que a remoção da favela da Família foi realizada. No sentido de se contrapor e protestar contra as decisões tomadas pela gestão pública, as lideranças começaram, então, a bloquear rodovias ao redor da cidade e realizar sucessivas ocupações na área do entorno do aeroporto estadual de Ribeirão Preto, Dr. Leite Lopes. Como já destacamos, a entrevistada Juscilene Alves, natural de Januária, Minas Gerais, entra na luta pela moradia em 2011 através da favela da Família e atua atualmente como liderança no Cidade Locomotiva.

Eu sou a Juscilene Alves, sou natural de Januária, Minas Gerais, estou em Ribeirão já faz 15 anos e entrei na moradia em 2011, na favela da Família e hoje eu atuo como liderança, como presidente aqui da cidade locomotiva, que é uma comunidade com 270 famílias, na zona norte de Ribeirão. E a minha profissão mesmo é liderança mesmo dentro da comunidade. (Juscilene Alves, 34 anos, 2020)

Como citamos no capítulo anterior, o Conjunto Habitacional Wilson Toni foi o primeiro conjunto habitacional do PMCMV do Brasil, entregue em 2011 e formou-se justamente a partir do citado processo de desfavelamento executado na gestão da prefeita Darcy Vera, com moradores que, em sua maioria, foram removidos das favelas Mangueiras, do Brejo e Sambra, e através de uma organização de seus moradores formou-se, em 2013, uma associação com finalidade de reivindicar por melhores condições de infraestrutura para o local.

Nós montamos a associação em 2013, o bairro estava sendo em um pedaço novo da cidade de Ribeirão Preto, o condomínio e o bairro estava sendo construído, então a gente não tinha nada aqui, não tinha creche, não tinha área de lazer, não tem mercado, não tinha posto de saúde. Então a gente montou para começar a brigar pelos nossos direitos, por transporte, por saúde, a escola, e graças a Deus deu certo, nós estamos aí já tem 7 anos. (Wagner Melini, 46 anos, 2020)

Wagner Melini⁸¹, líder da associação de moradores do referido Conjunto, através da atuação no movimento participou do Conselho Municipal de Saúde e fez parte do Conselho Municipal de Moradia, com a função de deliberar as demandas para os empreendimentos residenciais, como aqueles financiados pelo Minha Casa Minha Vida. O presidente da associação nos contou que, originalmente, vem da favela do Brejo, que surgiu por volta de 1970, em área de preservação permanente (Córrego Tanquinho), tendo sido extinta em 2011, através do citado projeto que realocou as famílias.

O entrevistado conta que o maior engajamento da luta se deu através da reivindicação por infraestrutura. No entanto, a associação se trata, para ele e para os demais moradores, de uma novidade e que aos poucos foram conhecendo melhor seus direitos e estruturando estratégias mais direcionadas.

(...) lá precisava, vamos supor, ter uma associação para nós podermos fazer um ofício, para poder pleitear as coisas, para poder cobrar de uma forma legal, documentada. Foi então que montamos a associação em março de 2013. (Wagner Melini, 46 anos, 2020)

Em ativismos como a associação citada, com uma escala de atuação restrita a um bairro, no caso um empreendimento do PMCMV, podemos perceber a importância que a liderança exerce como representante, na qual os moradores creditam credibilidade e confiança. A tendência, no entanto, se direciona para práticas não-radicais, com pretensões usualmente pontuais ou sem uma pretensão político-ideológica definida.

Hoje se formos ver, não vou dizer que a associação não tem mais utilidade, porque a gente conseguiu o posto de saúde, a escola estadual (...) como eu te falei estão construindo a creche e também está sendo construído um mercado aqui no bairro, que levou 9 anos para conseguir, porque a gente não tem

⁸¹ Entrevista gentilmente concedida pelo senhor Wagner Melini, no dia 20 de outubro de 2020, online, via plataforma Google Meet, para as entrevistadoras Natália Britto e Késia Anastácio. A entrevista foi realizada no âmbito do projeto temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FragUrb – processo Fapesp n. 18/07701-8)” e em razão de nosso vínculo, participação e colaboração tivemos acesso a algumas das entrevistas realizadas, que interessam ao tema tratado neste trabalho.

mercado aqui (...) tudo que a gente brigou, a gente conseguiu. (Wagner Melini, 46 anos, 2020)

Já em relação à cidade de Maringá, a realidade observada se apresenta de maneira diferente, levando em consideração as particularidades da lógica da produção e do acesso à habitação na cidade, à medida que, ao longo do tempo, os agentes hegemônicos atuantes foram eficazes na dissimulação de contradições socioespaciais no território da cidade e o processo de segregação socioespacial interurbana se manteve presente neste espaço.

Uma das evidências empíricas mais atuais e que reforça essa afirmação, se deu no início de 2012, quando 42 famílias ocuparam as moradias que pertenciam ao Conjunto Atenas 1 e outras 20 ocuparam as casas do Conjunto Atenas 2. Ambos são núcleos habitacionais localizados próximos ao contorno norte, em Maringá, cuja construção das casas foi interrompida em 2006, permanecendo desabitadas até a referida ocupação (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Com a reintegração de posse se deram duas situações: uma parcela das famílias recebeu o aluguel social e outra foi encaminhada para instituições de acolhimento, até serem contempladas com moradias oferecidas pelo poder público. Mesmo com a ordem de despejo, algumas famílias permaneceram para garantia de uma casa própria que fosse financiada pelo Governo Federal.

Na situação da ocupação do Conjunto Atenas 2, com a reintegração as famílias foram então realocadas para a Escola Municipal Rural Delfim Moreira, desativada na época. Durante as visitas realizadas pela equipe responsável pela elaboração do relatório do Observatório das Metrópoles, no período em que os moradores estiveram realojados, muitas das famílias, por motivos diversos, acabaram saindo do local. No entanto, ressalta-se, no documento (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015), que nenhuma dessas famílias deixou a escola por superação da situação de vulnerabilidade e sim por uma necessidade de facilitar o acesso à cidade e aos serviços ofertados pela mesma.

Algumas dessas famílias, ainda que tenham desocupado o local, acabaram retornando, pela impossibilidade de arcar com os custos de um aluguel e demais contas (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Ainda no início de 2015, foi realizado um sorteio, pela então Secretaria de Habitação de Interesse Social de Maringá em parceria com a Caixa Econômica Federal, de unidades habitacionais do Conjunto Pioneiro José Pires de Oliveira, localizado no distrito de Floriano, com a participação de algumas das famílias abrigadas na Escola Delfim Moreira (O DIÁRIO, 2015). Entre os mais de 300 sorteados, apenas três famílias alojadas na Escola Delfim Moreira foram sorteadas e outras duas que já não estavam no local, mas participaram do processo de ocupação, também foram beneficiadas.

Em outra ocasião, também em 2015, foram entregues 232 moradias do Programa Habitacional do Governo Federal Minha Casa Minha Vida, do Conjunto Habitacional Pioneiro José Pires de Oliveira, no distrito de Floriano, construídas através de um convênio do Governo Federal, Prefeitura Municipal de Maringá e Governo do Estado do Paraná, em que cinco destas famílias pertenciam à ocupação Moradia Atenas 2, sendo que três delas ainda estavam abrigadas na Escola Rural Delfim Moreira (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Conforme consta no Relatório 2, foram identificados indícios de que a água da Escola Rural Delfim Moreira, na ocasião de alojamento, estivesse contaminada, fazendo com que muitos moradores adoecessem e em análises da água disponível, as amostras não satisfaziam aos padrões físico-químicos de potabilidade.

O Observatório das Metrôpoles (2015) também destaca, no referido relatório, a importância da ação do Movimento de Trabalhadores por Moradia (MTM), que acompanhou e apoiou as famílias durante a ocupação. Em contrapartida, ressaltou também que, após a reintegração de posse e realojamento das famílias, o engajamento de luta do movimento foi aos poucos sendo reduzido, sendo que na ocasião da elaboração do trabalho, em 2015, não havia mais sinais de contato entre o movimento e as famílias abrigadas na escola.

Em 2017, a Prefeitura de Maringá, através da Secretaria de Assistência Social, entregou, via aluguel social, as moradias para as famílias, a maioria localizada no distrito de Iguatemi, também distante da cidade sede (RIGON, 2017).

Durante todo o processo, como foi relatado no levantamento em questão, a Prefeitura Municipal de Maringá se isentou da responsabilidade pela situação da ocupação, alegando que foram as famílias que se colocaram naquela situação e que, por isso, deveriam achar alternativas para sair dela, eximindo-se, assim, do papel de oferecer serviços e meios para que os direitos

básico daquelas pessoas fossem acessados, dificultando ainda mais seu acesso à cidade (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

A partir de entrevista realizada junto à coordenadora nacional do movimento União Nacional por Moradia Popular (UNMP), representante do estado do Paraná e atuante em Maringá, Maria das Graças Xavier⁸², foi possível compreender que o descaso com a questão habitacional em Maringá é um signo marcante de diferentes gestões, conforme relatou a entrevistada em relação ao caso citado, quando, na ocasião, procuraram pelo então prefeito, buscando uma solução para a construção de moradia para as famílias que ocupavam o local:

Na ocasião a gente foi procurar eles, era a gestão dos Barros ainda, a gente foi procurar eles e o secretário disse pra nós assim: “Mas por que vocês querem fazer construção aqui? Porque aqui não tem famílias carentes, não tem pobre aqui” (Maria das Graças Xavier, 54 anos, 2020).

A UNMP começou a ser articulada em 1989, através de uma ação conjunta entre os movimentos de moradia dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais e foi consolidado em 1993, no primeiro Encontro Nacional por Moradia Popular. Dessa forma, a UNMP foi organizada com a finalidade de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão, e “resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social” (UNMP, 2022). Atualmente o movimento tem atuação em 16 Estados brasileiros: Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Maranhão, Goiás, Amazonas, Tocantins, Pará e Rondônia.

Durante a entrevista, Maria das Graças Xavier nos contou que sua inserção na luta se deu por uma necessidade pessoal, quando em 2003 foi convidada a participar de uma ocupação no centro da cidade de Curitiba, no antigo prédio do Banestado, com coordenação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM (SAIKI, 2003), sendo que essa inflexão se tornou um ponto de partida para que começasse a conhecer seus direitos, deveres e se engajar na luta.

⁸² Entrevista gentilmente concedida pela coordenadora nacional do movimento e representante do Estado do Paraná, Maria das Graças Xavier, à entrevistadora Tatiana Monteiro Gomes, via plataforma online, no dia 10 de agosto de 2020

E aí eu fui enfrentar e comecei a gostar, comecei a gostar das atividades. Comecei a conhecer os direitos, os deveres, eu achava que a gente não tinha o direito de fazer nada daquilo e a partir daí fiquei no movimento por uma causa própria. Logo em seguida, dois, três meses, eu já me tornei coordenadora, fui eleita pelo pessoal, pelos líderes. (Maria das Graças Xavier, 54 anos, 2020)

No ano de 2016, em razão de sua participação no UNMP, houve uma articulação para construção de conjuntos pelo Programa Minha Casa Minha Vida em cidades que se localizavam no interior do estado do Paraná, e não especificamente em Curitiba, sua cidade natal. Maria das Graças chega em Maringá e, imediatamente, conhece a luta das famílias que realizaram a ocupação Atenas, anteriormente citada. Dessa forma, a líder passa a integrar a luta pela moradia na cidade de Maringá.

No entanto, ao longo dos anos, a atuação do movimento em Maringá acabou se esvaindo, mesmo com algumas conquistas pontuais, a organização não ganhou força suficiente.

A gente não atuou, a gente até conseguiu fundar a União de Maringá, fundar a união municipal aqui, fizemos dois cursos de autogestão aqui, vindo um pessoal de São Paulo, fizemos algumas atividades, né? Capacitação de liderança, daí colocamos, forçamos nossa entrada na verdade, pra dentro do Conselho Gestor através da Conferência Municipal, enfim, a gente começou a participar de algumas coisas. Mas assim, a União e mais duas ou três pessoas, a União e mais uma pessoa, entendeu? Então é bem fraco, bem fragmentado. (Maria das Graças Xavier, 54 anos, 2020).

A Entrevistada relatou, na ocasião (2020), a última proposta que haviam feito ao poder público, para produção habitacional de interesse social através da autogestão. A autogestão, segundo definições do UNMP (UNMP, 2022), seria uma das formas de provisão habitacional por mobilizar o os segmentos socioeconômicos de menor renda, que passa a compreender a conquista de direitos, combater o clientelismo no atendimento das demandas, colocar capacidades econômicas e gestão nas mãos das comunidades, questionar a relação entre o estado e agentes privados e questionar o signo de mercadoria atribuída a moradia, como fonte de lucro.

(...) a proposta que fizemos agora, é que o próprio Estado destine um percentual para habitação de interesse social dentro da autogestão, e que isso possa ser trabalhado junto as entidades (entidade seria o movimento social), através de chamamento público, nos molde em que São Paulo fez, numa ocasião, na época do Haddad, foi feito um chamamento público através da COHAB de lá e eles fizeram, né, algumas coisas nesse sentido. (Maria das Graças Xavier, 54 anos, 2020)

Como citamos no capítulo anterior, em entrevista com o diretor da pasta de habitação da Prefeitura de Maringá, Márcio Lorin⁸³, o chamamento público, como citado na fala de Maria das Graças, aconteceu com direcionamento exclusivo aos agentes privados.

(...) o que a gente faz? A gente terceiriza o problema, é como eu falei, nós vimos esse monstro de 7 cabeças andando, que é a dinâmica de produção do espaço, e nós falamos “Vamos segurar o rabo dele e tentar pegar uma carona”. Então assim, quem faz é o empreendedor, a única coisa que nós fazemos no nosso chamamento público é dizer “Quem tem terra e quiser apresentar um projeto, eu lhe dou um potencial”, então nós agimos na concessão de volume construído, é só aí, a nossa política foca nessa... quer dizer, a nossa barganha é só isso, é o potencial (...) (Celso Márcio Lorin, Diretor de Habitação de Maringá, 2020).

Já na perspectiva daqueles que consomem a produção habitacional na cidade de Maringá, como também destacamos no capítulo anterior, José Marcos dos Santos Marçal organizou-se, a partir de 2014, em prol de reivindicações por infraestrutura de qualidade para o conjunto habitacional no qual reside, Santa Rosa de Iguatemi, entregue em 1999

Então a gente organizou os moradores, através de uma associação de representação de bairro, a gente conseguiu cadastrar os moradores e fomos atrás de um advogado pra nos ajudar nessa causa, porque tinha uma ação civil e os moradores não tinham voz ativa no processo. (José Marcos dos Santos Marçal, 48 anos, 2022)

O conjunto Santa Rosa de Iguatemi foi loteado pelo proprietário Arlindo Teixeira, sem um licenciamento ambiental, e em razão das constantes irregularidades do local e falta de infraestrutura, os moradores se viram na necessidade de organizarem-se em prol dessa luta.

Atualmente, junto de sua esposa, Maria Alice Marçal, o líder do Movimento em Defesa da Regularização do Conjunto Santa Rosa de Iguatemi, faz parte de um grupo de acompanhamento que representa os movimentos (G.A.), e também fazem parte do Conselho de Habitação e do Conselho de Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de

⁸³ Entrevista gentilmente concedida pelo senhor Márcio Lorin, no dia 15 de setembro de 2021, online, via plataforma Google Meet, para os entrevistadores Everaldo Santos Melazzo, Eda Góes e Natália Sá Britto. A entrevista foi realizada no âmbito do projeto temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FragUrb – processo Fapesp n. 18/07701-8” e em razão de nosso vínculo, participação e colaboração tivemos acesso a algumas das entrevistas realizadas, que interessam ao tema tratado neste trabalho.

Maringá. Em audiência de conciliação realizada em 4 de maio de 2021, determinou-se, através de um pré-acordo, que a prefeitura realizasse toda infraestrutura do conjunto, assim como um projeto urbanístico para o mesmo. Com o crescente engajamento na luta, José Marcos Marçal conta que a organização foi ampliada, também, para os bairros vizinhos, como são domingos.

Foi fundado o movimento de defesa da regularização do Santa Rosa, criamos o movimento que é o outro principal também, Movimento pelos Direitos de Iguatemi e São Domingos, que são bairros que tem lá. (...) A gente partiu da base, né? Foi do direito nosso, mais próximo, que nos afeta. (José Marcos dos Santos Marçal, 48 anos, 2022)

A ação isolada ou pontual, como observada no referido caso da ocupação Atenas ou até mesmo na atuação dos líderes do movimento pela Regularização do Conjunto Santa Rosa de Iguatemi, em Maringá, é entendida por Fernandes (2000) como um movimento sem contato estabelecido com outras instituições, que podem vir a territorializar e ampliar sua forma de atuação, rompendo escalas e se organizando coletivamente, muitas vezes em redes. Mas entendemos também, a partir da historicidade de formação e planejamento espacial de Maringá, que o contexto socioespacial em que a cidade se estabeleceu, operacionalizando a pobreza para cidades vizinhas na tentativa de manter a imagem harmônica e hegemônica, teve grande influência sobre a incipiência e até ausência de atuação de movimentos sociais de luta pela terra em Maringá, não significando, no entanto, que não exista uma demanda a ser atendida.

A “eficiência” do Poder Público em desfazer-se de qualquer sinal de pobreza na cidade, através dos processos de desfavelamento e remoções, confirma o constante controle econômico sobre o planejamento da cidade. Ao longo do tempo, as gestões sempre mantiveram mecanismos evidentes para não deixar que ocorressem ocupações na cidade, tal como apresentado e discutido na subseção 2.2., do Capítulo 2.

Neste sentido, Ribeiro (2014) ressalta a importância da observação da ação, que corresponde tanto a encadeamentos de amplas e diferentes práticas, associáveis ao conceito de rede de movimentos (SCHERER-WARREN, 1993), como Nos casos observados em Ribeirão Preto – SP, quanto a fatos mais isolados, como em Maringá – PR, não menos relevantes cultural e politicamente, já que indicam a existência de potenciais de criação de formas renovadas de manifestação social.

Dessa forma, as análises nos levam a observações importantes sobre as dinâmicas estruturadas nas duas cidades. Observações estas que não só direcionam as considerações finais

do trabalho, como também abrem um espaço para novas pesquisas sobre o recorte teórico adotado.

A cidade de Ribeirão Preto apresenta dinâmicas muito mais evidentes em relação às desigualdades socioespaciais produzidas e reproduzidas no espaço urbano e, conseqüentemente, há uma organização coletiva mais forte atuando na cidade, em diferentes campos e principalmente, na moradia.

Já em Maringá, como destacamos através de diferentes perspectivas, existe uma constante dissimulação em relação ao processo de reprodução ampliada das desigualdades socioespaciais, principalmente pelas mídias, que destacam Maringá como uma cidade sem problemas.

Muitas são as estratégias da hegemonia presente na cidade e até do Poder Público em minimizar os problemas socioespaciais, entre elas o planejamento urbano estratégico. Uma vez que as desigualdades produzidas são constantemente negadas, a atuação dos agentes sociais não hegemônicos enquanto organização coletiva de um movimento social em luta pela moradia também é minimizada. Assim, os movimentos e atuações em Maringá foram tratadas com maior descaso, como a luta pela Regularização Fundiária do Santa Rosa de Iguatemi, ou mesmo a iniciativa de organizar-se coletivamente como apresentada pela Maria das Graças enquanto representante do União Por Moradia Popular.

No entanto, ainda que as realidades observadas apresentem distinções relevantes em relação a atuação de cada um dos movimentos, não buscamos, aqui, estabelecer um patamar de análise para as formas de organização destes movimentos ou ainda de tentar problematizar a eficácia de cada um deles, uma vez que não existe uma forma ideal de movimento social, já que as particularidades em cada uma das cidades são diversas, e determinam o limite de estratégia de ação desses agentes. São várias disputas, como citamos no início do Capítulo 1, que vão se delineando de maneiras diversas, muitas vezes se ramificando para outros tipos de luta, também importantes para o que entendemos aqui como direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos importante ressaltar, a priori, a relevância de um estudo investigativo comparativo a partir de um recorte espacial específico, levando em conta, entre outros fatores, a necessária abstração em relação aos objetos e sujeitos de estudo. Assim como também ressaltamos as dificuldades de uma pesquisa de investigação tomada a partir do âmbito das cidades médias, cujas dinâmicas estão sendo mais recentemente investigadas no universo acadêmico, uma vez que é de suma importância dar conta das particularidades e singularidades encontradas.

O desenvolvimento e conclusão da pesquisa articularam-se ao Projeto Temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos”, em desenvolvimento pelos pesquisadores vinculados ao GASPERR (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais), financiado pela FAPESP. Portanto, do ponto de vista da contribuição metodológica, muitos aspectos de pesquisa, como por exemplo as entrevistas, puderam ser devidamente superados em virtude deste vínculo.

Tanto a pesquisa mais ampla do Projeto Temático quanto o presente trabalho aqui apresentado buscam somar e contribuir com o debate e trabalho intelectual tomado a partir da perspectiva dos sujeitos não hegemônicos, sobre as disputas pela terra urbana, um processo pouco investigado no meio acadêmico, principalmente quando tomados a partir dos recortes territoriais aqui escolhidos.

Ainda que construção da pesquisa como um todo, desde o aporte teórico até a relação com os sujeitos de análise, não tenha se dado de forma contínua durante todo período de mestrado, em razão das imposições de distanciamento social pela pandemia de Covid-19, o trabalho pôde ser elaborado para que melhor fossem aproveitadas as constantes contribuições durante o processo de execução e reflexão metodológica.

O desenvolvimento da presente dissertação perpassou pela análise sobre a trajetória das lógicas habitacionais que se estabeleceram nas cidades de Ribeirão Preto e Maringá, para que, então, pudesse refletir sobre os diversos processos de disputas pela terra urbana a partir das práticas dos sujeitos não hegemônicos, com a finalidade inicial de contribuir para uma reflexão

sobre a negação e reprodução ampliada das desigualdades socioespaciais no âmbito, principalmente, da produção e consumo da habitação.

Tomando como ponto de partida a análise das lógicas habitacionais que se estabeleceram em Ribeirão Preto e Maringá, como buscamos apresentar no Capítulo 1, para ambas as cidades, mesmo que de maneiras espaço-temporalmente diferentes, foram elaboradas dinâmicas e políticas destinadas a construir uma imagem ideal de cidade, atrativa para os negócios mais lucrativos. Assim, foi construída e mantida uma dominação hegemônica representada pelos grandes proprietários de terras e agentes imobiliários, ou seja, pelos agentes econômicos que atuaram e atuam na apropriação dos espaços nas duas cidades analisadas.

Em ambas as cidades identificamos a construção constante de uma hegemonia dos agentes econômicos privados, para além do Estado, na estruturação do espaço urbano, mas que se deram de formas espaço-temporalmente diferentes.

Ao analisarmos a política habitacional de Ribeirão Preto e Maringá, levando em consideração as determinações locais e conformações socioespaciais específicas, a determinação hegemônica em ambos os casos, de maneiras diversas, foi eficaz na produção de um conjunto de fatores que culminaram, para além da reprodução e negação das desigualdades socioespaciais, no fortalecimento de processos socioeconomicamente segregadores e excludentes.

Dessa forma, em Maringá, já originada sob a égide da cidade-mercadoria, os agentes econômicos foram eficazes em articular, especialmente através de manobras de planejamento estratégico, uma cidade elaborada por modelos excludentes e segregadores, pensada separando-se em zonas funcionais.

No decorrer dos anos e utilizando-se, principalmente, do ideal propalado pelo planejamento estratégico, táticas foram elaboradas usando da dissimulação, entre outras, de problemas habitacionais na cidade, ainda que, para tanto, fosse preciso operacionalizar a expulsão do segmento socioeconômico de mais baixa renda da cidade, como o fizeram ao longo dos anos. A chave da construção da hegemonia na cidade de Maringá foi, portanto, para além da manipulação de dados e elementos que expressavam as desigualdades socioespaciais que se delinearam na cidade, operacionalizada efetivamente através da expulsão da população de menor renda para distritos e cidades vizinhas.

Já em Ribeirão Preto, ainda que a atuação dos agentes econômicos tenha sido ainda mais significativa e visível através da articulação de agentes que se uniram para a produção dos espaços na e da cidade, não foi possível evitar que as manifestações expressivas das desigualdades socioespaciais se fizessem cada vez mais presentes. Dessa forma, problemáticas como o crescente número de ocupações urbanas (os assentamentos precários ou aglomerados subnormais) foram se tornando cada vez mais significativos na cidade.

A predominância da ação dos agentes econômicos também demarcou uma divisão espacial na distribuição dos espaços em Ribeirão Preto, uma vez que a localização dos conjuntos habitacionais de interesse social ao norte da cidade está afastada dos espaços residenciais fechados e outros espaços voltados para os segmentos socioeconômicos de maior renda, que se localizaram, principalmente, ao sul da cidade.

Assim, de maneiras e em períodos de tempo distintos, foram construídos imaginários urbanos que se tornaram dominantes, principalmente, na conquista do consenso e na atração de novos investimentos para ambas as cidades.

No entanto, como buscamos trazer ao longo do debate, mesmo que em momentos diferentes e com desdobramentos diversos houve destaque para um marco histórico em comum, para ambas: os efeitos da propriedade privada da terra. Compreendemos tal marco como elemento central que permeia as particularidades de cada um dos casos, mantendo-se como relação social, historicamente construída e em constante transformação.

Sobre a ação dos movimentos sociais de luta pela moradia, é possível traçar um debate, para ambos os casos, que se trata de uma ação articulada como condição e produto de um modelo capitalista de desenvolvimento, ainda que com intensidades e atuações diferentes.

Ao relacionarmos a análise sobre a construção da ação dos agentes não hegemônicos em Maringá à maneira de dissimulação dos problemas pelo poder público ao longo dos anos, se tornam mais eminentes as dificuldades que tiveram os movimentos sociais de luta pela moradia em se fazer mais presentes na cidade. Ainda que algumas manifestações e expressões dessa parcela (não hegemônica) da população tenha sido sentida, quando comparados com aqueles que se articulam em torno do direito à cidade e à moradia na cidade de Ribeirão Preto, é possível observar uma menor e mais débil articulação coletiva.

Em ambos os casos de estudo identificou-se o surgimento de movimentos sociais de luta pela moradia, mas que tiveram direcionamentos distintos. Em Ribeirão Preto – SP, em ambos os movimentos analisados, houve o alcance de uma consolidação que os levou a ocupar lugares e espaços importantes para a luta, como Conselhos Municipais, ainda que não sejam suficientes para resolução do caso em específico e da situação da habitação para demais famílias em situação de ocupações na cidade.

No entanto, nem sempre a ação de resistência é precedida de um movimento organizado com um posicionamento político específico e definido, como foi possível observar no caso de Maringá – PR, em que o movimento União por Moradia Popular, sem encontrar suporte suficiente para seguir na luta, acabou caracterizando-se por um fôlego curto, dado que implacável e constantemente reprimido pelo Poder Público. Enquanto a organização do movimento pela Regularização do Conjunto Santa Rosa de Iguatemi, liderado por José Marcos e Maria Alice Marçal, conquistou maiores níveis de integração social pelo acesso a bens e serviços, chegando a ocupar espaços no Conselho de Habitação de Maringá e na Gestão de Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Observamos, portanto, a construção de ações que se deram, tanto através do encadeamento contínuo de amplas e diferentes práticas, como a partir de fatos considerados mais isolados, mas que não são menos relevantes cultural e politicamente, já que indicam a existência de nichos de criação de ações renovadas da manifestação social, que dão luz a demandas necessárias e que podem vir a contrapor a ordem vigente e hegemônica.

Com a ampliação da relevância e peso das economias locais, as cidades médias brasileiras, como Ribeirão Preto e Maringá, ganharam centralidade econômica crescente nos circuitos do capital. Neste caso, o consumo e produção do espaço nessas cidades tem grande destaque para compreensão das permanências e transformações na estruturação e reestruturação dos territórios.

Por vezes, é possível observar através do senso comum e até no discurso científico, uma ideia de que, com a mundialização, tudo se tornou igual, porém, quando observamos o tipo de diferenciação no plano espacial, identifica-se justamente o contrário desta homogeneização. Não necessariamente se torna possível tratar sempre da mesma maneira de desigualdades e

diferenças através, apenas, da pesquisa científica. No entanto, os elementos qualitativos vão indicar a existência de processos distintos e que, por sua vez, potencializam essas expressões.

Ao analisarmos as permanências e transformações na produção e estruturação dos espaços nas cidades de Ribeirão Preto e Maringá, a partir da perspectiva da produção e valorização capitalista da terra urbana e da moradia, depreendemos alguns efeitos significativos para o espaço urbano de ambas as cidades, entre eles, a diferenciação e desigualdade socioespaciais, que não se limitam às condições e necessidades elementares de moradia, englobando também o acesso aos espaços de representação da cidade e engendrando a conformação de processos como o de fragmentação socioespacial, conforme o aprofundamento das diferenças.

Tratamos aqui do conceito de fragmentação socioespacial como abordado por autores como Sposito e Sposito (2020), Legroux (2021), Catalão e Magrini (2016), Prevot-Schapira e Pineda (2008) e outros, que compreendem o mesmo a partir de sua polissemia e multidimensionalidade e que revela as práticas constituídas por novas formas de separação nos espaços da cidade.

No entanto, compreendendo-a como um processo, a fragmentação socioespacial se constitui por dinâmicas que se articulam de maneira dialética, como determinação e expressão das formas de produção e valorização capitalista do espaço em seus desdobramentos concretas sobre o cotidiano da vida urbana, dimensão privilegiada a partir da qual se realiza.

Pode-se considerar, portanto, que a presença cada vez mais concreta dos processos de fragmentação socioespacial estiveram, de formas diferentes, presentes em ambas as cidades, seja como resultantes das dinâmicas e lógicas estabelecidas, como também como condições para que a hegemonia dos agentes econômicos estivesse garantida no planejamento da cidade-mercadoria, como condição imperativa das possibilidades de localização de cada segmento na cidade o que, por sua, amplia ou restringe suas possibilidades de se apropriar e usufruir da própria cidade.

Este processo, portanto, tende a não se restringir aos padrões metropolitanos, e mais ainda, não se limita apenas às práticas espaciais dos moradores de espaços autosssegados, se estendendo também a uma parcela de todos os diferentes e desiguais espaços da cidade.

Levando em consideração o conjunto de tendências analisadas em Ribeirão Preto e Maringá, é possível afirmar que determinados tipos de processos de fragmentação socioespacial têm se estabelecido como uma oposição, desprestígio e hierarquização em relação ao uso e consumo da habitação e do acesso à cidade.

Neste trabalho buscamos, ao tentar superar as visões dominantes de lógicas hegemônicas, próprias ao mercado, compreender as particularidades dos espaços estudados através da perspectiva dos sujeitos não-hegemônicos. No entanto, tal como demonstramos ao longo dessa pesquisa, a força e poder dos capitais que as produzem se apresentam de maneira recalcitrante nas cidades médias e seus movimentos históricos, demonstrando a preservação clientelista dos interesses mercantis arcaicos em torno da produção do espaço urbano, especificamente na produção habitacional de mercado e de interesse social.

Esta trama foi historicamente tecida desde a implantação das cidades, pelos respectivos agentes, que sedimentaram seus localismos e particularidades, colaborando para que a gestão e planejamento urbano estivessem mais inclinados ao mercado. No entanto, este processo não se deu de maneira linear ao longo do tempo, apresentando-se ora mais enredados por traços elitistas e conservadores, ora discursivamente mais progressistas, mas ainda limitados às influências locais dos grupos dominantes.

Assim, buscamos apreender a ação social, a partir de temas importantes como a cidadania, o direito à moradia e à cidade e outros, elaborada por aqueles que fazem concretamente a vida e que (re)constróem, de forma incessante, o tecido social no âmago de incertezas.

As iniciativas de luta e resistência, individuais e coletivas, pressupõem a ideia de outra forma de se relacionar com a moradia e com o sistema e, portanto, com a cidadania. A própria existência de agentes não hegemônicos no espaço da cidade, e seu desenvolvimento como construtores de outra forma de cidadania e acesso à cidade, são maneiras de resistir e criar alternativas que, embora possam se iniciar com a necessidade básica de moradia, não se encerram em si.

No entanto, o que identificamos a partir das análises estabelecidas, foi que, ainda que eventualmente, espaços tenham sido ocupados – mas não conquistados permanentemente – o direito à cidade não foi efetivamente garantido aos sujeitos sociais não hegemônicos em

questão, ou seja, o acesso à cidade continuou como um direito violado e negado, já que o poder público não se responsabilizou em regularizar as situações e inserir estes sujeitos nos diversos espaços da cidade.

Seja a luta pela permanência na moradia autoconstruída, como é o caso do movimento Cidade Locomotiva, ou ainda a luta por melhores condições de moradia e acesso à cidade, como os movimentos pela Regularização do Santa Rosa de Iguatemi e do Conjunto Habitacional Wilson Toni, ou mesmo a luta por melhores políticas de provisão habitacional, como o União Por Moradia Popular em Maringá, representam, conforme nossa perspectiva de análise, uma luta pelo direito à cidade, uma forma de resistir ao processo de desenvolvimento capitalista neoliberal e insurgir através de uma nova cidadania.

Representam, ainda, as táticas dos habitantes mediante as estratégias rígidas de uma sociedade em que as regras surgem de cima pra baixo.

No entanto, como buscamos ressaltar ao final das análises desenvolvidas no Capítulo 3, não existe uma leitura ou interpretação a partir de um modelo único e canônico sobre a atuação dos movimentos sociais de luta pela moradia. Por isso buscamos interpretá-los a partir do prisma de múltiplas disputas em processo, com pluralidades que respondem, principalmente, a processos locais específicos e a contradições gerais.

A organização da luta e as respectivas trajetórias, sejam elas crescentes ou decrescentes ao longo do tempo, relacionam-se com conquistas obtidas ou ainda com a força dos processos hegemônicos em se contrapor a atuação destes sujeitos não hegemônicos, determinando limites de estratégias de ações.

São múltiplas lutas, que se desenvolvem de maneiras diversas e, em muitos casos, vão se ramificando para outros tipos de ações, também importantes para o que entendemos como o direito à cidade, como é o caso da organização do movimento Cidade Locomotiva em Ribeirão Preto.

Trata-se, ao nosso entendimento, a partir do conceito de cidadania insurgente de HOLSTON (2013) -, de uma pelo direito à outra cidade, uma cidade com menos segregação socioespacial, com acesso mais igualitário.

Os direcionamentos aqui elencados foram de grande importância sobre o objetivo e seu respectivo universo de pesquisa, no entanto, não tivemos a pretensão, aqui, de buscar

compreende-los em sua totalidade, já que chegamos ao fim da dissertação com inúmeras questões, e poucas certezas e conclusões definitivas, uma vez que o trabalho como um todo não chega ao ponto final, deixando lacunas a serem também investigadas por pesquisas futuras.

As investigações deixam, assim, questões importantes não só para compreensão de processos de produção do espaço urbano em si, como para a reflexão sobre possíveis caminhos que podem direcionar melhor uma aproximação com demandas e ações práticas, para um nova forma de relação com o espaço, repensando ferramentas, processos e funções dos diferentes sujeitos e agentes nestes processos, sejam eles hegemônicos ou não hegemônicos.

REFERÊNCIAS

A CIDADE ON. Após uma semana, Cidade Locomotiva é novamente alagada: Comunidade na Zona Norte de Ribeirão Preto foi uma das mais afetadas pela chuva. A **CidadeOn** – Ribeirão Preto. 24 out 2018. Disponível em: < <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/onclick/GFOT,0,3,31781,apos+uma+semana+cidade+locomotiva+e+novamente+alagada.aspx> >. Acesso em 13 jan 2022.

ABREU, Marlon Altavini. Diferenciando o espaço e produzindo cidades: lógicas e agentes da produção do espaço urbano nas cidades de Ribeirão Preto/SP e Londrina/PR. **GeoTextos**, 2016.

ABREU, Marlon Altavini; STOIAN, Victor Chirillo DE Oliveira. Produção habitacional e o novo mapa das desigualdades socioespaciais em cidades médias a partir do programa MCMV: Londrina e Ribeirão Preto. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 41, p. 60-84, 2019.

ASENSI, Felipe Dutra. Movimentos sociais e democracia no Brasil: traços sociológicos e desenvolvimento político. In: PINHEIRO, L. F. (Org.). **Movimentos sociais, políticas sociais e questão social: elementos para uma análise da realidade no Brasil e na América Latina**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

BARBOSA, Benedito; FUNCK, Yan; UNGARETTI, Débora. O que a Ocupação Cidade Locomotiva, em Ribeirão Preto, nos ensina em tempos de pandemia. **LabCidade**. 2020. Disponível em: < <http://www.labcidade.fau.usp.br/o-que-a-ocupacao-cidade-locomotiva-em-ribeirao-preto-nos-ensina-em-tempos-de-pandemia/> > Acesso em: 27 de out de 2021.

BARCELLA, Bruno Leonardo Silva. **A dinâmica dos agentes imobiliários e suas estratégias fundiárias em cidades médias**: da reprodução do capital à reprodução das desigualdades socioespaciais. 216f. Dissertação de mestrando em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. 2018.

BASTOS, José Messias; CASARIL, Carlos Casemiro. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. **Geosul**, v. 31, n. 62, p. 271-298, 2016.

BATISTA, Victoria Aparecida Silva. A Produção Habitacional realizada Pelo Programa Minha Casa Minha Vida Na Cidade De Ribeirão Preto/Sp. In: III Congresso Internacional de Geografía

Urbana ?El desafío de repensar el espacio urbano y su entorno ante una nueva década?, 2019, Buenos Aires. **ACTAS DEL III CONGRESO INTERNACIONAL DE GEOGRAFÍA URBANA - III CIGU -**, 2019.

BETANCUR, John J. Gentrification in Latin America: Overview and Critical Analysis. **Urban Studies Research**. 2014. 14 p.

BITOUN, Jan. Movimentos sociais urbanos e a trajetória do urbanismo. **Revista Cidades**, v. 7, n. 11, 2010.

BOCHICCHIO, Silvia. **Movimento dos sem teto de Salvador: estratégias de apropriação dos espaços e territorialização**. 144f. Dissertação (mestrado) – Curso de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2008.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Erminia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

BOTELHO, Adriano. O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. **Annablume**. p. 21- 43,p.67-85, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Estatuto da Cidade (2001)**. Estatuto da cidade: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP**, São Paulo, n. 33, 2013.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. Habitação de interesse social. **Mercator (Fortaleza)**, v. 17, 2018.

CANO, Wilson. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980**. Texto para Discussão – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Nº 193, julho de 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo. Participação social no Brasil hoje. 1998. **Instituto Pólis**. Disponível em: < <http://www.polis.org.br/publicacoes/papers/19982.html> >. Acesso em 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v1).

CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica. Can consumption mediate the right to the (fragmented) city?. **Brazilian Geographical Journal**, v. 7, n. 1 e 2, p. 19-32, 2016.

CHATEL, Catherine; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MORICONI-EBRARD, François. "La croissance urbaine au Brésil : concentration dans les métropoles ou rééquilibrage du système urbain ?", Numero especial "Brasil, disparidades e dinâmicas", **Echogeo** 41, 2017. <http://echogeo.revues.org/15001>.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

CORRÊA, Bruna Ribeiro. Produção da habitação e produção de cidades: a trajetória econômica e espacial da MRV Engenharia e a construção de um grupo econômico de atuação multiescalar. **Repositório UNESP**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Available at: < <http://hdl.handle.net/11449/217219> >. Acesso em: 23 de agosto de 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano**. São Paulo: editora Ática, 1989.

_____, Roberto Lobato. Interações Espaciais. In. CASTRO, I. E.. GOMES, P. C.; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.) **Explorações Geográficas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. In: CORRÊA, Roberto. Lobato. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et. al. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In:

Anais... Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, XIII, Ouro Preto, 04 a 08 de novembro, de 2002. Disponível em: < www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/com_JUV_PO27_Neto_textos.pdf >

DAL POZZO, Clayton Ferreira. Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas. 2015.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial (For space or for territory? Possibility of articulation to understand the territoriality and a socio-spatial fragmentation. **REVISTA NERA**, n. 21, p. 50-68, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 3**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DENALDI, Rosana. Assentamentos Precários do Tipo Favela e Loteamento. In: DENALDI, R. (Org) **Planejamento Habitacional**. São Paulo: Annablume, 2013. p. 97-126.

DOIMO, Ana. A Vez e a Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós- 70. Rio de Janeiro: **ANPOCS**, Relume. Dumará, 1995

DUHAU, Emilio; GIGLIA, Angela. **Metrópolis, espacio público y consumo**. México: FCE, 2016. Introducción, p.11 – 24 e El orden metropolitano contemporâneo: entre la fragmentación y la interdependência, p.27 – 62. Faculdade de Ciências e Tecnologia Programa de Pós-Graduação em Geografia Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19060-900 Presidente Prudente SP Tel 18 3229-5352 fax 18 3229-5417 – posgrad@fct.unesp.br

FARIA, Rodrigo Santos de. (2003). **Ribeirão Preto, uma cidade em construção: o discurso da higiene, beleza e disciplina na modernização entre rios (1895 – 1930)**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

FARIA, Vilmar E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. Tendências e perspectivas. **Novos estudos-CEBRAP**, n. 29, p. 98-119, 1991.

FAZITO, Dimitri. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto M. G.: **Abep**, 2002. Disponível em: <

<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1094/1058> >. Acesso em: 10 abr. 2020.

FIGUEIRA, Tânia Maria Bulhões. **Produção social da cidade contemporânea: análise dos condomínios urbanísticos e loteamentos fechados de alto padrão do subsetor sul de Ribeirão Preto–SP**. 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado) em Arquitetura e Urbanismo–Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos.

FIX, Mariana; PAULANI, LEDA. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 4, p. 638-657, 2019.

FLEURY, Beatriz. **A recente produção imobiliária no aglomerado metropolitano Paçandu-Maringá-Sarandi: novos arranjos, velha lógica**. 2015a. 292 f. Tese (Doutorado) –Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-03102015-100011/pt-br.php>>. Acesso em: 09 set. 2022.

FRANCO, Hortênsia. Observatório das Metrôpoles assessora movimentos sociais. **Jornal da UEM**. Jornal 101, Set/2011. Disponível em: <<http://www.jornal.uem.br/2011/index.php/edicoes-2011/87-jornal-101-setembro-2011/760-observatorio-das-metropoles-assessora-movimentos-sociais>>. Acesso em 19 de janeiro de 2021.

FUNDAÇÃO SEADE. **Sistema de Estatísticas Vitais**. São Paulo, 2000 a 2030.

G1 Ribeirão Preto e Franca. **Famílias ocupam área particular na zona leste de Ribeirão Preto, SP**. 23 de março de 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/02/familias-ocupam-area-particular-na-zona-leste-de-ribeirao-preto-sp.html> > Acesso em: 28 de out de 2021.

G1 Ribeirão Preto e Franca. **Pela 2ª vez, famílias reclamam de problemas em conjunto habitacional em Ribeirão Preto, SP**. 09 de dezembro de 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2018/12/09/pela-2a-vez-familias-reclamam-de-problemas-em-conjunto-habitacional-em-ribeirao-preto.ghtml> > Acesso em: 23 de agosto de 2022.

GARCIA, Carla Fernanda Rocha; DE SOUZA CORDOVIL, Fabíola Castelo. ST 7 MARINGÁ E O MITO DA CIDADE PLANEJADA. **Anais ENANPUR**, v. 16, n. 1, 2015.

GARCIA, Valeria Eugenia. **Do Santo? Ou de quem... Ribeirão Preto: gênese da cidade mercadoria**. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013.

GARMANY, Jeff and RICHMOND Matthew A. Hygienisation, Gentrification, and Urban Displacement in Brazil. **Antipode**, v. 52, n. 1, 2019. 21p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____, GEERTZ, Clifford. Estar lá, escrever aqui. **Diálogos**, v. 22, n. 3, p. 55-63, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GOMES, Tatiana Monteiro. A Disputa pela Terra e a Negação do Direito à Moradia: o caso da Ocupação “Aparecidinha” em Londrina/PR. **Geografia (Londrina)**, v. 30, n. 2, p. 27-46, 2021.

GONÇALVES, Caroline Gomes e FLEURY, Beatriz. Cidade (RE) segregada: o direito à cidade a partir da avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em Sarandi-PR. **Brazilian Journal of Development**, 6(6), 40824-40842. 2020

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978

GUPTA, AKHIL; FERGUSON, JAMES. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 2005.

_____, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, Campinas, 1995, p. 07-41.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço** (C. Szlak, trad.). 2006.

_____, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: **Martins Fontes**, 2014.

_____, David. **Espaços de esperança**. Edições Loyola, 2000.

_____, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73–89, 2012.

_____, HARVEY, David. O espaço e o tempo do valor. In: HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. Boitempo Editorial, 2019.

_____, HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. (cap 12)

HOLSTON, James (2013). **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.

IBGE. **Aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019

IBGE. **Censo Demográfico - Maringá - Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980 a 2015.

IBGE. **Censo Demográfico - Ribeirão Preto – São Paulo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980 a 2015

JESSOP, Bob; BRENNER, Neil; JONES, Martin. Teorizando as relações socioespaciais. In: BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Letra Capital Editora LTDA, 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, 1976.

LACLAU; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina. 2004.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original La production de l’espace. 4ª Ed. Paris Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão – fevereiro de 2006.

_____, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

_____, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986

LEGROUX, Jean. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 81, p. 235-248, 2021.

LIMA, Maurício. Dalias no Paraná. **Revista Veja**, no. 20, São Paulo, 1999.

LORIN, MARCIO. **Márcio Lorin**: depoimento [set. 2021]. Entrevistadores: Eda Góes, Everaldo Melazzo e Natália Sá Britto, 2021. Gravação digital sonora e em vídeo. Presidente Prudente, 2021.

MARCUS, G. E. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografia sobre modernidade no final do século XX a nível mundial. **Revista de Antropologia**, vol. 34, p. 197 – 221, 1993.

MARICATO, E., VAINER, C. & ARANTES, O. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. **Petrópolis: Vozes**. 2009

MARICATO, Ermínia. As Idéias Fora do Lugar e o Lugar fora das Idéias. **IN A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos, Petrópolis, RJ, Vozes**, 2000.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. **Conferência analisa ações do Plano Diretor e elege Conselho de Planejamento e Gestão**. Diretoria de Comunicação. 18 de junho de 2018. Disponível em: < <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2018/06/18/conferencia-analisa-acoes-do-plano-diretor-e-elege-conselho-de-planejamento-e-gestao/33166> > Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. Plano Diretor de Maringá. **Lei complementar nº 632/2008**. Maringá - PR, 2008.

MARINGÁ. **Ministério do Desenvolvimento Regional**. Secretaria Nacional da Habitação. Sistema Nacional de Informações sobre Habitação. Maringá – PR. 2019

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. **Plano Local de Habitação de Interesse Social: Diagnóstico e proposta**. Maringá - PR, 2010.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de. **Revisão do Plano Diretor**. Maringá – PR. 19 ago 2021. Disponível em: < <http://www2.maringa.pr.gov.br/portal/?cod=pagina/2531/revisatildeo-do-plano-diretor-de-maringa> > Acesso em: 16 jan 2022.

- MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- MEJÍA, R. E. Etnografia, cartografia e devir: potencialidades da escritura nas pesquisas antropológicas contemporâneas. In: KOFES, S.; MANICA, D. (org.). **Vida & grafias**: narrativas antropológicas entre biografia e etnografia. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- MELAZZO, Everaldo Santos; SÁ BRITTO, Natália Daniela Soares; SILVA, Victoria Aparecida Batista; BARCELLA, Bruno Leornado. Entre permanências e transformações: a reprodução das desigualdades socioespaciais a partir do PMCMV em Ribeirão Preto/SP. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; REDÓN, Sérgio Moreno (Orgs). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais – os novos vetores da produção em cidades médias brasileiras**. Porto Alegre: Totalbooks, 2021.
- MELAZZO, Everaldo Santos. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. *Revista Mercator*. Fortaleza.2013.
- _____, Everaldo Santos. Interações, combinações e sinergias: produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e o programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias brasileiras.
- BELLET, Carmen. MELAZZO, Everaldo S. SPOSITO, Maria E. B. LLOP, Josep M. (Org). **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista; Lleda: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015.
- MERCADO, Luis Paulo. Pesquisa qualitativa on-line utilizando a etnografiavirtual. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 13, no 30, p. 169 – 183, setembro/dezembro 2012.
- MOORE, Adam. Repensar a escala como categoria geográfica: da análise para a crítica. **Revista GEOgraphia**. Niteroi. Vol. 20, n.42, 2018.
- MORICONI-EBRARD, François, « Une géographie du Brésil en 3 dimensions », **Confins** [En ligne], 40 | 2019, mis en ligne le 19 juin 2019, consulté le 18 avril 2021. URL : <http://journals.openedition.org/confins/20060>.
- MOURA, Rosa. Notas sobre a rede urbana da Região Sul. In: GONÇALVES, Maria F.; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antônio C. (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional**. São Paulo: Ed. UNESP/ANPUR, 2003.

MÜLLER, Nice Leccocq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. In: Geografia: **Revista do departamento de Geociências**, UEL. Vol. 10, no 1, jan/jun 2001.

NATAL, Jorge Luiz Alves; STOTZ, Eduardo Navarro. Cidade e Capitalismo Centrais em Tempo de “Globalização”-uma contribuição à crítica da barbárie urbana em processo. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 20, n. 3, p. 255-284, 2015.

NAVEZ-BOUCHANINE, Françoise. Des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale: une approche critique de la notion de fragmentation. In: DORIER-APPRILL, Elisabeth (dir.). **Vocabulaire de la ville**. Notions et références. Paris: du Temps, 2001.

NEGRI, Silvio Moisés. O “Falso” Novo Centro de Maringá – PR. **Boletim de Geografia**, v. 16, n. 1, p. 67–86, 1998. Disponível em: < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12155> > Acesso em: 19 dez 2020.

NOGUEIRA, Paulo M. S. Teoria da crise e produção capitalista do espaço: a contribuição de David Harvey. In: AMORA, Zenilde B. (Org.). **Cenários geográficos: reflexões e enfoques**. 1ª ed. Fortaleza: EdUECE, 2009, v. 1, p. 19-42.

NUNES, Platinir. **Platinir Nunes**: depoimento [set. 2020]. Entrevistadora: Tatiana Monteiro Gomes, 2020. Gravação digital sonora e em vídeo. Presidente Prudente, 2020.

O CALÇADÃO. A cidade Locomotiva para além das chuvas: o drama no entorno do Leite Lopes. **Blog O Calçadão**. 27 jan 2016. Disponível em: < <http://ocalcadao.blogspot.com/2016/01/a-cidade-locomotiva-para-alem-das.html> >. Acesso em: 13 jan 2022.

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, edições 04/02/1978; 05/04/1978; 10/05/1978; 03/06/1978; 04/06/1978; 06/06/1978; 21/07/1978; 09/08/1978; 18/10/1978; 19/10/1978; 20/10/1978; 29/05/1979.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Estrutura e Organização social do Município de Sarandi. **Como andam os municípios da Região Metropolitana de Maringá**. Observatório das Metrôpoles: Núcleo Maringá. 2020. Disponível em: < <https://www.observatoriodasmetrolopesmaringa.com/files/ugd/ec634bdcc8f3a57281411d9c843611e6a3f98a.pdf> > Acesso em 11/04/2021.

OLIVEIRA, Admardo S. de et alii. **Introdução ao pensamento filosófico**. São Paulo: Loyola, 1990.

AMORIM, Wagner Vinicius. **A Produção da Habitação Social de Mercado nas Cidades Médias de Londrina/PR e Maringá/PR**. Espaço Aberto, 2015, 5.1: 95-119.

OLIVEIRA, Osmar. **Osmar Oliveira**: depoimento [set. 2020]. Entrevistadora: Tatiana Monteiro Gomes, 2020. Gravação digital sonora e em vídeo. Presidente Prudente, 2020.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 26-67. [original de 1916]

PARRA, ADRIANO. ST 9 Cidadania transgressiva: desafiando os círculos perversos do mercado imobiliário. **Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017.

PEDROZA, Manuela. **Desafio para a história dos direitos da propriedade da terra no Brasil**. 2016.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. **A nova condição urbana: espaços comerciais e de consumo na reestruturação da cidade – Juazeiro do Norte/CE e Ribeirão Preto/SP**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2018

PIMENTA, J. R. Tartarugas de Geertz: afirmação de um ponto-de-vista geográfico na relação antropológica. **Geousp**, n. 25, p. 177 – 190, 2009.

PÍREZ, Pedro. Las heterogéneas formas de producción y consumo de la urbanización latinoamericana.//The Heterogeneous Production and Consumption forms of Latin American Urbanization. **Quid 16. Revista del Área de Estudios Urbanos**, n. 6, p. 131-167, 2016.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie France. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. **Perfiles latinoamericanos: revista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Sede México**, v. 9, n. 19, p. 33-56, 2001. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2212216.pdf> > Acesso em 16 dez 2020.

_____, Marie-France; PINEDA, Rodrigo. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. **Eure**, vol. XXXIV, n.103, p. 73-92, dez. 2008.

Disponível em: < https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0250-71612008000300004&script=sci_arttext > Acesso em 16 dez 2020.

RACINE, Jean Bertrand; RAFESTIN, Claude; RUFY, Victor. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jan/mar. 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANKIN, Katharine N. Anthropologies and geographies of globalization. **Progress in Human Geography**, v.27, n.6, 2003 p.708-734.

RAPPAPORT, Joanne. Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración. **Revista Colombiana de Antropología**, Bogotá, v. 43, p. 197 – 229, jan./dez., 2007.

REGIONAL MARINGÁ. Moradores do Atenas sinalizam o caminho: Minha Casa, Minha Luta! 8 de julho de 2011. **PSTU Noroeste do Paraná**. Disponível em: < <http://pstunoroeste.blogspot.com/2011/07/moradores-do-atenas-sinalizam-o-caminho.html> > Acesso em: 05 set 2020.

RIBEIRÃO PRETO, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Ribeirão Preto**. Lei complementar 2866/2018. Ribeirão Preto - SP, 2018.

RIBEIRÃO PRETO, Prefeitura Municipal de. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto**. Lei complementar nº 3052 de 30 de dezembro de 2020. Ribeirão Preto - SP, 2020.

RIBEIRO, Tarcyla F. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. **Revista de Direito da Cidade**: São Paulo, v.10, n. 3, 2018. 24p.

RIGON, Angelo. Dia de mudança. **Rigon opiniões e notícias**. 2017. Disponível em: < <https://angelorigon.com.br/2017/06/09/dia-de-mudanca-2/> > Acesso em 19 dez 2020

RIZZATTI, Helena. Urbanização corporativa vista pelo avesso: periferização, interseccionalidade e lugar-uma análise a partir das ocupações de terras urbanas. **Tese de doutorado**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. 2020.

RODRIGUES, Ana Lucia. A ocupação urbana da região metropolitana de Maringá: uma história de segregação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, (108), 61-86. 2005

ROLNIK, Raquel. Informal, ilegal, ambíguo: a construção da transitoriedade permanente. In: **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo, Boitempo Editorial, pp. 169-194, 2015.

ROLNIK, Raquel; A guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. **Boitempo**. 2015.

RUSSO, Endyra de Oliveira. O que o indicador indica? O deficit habitacional no Brasil e as disputas em torno de sua elaboração, em meados dos anos 1990. CARDOSO, Adauto Lucio Cardoso; ARAGAO Themis Amorim; JAENISCH, Samuel Thomas Jaenisch. Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia a crise. Rio de Janeiro: Letra Capital: **Observatorio das Metropoles**, 2017.

SAIKI, Lyrian. Sem-teto ocupam antigo prédio do Banestado. **Tribuna Paraná**. 2003. Disponível em: < <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/parana/sem-teto-ocupam-antigo-predio-do-banestado/> > Acesso em 24 de setembro de 2022.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. In: _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SANTOS, Leonardo. A CIDADE ON. Saiba o motivo de Ribeirão Preto ser a ‘Califórnia Brasileira’. A **CidadeOn** – Ribeirão Preto. 19 de jun de 2022. Disponível em: < <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/Saiba-o-motivo-de-Ribeirao-Preto-ser-a-California-Brasileira-20220619-0009.html> >. Acesso em 06 dez 2022.

SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, P. J. **Uma revolução no cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

_____, Ilse. Projetos de Grande escala. A ocupação do espaço e a reação popular. **Cadernos do CEAS**, n. 138, p. 51-65, 1992.

_____, Ilse. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.) **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

_____, Ilse. Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. **Revista Política & Trabalho**, v. 19, p. 29-37, 2003.

SIGAUD, Lygia. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. **Cuadernos de antropología social**, n. 20, p. 11-23, 2004.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antônio Prado (1887)**. Tese (doutorado). Universidade Federal de São Carlos, 2008.

SILVA, André Almeida da. **Segregação social e preconceito: a sociabilidade e o cotidiano dos moradores no Município de Sarandi-PR**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

SILVA, Eugênio. O Planejamento Estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo urbano no Brasil. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n.º 2 (Dezembro). **Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território**. Pág. 279 a 306. 2012

SILVA, Gerson da. A formação dos conjuntos habitacionais multifamiliares de Maringá – Paraná.(2002). 151f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002

SOUZA, Luciene Oliveira de; ALVES, Alan de Loiola. MOVIMENTO SOCIAL DE MORADIA E POLÍTICA SOCIAL DE HABITAÇÃO: a participação das mulheres na luta pelo direito à moradia. **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina**. 2017.

SOUZA, M. & RODRIGUES, G. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais**. São Paulo: Ed. Unesp. 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Redes. In: SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013a.

_____, Marcelo Lopes de. A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2006.

_____, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. In: **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, Presidente Prudente, 2007, p.101-114.

_____, Marcelo Lopes de. Escala Geográfica, "Construção social da escala" e políticas de escala". In: **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Socio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013b.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. FRAGMENTATION SOCIO-SPATIALE. **Mercator (Fortaleza)**, v. 19, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012020000100215&script=sci_abstract&tlng=fr> Acesso em 10 out 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos**. Projeto de pesquisa. Presidente Prudente, 2018.

SPOSITO, Maria encarnação Beltrão e GÓES, Eda. Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana F.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria E. B. (org). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: _____ (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade**. São Paulo: USP, FFLCH, Tese de Doutorado, 1991

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. Scripta Nova. Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 245(11), vol. 11, 1 ago. 2007b. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24511.htm>> Acesso em: 10 out. 2013.

SZMRECSANYI, Maria Irene. O modelo das cidades-jardins no norte do novo Paraná. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 8, p. 178-197, 2000. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/137335> > Acesso em 10 out 2020.

TOURAINÉ, Alain. **Podemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Os Movimentos Sociais. Rio Grande do Sul: Vozes, 1999.

TÖWS, Ricardo Luiz. **Grandes projetos urbanos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, 2015.

TURRA NETO, Nécio. Pesquisa qualitativa em Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVII, 2012, Belo Horizonte/MG. **Anais...**, 2012. Belo Horizonte, 2012. p. 1-10.

UNMP, União Nacional por Moradia Popular. O que é a União Nacional por Moradia Popular. **UNMP**. Disponível em: < <https://unmp.org.br/o-que-e-a-unmp/> > Acesso em 23 de setembro de 2022.

UNMP-SP. União por Moradia Popular – São Paulo. **História**. Disponível em: < <https://sp.unmp.org.br/> > Acesso em 13 de abril de 2022.

VAINER, Carlos. **Planejamento conflitual: uma utopia experimental**. Encontro sobre Experiências de Planejamento Urbano em Contexto de Conflito. NEPLAC/ETTERN/IPPUR. Rio De Janeiro. 2014.

VALOTTA, Fernanda Martins. **Segregação social e taxa de homicídios na área conturbada da região metropolitana de Maringá**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

VIEIRA FILHO, João Paulino. **João Paulino Vieira Filho**: depoimento [nov. 1993]. Entrevistador: João Laércio L. Leal. Entrevista concedida ao Projeto Memória da Prefeitura de Maringá. Maringá: Gerência de Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Maringá, 1993.

VIEIRA, Agnaldo. Famílias finalmente deixarão escola. **Maringá Manchete**. 8 jun 2017. Disponível em: < <https://www.maringamanchete.com.br/familias-finalmente-deixarao-escola/> >. Acesso em: 05 set 2020.

WERNER, Deborah; BRANDÃO, Carlos. Infraestrutura e produção social do espaço: anotações sobre suas principais mediações teóricas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 15, n. 5, 2019.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. (1ª edição de 1971).


XAVIER, Maria das Graças: depoimento [ago. 2020]. Entrevistadora: Tatiana Monteiro Gomes, 2020. Gravação digital sonora e em vídeo. Presidente Prudente, 2020.

ZAMBONI, Débora. Prado. **A territorialidade do capital: da fazenda ao condomínio, desenhando a cidade**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Gestão e Planejamento Territorial), Unversidade Federal do ABC. 2018

ZUSMAN, Perla. (2011) La tradición del trabajo de campo en Geografía. **Geograficando**, 7 (7), 15-32. En Memoria Académica. Disponible en: < http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5089/pr.5089.pdf >. Acesso em 26/08/2020.

ANEXOS

Anexo 01 -

	
ENTREVISTAS COM CIDADINOS	
Cidade: Maringá – PR	
Entrevistada: Maria das Graças	
Entrevistadora: Tatiana Monteiro Gomes	
Local de realização da entrevista: <i>online</i> , Zoom	
Data: 10 de agosto de 2020 Horário aproximado: 10h08 às 11h45	
Gravada em vídeo (X) sim () não	
Transcrita (X) sim () não Transcrita por: Tatiana Monteiro Gomes	
Nome do arquivo com a gravação: MG_1_video	
Nome do arquivo com a transcrição: MG_EC_2_video_com Maria das Graças.mp4	

Se houver, outros contatos indicados pelo/a entrevistado/a:

Relatório elaborado pelo entrevistador:

A entrevista foi precedida de contato por WhatsApp que foi feito pela pesquisadora Tatiana Monteiro Gomes. A entrevistada pediu que a entrevista fosse realizada pelo Zoom.

Abri a sala virtual para a entrevista, na manhã de sua realização, e convidei Maria das Graças para o horário previsto.

Às 9h50 abri a sala e enviei o link para Maria das Graças, que pediu um tempinho. Às 10:05 Maria das Graças entrou na sala, e teve um pequeno problema para me ouvir. Primeiramente eu tentei desconectar e voltar, não funcionou. Então ela teve de desconectar e reconectar novamente, e o problema foi resolvido. Nos primeiros minutos, conversamos um pouco, ela perguntou se estava tudo bem e expliquei como seria realizada a entrevista, e pedi que ela confirmasse a autorização novamente quando começasse a gravação.

Quando a gravação se iniciou refiz o pedido para que ela reiterasse a permissão para a gravação.

Com 42 minutos de entrevista, Maria das Graças teve de fazer uma pausa para recarregar o celular, que estava com bateria fraca.

Transcrição

Tatiana Monteiro: Certo. Maria das Graças, você permite a gravação para a entrevista

Maria das Graças: Sim, permito sim.

Tatiana Monteiro: Então, para começar, vou pedir pra você se apresentar: falar seu nome, sua idade, escolaridade, sua profissão. Enfim, se apresentar um pouco pra gente.

Maria das Graças: Então, eu sou Maria das Graças, sou coordenadora nacional da União por Moradia Popular. Represento o Estado do Paraná como coordenadora nacional. Também sou conselheira nacional de cidade, quando tinha o ConCidade, quando tinha o Ministério das Cidades, infelizmente depois desse novo governo acabou-se bastante coisa... A regressão dos movimentos sociais, das atividades que nós “exercia”, “tá” bem complicado. Sou conselheira estadual de cidade, atuo também nos ConCidades

municipais, no caso aqui no Conselho Gestor de Maringá. Tenho 54 anos, estou na luta desde 2005, ai correndo...luta árdua, mas correndo atrás dos “objetivo” em prol da sociedade como um todo. Minha profissão mais...na verdade trabalhei pouco tempo, na verdade bastante tempo, mas sem profissão acadêmica, eu não sou acadêmica na verdade, e acredito que minha profissão mesmo, a minha atividade, é da luta popular né? Como já falei desde 2005 eu “to” na luta e isso nos capacitou a desenvolver bastante coisa em prol da sociedade, conhecendo os direitos e os deveres, principalmente, né? Porque não tem direito sem dever. E “tamo ai” na luta, é isso. Sempre trabalhei em hospital como copeira, então acredito que minha profissão seja copeira.

Tatiana Monteiro: Bom, então pra gente começar a falar um pouco do Movimento, eu vou pedir pra você contar como e quando você se inseriu no Movimento. Você já comentou sua função no movimento, que você é coordenadora nacional, mas queria que você contasse mais como se deu a sua inserção no movimento.

Maria das Graças: Na verdade, eu era uma pessoa literalmente despolitizada, né? Daquelas pessoas que quando via alguma coisa assim, de movimento ocupando os espaços, eu achava ridículo aquilo lá. É até bonito de se contar hoje, quando eu me inseri realmente na luta. Eu era uma pessoa despolitizada a ponto de no dia das eleições sair catando papelzinho na rua e “vou votar nesse aqui que é o menos feio”, digamos assim. E a partir de uma necessidade minha, na verdade... Em 2003 eu fui convidada pra participar de uma ocupação no centro da cidade de Curitiba, que foi o antigo prédio do Banestado que ocupamos. E aquilo lá era o ponto de partida: ou eu ia ou eu ficava sem teto, literalmente, porque já não tinha mais condições de pagar aluguel. E ai eu fui enfrentar e comecei a gostar, comecei a gostar das atividades. Comecei a conhecer os direitos, os deveres, eu achava que a gente não tinha o direito de fazer nada daquilo e a partir daí fiquei no movimento por uma causa própria. Logo em seguida, dois, três meses, eu já me tornei coordenadora, fui eleita pelo pessoal, pelos líderes. E comecei nessa luta, sem deixar de exercer meu papel de cidadã no trabalho, como dona de casa, tudo, mas também na luta entendendo que eu poderia ajudar mais gente. E foi ai que a gente ocupou o prédio, permanecemos ali por um tempo, acho que uns dois, três meses. Dalí a gente partiu para uma outra luta, enfrentamento junto ao município, enfrentamento junto ao governo federal, governo estadual, pra que realmente aquelas famílias...Eram 525 famílias que estavam ali, se revezando, porque o prédio não comportava todas as famílias, mas uma grande maioria estava ali morando, já estava morando nesse prédio. E ai foi quando veio o despejo, e a nossa luta era pra conseguir terra, a gente não queria ficar ali naquele prédio, a gente queria chamar atenção do poder público, das autoridades, pra que realmente cedesse terra. E a terra em discussão, a gente já tinha inclusive ocupado, um pouco antes

de eu entrar, o pessoal já tinha ocupado essa terra e tinha sido despejado. Que é hoje onde eu tenho a minha casa, lá em Sambaqui (bairro em Curitiba). E foi uma luta árdua, assim, ficamos confinados, dali foram transferidos, a maioria do pessoal quando veio o despejo, despejo violento mesmo, com bastante polícia, ficou na história a ocasião, até se você quiser puxar essa matéria você pode buscar no Google “Ocupação do Banestado em 2003”, entendeu?

Tatiana Monteiro: Em Maringá essa ocupação?

Maria das Graças: Não, foi em Curitiba. Você pode clicar assim “ocupação do Banestado” ou “despejo do Banestado em 2003 em Curitiba” que você via achar bastante matéria, deu uma repercussão danada isso aí. Até na época o relator da ONU era o Ivo Scabani, que depois veio a Raquel e ficou no lugar dele, mas ele veio até ali pra relatar, porque foi um despejo bem violento. E eles “transferiu” a gente. Não deixou na rua, mas tirou todas as mudanças das pessoas que já estavam com as mudanças, tinha gente que já estava com a mudança toda ali. E foi distribuindo, cada núcleo, cada 3 ou 4 pessoas, ia pra um sindicato, por solidariedade dos próprios sindicatos. Levamos para o SindiPetro, o SindiJus, alguns sindicatos nos apoiaram. E o Estado alugou um barracão ali, próximo da área, e alojou algumas pessoas. Ali tava em muita gente, em média de 100 pessoas morando dentro de um barracão de uns 200m² apenas e a gente se dividia por cortina, né? Nessa ocasião eu já era líder, já era liderança. Já era coordenadora do próprio movimento. O movimento em discussão, na época em que eu entrei, não era a União, era o MNLM. Que também é um movimento nacional que atua em prol da moradia, a bandeirade luta é a moradia, junto a todos os outros direitos.

Tatiana Monteiro: Qual era o nome desse movimento que você fazia parte?

Maria das Graças: MNLM – Movimento Nacional de Luta por Moradia. Ficamos ali por mais de ano e não liberavam, não liberavam terra. Até que um dia a gente estourou a cancela, digamos assim, falamos “chega, não dá, é insustentável essa situação”, todo mundo morando junto ali. Pra você ter uma ideia, a nossa alimentação era todo dia a mesma coisa, porque não tinha como você comprar carne, então o cardápio oficial mesmo era “arroz, feijão e feijão e arroz”. Porque a gente também recebia bastante do Ceasa, pegava verdura, então fazia esses caldos, essas coisas. Mas não tinha como você...poderia ser que uma outra pessoa pudesse comprar uma carne, mas como você vai comer no coletivo, você come carne e teu parceiro come arroz e feijão? Então assim a gente ficou ali por mais de ano, até que a COHAB resolveu passar o terreno pra gente, mas a discussão era a seguinte: “vamos passar o terreno pra vocês, e vou doar umas zonas, pra não ficar tão feio”. Então a gente mudou para o Sambaqui, que hoje é denominado de Sambaqui, só com lona, e fomos. Mas nessa época, bastante pessoas... porque a intenção do Estado

era exatamente isso, era que cada um tomasse seu rumo e quanto menor o grupo, menor a possibilidade de atendimento e o desgaste dele seria menor, porque daí a gente perdia forças e foi essa a intenção deles. Realmente quando eles liberaram a terra a gente tava em bem pouco, tipo de 50 ou 60 pessoas apenas, de 500 e poucas famílias, virou isso daí. Mas daí, o que a gente fez? A gente não lutou só por nós: se só tem esse pessoal aqui, então vamos aproveitar já que a área cabe tudo isso de pessoas, de famílias, 525 famílias, que era um terreno pra cada um, vamos realocar outras famílias que estão em área de risco e vamos fazer a luta. Assim a gente fez. Eles passaram 529 terrenos pra nós, relocamos todas as famílias na lona, a gente trouxe na lona, cada um pegou seu pedaço de lona, sua madeirinha, foi lá e ocupamos. Ficou uma cidade de lona preta, igual tem lá em Maceió. Em Maceió tem uma cidade de lona preta. Mas aí gente foi, eu como liderança na ocasião, já tava tomando conta de todo esse pessoal, junto com outros parceiros, é claro: “vamos continuar na luta, vamos fazer nosso barraquinho, mas sem perder a fé, vamos continuar”. E eu disse pro pessoal “Vamos fazer ali no fundos, porque eu tenho certeza que, menos de seis meses, nós vamos estar pelo menos com uma casa de madeira aqui, porque a gente vai lutar pra isso”. E realmente, em menos de 6 meses a gente já tinha conseguido uma parceira, com fundo perdido que tinha a Caixa, que era a 460, que oriundo do FGTS, mas era um fundo que fica lá, que era fundo perdido. Só que pra gente conseguir esse recurso, a gente tinha que dar uma contrapartida...o valor era 8500, a gente tinha que dar uma contrapartida de 1500, pra cobrir o fundo. E aí a cidade nunca tem. Fomos correr atrás de mais uma luta, na COHAB, no município, pra ver se eles faziam essa parceria, além de doar o terreno. Repassar né, porque o terreno não foi doado, o terreno eles repassaram com a responsabilidade de quando regularizar a gente começar a pagar, coisa que não aconteceu até hoje. Então a gente conseguiu esse fundo no valor de R\$ 8500, que se tornou 10 000, com 1500 de contrapartida do município e conseguimos fazer a casa de 38m², em parceria com o município e a construtora. Eu sei que hoje tá lá a cidade, né? 525 casas... claro que não tá mais igual, algumas pessoas já se mudaram, outros já reformaram. Mas era assim, um terreno de 125 a 130m², com a casa de 30m², ou seja, tinha espaço ainda se a pessoa realmente fosse a luta, né? Tem gente que do mesmo jeito que a gente entregou a casa tá, até hoje. Isso aconteceu no período de 2004..2005 a gente já tava com essas casas prontas e as pessoas morando. Primeiro a gente conseguiu umas madeiras, e fizemos uns “quadrados” lá com banheirinho, pra não ficar todo mundo na lona. E aí durante a construção...fizemos essas casinhas, durante o período de tramitação da construção as pessoas já não estavam mais na lona, já estava morando em um (trecho inaudível) de madeira que a gente conseguiu através da FAZ, junto, na ocasião, a primeira dama Fernanda Richa, que era a gestão do Beto Richa, então

ela ajudou bastante nessa situação. Lógico que depois virou um interesse político, né? Virou uma briga danada. Mas, naquele momento, foi fundamental essa ajuda, né? Porque quando chegamos na terra, era só terra mesmo. Não tinha ônibus, não tinha pavimentação, não tinha escola, não tinha posto de saúde, não tinha nada. Então chegar a terra não significa “acabou a luta, pronto, conseguimos”, tem uma outra luta. Então a partir daí, começamos a construir, e lutando pra vir asfalto, pra vir ônibus, fazendo abaixo assinado, queimando pneu, pra vir luz, pra vir água, posto de saúde e escola. Então, isso foi uma luta que durou uns 3 anos, em 3 anos a gente já tava com tudo ok. E a luta não pode parar. Pra você ver que de todas essas lideranças, a gente tava em média em 10, 20 lideranças que tomava cada um conta de uma coisa, porque nosso trabalho é dividido né. A gente tem equipe, cria núcleos, de várias atividades, de creche, (trecho inaudível), de geração de renda, a pessoa ali ligada a saúde, que vai cuidar da saúde... Quando mora todo mundo junto, tem que cada um fazer uma coisa. Quem administra a cozinha, a cozinha sempre no coletivo, quando mora junto não tem que cada um ir lá, pegar sua comida, e fazer, então comida no coletivo. E esse núcleos, essas pessoas... o objetivo que era meu... no começo o meu objetivo era conseguir a casa, né? Então eu achava que depois que conseguisse a minha casa eu ia sair, mas daí felizmente eu continuei. Porque vendo a necessidade de outras pessoas, e também não conseguia mais sair, to até hoje. As vezes eu falo “não quero mais saber, vou parar, chega, é cansativo”, é uma luta muito ingrata. Porque as pessoas são ingratas. Então, essas famílias não tem uma liderança lá dentro. Dentro do Sambaqui tem uma pessoa que continua na União, mas que, infelizmente, não tem muito o que fazer, porque me parece que as pessoas quando adquirem, mesmo sabendo que foi com todo sofrimento, eles não olham pra trás, eles não conseguem ver o próximo, fica só pra frente, olhando pra frente, “o que eu vou conseguir pra mim e no individual”. E eu costumo dizer que a luta é árdua, mas a vitória é certa, porque se você não lutar, não vai saber o que vai acontecer na frente. Então não pode parar de lutar. A partir daí eu também consegui minha casa. A minha casa não é do projeto, ou seja, eu construí com esforços próprios, com recursos próprios, peguei só o terreno da COHAB e fiz a minha casa. E continue da luta. Daí em 2005 a União me convidou pra... Eu sai desse outro movimento nacional e fiquei só cuidando de associação de bairro, que é a Associação A Força do Poder Maior (não tenho certeza sobre esse nome, trecho inaudível). E aí eu fui eleita, fui pra Bahia e fui eleita coordenadora nacional. E aí foi só luta. Aqui no Paraná... começamos fazer outras ocupações, né? Chamando o pessoal. Nós tínhamos uma sede ali no Boqueirão, em Curitiba, e aí a gente começou a cadastrar as famílias, explicar, tentar colocar na cabeça das famílias. Porque uma coisa que é bem difícil, é conscientizar as pessoas. Fazer com que elas entendam que a luta é um dever, é

uma obrigação, assim como a gente cobra do Estado, o dever do Estado, a obrigação do Estado, a gente tem que buscar os nossos direitos através da nossa luta, do nosso dever, lição de casa mesmo. Tem que fazer isso. Se o Estado cumprisse tudo que está na Constituição, não precisava a gente fazer nada, era só aguardar. Mas, infelizmente, a realidade não é essa. Então é uma luta bem árdua. Ocupamos varias vezes, em Curitiba, imóveis vazios. Que isso é uma discussão antiga, dessa questão dos imóveis ociosos. Que está na Constituição, inclusive, que não cumpre função social. Mas fazer esse trabalho de conscientização, e você ter que lidar com o movimento, atuar no movimento, ser dona de casa, cuidar dos filhos. Porque o movimento ele não me traz benefícios financeiros, então você tem que trabalhar, você tem que viver a vida. E isso foi desgastando. Mas também te deixa um link, pra você puxar todas as ocupações lá em Curitiba foi a gente que fez. Tem a Fazendinha, a ocupação da Fazendinha. Que também foi um despejo violento, que teve morte, inclusive foi uma coisa parecida com o da Fazendinha de São Paulo, foi massacrado. E todo lugar, você vai me ver na linha de frente, botando a mão na frente, enfrentando polícia. Nesse da Fazendinha, por exemplo, foi um desgaste muito grande, porque eu tava no... A gente criou um GT de mediação de conflitos fundiários, que ele nasceu dentro do ConCidades, nacional e do Paraná, e ai a gente criou no nacional e foi estendendo para os Estados. E esse GT de mediação de conflitos fundiários, ele é pra você mediar o conflito antes de acontecer qualquer coisa, a mediação. E, infelizmente, também não avançou-se muito na ocasião, no governo Dilma, a gente conseguiu fazer alguns trabalhos, junto ao Celso, no Ministério das Cidades e outros atores, porque esse GT era composto exatamente das pessoas que tinham corresponsabilidade e que tinha “caneta”, pra dizer “não vai acontecer e ponto”, que ai tava envolvido os Secretários de Justiça, a Federal, a própria SPU – Superintendência do Patrimônio da União, Ministério das Cidades, Planejamento, enfim, Caixa Econômica, engenheiros, movimentos sociais, todo mundo junto na discussão. Isso era muito bacana, porque você começava a discutir com quem realmente sabia o que fazer. E nesse GT de mediação de conflitos fundiários, a gente atuou em várias ações. E eu ia sempre...dizendo pro pessoal que não era pra fazer o enfrentamento na hora do despejo, e sim pra mediar, mas infelizmente, eles nunca...nos estados não era igual, a gente discutia uma coisa lá em cima, mas quando chegava no estado era outra coisa. E a gente tinha que fazer realmente essas mediações, esses enfrentamentos na verdade, durante os despejos violentos, porque era muito dolorido. É horrível, você fica traumatizada. E então a gente construiu ai, fizemos várias ocupações na região de Curitiba, porque eu morava lá. Em 2016, 2017, eu vim pra... Na verdade, eu vim pra trabalhar aqui em Maringá. Porque a gente conseguiu fazer a nossa articulação de construção a partir do Minha Casa Minha

Vida mais no interior do que propriamente dito em Curitiba, em Curitiba não tem nada, alega-se que não tem terra, alega-se que já tem uma COHAB que faz as coisas, mas nós tínhamos o PMCMV ele era dividido, tanto pra... além das faixas de renda, também pra entidades, construtora e estado, então nós tinha lá nossa fatia do bolo que era o MCMV Entidades, que só a gente poderia contratar. E nesse período a gente conseguiu contratar em Apucarana, no MCMV1, depois Marilândia, Borrassopolis, Rio Bom.. Ai contratamos em Prado Ferreira e eu falei “Poxa, não dá pra ficar vindo de Curitiba, pra lá e pra cá, tomando conta de tudo isso...”. Ai eu vim fazer um trabalho aqui e acabei gostando. Na verdade, eu moro em Sarandi, não moro em Maringá, mas é do ladinho, né? Então acabei gostando e to por aqui. Deixei minha casa lá. Terminou a obra, já entreguei. Dai contratamos em Terra Boa também. Dai nós temos obra aqui, mais na região, então acabei ficando por aqui. Só que agora, chegando em Maringá, e ai já passando pra parte difícil de Maringá... Quando eu cheguei aqui, já me enturmei com a...fui atrás da Ana (ANA LUCIA RODRIGUES). Que já ouvia falar dela, através da UEM, enfim... E ai ela me contando como era aqui, mas a gente não via, realmente, nada de ocupação. Um belo dia eu tava assistindo, e vi passar na reportagem, uma ocupação, acho que de 5 ou 10 famílias, não lembro bem ao certo, que tinha ocupado um colégio, acho que um colégio. E ai eles tinham despejado, e transferido pra um outro colégio. Essas pessoas estavam em desespero. Eu falei “Poxa vida, eu preciso me juntar a esse grupo”. E foi ai que a Ana me contou a história. Inclusive, esse pessoal, algumas delas, agora, já conseguiram 3 ou 4 aluguel social, e as demais eu nem sei como que... porque dai, também, as pessoas elas se acomodam com qualquer coisa, sabe? E ai na ocasião, a gente foi procurar eles, era a gestão dos Barros ainda, a gente foi procurar eles, o secretário disse pra nós assim: “Ah mas porque vocês querem fazer construção aqui? Porque aqui não tem famílias carentes, não tem pobre aqui.” Eu falei, como que não tem. Eles podem não estar a seus olhos, mas estão por ai, tem morador de rua igual, é uma cidade igual quanto a tantas outras, né? E a gente começou já essa discussão lá atrás, ai mudou o prefeito, ai veio o Ulisses, apresentamos... Eu to no Conselho Gestor, né? Do fundo de habitação do município de Maringá, eu e mais outro companheiro da União. E a gente levou lá uma possível solução, nós trabalhamos muito na possibilidade da autogestão, na propriedade coletiva, porque isso que vai mudar, vai fazer a diferença, dizendo pra eles assim que construir mais com menos, é o que faz a diferença. Alega-se que não tem terra, alega-se que a terra é cara, alega-se que não tem dinheiro, então vamos tentar construir mais com menos recurso. Como que se dá isso? Na autogestão. E na autogestão, no entendimento de uma grande maioria ai da elite, é achar que a gente vai explorar as famílias, que as famílias vão ter que trabalhar de mutirão. É uma história assim que eles não compreendem. Pra você ter uma ideia, quando levamos

esse projeto pra dentro do Conselho, eles... "ah mas ai como que vai fazer um prédio? Vai cair...". Porque eles não entendiam que a gente tem nossa equipe de engenharia, achava que era assim, aleatoriamente, ia lá e construía uma casinha de taipa, sei lá o que eles imaginavam. Então teve uma discussão assim, tremenda, pra explicar que tudo passa pela aprovação do município, dos setores competentes de obra. Quem aprova o projeto não é Caixa, não é ninguém. E que a gente tava habilitado no Ministério das Cidades e que tinha uma possibilidade de trazer um recurso pra construir casas de baixa renda para esses moradores que tavam inscritos...mais de 3000 famílias inscritas ai, que eles me mostraram, mas eu acredito que é bem mais o déficit habitacional em Maringá. E começamos essa discussão e acabou que o Ulisses se comoveu, não sei qual foi o entendimento dele, e eles não doou (trecho inaudível)...trabalha a quatro mãos, pra se conseguir algo dentro do município, você tem que ter parceria com o município, se o município não quiser, a autoridade máxima, digamos assim, poderia ser nós a autoridade máxima, mas a autoridade máxima, nesse sentido, é o município, dentro dos seus órgãos competentes. E ai ele doou, na verdade a intenção, passou um terreno... Assinou um termo de intenção de doação do terreno aqui em Maringá, ali na final da Mandacarú. Um terreno que já tem acesso, que tá pavimentado, era só chegar e construir. E ai a gente fez, montamos uma proposta do SPI, que era uma proposta que a gente manda lá pra Brasília, na ocasião ainda era a presidente Dilma. Mandamos pra 82 unidades, não lembro bem quanto era. Só sei que a gente foi selecionado, e ai nesse período de transição, que saiu Dilma e entrou Temer. E ai, quando um projeto era selecionado, na ocasião da gestão da Dilma e do Lula, era 90 dias pra você se adequar: "foi selecionado, então agora você vai correr atrás de documentação, pra se adequar ao projeto". E quando o Temer assumiu ele diminuiu, já na intenção mesmo que a gente não vencesse, que o prazo de 30 dias era insuficiente, até porque não se aprova nada dentro do município, dentro dos órgãos de obra e tudo, e se tiver que buscar uma licença ambiental ou alguma coisa parecida, jamais em 30 dias se consegue, né? Adequar arquitetura, adequar engenharia, projetos...no caso de prédio, dai tem bombeiro, projeto...muita coisa, água, luz. Então a gente não conseguiu vencer o prazo, tendo em vista que todas essas coisas já estavam prontas, já tínhamos mandado uma pré análise. Só que ai quando chegamos no município, falaram "ó, o projeto foi selecionado, agora precisa a doação da terra" porque até então tava só a intenção de doar, um documento, então precisa realmente passar pela comunicação da caixa, e aprovar, ai não deu tempo. E dai a gente perdeu essa seleção, mas a gente não se contentou. Então tudo bem, vamos pra cima, já que a gente sabe que o fundo aqui, o conselho gestor...Maringá tem um fundo de habitação, que quando a gente descobriu ele tava em 10 ou 11 milhões, que tinha no fundo de habitação. "Opa, então beleza, vamos

pegar ai 2 milhões e vamos usar os espaços vazios que tem”. A gente sabe que aqui em Maringá, a gente pegou um mapinha, e tem muito muito mesmo, terra e lotes ociosos, os vazios urbanos que a gente fala. Então doar essa terra pra entidade, esses vazios urbanos, e vamos fazer os puvorizados. Porque, o que acontece, não tinha como eles contratarem uma empresa pra fazer duas unidades nesse lote, duas não sei onde, entendeu? Porque a empresa não dá conta disso, então eles não querem, porque não tem lucro, né? Vai deslocar funcionário. No nosso caso, a gente falou, vamos aproveitar essa oportunidade, que tem esses vazios urbanos puvorizados, e passa pra entidade, vamos usar ai uns 3 milhoes de recurso do fundo, e vamos trabalhar nessa perspectiva de começar a fazer as unidcades coletivas, as unidades de autogestão. E ai a gente já tava com tudo. Veio o pessoal do Estado, fazer uma parceria, que ai, além de ajudar, de pegar esse recurso do fundo, que também eles dariam, complementava ali com 20 mil por unidade, que foi o que a gente solicitou lá junto ao Estado. Tinha uma demanda também que a gente lutou bastante, mas conseguimos que hoje o Estado, em qualquer situação de habitação de interesse social, possa liberar 20 mil por unidade pra cada famílias, pra complementação de renda, complementação de valor, e isso tá num decreto, inclusive foi um decreto do governador atual. E ficou né: aprova no conselho, mas vai pro Jurídico, dai fica mais 60 dias lá. Ai fizemos uma reunião com o Ulisses, expomos a situação, explicamos, ele falou “30 dias”. Isso aconteceu em julho do ano passado, ”então em 30 de agosto eu quero isso tudo redondinho”, foi a fala dele né, pra que aconteça esse primeiro projeto piloto, vamos chamar assim. 30 de agosto, nós estamos hoje em agosto, então faz um ano, faz um ano que não saiu do papel. Nesse período eles inventaram um monte de história, eles fizeram licitações pra empresa, porque eles preferem, eles preferem, que ai bota lá, faz o maior discurso, uma propaganda que “vamos atender 200, 300 famílias”, porque essa não é a realidade, não é isso. Quando você entrega um empreendimento direto pra caixa, junto a construtora, as famílias não tem a capacitação que deve que ter, ela simplesmente vai selecionada e entregar uma chave na mão delas, ai acontece o que? A pessoa não valoriza. Acontece inadimplência, bastante, se você pesquisar, você vai ver que a inadimplência é maior. É por isso, “porque você traz uma renda ai, apresenta uma renda, dai diz que trabalha em não sei o que”, porque é isso que eles induzem, porque dai passa a pessoa sem a pessoa ter realmente a capacidade de pagar, e no final da isso ai, que a pessoa não consegue pagar condomínio e mais prestação, que gira em torno ai de 600, 700 reais, mais uns 150, 200 de...Não tem condição! A pessoa que ganha 1 salário mínimo não tem como. Então é um trabalho árduo que a gente faz pra que realmente a gente possa atender famílias de baixa renda, não consultar SP Serasa, porque hoje a maioria das pessoas está com problemas no SPC Serasa, o nosso projeto, o Minha Casa Minha

Vida Entidades não consultada SPC Serasa, quando você vai pro mercado, que é moradia mesmo que vai direto pro mercado você tem que passar por todos os crivos, por todos os critérios, por análise de crédito, entendeu? E então, as famílias que estão na fila, que realmente precisa, não vão ser atendidas. Ai eu fui e disse exatamente isso pra eles, pra que cidadão você tá trabalhando? Porque a partir do momento que o estado entende que tem que trabalhar com a população e não para a população, que é bem diferente: trabalhar com a população é diferente de trabalhar para ela. A elite não precisa de nenhum governante, eles não precisam de nada. Quem precisa do governante, vamos dar um nome aqui...Co-gestão das ações, é a população de baixa renda. Então se eu joga tudo pro mercado resolver isso, que é o que eles fizeram, eles e tantas outras elites que fazem ai, Estado faz desse jeito, é dizer assim “ah, não é um problema meu”, é o que eu entendo, que eles acham que não é um problema deles. Com tudo isso a gente não parou, insistimos, insistimos. Falou “oh, então não tem jeito”. E aqui é difícil, como eu te falei, a gente não tem uma sede aqui, fica mais difícil de fazer essa segregação de famílias, de unir, de chamar. A não ser que você bote a boca no trombone, pega um microfone, sai na rua e começa. Então você tem uma certa restrição, ainda mais eu que vim de outra cidade, você não vê movimento engajado na luta, você não ve pessoas defendendo a causa. Você vê pessoas defendendo seus interesses, e ai eu digo com conhecimento de causa, inclusive de pessoas de dentro que se diz movimento. Agora mesmo, nessa pandemia, por exemplo, é horrível você ver...surgiu lideranças de tudo quanto é lugar, dizendo que vai ajudar as pessoas, tal.. Que seja a intenção boa delas, mas assim..politicamente falando, a nossa entidade... Tudo bem, a União Nacional ela tá fortemente atuando nessa questão da pandemia, na solidariedade junto as famílias, arrecadando alimento, arrecadando material higiênico, tudo que puder arrecadar pra doar pras famílias, porque eles tem base. Lá em São Paulo tem muita base. Aqui a gente não tem. O Paraná foi sempre desprovido. Na verdade o sul, o sul foi sempre desprovido da luta maior, dos movimentos se unir, de você ter um impedimento...Pra você ter uma ideia o próprio sistema, se você faz uma pesquisa lá, o sul é classificado como que parece que não tem pessoas de baixa renda... E que na verdade joga tudo isso pra conta do norte, do nordeste, que são pessoas pobres, de extrema pobreza, mas aqui também nós temos. Então quando você ve o Censo fazer esse balanceamento da população, parece que as pessoas se acomodam: “ah o Sul é rico, o sul chove, no sul tem isso, tem aquilo”. E não é verdade, se você for na base, eu trouxe um pessoal da Noruega, uma ocasião que teve em Curitiba, um pessoal de uma ONG, na verdade de uma ONG acadêmica e eles queriam saber, porque assim, a fala que Curitiba dizia era assim “não temos favela”, e ai eu trouxe eles, fui levar eles na favela, a favela mais perigoso, a favela central que tem em Curitiba, que

é a do Parolin, que hoje tá se revitalizando, algumas coisas mudaram, mas era horrível lá. E eu levei eles lá dentro. Tem o Capanema, que é mais próximo ainda do centro, então é a favela central mesmo, e o Parolin que é ali, há 5 minutos pra chegar no centro de Curitiba. Então eu levei. Além dos vazios urbanos, imóveis ociosos, que tem os esqueletos no meio do centro que eles fazem a discussão de que não tem nada, não tem terra, e isso se replica a outras cidades. Como no caso de Maringá. Fazendo aí uma análise de conjuntura política na área de habitação, hoje nós temos, em média, 6 a 7 milhões, esse é nosso déficit habitacional a nível de Brasil, falando assim sem pegar o Censo, só por alto aí do que a gente discute. E nós temos mais de 10 milhões de imóveis vazios, entendeu? Lógico que estes imóveis estão distribuídos, da mesma forma que estão distribuídas as pessoas. Fazer um levantamento de ponta a ponta: “oh, em Maringá eu tenho 3 mil, o meu déficit habitacional é de 3 mil, mas eu tenho 4 mil imóveis”, e aí eu incluir terra pública ou privada, prédio público ou privado, do Estado ou do Federal, do Municipal, seja de quem for. E fazer essa interlocução, fazer de uma forma coletiva, de agregar as pessoas pra esses espaços, transformando em moradia de habitação de interesse social, cobrando o suficiente. Não precisa dar, ninguém quer nada dado, a gente quer pagar, as famílias sempre disseram isso, a gente quer pagar, mas que seja um valor justo. Que as pessoas possam pagar com segurança, pra não entrar na inadimplência, e aí vim outros atores despejar, como no caso aí do MCMV que tá aí uma polemica, de questão de leiloar, porque agora o Bolsonaro liberou realmente que vá pra leilão os imóveis do MCMV dos inadimplentes. Sem querer saber explicação, o porquê, enfim. A gente sabe que, também não dá pra dizer que não tem os especuladores dentro de todo esse contexto, tem pessoas interessadas, tem pessoas que vai pra especular, tem pessoas que... a gente não consegue identificar se tem teto, ou... porque não tá registrado no registro de imóveis, ele tem um teto, a pessoa tem casa mas não tá no registro de imóveis, então não tem como a gente saber. Fazendo esse trabalho denso que a gente faz, a gente ainda consegue, depois detectar pessoas que usou de malandragem, imagina não fazendo. Então a gente sabe que a especulação imobiliária ela também se dá essa questão de... pessoas usar de má fé mesmo, da gente não ter como detectar quem realmente tá ali porque não tem um teto, ou quem realmente está ali só ao longo do tempo, porque a gente vai descobrindo aos poucos, mas aí as vezes já é tarde demais. Na verdade, a entidade trabalha para os Sem Teto... Com os Sem teto, e não com os sem título, é bem diferente. Da mesma forma que a gente entende que as pessoas deveriam ser honestas. Mas tem, infelizmente, essa questão... acontece até nas melhores famílias, dentro da nossa própria casa as pessoas que querem sempre mais um, pra benefício próprio, e isso é em todas as situações. Moral da história, o que nós temos hoje, de concreto: não temos articulação pra fazer nenhuma

ocupação. A gente faz um trabalho ai junto às pessoas em condição de rua, também junto com a Ana, dando um apoio. Aqui em Maringá é bem tímida essa situação. Em Curitiba a gente ocupou bastante imóvel, mas sem sucesso. Quando eu digo sem sucesso é que a gente não permaneceu, até pela falta de conhecimento político, de fazer uma capacitação com as famílias, isso requer tempo e dinheiro. Eu sempre digo assim: que é muito fácil de fazer política quando se tem dinheiro, porque não se faz política nenhuma, nem mesmo apartidária como o nosso caso, sem dinheiro, não existe. E como a gente trabalha? Contribuição dos próprios mortuários, das próprias famílias, pra ajudar, porque a gente gasta telefone, a gente gasta papel, a gente água, a gente gasta luz, tudo. Na nossa sede a gente tem que ter tudo, tem impressora, tem documento, e o tempo da gente. Porque é um trabalho voluntário, mas você não pode pagar pra ser voluntário, é diferente...posso fazer, posso doar uma parte do meu tempo como voluntária, mas a gente não pode pagar pra trabalhar de graça, isso não tem condição. Então de alguma forma, a gente tem que nos manter. No caso da União Nacional, como são bem estruturados, tem sede própria lá tem São Paulo, tem muitos núcleos, tem muita gente. Hoje se a união faz um estalo de dedo, boa 100 mil pessoas na rua, eles colocam, sem piedade, lá o movimento é forte mesmo. Que não é a mesma cultura do sul. Nordeste também faz isso, a Bahia faz isso, Norte, Nordeste, pessoal lá de Pernambuco, da Bahia, fazem muito essas mobilizações, aqui já é um pouco diferente. Então, lá eles conseguem. O que as famílias contribuem? Eles tem que entender que a mensagem que a gente passa pras famílias é que de alguma forma você tem que contribuir para a luta, indo na luta, não tem como você só se inscrever, porque ficha não mobiliza, ficha não sai, ficha não anda, só escrever e ficar ali, não, você tem que ir a luta. E lá em São Paulo você vê que isso é fortemente trabalhado toda semana, a semana inteira eles têm reunião, todo dia da semana, com cada núcleo, de cada região, capacitando. Infelizmente, aqui, a gente não... gostaria muito de fazer isso mas a gente não consegue realmente, até porque os nossos próprios coordenadores aqui, a gente tem uma composição de 13 membros, e que também assim, tipo, "to ali por estar". Buscou algo por seu município, porque nossos coordenadores tá nas regiões, buscou algo por seu município, pronto, tá bom, mais nada. E se eu fosse pensar dessa forma, ou seja, eu já tenho a minha casa lá em Curitiba, eu já atendi vários núcleos, então vamos parar, e não é dessa forma. A gente tem que olhar o próximo e saber. Eu hoje me sinto uma professora mesmo, não acadêmica, pela luta popular, de tantas coisas que a gente pode aprender. E o principal de tudo é saber que os nossos direitos tão na constituição e que temos os nossos deveres, além disso né, para busca-lo, para fazer cumprir, que o Estado ele tem o dever de nos proporcionar tudo isso, e se não proporciona, a gente tem que lutar.

Maria das Graças: E daí é isso, nós estamos com...como eu tava te falando, pra concluir a minha fala, pra concluir... a gente não parou, como eu te falei, nós estamos aí com uma proposta bem...Nós estamos com uma proposta agora dessa questão da autogestão também para o Estado né, quando o Ratinho assinou... Mas vai ficar todo mundo esperando o MCMV, que não tem mais, a proposta hoje do MCMV não adianta nem você pensar em atender a população que nós atendíamos. Eles tão oferecendo algo de mercado mesmo, a casa virou mercadoria, os pobres não vai entrar, as pessoas baixa renda não vai entrar, e os critérios é tendencioso, então não dá. A gente fez... junto ao conselho estadual, conselho das cidades, apresentamos lá uma proposta para o governo, e que possamos... recurso próprio... o Estado, o Paraná, arrecada muito bem, obrigada, o PIB daqui é muito bom, né? O que tá acontecendo é a má distribuição de renda e o cabide que tem né, de pessoas que nem precisava estar dentro do Estado, mas isso, infelizmente, incha essa questão da má distribuição de renda e a gente não consegue fazer muita coisa. Então o Estado também, o conselho, tem conselho gestor, e nesse conselho gestor é pra ter fundo, ficamos sabendo que tinha lá acho 1 milhão, 1 milhão e meio, tem pouca coisa, que não dá pra muita coisa, mas que... a proposta que fizemos agora, é que o próprio Estado destine um percentual para habitação de interesse social dentro da autogestão, e que isso possa ser trabalhado junto as entidades (entidade seria o movimento social), através de chamamento público, nos molde em que São Paulo fez, numa ocasião, na época do Haddad, foi feito um chamamento público através da COHAB de lá e eles fizeram, né, algumas coisas nesse sentido. Nós apresentou essa proposta, está em análise aí, aí passou pra COHAPAR, passou pra não sei quem, de maneira que... meio que ficou parado. Mas agora na segunda-feira já está agendada uma reunião com os secretários, porque eu tive que mandar um ofício pra todo mundo. “Chegou a pandemia”...porque daí acha que tem muito...me perdoe senhor se eu for falar algo que não devo, mas assim, me parece, que a maioria dos estados, dos chefes de Estado, até gostou desse negócio da pandemia, sabe? “Ah, tá na pandemia, não posso fazer nada, meu foco agora é saúde”. A gente sabe que o foco maior é esse, mas e como buscar a segurança da economia, entendeu? Porque eu penso, no meu ponto de vista, e aí você há de concordar comigo, que a moradia é a porta de entrada para todos os outros direitos, inclusive o direito da saúde, vai estar assegurado. Se eu tenho moradia eu vou ficar menos estressado porque eu não tenho conta de aluguel pra pagar, portanto eu vou ficar menos doente. Se eu tenho moradia, eu tenho um acesso a tudo aquilo que eu não tenho quando eu pago aluguel, eu vou comer melhor, porque eu vou economizar, a minha água e luz vai ser a taxa mínima, porque eu tenho como cadastrar a taxa mínima de água e de luz. Então tudo melhora, a partir da sua moradia, além da economia que você faz pra si, a economia

do Estado, né? Dai que gira em torno da construção civil. E hoje tá apresentando tudo isso. Dai a gente tá apresentando tudo isso, as pessoas “ah mas agora tá na pandemia a gente não tem nem como discutir”. Eu falei: “não tem problema, a gente não pode se reunir, mas tem os meios de comunicação, que graças a deus, ta fortemente, nós temos como fazer live, nós temos como fazer um monte de coisa online”. Ai mandei um ofício lá pra eles e consegui ajuntar: então vai vim o planejamento, o secretário de planejamento, a COHAPAR, que são os órgãos né...

Tatiana Monteiro: Eles vão todos pra Maringá?

Maria das Graças: Não, todos em reunião, como nós estamos agora. Então convoquei essa reunião pra gente discutir na segunda-feira. A SEDUR que tem fortemente nessa questão do desenvolvimento, o planejamento, a COHAPAR, a SUDIS, que é uma superintendência que foi fundada agora no governo Ratinho pra... Superintendência de Dialogo e Interação Social, então ela tem que estar junto nessa situação ai, nessa reunião, e a Secretaria de Trabalho...Justiça, Trabalho e Família, que é uma secretaria que são as três juntas, né? Todos esses secretários confirmaram a presença na segunda-feira, as 14h30. A gente vai estar discutindo. Bom, porque ai a gente viu que o Ratinho lançou 3000 casas pra Londrina, Arapongas e mais outra cidade e contratou uma empresa lá de São Paulo, então eu quero discutir isso. Lançar casa de mercado, isso ai não parou, isso dai não parou. Quero ver...Dai um repórter lá de Londrina falou assim “Graças a deus tá chegando as casas aqui, não sei quantas mil unidades, através do governo do estado, blá blá blá... Mas é impressionante, a hora que a gente anuncia isso a fila parece que jorra gente”. Ai eu peguei e respondi lá no face pra ele, é claro que jorra gente, porque nunca atendeu ninguém. Londrina ficou sob [trecho inaudível], não sei se você sabe, um tempo ai por uma irregularidade de um empreendimento lá que acabou as pessoas ocupando, porque lógico né. E ai ficou sob judice na questão do acesso a recurso do MCMV, ou seja, ficou parado. Agora achou que conseguiram uma liminar lá, e conseguiram resolver a situação. Só que eles não atenderam a população de baixa renda, como todas as outras cidades. A prioridade é fazer casa, fazer casa, fazer casa e ai vai colocando, como eu te falei, o que eles faz, no cadastramento ele seleciona, mas quando chega lá, o corretor da construtora que atende, que tem ali, vai falar “Não, mas você pede uma renda ali, você fala que você faz um crochêzinho e vende, ou você faz um pãozinho e vende pra complementar sua renda”, e é isso que as pessoas faz, não estando no SPC SERASA, a questão da renda é sanada por eles mesmo. E isso eu digo com segurança. E ai o que acontece? A inadimplência, ai vem o despejo, e as pessoas perdeu tudo que investiu. Que as pessoas devem ter consciência disso né? Eu não vou dizer que eu ganho 1000 quando na verdade eu só ganho 500, porque se não eu não vou conseguir pagar, certo? E ai as

pessoas querem de todo jeito, também, burlar o sistema e acaba se comprometendo com sua renda mais que 30% e não conseguindo pagar as prestações. Diferente das nossas, que o máximo que, no governo Lula e Dilma, o máximo que as pessoas pagavam era 80 reais por (trecho inaudível), na prestação da casa própria. Isso sim, isso sim é dar oportunidade, isso sim é moradia social, isso sim é moradia de direito e não de mercado. A moradia não pode ser vista como uma mercadoria, a moradia é um direito comum como todas as outras coisas: água, luz, saneamento. É um direito comum do cidadão, entendeu? Ai a partir daí... “ah mas é um fundo perdido que as pessoas”... Ainda assim tem inadimplência, né? Isso que eu ia falar. “Ah, vai dar coisa de graça”. Não, quando se trabalha num resgate da sociedade, no resgate da família, na autogestão, você está resgatando a identidade daquelas famílias, você tá capacitando eles pra entender que eles estão adquirindo, e eles se sentem desde o começo da construção do projeto, da limpeza do terreno, eles se sentem pertencente. Eles são donos daquilo ali, mas com a conquista. Porque se você vê...no caso da entidade era, pra casa, era 64000, você pega 64000 por unidade, que não dá muita coisa, a gente não tem [trecho inaudível] ... é tudo investido na obra, na confecção dos projetos, em tudo, né? Então esses 64000 as pessoas devolveria, no caso, pro fundo, em média de, vou pagar ali até o 80, 8 reais no máximo e no mínimo o 3500, porque o mínimo era 25...Em 10 anos, 25 reais, o que que é 25 reais? Não é nem água e luz pra você pagar 25. Você pagar sua casa própria com 25 reais, porque era 5% da renda, e se você apresentasse 300 reais de renda, começava com 25 reais. E o máximo 80, não podia passar. Quando o Temer entrou, ai mudou, ele... tem uma portaria, não lembro agora o número, onde altera essa...de 5% para 10% até 1000, quem ganha até 1000 [trecho inaudível]. De maneira que, algumas famílias hoje que contratou depois do governo Dilma, paga 280 reais, ainda assim em 10 anos 280 reais é um valor irrisório né? Perto de 30 anos, porque o FGTS o mínimo é 30 anos, de 600, de 700... Então assim, não tem subsidio nenhum, a maior parte é 85, 75% de subsidio na questão do MCMV. Esse programa é que tinha que voltar, infelizmente, é um programa, não é um sistema de habitação, porque eu sempre bati firme nessa questão, nós não temos um sistema nacional de habitação. A gente tem o FNHIS, que é o Fundo Nacional de Habitação, que é um sistema, mas que não tem dinheiro. Foi o único que, eu não sei se você sabe da história, foi recolhida assinaturas, 1 milhão de assinatura em todo o país pra criação desse fundo, e foi criado. Nós temos até um vídeo, bem legal, do pessoal levando as assinaturas no carrinho de mão, na ocasião né, não era essa coisa virtual, não tinha essas tecnologias. Mas assim, levando no carrinho de mão, lá na frente do congresso e entregando, aquilo era uma coisa emocionante, pra hoje você saber que não tem um centavo lá, não tem

fundo. E os programas... entra governo, ai um fica com ciúme do outro, e ai assim vai acabando, a situação é precária cada vez mais. Mas eu ainda tenho um pouquinho de fé.

Tatiana Monteiro: Que bom! Eu vou te perguntar um pouco, agora, sobre o movimento ai em Maringá. Você tinha comentado, né, que quando você começou na luta não era ainda o União, né?

Maria das Graças: Isso, eu não era da União.

Tatiana Monteiro: Quando que você... A união você levou até Maringá ou quando você chegou em Maringá já tinha atuação da União?

Maria das Graças: Eu entrei pra União em 2005, logo em seguida da minha luta lá em Curitiba como Associação e como MNLM, dai eu fui pra um Congresso e lá eu fui eleita... sai de um outro movimento e entrei, em 2005, eu fui eleita como coordenadora nacional. Então eu to desde 2005, quando eu vim pra Maringá agora em 2016, 2017, eu já estava na União.

Tatiana Monteiro: Hoje você ainda é coordenadora nacional, então?

Maria das Graças: Ainda sou coordenadora nacional.

Tatiana Monteiro: E, você sabe me dizer em que data que foi criado o movimento?

Maria das Graças: a União Nacional? Olha, eu vou ficar te devendo isso, mas assim, faz muito tempo. Eu acho que tem mais de 25 anos.

Tatiana Monteiro: E em Maringá você não atuaram em nenhuma ocupação, né?

Maria das Graças: A gente não atuou, a gente até conseguiu fundar a União de Maringá, fundar a união municipal aqui, fizemos dois cursos de autogestão aqui, vindo um pessoal de São Paulo, fizemos algumas atividades, né? Capacitação de liderança, dai colocamos, forçamos nossa entrada na verdade, pra dentro do Conselho Gestor através da Conferência Municipal, enfim, a gente começou a participar de algumas coisas. Mas assim, a União e mais duas ou três pessoas, a União e mais uma pessoa, entendeu? Então é bem fraco, bem fragmentado.

Tatiana Monteiro: Mas vocês atuam mais na área da habitação, né? Pra conseguir recursos...

Maria das Graças: É, mais na área da habitação. Como eu te falei, a nossa bandeira de luta, é a habitação, é a principal. Mas discutimos de todos os direitos. Pra você ter uma ideia, nós dividimos em secretarias, a secretaria de gênero... Então tem várias...

Tatiana Monteiro: Tem várias bandeiras né?

Maria das Graças: Exatamente, tem várias bandeiras. E sem contar que, não te falei, mas a nossa entidade ela também é... ela trabalha... não é bem uma filiação, mas é assim, um trabalho em conjunto com entidades da América Latina. Ou seja, nós temos uma secretaria, que se chama SeLVIP, que é a Secretária Latino-americana de Vivienda

Popular, que trata exatamente da questão da autogestão, essa questão da propriedade coletiva, porque lá no Uruguai é bem forte, já tem financiamento próprio, os bancos financiam a questão da autogestão, e aqui no Brasil nós estamos bem atrasados com essa situação. Então lá, todos os bancos, financiam a questão da autogestão, nós pegamos essa experiência através dessa escola né, que tem uma escola latino-americana, que são os 6 países da América do Sul, então é muito legal, é muito bom. Agora mesmo, a gente fizemos inclusive um encontro, um dos encontros foi em Curitiba, e essa escola funciona em modulo né, modulo 1, modulo 2, que é uma escola que a gente atua. Agora, por conta da pandemia, não sei como vai ser o nosso modulo, que é o módulo 3, que vai acontecer agora, era pra ter acontecido, não sei bem como que vai acontecer, como que vai ser essa aula, se vai ser online mesmo. Mas a cada 6 meses, atuamos junto a essa secretaria aí, com os 6 países, tem liderança de tudo quanto é lugar. E uma coisa assim, que as pessoas não sabem, mas Venezuela é um país que, comparado ao Brasil, extremamente ferrado né, é um país pobre. E lá eles construíram muita casa, 2 milhões de unidades em autogestão, é muita casa que eles construíram.

Tatiana Monteiro: Pela UMP mesmo?

Maria das Graças: Não, os núcleos de lá, né? Pelos movimentos de lá, essa “segregação” que tem. Porque lá tem luta forte, essa questão da habitação. E a gente queria saber né, uma das coisas que a gente queria saber, como que um país pobre, igual Venezuela, consegue construir tanta moradia. E um país rico, porque nosso país é rico, ele só é mal distribuído de renda {...}.

Tatiana Monteiro: E aí, em Maringá, quais são as principais reivindicações agora do Movimento?

Maria das Graças: As principais reivindicações seria... Agora, até vou escrever uma carta, tem um pessoal do IAB que tá promovendo uma carta pra cidade de Maringá, e eu vou escrever, e tem algumas reivindicações. Qual é o primeiro passo... o gestor próximo que vai ser eleito, seja o Ulisses, seja outro... primeiro tem que ter o conceito de governar com o povo, pra poder atender o povo, governar com o povo, atender na área de habitação, destinando percentuais do recurso da arrecadação para habitação de interesse social, e tirar esse conceito desse negócio de Aluguel Social, porque isso aí é uma coisa ocasional, é momentâneo. Aluguel Social é uma coisa momentânea pra atender uma emergência e ponto. Não é para sempre. E aí, quando a gente debate isso, eles falam: “Ah mas as pessoas quer ter título de propriedade?” Não, não precisa, pode ser uma propriedade coletiva, mas ninguém tá discutindo isso, eu não quero morar em um lugar que eu sei que o mês que vem vai vencer o aluguel, e eu tenho que renovar contrato, quais são os critérios que eu tenho que atender pra renovar contrato, você tem que ter segurança que a

propriedade sendo sua propriedade como um bem comum, entendeu? É uma garantia que você tem. Então, assim, a área da saúde aqui em Maringá, uma das coisa que eu detectei, que eu gosto né, me parece bem legal, tudo bem, tem problemas, mas Maringá é uma cidade que, particularmente, a questão do SUS pra mim aqui é nota 10, pelo menos eu vindo de Curitiba e vendo lá como que é a situação, aqui eu gostei muito dessa questão de saúde em Maringá, em Sarandi já não é a mesma coisa, mas em Maringá achei muito bem organizado. Melhorar a questão da distribuição de renda, nessa questão da habitação, fazer uma pesquisa com relação ao imóveis públicos né, que estão parados, ociosos, porque não cumpre função social, organizar a fila, distribuir essas moradias, trabalhar junto com a entidade para que ela possa fazer o papel, não de assistencialismo, nós temos assistente social ai pra isso, mas sim pra trabalhar junto as famílias, pra resgatar a autoestima, né. Que elas se faça entender que ela é dona daquilo lá, que é pertencente daquela luta, pra que possa, no seu entendimento, entender que esse é o caminho certo. Então a gente faz toda essa capacitação junto as famílias, com a participação de psicólogos, com a participação de assistente social sim, porque é extremamente necessário, defendo isso quando os caras queriam cortar lá essa questão da assistente social, lá em Brasília, a gente defendeu muito, porque não é assim que funciona. Eu acho que assistente social é peça fundamental, não na questão só do assistencialismo, mais assim, de conversar, de orientar, sabe? De trabalhar as famílias, é muito bacana. Que eles entendem que assistente social é só pra ir lá levar cesta básica, liberar alguma coisa assim, e na verdade não é isso. Então, em todos nossos projetos, segui acompanhado do psicólogo, junto com a assistente social, é bem bacana. E ainda assim, a gente tem probleminhas, de uns ou outros, porque nem todo mundo vai agregar mesmo à situação. Mas a gente tenta fazer um trabalho o melhor possível. Então, o que a gente quer pra Maringá, é a retomada da discussão, não só discutir, mas colocá-la em prática, tudo aquilo que a gente já apresentou ao município, a gente não vai desistir. E assim, deixa claro, que talvez esteja hoje...pode ser que esteja tímida essa questão da habitação, mas isso não tá fora de cogitação. De pegar um grupo ai, bem grande e a gente começar a dar nosso grito de guerra maior, que é a questão mesmo de ocupar um espaço.

Tatiana Monteiro: Tem algum espaço que vocês têm uma perspectiva de ocupar assim?

Maria das Graças: Ah, sempre tem, né? A gente andou até vendo alguns locais aqui, imóveis vazios, que estão parados [trecho inaudível]. E sempre tem...espaço vazio.

Tatiana Monteiro: Você sabe quantas famílias, mais ou menos, a União atende, hoje em dia?

Maria das Graças: Nós temos escrito...como eu te falei, cadastro não é... Assim, ativo, nós estamos com um projeto lá em São José dos Pinhais e nós temos mais de 2000 pessoas

inscritas. Essas pessoas, em atividade, nós tava com mais de 500 famílias em atividade direta, toda semana. E aí, quando veio o governo, podou os projetos, que isso também influi, isso também influi essa questão de, quando o governo diz que não tem mais, não tem mais recurso, as famílias meio que se desanima, porque o objeto delas é realmente trabalhar e conseguir sua moradia. Quando não se tem recurso... e agora com a nossa retomada, junto ao Estado, do qual a gente pretende aí apresentar o projeto de autogestão e fazer um projeto piloto lá em São José dos Pinhais, que é um terreno doado do patrimônio da União, na época do Lula, e esse terreno tá se estendendo, se estendendo, e a gente não consegue construir. Uma das ações também que a gente apresentou no município é a doação de terreno para habitação de interesse social, terrenos públicos ou privados, que esteja com IPTU... você sabe que a maioria dos terrenos privados que está ocioso, que o dono não tá nem aí, tá devendo milhares de IPTU... daí, ou aplicar o IPTU progressivo ou tomar esse imóvel e passar para construção de habitação de interesse social.

Tatiana Monteiro: Você sabe quais são as cidades ou os Estados que a União atua, atualmente?

Maria das Graças: A união nacional?

Tatiana Monteiro: Sim.

Maria das Graças: A união nacional, nós temos Rio de Janeiro... Ela tá em 23...22 estados, em quase que todos. A gente só não tá no Acre...3 ou 4 estados que não estamos, os demais todos nós estamos. No Norte, Nordeste, em todos. No Sul, sudeste, nós estamos em todas as regiões.

Tatiana Monteiro: Ai no Paraná, são todas as cidades?

Maria das Graças: É que é assim tem um coordenador, uma coordenação estadual, no caso aqui que atua em algumas regiões, daí a gente pega por região. Então aqui no Paraná, nós estamos em 4 regiões. Então, por exemplo, a região de Cascavel, que é a região Noroeste lá, a gente não tem, entendeu? Mas aqui nos temos na região sul, que é um coordenador que atua, aqui em Maringá sou eu, que é região norte. Ai tem Cornélio Procópio que já pega Noroeste, que é Londrina. Então nós estamos nessas regiões. Cada coordenador trabalha na sua região. Mas tem em Curitiba.

Tatiana Monteiro: E tem alguma diferença de atuação entre essas cidades?

Maria das Graças: Não, é tudo assim.. é que uma grande maioria deles tava buscando...eles atuam na cidade deles, como...Vamos falar de Cornélio Procópio, a união ajuda...Esses coordenadores tem que ter associação de bairro né, pra se afiliar a União Estadual, é assim que funciona. Então o que a União faz, a União é uma, digamos que é uma entidade de apoio às entidades de base, tá? Na atuação da política... Por exemplo,

eu era a conselheira nacional, eu ia pra Brasília, e de lá eu trazia todos os recursos, os materiais, as discussões, as informações, dos municípios. Os municípios me passavam qual que era sua demanda, se tinha projeto pronto, se tinha projeto pra ser selecionado, e assim a gente ia trabalhando.

Tatiana Monteiro: Vocês vão fazendo reuniões?

Maria das Graças: É, a gente faz reuniões né. Periodicamente

Tatiana Monteiro: Ai tem as reuniões com todos os coordenadores e as reuniões locais?

Maria das Graças: Com todos os coordenadores, e as reuniões locais, exatamente. E também as reuniões nacionais, com os coordenadores nacionais.

Tatiana Monteiro: E como que as pessoas vão tomando conhecimento pra se cadastrar no movimento? Como que é feita essa seleção?

Maria das Graças: Então, a gente tem duas maneiras. Nós temos no site, nosso. Ele tá desativado agora por falta de pagamento, mas a gente tem um site, aqui da região de Maringá, da região que eu to cuidando agora. E temos o cadastramento físico lá em Curitiba, que tem a nossa sede, e ai através também das associações, a pessoa se cadastra pela associação, faz o cadastro físico, e dai essas associações repassa pra união, pra coordenação da União Estadual.

Tatiana Monteiro: E ai em Maringá vocês fazem alguma manifestação, algum tipo de ... ?
[interrupção]

Maria das Graças: A gente não fez. Infelizmente, a gente não fez nada ainda, mas não tá fora de fazer não, entendeu. Assim, físico mesmo, não. A manifestação mais é a cobrança que a União tem junto ao município, por estar dentro do Conselho, tudo. Mas assim, uma vontade que eu tenho, é de fazer exatamente isso, de fazer uma grande mobilização, de pessoas, e cobrar os seus direitos né, cobrar a atividade do município.

Tatiana Monteiro: Atuando ai em Maringá é você mais quantas pessoas?

Maria das Graças: Tem eu, tem um outro menino, tem o meu genro que mora aqui comigo, e tenho mais três pessoas que mora em Maringá. O Miltão, o Juliano a própria Ana né? A Ana também era da União, agora ela se afastou porque ela é candidata a vereadora. E tem um grupinho lá, dessas pessoas que tavam junto com a gente, mas da coordenação mesmo são essas pessoas.

Tatiana Monteiro: Tem alguma taxa associativa pra participar?

Maria das Graças: Não ... Deveria ter, né? No Estatuto diz que é bom ter, mas assim, acho que uma taxa de 15 reais por mês, mas ninguém paga...Ninguém contribui, mesmo sendo contribuição ninguém contribui, mas o Estatuto libera inclusive pras famílias associadas, famílias que está inscrita contribuir com qualquer valor, sabe?

Tatiana Monteiro: E sobre o diálogo do movimento com Estado: tema algum diálogo, por exemplo, da atuação do Movimento ai em Maringá vocês tem algum diálogo com o Estado? Municipal, estadual e federal.

Maria das Graças: Então, hoje a gente não tem com o federal, depois do Bolsonaro, acho que ninguém né, não é só nós. A nossa ponte direta é a partir do Ministério das Cidades onde nós éramos conselheiros, de lá a gente fazia toda a articulação, inclusive nos tinha uma mesa de dialogo com os presidentes. Uma mesa que a gente discutia a cada dois meses, tanto com o presidente Lula, quanto com a Dilma. Eles atendiam os movimentos a cada dois meses para discutir as ações, então isso era muito importante, porque a gente levava diretamente para o rei, digamos assim, as ações que a gente queria. Inclusive o MCMV foi construído basicamente todo em cima da nossa discussão. Ele não era mil de bom, mas era um programa bom. A gente tava adequando. Se você pegar ele quando começou era desse tamanhinho, hoje ele tem um catatau de portarias, de resoluções, tudo emendas por nós, que a gente com que mudasse alguns itens lá do MCMV, e quando ele tava bem bonitinho, quase bom pra gente rir, ele se acabou. Então, assim, no governo federal a gente não tem. Do governo estadual, que eu acabei de te contar, o Ratinho fundou uma superintendência, que na verdade é uma discussão, foi uma demanda de um companheiro nosso, que é o Mauro Rockenbach, que também era conselheiro lá junto com a gente representando o Estado, conselheiro nacional, representando o Estado, e quando o Ratinho ganhou, ele fez essa demanda ai, buscou fortemente na criação de uma superintendência de diálogo e interação social. O que é essa superintendência, o que seria na verdade, fazer esse diálogo junto aos movimentos sociais, todos os movimentos sociais, as entidades que estava...os invisíveis como eles falavam, as entidades que estavam distantes da discussão, e os invisíveis, que são, pessoa que tá... os índios, os ribeirinhos, sei lá, esse povo ai. E eles fundou essa superintendencia do qual o Mauro era superintendente, hoje ele foi pra uma outra secretaria, pra SEJUS, e a gente tá nesse diálogo. Tanto é que essa reunião de segunda-feira é através... eu solicitei pra eles... o secretário da SEDUR eu já conhecia, o da COHAPAR também. Então eu conheço muita gente, tenho o celular deles, então, assim fica mais fácil né. A união em si, isso não é todos os movimentos, porque na verdade eu quero que seja, que essa superintendência tenha esse diálogo com todos os movimentos, é pra ser com todos os movimentos. Então a gente tem sim, inclusive aqui em Maringá, em uma ocasião, solicitamos a presença de alguns membros do Estado para vim discutir a questão da autogestão aqui junto ao município, e fizemos uma reunião, que não deu em nada, até agora. Mas é aquela reunião que o prefeito disse “30 dias teria que estar pronto”, enfim... isso foi em agosto, era pra acontecer até agosto do ano passado. Mas a gente tem esse diálogo. Por exemplo, o

menino da COHAPAR, tanto o superintendente, o Jorge, quanto o de habitação que é o Kevin, também são parceiros que a gente conversa. Entre conversar, me conhecer, saber da história, dialogar, e colocar em prática, tem uma distância enorme, e é isso que a gente quer que... que quer que aconteça. Tipo: dialogou? Colocou em ata? Tem um caminho pra acontecer isso? E não ficar toda vida repetindo a mesma coisa e não acontecer, então vamos colocar em prática. Se o governador lançou um projeto agora né, que na verdade é um dinheiro que nem eu sei de onde que é, se é federal, mas de certo que sim, dessas casas, por que já não fez algo pensando na população de baixa renda? Que também vai fazer a diferença para o Estado, né? Mas não. Então é isso que a gente vai reivindicar na segunda-feira também, a partir da apresentação do nosso projeto. E ai com essa mobilização que eu fiz, ai nessa semana, dai mandaram um e-mail pra mim dizendo que já vai apresentar o projeto em questão para o governo já na segunda-feira. Ai eu falei: espero que apresente de manhã, porque a tarde a gente já tem uma decisão boa. E ai vamos ver o que vai acontecer. Mas, eu não sei.

Tatiana Monteiro: Então, finalizando já, tá? Os integrantes do movimento ai, eles estão inseridos em algum programa do governo federal?

Maria das Graças: As famílias?

Tatiana Monteiro: É, os integrantes do movimento

Maria das Graças: Ah, não, a gente não tem nenhum. A única coisa que as entidades, por exemplo, tanto as entidades de base que atendeu os critérios, elas foram habilitadas junto ao Ministério das Cidades, que essa era uma das obrigações, das exigências, pra que se entrasse no PMCMV teria que estar habilitado junto ao MC, como isso acabou, agora é Ministério do Desenvolvimento, nem sei como que ficou, não tem mais. Então as entidades ela não tá... Se nós quiser fazer algo diferente, porque a gente faz curso, lança cartilha, inclusive a gente tem nossa revista aqui pela União Nacional, é tudo através de parceria e convênios com ONG, com outras instituições fora, por exemplo, a FORD. Nós temos convenio com a Ford, a união nacional tem convenio com a Ford, pra capacitação, não para habitação, pra capacitação de lideranças, atendimento a famílias, confecção de matéria de dados, como o caso da Revista e a cartilha que a gente fez, formação política, então é um dinheiro bom que vem pra essas atividades, mas do governo... nem de uma esfera, a gente não tem parceria nunca.

Tatiana Monteiro: Aí em Maringá vocês tem articulação com outros movimentos sociais?

Maria das Graças: Então, aqui nós temos quatro movimentos, a princípio, bem classificados, quatro movimentos nacional. Que é a União, o MNLN, a CONAM e CMP, esses 4 movimentos não estão em todas as cidades. Então em Curitiba, tem os quatro movimentos, mas bem fraquinho. Aqui em Maringá, agora que tá começando a discussão

da CMP... a CMP é como se fosse nossa “mãe”, digamos assim, da união, porque ela que daria, no contexto do estatuto dela, ela que daria suporte a união nacional, nós éramos afiliados a CMP...

Tatiana Monteiro: A CMP é uma comissão, né?

Maria das Graças: É uma Central, e aí essa central tem... Por exemplo, em Londrina tem, a gente conversa, a menina de lá, as coordenadoras de lá, conversa, a gente se ajunta. Mas como estão em outra cidade, é muito difícil da gente somar. Por exemplo, agora vai chegar o dia do grito dos excluídos, que é em setembro, e aí como que grita um de lá e outro de cá? O que a gente faz: quando eu tava em Curitiba, eu juntava o grupo, e marcava um horário em uma praça, e fazia o grito concomitantemente com os gritos dos outros estados que tem a União, entendeu? Isso dava uma repercussão, só que aqui em Maringá, eu me sinto bem desolada, nessa situação.

Tatiana Monteiro: A CMP começou a atuar em Maringá né?

Maria das Graças: A CMP sim, tem um pessoal aqui que...

Tatiana Monteiro: Quem que coordena a CMP?

Maria das Graças: A coordenadora estadual, se eu não me engano, é a Mazer, ela mora em Londrina.

Tatiana Monteiro: Qual o sobrenome dela, você sabe me dizer?

Maria das Graças: Eu não sei, mas eu posso descobrir e mandar. Eu tenho ela aqui na minha ata, porque ela é coordenadora também da União.

Tatiana Monteiro: Mas a CMP é Central por Moradia Popular, né? É isso?

Maria das Graças: Central de Movimentos Populares.

Tatiana Monteiro: Eu vou pesquisar, pra entrar em contato com ela também.

Maria das Graças: Se você quiser falar com ela depois, eu posso mandar o contato.

Tatiana Monteiro: Tá, por favor. Vou pedir pra você depois.

Maria das Graças: É, eu vou mandar o contato dela, aí você fala com ela, e ela te passa as informações.

Tatiana Monteiro: E pra finalizar, eu ia pedir pra você falar um pouco das perspectivas do movimento em relação ao futuro de Maringá.

Maria das Graças: Então, a perspectiva é que... inclusive a gente tá pedindo uma reunião, também online, com esse pessoal aí da base, do conselho do fundo gestões, pra retomada das atividades, porque a pandemia chegou e tá matando gente, mas não pode matar que realmente não está doente. Porque é isso que eles tão querendo. Parece que a pandemia tá matando quem constrói o vírus e matando também a luta, nossa expectativa. E a gente não quer, nós estamos sadios, e orando pra que as pessoas, pra que essa pandemia passe, esse vírus suma, e as pessoas fiquem bem. Mas que a luta tem que continuar. A

nossa perspectiva é que pós pandemia, agora, a gente já comece a pensar, porque vai ter as eleições, que esse novo gestor seja novo porque é outra pessoa, e seja novo porque é outra gestão. Se for o Ulisses que continue, ele tem que mudar o conceito de trabalho dele, e da sua gestão. A nossa perspectiva é que eles acatem todas as nossas discussões, coloque em prática a questão da moradia, continuando ai projeto de habitação, e se, caso não acontecer, não tenha dúvida, a gente vai partir pra ocupações sim, porque... formaram grupos né? Essa é nossa intenção, junto com novos eleitos de vereadores que tai também na fila pra pré candidato, e com certeza são pessoas de luta. Se ganharem, vai pra luta, se não ganharem vai pra luta do mesmo jeito. Então a nossa perspectiva é de ter um grupo maior de pessoas junto a essa luta de causa, e que realmente, recebendo o não do Estado, a gente tem que insistir no sim, porque o não a gente já tá acostumado a receber direto.

Tatiana Monteiro: Ta bom Maria das Graças, é isso, muito obrigada viu, pela disponibilidade.

Maria das Graças: Espero ter ajudado.


Tatiana Monteiro: Sim, com certeza. A gente vai se falando.

Maria das Graças: Qualquer coisa pode me chamar.

Tatiana Monteiro: Pode deixar! Obrigada viu. Bom dia pra você, abraço.

Maria das Graças: Bom dia, abraço.

Anexo 02 -

	
ENTREVISTAS COM CIDADINOS	
Cidade: Ribeirão Preto - SP	
Entrevistados (as): Juscilene Alves Sena, Platinir Nunes, Mauro de Castro Freitas, Simone Pereira, Leandro Pereira e Omar Oliveira	
Entrevistadora: Tatiana Monteiro Gomes	
Local de realização da entrevista: <i>online</i> , Zoom	
Data: 20 de agosto de 2020	Horário aproximado: 10h08 às 11h45
Gravada em vídeo (X) sim () não	
Transcrita (X) sim () não Transcrita por: Tatiana Monteiro Gomes	
Nome do arquivo com a gravação: RP_video_cidadelocomotiva	
Nome do arquivo com a transcrição: RP_EC_2_video_com Cidade Locomotiva	

Se houver, outros contatos indicados pelo/a entrevistado/a: Eli Carlos Mariano (16-993315520); Maurílio

Relatório elaborado pelo entrevistador:

Em pesquisa realizada em notícias de jornais online Tatiana Monteiro encontrou o nome de Platinir Nunes, como líder do movimento Cidade Locomotiva e de outros movimentos na cidade de Ribeirão Preto. Tatiana entrou em contato para propor a entrevista, Platinir indicou o contato de Juscilene Alves, também liderança no Cidade Locomotiva, e propôs que a entrevista fosse realizada com todos os líderes do movimento e também contando com a presença do arquiteto Mauro de Castro Freitas, atuante na direção do movimento. A entrevista foi marcada para o dia 20 de agosto de 2020 às 10h.

No dia da entrevista, realizada pela plataforma Zoom, os entrevistados foram entrando aos poucos na sala e, dessa forma, a entrevista se iniciou às 10h08, com a apresentação de todos presentes.

Não houve grandes falhas em relação à conexão. A entrevista foi realizada parcialmente conforme roteiro proposto, e também assimilando as contribuições de cada um dos participantes.

Transcrição

Tatiana Monteiro: Eu iniciei a gravação agora e vou dar início à entrevista. Eu queria primeiro agradecer vocês pela disponibilidade pra conversar com a gente. Como a eu já tinha falado eu sou do grupo de pesquisa da UNESP de Presidente Prudente, e a gente pesquisa nove cidades. Nessas cidades a gente pesquisa como as pessoas vivem na cidade e uma delas é Ribeirão Preto. A minha pesquisa, especificamente, é sobre os movimentos sociais de luta pela terra e pela moradia em Ribeirão e em Maringá, pra entender como é a luta dos movimentos sociais por moradia na cidade. Então vocês vão perceber que eu dividi o roteiro da entrevista em blocos, mas a gente pode ir conversando, vocês vão me contando, e caso tenha alguma pergunta que vocês não queiram responder, não precisa nem justificar, fiquem a vontade. Eu vou fazer algumas perguntas mais pra orientar mesmo, mas a gente pode ir conversando. Eu queria pedir pra vocês deixarem registrado que vocês permitem a gravação, só pra fins acadêmicos mesmo.

Platinir Nunes: Pode sim, pode gravar que a gente libera sim.

Simone Pereira: Eu permito também.

[outras pessoas também estavam na conversa, mas ficaram caladas neste momento.]

Tatiana Monteiro: Então vou pedir pra vocês se apresentarem, falarem um pouco sobre vocês e também sobre a atuação de cada um no movimento.

Juscilene Alves Sena: Eu sou a Juscilene Alves, sou natural de Januária, Minas Gerais, estou em Ribeirão já faz 15 anos e entrei na moradia em 2011, na favela da Família e hoje eu atuo como liderança, como presidente aqui da cidade locomotiva, que é uma comunidade com 270 [?] famílias, na zona norte de Ribeirão. E a minha profissão mesmo é liderança mesmo dentro da comunidade, eu sou conselheira municipal da moradia em Ribeirão, sou delegada da diversidade racial pela defensoria pública, já fui viajar pra Porto Rico pra falar um pouco do trabalho aqui, da situação da moradia em Ribeirão Preto. Só..

Tatiana Monteiro: Certo, obrigada Juscilene!

Platinir Nunes: Eu me chamo Platinir da Silva Nunes, conhecido como Lobão também, um dos fundadores do Cidade Locomotiva, sou secretário da Cidade Locomotiva, articulador da UNM em Ribeirão Preto, conselheiro municipal de habitação e delegado pela habitação pela defensoria pública em Ribeirão, articulações da cidade locomotiva, junto com os companheiros a gente já tá há 6 anos nessa luta, foi uma montagem de uma reintegração truculenta que teve lá no Ribeirão Verde, na cidade dos trabalhadores com mais de mil famílias, e resultou na Cidade Locomotiva.

Mauro Freitas: Boa tarde pessoal, eu sou o Mauro Freitas, desculpe o atraso.

Tatiana Monteiro: Oi Mauro, boa tarde. Eu sou a Tatiana, eu sou do grupo de pesquisa da UNESP de Presidente Prudente, e nós fazemos uma pesquisa em nove cidades, e uma delas é Ribeirão Preto. Ai eu pedi pra vocês se apresentarem primeiro, falar um pouco de cada um, e assim seguimos com a conversa e vou fazer algumas perguntas pra orientação. Também estou gravando a conversa, para fins acadêmicos.

Mauro Freitas: Ta certo, por mim tudo bem. Posso me apresentar então? Desculpem o atraso, eu estava em outra reunião também. Meu nome é Mauro de Castro Freitas, eu sou arquiteto, faço parte da diretoria da locomotiva também, desde o início a gente tá junto, já tem mais ou menos uns 5 anos.

Tatiana Monteiro: Legal, obrigada Mauro. Quem gostaria de se apresentar agora?

Simone Pereira: Boa tarde, meu nome é Simone, moro aqui no Cidade Locomotiva faz cinco anos, sou moradora e agora to entrando na liderança também. Sou do lar.

Leandro Pereira: Meu nome é Leandro da Silva Pereira, tenho 29 anos, minha profissão atual, estou trabalhando como pedreiro profissional, mas a minha profissão de hábito, por gosto, é adestramento de animais. Estou aqui na Cidade Locomotiva desde o princípio,

quando nós iniciamos juntamente com os demais companheiros e companheiras, e estamos nessa luta aí. Este sou eu, disposto a luta e a continuar angariando os projetos para melhoria da comunidade.

Osmar Oliveira: Meu nome é Osmar, tenho 47 anos, sou encanador, sou eletricitista também. Moro na comunidade vai fazer 7 meses, mas já participo com o pessoal desde o início, sou um dos coordenadores com o pessoal, e estamos aí acompanhando essa questão do seu projeto, ok?

Tatiana Monteiro: Tá certo, muito obrigada. No começo eu falei que gravaria a entrevista e pedi a permissão de quem estava presente. Agora queria reiterar o pedido, já que entraram mais pessoas. Vocês estão de acordo com a gravação? A gente vai usar para fins acadêmicos, e eu posso enviar os trabalhos que resultarem dessa pesquisa posteriormente pra vocês.

Leandro Pereira: Da minha parte de acordo.

[outros participantes confirmaram gesticulando na câmera apenas – gravado no vídeo]

Tatiana Monteiro: Então agora queria pedir pra vocês falarem um pouco sobre o movimento. Como foi a inserção de vocês, qual a função de cada um no movimento, o tempo de atuação, enfim, contar mais a história de cada um no Cidade Locomotiva.

Platinir Nunes: Nossa atuação no movimento começou justamente na cidade dos trabalhadores, em 2015...2016. A gente fez uma comunidade lá no Ribeirão Verde, é um bairro aqui da cidade, na zona leste da cidade, onde a gente concentrou mais de mil famílias nessa situação e ficamos durante 7 meses lá. E foi feita uma das maiores reintegrações, mais truculenta, da cidade. E de lá se originou...a gente veio pra cá pra situação do Joquei [?], onde é a terra da União, e aí a gente formou a Cidade Locomotiva, em parceria com a UMM, União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, já tem mais de 40 mil unidades no Estado. A gente conseguiu organizar, fazer as capacitações das lideranças e a comunidade começou a angariar os projetos, e a gente chegou no patamar que a gente chegou hoje. Tivemos que fazer algumas manifestações, na cidade a moradia não tinha respeito ou moral, onde a gente chegava não era recebido, a gente teve que angariar cadeiras no conselho, cadeiras na cidade, no município, de grande importância para que a gente tivesse voz na cidade pela moradia. Hoje nós temos dois conselheiros do COMUR dentro da Locomotiva, dois conselheiros da Habitação e dois delegados da defensoria pública, um pela habitação e um pela [questão] racial. Então isso durante os 5 pra 6 anos que a gente tá aqui, essa foi nossa luta. Tivemos que ir algumas vezes em Brasília, porque nossa terra é federal. A gente tem descontentamento de reintegração de posse, a gente não tá em nenhuma situação de regularização, mesmo a gente tendo todas essas cadeiras e essa luta, a gente tá hoje na União dos Movimentos de Moradia de

Ribeirão Preto, estamos acompanhando mais doze comunidades, dentre elas 5 comunidades estão no projeto de regularização através do trabalho da UMM, dos diretores, dos conselheiros, que tiveram atuando nessa situação. Ribeirão Preto, hoje, tem mais de 100 comunidades, mais de 40.000 pessoas nessa situação, em rua nós temos mais de 8000 pessoas e o movimento de moradia representado em Ribeirão Preto pela UMM vem tentando ajudar mais comunidades e também tentando fazer projetos sociais pra ajudar o povo nas ruas.

Tatiana Monteiro: Todos vocês estão no movimento desde o início?

Simone Pereira: Sim

Leandro Pereira: Sim, eu sou inclusive um dos representantes da cidade dos trabalhadores quando nós iniciamos. Esse projeto da cidade dos trabalhadores, quando o Platinir Nunes passou lá em casa e surgiu essa ideia, foi ai que nasceu esse desejo de ocupar, resistir, construir e morar. E aí nós, agora, angariamos esse projeto com essa luta ai pra gente poder alcançar o objetivo que Deus tem preparado, estamos hoje na cidade locomotiva, é importante citar o nome de um parceiro nosso que é o Eli Carlos Mariano, juntamente com o Dr. Mauro, com o Maurílio, com vários outros representantes de várias ONGs e da União que tem nos auxiliado nesse trabalho. Inclusive nós temos vindo de várias lutas juntos, e eu tô ai junto com essa rapaziada que tá ai, com esse pessoal aí, desde o princípio, do início, do começo de tudo. Fomos nós que começamos a raiz, os conterrâneos desde movimento ao qual a gente se encontra hoje somos nós, que estamos na reunião aqui.

Tatiana: Bacana, Leandro. Obrigada.. E vocês já atuaram em outras ocupações ai em Ribeirão Preto?

Platinir Nunes: Em Ribeirão Preto, nesse movimento de moradia, a gente fez diversas outras ocupações, inclusive agora no dia 9 de março a gente fez o casamento do MST com a UMM e fizemos a ocupação ali na Anheguera, KM 337, onde temos 80 famílias no acampamento Campo e Cidade do Paulo Botelho.

Tatiana: Certo. Bom... agora queria pedir pra vocês me explicarem quais as bandeiras principais do movimento, as principais reivindicações de vocês no momento e se essas reivindicações mudaram, desde o início do movimento.

Juscilene Alves Sena: Não, a gente tá com a bandeira da UMM desde o começo.

Tatiana: Certo.. E vocês levantam quais outras reivindicações além do direito à cidade e à moradia dentro da atuação de vocês?

Platinir Nunes: Como a comunidade é um bem social, a gente reivindica dentro da comunidade, na situação civil da comunidade, luz água, saúde, mas nossa principal luta mesmo é pela moradia. É a primeira porta de entrada dos direitos né? Sem a moradia você não consegue. Se não tiver onde morar você não consegue ir atrás do alimento, então

Ribeirão Preto hoje, com essa situação de quase 100 comunidades e na pandemia a gente teve mais de 6 reintegrações de posse, onde a gente tinha um pacto de ajuste de conduta que não teria essas reintegrações e teve assim mesmo, diversas famílias ficaram aí a “deus dará”. Como o companheiro Leandro falou aí a nossa formação vem de bem antes da pandemia, e quando chega a pandemia agora a gente tá praticamente preparado pra essa luta aí. O que a gente sofre nas comunidades é bem pior que essa pandemia. Na Locomotiva, por exemplo, a gente teve quatro enchentes aqui de a gente ter que tirar gente nas caixas d’água. Tem um sistema de esgoto que passa dentro da comunidade e a gente não consegue... o Poder Público não consegue dar uma eliminação nessa situação e nem fazer ou colocar a gente num projeto de regularização de posse ou qualquer outra coisa que o governo ofereça pra gente, sendo que a gente já vai fazer 6 anos nessa situação, a maioria das pessoas aqui são pai de famílias e contribuem com a cidade, são pagadores de impostos, mas mesmo assim a gente não esse direito à cidade.

Osmar Oliveira: Eu queria fazer uma fala sobre isso... Tatiana, pegando o gancho do que o Platinir tava falando, você perguntou a questão das nossas reivindicações, a nossa principal reivindicação como disse aí os companheiros é a moradia digna. O nosso pessoal aqui da comunidade assim como de outras comunidades também, através do movimento de moradia, da União Nacional por Moradia Popular a gente vem tentando colocar um novo conceito aqui pelas questões das favelas né? O conceito de favela era meio que jogado mesmo ali pra parte periférica da cidade, no sentido de excluir, eram pessoas excluídas mesmo. Então as pessoas ficavam por ali, ou ficam ainda por ali, naquela situação sem nenhuma perspectiva, nenhum planejamento nem nada. O movimento vem, e juntamente com a associação, vem no sentido de dar orientação, formar orientação e buscar os meios através da lei. Porque nós não estamos aqui de maneira ilegal, isso é importante que seja colocado pra sociedade civil organizada, porque tem que mudar o ponto de vista. Nós não estamos aqui de maneira ilegal, nós estamos de maneira irregular. E existem meios que a própria lei determina que capacita o município a legalizar e regulamentar com consciência disso, e através da união pela comunidade ir atrás desses direitos e dessas formas de adquirir a moradia digna, legalizada, dentro da condição de cada um.

Tatiana: Certo, agradeço a contribuição de vocês, Osmar e Platinir. Bom, agora vou fazer algumas perguntas pra entender mais sobre a estrutura do movimento. Vocês atuam em Ribeirão e em mais outras cidades, ou a atuação acontece apenas em Ribeirão Preto?

Platinir Nunes: A gente atua em Ribeirão Preto, Jardinópolis, Ituverava, Igarapava, Sertãozinho, são essas cidades que a gente atua. E o plano da gente é expandir mais ainda nessa região de Ribeirão Preto.

Tatiana: Bacana, vocês atuam em uma área grande né? E tem alguma diferença do movimento nessas cidades?

Platinir Nunes: Atuamos com a mesma bandeira, existem outros movimentos na cidade, mas a UMM atua dessa maneira, nesse mesmo regimento, nessas outras cidades também. Hoje, em Ribeirão Preto, a UMM está com essas 12 comunidades e a intenção é até o final dessa pandemia aí, que as comunidades estão passando por situações e querendo se organizar, é chegar a quase 20 comunidades

Tatiana: Certo. Vocês me contaram quais são as ideias principais, eu queria entender melhor também como são as estratégias... quais são e como são as estratégias de vocês, se vocês puderem explicar brevemente.

Mauro Freitas: Oi Tatiana, é o Mauro. Estou ouvindo aqui atentamente a todos. Em termos de estratégia, em que direção você questiona? Estratégia de atuação? Como?

Tatiana: As estratégias de atuação mesmo. Por exemplo, se existem perspectivas de novas ocupações pra pressionar o poder público, passeatas, capacitações...

Mauro: Certo. Bom, nesse sentido, o que a gente tá fazendo pela UMM... Eu sou um dos coordenadores da UMM aqui na região, então a UMM ela traça diretrizes para que as comunidades possam se organizar minimamente. Então, que tipo de organização? Primeiro, por exemplo uma ocupação desordenada, sem liderança, ela é uma ocupação que não consegue avançar muito pelo direito à moradia. Então a gente passa, na medida do possível, é lógico, quando nós somos solicitados, as lideranças que hoje já existem aqui nas comunidades, através de cursos, a própria UMM fornece. Ano passado mesmo nós tivemos um curso de regularização fundiária, e nós convidamos as lideranças para participarem, então elas começam a entender que a luta tem que ser organizada, tem que ser um coletivo. A estratégia primeira é a organização, em torno de um coletivo, não de uma liderança individual, ou de dois líderes que se acham donos da comunidade. A luta é de constituir coletivo, e através das discussões em grupos são feitas deliberações, e as pessoas vão recebendo tarefas, responsabilidades, e vão assumindo, vamos dizer, as suas posições dentro da luta. E a luta é feita de diversas maneiras, tanto... a luta principal é pressionar o Poder Público na questão da terra, que é o ponto principal para a moradia, e após a posse da terra, a regularização fundiária da ocupação. A nossa luta maior hoje, aqui em Ribeirão Preto, só pra ter uma ideia, foi feito o PLHIS, Plano Local de Habitação de Interesse Social, terminamos agora no ano passado, os movimentos de moradia participaram durante três anos da discussão desse PLHIS, ele já está na câmara pra ser aprovado. Então nós temos hoje, em Ribeirão, oficialmente, 87 comunidades, e dessas 87 nós conseguimos aprovar já por decreto, que é o decreto 360 de 2017, foram aprovadas 35 comunidades pra fazer regularização fundiária, o decreto 150 de 2019 incluiu mais 15

comunidades, então são 49, e agora dia 1º de setembro, através do decreto 211, nós incluímos mais 5 comunidades, então são 54 comunidades que estão em processo já de regularização fundiária. Em andamento, nós temos 10...12.. e agora foram contratados – isso já em andamento, pela secretaria de habitação – e foi contratado agora o LEPAC, que é o Levantamento Planialtimétrico Cadastral, de 35 comunidades. Então a luta nossa maior é pela terra, pela consolidação das ocupações onde for possível, e as ocupações que estão em área de risco, pra que se tenha política pública de produção de moradia pra incluir prioritariamente essas famílias. Então na nossa lei de habitação de interesse social nós temos a chamada Demanda Fechada, em qualquer conjunto habitacional, 50% dessas unidades são destinadas para população que estão em área de risco. Então eu acho o movimento de moradia nesses 5 anos teve um avanço grande em termos de ação ordenada e estratégica, não só de ocupação de cadeiras, como o Platinir fala, como ocupações de funções em conselho de moradia, conselho municipal de urbanismo, na defensoria pública, participando de discussões a nível nacional, estadual, então isso vem fortalecendo o movimento de moradia. É uma luta em termos de estratégia de organização, esse é o ponto principal.

Tatiana: Certo. E dentro da estrutura do movimento tem papéis específicos pra cada integrante? Quais seriam eles?

Mauro Freitas: Sim. Tanto questão de mobilização social, nós temos as pessoas que já tem um perfil mais adequada pra parte de mobilização. Na questão de produção de material gráfico, nós já temos apoiadores pra fazer toda parte de diagramação, CAD, postagem em facebook, nas mídias digitais. Assim, na medida do possível, as pessoas vão se qualificando, então através desses cursos que a gente promove, reuniões também as pessoas vão se capacitando pra ocupar determinados cargos, por exemplo, tesouraria, é uma função que a pessoa vai ter que trabalhar com contas bancárias, vai trabalhar com transparência, com prestação de contas, então esse é um ponto que a gente, dentro do estatuto de cada associação, isso é tudo especificado, direitos e deveres de cada associado. Então esse detalhe...a evolução é assim: inicialmente, uma ocupação desordenada, depois uma ocupação que começa ter uma organização, que é o movimento e em seguida a formação de uma associação, com estatuto, com regimento e ai toma um outro corpo a questão de estratégia de atuação, uma forma mais organizada.

Tatiana: E pra essa organização vocês vão realizando reuniões? Como elas são organizadas?

Mauro Freitas: Sim, nós chegamos a conclusão que depois da COVID, há males que vem pra bem, se torna mais fácil a gente fazer reuniões com várias comunidades de forma virtual como a gente tá fazendo agora e isso tem dado um bom resultado em termos de

organização e mobilização. E as pessoas vão se capacitando também a organizar as reuniões, seus agendamentos e a pauta de trabalho. Então isso veio a ajuda bastante.

Tatiana: E existe algum diálogo entre o movimento e o Estado nas três esferas (municipal, estadual, federal)?

Mauro Freitas: Ah, tem vários diálogos, as vezes não tão amistosos, diálogos mais tendenciosos. Estarmos participando de conselhos, quando há necessidade de fazer alguma movimentação junto a defensoria pública ou junto a uma promotoria em função de alguma ação de reintegração, o movimento também está lá junto, apoiando. E com isso nós conseguimos, da sociedade civil, apoio de um corpo de advogados, e esses advogados estão sempre reunindo, explicando a situação do processo, o andamento, para as pessoas entenderem que um processo judicial é uma coisa que tem que ser olhada com carinho, a pessoa tem que saber realmente como que tá a situação daquela ação pra poder não vender ilusão para os moradores. Então, hoje a gente tá vivendo, é até bom dar esse depoimento, pela pandemia, acho que o Platinir já colocou isso, mas eu vou só reforçar, nós já tivemos 6 ações de reintegrações em 4 meses, então nosso relacionamento com o Estado, quando precisa ser amigável, é amigável, nós estamos lá junto nas reuniões, nas discussões junto a Câmara Municipal, para aprovar legislação, fazendo mobilização. Agora quando é enfrentamento, nós fazemos enfrentamento também, então essas ações aí são de forma truculenta, com guarda civil, com polícia militar, cães, bala de borracha, e o movimento tem que estar preparado pra isso também.

Tatiana: E, ainda nessa questão do diálogo com o Estado, tem algum diálogo com outros movimentos sociais?

Mauro Freitas: Na área de moradia, principalmente, em outros movimentos tipo saúde, educação, aí a Ju pode até colocar, porque ela tem participado de ONGs e até convidada para dar palestras em faculdades, sobre a atuação nessa área, então a gente procura sempre ser uma relação com outros movimentos justamente pra fortalecer a luta pela moradia. Porque a moradia é um conceito amplo, né? Você envolve saúde, educação, que é um problema da escolaridade das crianças que moram na comunidade, as vezes por falta de um endereço eles não conseguem matrícula numa escola próxima, tem que dar endereço falso de algum parente pra poder se deslocar pra uma escola, as vezes tem que pegar até dois ônibus pra chegar até nessa escola. A mesma coisa na área de saúde, Unidade Básica de Saúde também por falta do endereço comprovado também tem um deslocamento grande das pessoas. E o relacionamento com universidades, que é muito bom, a gente tem sempre feito trabalhos de pesquisa como o seu, em faculdades de arquitetura e geografia, na área de saúde, educação, então as comunidades estão abertas

pra isso até porque é uma forma de você reforçar os laços de solidariedade com a sociedade civil.

Tatiana: E quantos integrantes tem no movimento hoje?

Platinir Nunes: Atuando hoje mesmo a gente tá com 7 integrantes [no Locomotiva]. O Eli Carlos Mariano, nós temos o Mauro Freitas aqui na Frente Ribeirão, o Leandro, Juscilene, Platinir, o Osmar, a Simone, a Bruna e a Val.

Tatiana: E tem algum levantamento que vocês fazem dos integrantes?

Platinir: A gente hoje tem 370 famílias na Cidade Locomotiva, cerca de 600 crianças, gente de três países diferentes, 2 ou 3 cadeirantes na cidade, muitas mulheres grávidas, 10 mulheres grávidas por mês, é igual água. Tem gente até do Maranhão.

Tatiana: Os integrantes do movimento hoje estão inseridos em algum programa do Governo Federal?

Platinir: É, alguns diretores conseguiram entrar no programa de 600 reais do Governo Federal e alguns moradores também, não foram todos, acredito que foi só 10% dos moradores que conseguiu na comunidade.

Tatiana: E em relação ao Programa Minha Casa Minha Vida?

Juscilene: Não tem.

Platinir: Em Ribeirão Preto, Minha Casa Minha Vida há muito tempo que construiu a casa minha vida aqui, só ta no nome mesmo, só tá a vida, a casa num aparece.

Tatiana: Sim, complicado. Então eu vou pedir pra vocês me contarem como é a interlocução com as famílias um pouco, como é o processo pra chamar as pessoas pra participar do movimento.

Juscilene: A gente fez um grupo, e colocamos as famílias. Aí a gente faz as nossas reuniões, chama no grupo, faz as lives, eu vou muito nas casas visitar, porque as vezes a pessoa não tem celular, vou de máscara certinho, conversar com os moradores, falar o que tá acontecendo, tem reunião, como tá o procedimento, o andamento, explicando certinho pra eles pra eles terem o entendimento também. Tem também uma página no Facebook, Cidade Locomotiva, onde quem tem celular vê o que tá acontecendo, sempre quando chega algum visitante, algum secretário, ou algumas doações, a gente coloca no grupo, coloca na página do Face, pros moradores estar participando.

Tatiana: Bacana. Então, pra finalizar, vou pedir pra vocês me falarem um pouco da avaliação de vocês sobre as conquistas que já tiveram e sobre as perspectivas pro futuro.

Platinir: Tivemos bastante conquistas nesses últimos anos, a inserção de cinco comunidades nossas ai na regularização, nessa semana recebemos a notícia de mais uma comunidade, são 49 famílias que vai entrar na regularização e a nossa perspectiva, se

continuar do jeito que tá, pessoal sem moradia, o que o movimento sabe fazer é ocupação, perspectiva é que a gente ocupe outras áreas pra ajudar a população, em outras cidades e agora com casamento junto com o MST, a UMM e o MST, a gente pode fazer ocupações mais organizadas, e com o intuito também de já dar alimentação, plantar pra trazer alimentação pras nossas comunidades.

Tatiana: Certo, e depois da conquista pela moradia vocês tem alguma perspectiva de ação do movimento pra desenvolver junto com as famílias?

Platinir: O movimento faz um trabalho de autogestão, o movimento de moradia de autogestão, onde a gente pega desde o terreno e trabalha tudo dentro da comunidade. A comunidade tem de tudo, as pessoas que pensam que não tem, mas a comunidade tem pedreiro, tem engenheiro, tem médico, tem tudo dentro da comunidade. Então a gente trabalha com autogestão, a gente trabalha com a própria população fazendo, e dentro da UMM temos sistemas de mutirão, como é feito em São Paulo também. Então no centro de autogestão a própria comunidade faz a gestão da construção e entrega, o que se torna bem mais justo e mais barato e não passa pelas mãos dos grandes empresários.

Mauro Freitas: Só pra informar sobre o sistema de autogestão, é uma prática né da União Nacional dos Movimento de Moradia lutar por essa forma de produção de moradia, o que em contraposição as unidades que são produzidas pelo Minha Casa Minha Vida através de empreiteiras e construtoras, nós temos viabilizado construções com áreas maiores, de qualidade bem superior. Nós temos um coletivo de arquitetos, engenheiros, isso desde São Paulo, que já tem uma experiência acumulada bem grande. E hoje, por exemplo, a UMM, tem produzido em São Paulo, prédios de 18 pavimentos, com conjuntos de torres com 5, 6 torres. O conjunto do Jaraguá, por exemplo, é feito totalmente em autogestão, a associação dos moradores consegue cadastramento no ministério das cidades e os recursos são passados diretamente para a associação e a contratação de mão-de-obra, compra de material, é tudo feita através de associação. Então isso dá uma economia de, no mínimo, 30%, porque é o BDI [?] da construtora que não está entrando nessa conta, isso já tá comprovado. Em contraposição ao que o governo fala que precisa construir em quantidade através de construtoras, não, nós provamos que podemos construir também com qualidade e com preço mais baixo do que de construtoras.

Tatiana: É, eu comentei que eu conversei com o pessoal de Maringá, do União por Moradia Popular, e eles também estão com uma proposta de autogestão para o Poder Público.

Mauro Freitas: Só pra você ter uma ideia, não só construção de edifícios altos, como também, por exemplo, problema de lote urbanizado, hoje na época de crise, a questão de lote urbanizado se torna uma opção muito mais viável pra produção de moradia. Porque se você consegue um terreno com a infraestrutura mínima, rede de água, esgoto, energia

elétrica, que as concessionárias são obrigadas a instalar gratuitamente esses serviços, então a construção e a autogestão dão mais facilidade para usar mão de obra local para construir, basta ter o mínimo de assistência técnica, pra fazer os projetos de uma forma não padronizada. Essas moradias do Minha Casa Minha Vida são todas caixinhas de fósforo uma do lado da outra, nós podemos fazer construções conforme as necessidades das famílias.

Osmar Oliveira: Até mesmo necessidade geografia né, Mauro?

Mauro Freitas: Também...

Tatiana: Bom, acredito que encerramos então. Alguém teriam mais alguma coisa pra dizer ou acrescentar?

Osmar Oliveira: Eu queria só dar uma complementada nessa questão da autogestão, vocês estavam falando de números né... Só um ponto de vista, a diferença da autogestão, eu trabalho pela associação no caso né, é que pra associação, a única coisa que diferencia ela da empresa privada, é que na associação todos são donos, então tudo aquilo que era pra virar lucro era também pra construção. Eu já trabalho na parte de construção, e a matemática é exata, se você fizer as contas vai ver que é muito mais fácil a gente construir pela associação do que pela empresa privada, o que viabiliza muito esses projetos, a questão mesmo é a parte burocrática que a gente tem enfrentado bastante resistência, né Mauro?

Mauro Freitas: Bom, eu só queria complementar ai minha apresentação, que eu acho que esqueci de falar que eu tenho 73 anos, eu sou o velhinho aqui da comunidade.

Osmar Oliveira: Alias, Mauro, aproveitar a deixa aqui.. você é uma benção pra nós.

Juscilene Alves: Eu também esqueci de falar minha idade, eu tenho 34

Tatiana: Eu queria muito agradecer a disponibilidade de vocês, me coloco a disposição se vocês quiserem continuar a conversa.

Juscilene: Depois eu mando o e-mail da Locomotiva pra você mandar os trabalhos.

Tatiana: Sim, por favor. Eu vou mandar o documento e a entrevista pra vocês, e ai conforme a gente for produzindo o trabalho também compartilho com vocês.

Osmar Oliveira: Você estuda o Maringá também?

Tatiana: Sim, estudo Ribeirão e Maringá.


Osmar Oliveira: Eu estive em Sarandi já.

Platinir: A gente queria pedir pra você dar uma olhada la no face, do Cidade Locomotiva, no nosso trabalho, a gente ganhou um prêmio, acho que chama UberFavela, ai você vê o vídeo la que a gente ganhou, dura 6 minutos..

Tatiana: Pode deixar, vou olhar sim e pesquisar. Boa sorte na luta.

[todos se despediram]

Anexo 3 -

	
ENTREVISTAS COM ...	
Cidade:	
Entrevistada:	
Entrevistadora:	
Local de realização da entrevista	
Data: Horário aproximado:	
Gravada em vídeo (X) sim () não	
Transcrita (X) sim () não Transcrita por:	
Relatório elaborado pelo entrevistador:	

Iniciar a entrevista explicando os objetivos principais da pesquisa, agradecendo a disponibilidade do entrevistado e solicitando AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAR A ENTREVISTA

A – PERFIL DO ENTREVISTADO

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Profissão:
5. Situação civil:
6. Posição na família:

B – INSERÇÃO NO MOVIMENTO PELA MORADIA

7. Como e quando se inseriu e sua função no movimento?
5. Tempo de atuação no movimento?
6. Por que decidiu integrar o movimento?

C – HISTÓRICO DO MOVIMENTO PELA MORADIA

6. Em que data foi criado o movimento, o nome e qual sua origem?
7. Vocês atuam ou já atuaram em ocupações na cidade? Quais? História das ocupações que se consolidaram (conquista da moradia) ou existentes atualmente na cidade?
8. Quais as principais bandeiras defendidas pelo movimento em seu estatuto?
9. Quais as principais reivindicações do movimento no momento de sua criação?
10. Quais as principais reivindicações atualmente?

D – ESTRUTURA ORGANIZATIVA E INTERLOCUÇÃO DO MOVIMENTO COM ÓRGÃOS PÚBLICOS

11. Quais os estados/cidades que o movimento atua e como ele está organizado (estrutura, cargos, etc.)?
12. Há diferenças de atuação do (s) movimentos (s) nas capitais e nesta cidade? Quais?
13. Quais são as ideias que norteiam a formação do movimento?
14. Quais os objetivos do movimento? Quais são as estratégias?
15. Vocês realizam reuniões? De que modo você participa das reuniões? Existem papéis específicos para os demais integrantes?
16. Como as pessoas tomam conhecimento de que podem cadastrar-se no movimento? Quais são os critérios para cadastrar as pessoas?
13. Como são escolhidos os imóveis a serem ocupados? Há/houve algum embate com o agronegócio/produtores por conta da terra pretendida ou ocupada?
14. Como são organizadas as ocupações?
15. Como e por que são realizadas passeatas, mobilizações e atos?
16. Qual o critério usado para permanência ou saída do imóvel ocupado?
18. Há alguma taxa associativa ou contribuição mensal? De quanto?
19. Existe diálogo com o Estado (municipal, estadual e federal)?
20. Se há interlocução, por que promover?
21. Como são realizados estes diálogos e quais objetivos?
22. Quantas ocupações o movimento possui nesta cidade? Nome das ocupações e número de famílias atendidas?
23. Atualmente, quantos são os integrantes do movimento?

24. O movimento possui algum levantamento de dados sobre os integrantes do movimento: faixa etária, escolaridade, renda, profissão, origem, filiação a partidos, etc.

25. Existe diálogo com outros movimentos sociais? Como tem sido?

27. Dentro do movimento existem correntes diversas? Quais são?

E – AVALIAÇÃO DO MOVIMENTO SOBRE POLÍTICA HABITACIONAL

26. Os integrantes do movimento estão inseridos em programas do Governo Federal?

23. Como o movimento avalia as políticas e programas do Governo (municipal, estadual e federal) no que se refere à moradia?

24. O PMCMV interferiu de alguma forma no processo organizativo das famílias, tendo em vista o cadastramento junto à prefeitura para a faixa 1?

25. Há resistências para inserir-se numa política habitacional (Companhia Estadual de Habitação, MCMV, etc? Por quê?

F – INTERLOCUÇÃO COM AS FAMÍLIAS

26. Como é realizado o processo de aglutinação das famílias em torno do movimento?

27. De que forma o movimento atua junto às famílias? Temporalidade das assembleias e reuniões com os moradores (semanal, mensal, etc.)?

28. Na avaliação do movimento, qual o perfil das famílias?

29. Qual o papel das igrejas (Evangélica, Católica...) atualmente na adesão/afastamento dessas famílias?

30. Como é trabalhado o caráter político do movimento com as famílias? E como manter as mesmas coesas com as propostas e finalidades do movimento?

31. Quais foram e como você avalia as conquistas do movimento até o momento

33. Há uma preocupação acerca do trabalho pedagógico em torno de uma práxis libertadora? De que maneira?

34. Após a conquista das moradias, quais as ações que o movimento desenvolve entre as famílias?

35. Quais as perspectivas do movimento quanto ao futuro da cidade?

Agradecer em nome da instituição, reiterar o caráter científico do uso das informações e colocar-se à disposição do entrevistado na respectiva Universidade. Ao final, perguntar se ele está de acordo com a concessão da entrevista que acabou de ser realizada (é importante que fique gravado que “Sim”).

